



NEOENERGIA. O FUTURO A GENTE FAZ AGORA.

EBITDA

R\$ 6,5 bilhões

LUCRO LÍQUIDO

R\$ 2,8 bilhões,
26% superior ao ano anterior.

MAIS DE R\$ 6 BILHÕES DE INVESTIMENTOS

50% na expansão e modernização de redes de distribuição.

RENOVÁVEIS

Avanço da construção do complexo de Chafariz, na Paraíba, e início do complexo de Oitis, Bahia | Piauí.

TRANSMISSÃO

Execução e entrega antes do prazo contratual de 361 km de três trechos do lote 4 (Dourados), além das subestações Biguaçu, em Santa Catarina, e Sobral, no Ceará.

MOBILIDADE ELÉTRICA

Lançamento da primeira eletrovia do Nordeste.

EXPANSÃO

- Aquisição da Companhia Energética de Brasília (CEB-Distribuição).
- Leilão de Transmissão de Dez/20: arrematado o maior lote (1.100 km de rede) e 1 subestação.
- Luzia: primeiro Parque Solar da Neoenergia.

www.neoenergia.com



NEOENERGIA

Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.640	4.529	111	2,45%	17.232	17.242	(10)	(0,06%)
---	--------------	--------------	------------	--------------	---------------	---------------	-------------	----------------



Mercado Cativo	1.130	1.250	(120)	(9,60%)	4.499	4.704	(205)	(4,36%)
Mercado Livre + Suprimento	328	271	57	21,03%	1.134	1.078	55	5,19%
Energia Distribuída (A)	1.458	1.521	(63)	(4,14%)	5.633	5.782	(149)	(2,58%)
Energia Perdida (B)	181	188	(7)	(3,72%)	618	642	(24)	(3,74%)
Não Faturado (C)	110	8	102	1275,00%	99	0	99	-
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	1.750	1.718	32	1,86%	6.350	6.424	(74)	(1,15%)



Mercado Cativo	2.898	2.854	44	1,54%	10.875	11.062	(187)	(1,69%)
Mercado Livre + Suprimento	1.893	1.723	170	9,87%	6.727	6.596	131	1,99%
Energia Distribuída (A)	4.791	4.577	214	4,68%	17.602	17.658	(56)	(0,32%)
Energia Perdida (B)	369	360	8	2,50%	1.384	1.476	(92)	(6,23%)
Não Faturado (C)	33	19	14	73,68%	163	15	148	986,67%
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	5.193	4.957	236	4,76%	19.148	19.149	(1)	(0,01%)

4.1.1.4. Perdas
As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica											
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
 COELBA	10,99%	10,89%	10,65%	10,63%	10,59%	4,31%	4,33%	4,51%	4,78%	6,63%	15,30%	14,25%	15,23%	15,16%	15,40%	17,22%	14,35%
 CELPE	8,18%	8,10%	8,11%	8,14%	8,05%	9,17%	9,63%	9,68%	9,97%	11,75%	17,35%	16,03%	17,74%	17,79%	18,10%	19,80%	16,10%
 COSERN	8,45%	8,39%	8,50%	8,43%	8,44%	1,54%	1,90%	1,40%	1,42%	2,86%	9,99%	10,72%	10,29%	9,90%	9,85%	11,29%	10,77%
 ELEKTRO	5,84%	5,83%	5,72%	5,70%	5,73%	1,95%	1,86%	1,68%	2,35%	2,35%	7,79%	8,03%	7,69%	7,40%	8,06%	8,08%	8,11%

DISTRIBUIDORAS	Perdas totais 12 meses (GWh)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica											
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
 COELBA	2.753	2.716	2.594	2.580	2.556	1.080	1.080	1.096	1.159	1.600	3.834	3.523	3.796	3.690	3.739	4.155	3.338
 CELPE	1.410	1.410	1.384	1.393	1.388	1.581	1.677	1.647	1.707	2.025	2.991	2.720	3.087	3.031	3.100	3.413	2.652
 COSERN	543	542	534	533	536	99	123	93	90	181	642	694	664	627	622	717	677
 ELEKTRO	1.118	1.114	1.068	1.079	1.096	374	356	311	445	450	1.491	1.347	1.470	1.379	1.523	1.546	1.553

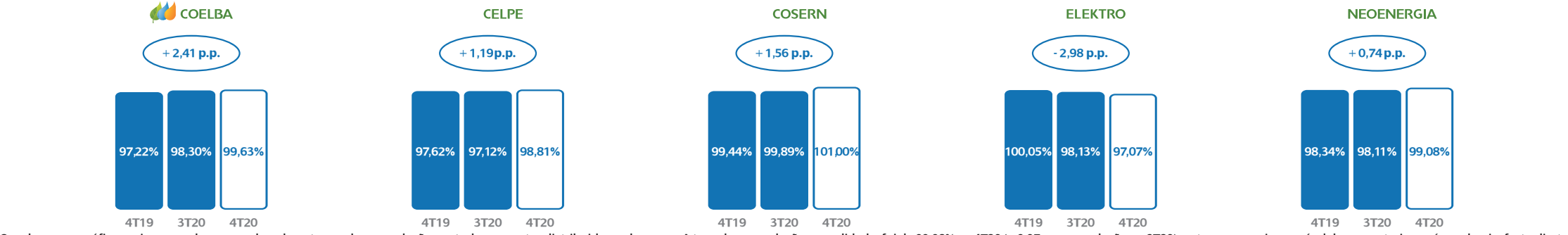
NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2020 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O indicador de dezembro de 2019 foi ajustado para a apuração definitiva. O aumento das perdas totais 12 meses nas 4 distribuidoras em relação ao trimestre anterior é explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2020 que empurrou o faturamento para janeiro/21, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 863/2019. Essa adequação fez com que o volume do não faturado aumentasse no 4T20 afetando, consequentemente, o indicador de perdas. Vale destacar que o efeito é temporário e será carregado até o 4T21 em virtude de o indicador ser acompanhado na visão 12 meses. Ademais não há nenhum impacto no Resultado Econômico da Companhia, haja vista que não houve aumentos significativos na energia efetivamente perdida, como podemos demonstrar na próxima tabela. A Coelba apresentou perdas totais 12 meses no 4T20 de 17,22% acima do limite regulatório de 14,35%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 4.155 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 15,34%, inferior ao observado no 3T20. Na Celpe, as perdas totais na visão 12 meses encerraram o 4T20 em 19,80% acima do limite regulatório de 16,10%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 3.413 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 18,16%, em linha com o observado no 3T20. Já as perdas totais na visão 12 meses no 4T20 na Cosern encerraram em 11,29% acima do limite regulatório de 10,77%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 717 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 9,83%, inferior ao observado no 3T20. Por fim, a Elektro encerrou o 4T20 com perdas totais 12 meses de 8,08% abaixo do limite regulatório de 8,11%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 1.546 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 7,19%, inferior ao observado no 3T20. A tabela abaixo demonstra a magnitude do aumento da energia não faturada no trimestre e o percentual de perdas totais excluindo o efeito da Resolução Normativa.

12 Meses (GWh)	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863
Distribuída	21.229	20.537	19.972	20.426	14.251	14.023	13.819	14.103	5.782	5.695	5.633	5.725	17.659	17.388	17.602	17.772
Energia Perdida	3.789	3.747	3.659	3.659	2.976	3.078	3.106	3.106	642	625	618	618	1.476	1.375	1.384	1.384
Não Faturado	44	-7	497	43	15	21	307	24	-0	-3	99	6	15	149	163	-7
Perdas Totais (a)	3.834	3.739	4.155	3.702	2.991	3.100	3.413	3.130	642	622	717	624	1.491	1.523	1.546	1.377
Injetada (b)	25.063	24.276	24.127	24.127	17.242	17.122	17.232	17.232	6.424	6.317	6.350	6.350	19.149	18.911	19.148	19.148
% Perdas Totais a/b	15,30%	15,40%	17,22%	15,34%	17,35%	18,11%	19,80%	18,16%	9,99%	9,85%	11,29%	9,83%	7,79%	8,06%	8,08%	7,19%

No 4T20 foram adotadas as seguintes ações de combate a perdas:
i. Realização de 467 mil inspeções recuperando mais de 338 GWh;
ii. Substituição de 428 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
iii. Regularização em mais de 119 mil clandestinos, sendo 242 grandes clandestinos que resultaram em torno de 98 GWh recuperados;
iv. Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em mais de 1,2 milhão pontos do parque de IP, totalizando uma energia recuperada de 121 GWh;
v. Realização de 175 ações policiais de combate ao furto de energia, recuperando mais de 38 GWh.

4.1.1.5. Arrecadação e Inadimplência

Os gráficos abaixo retratam o índice de arrecadação sobre contas vencidas das distribuidoras da Neoenergia ao longo dos trimestres.



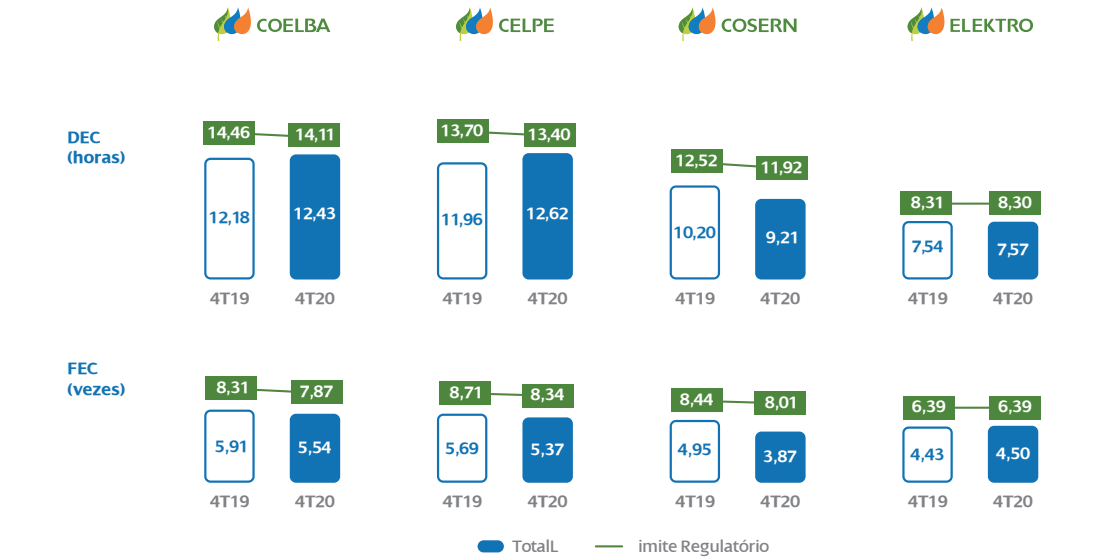
Com base nos gráficos acima percebe-se um elevado patamar de arrecadação em todas as quatro distribuidoras do grupo. A taxa de arrecadação consolidada, foi de 99,08% no 4T20 (+ 0,97 p.p. em relação ao 3T20), patamar superior ao nível do ano anterior, pré pandemia, fruto direto da efetividade das diversas ações de cobrança implementadas, em especial, após a liberação dos cortes, que tem permitido reaver parte do que não fora pago, especialmente no 2T20 (auge da pandemia).

PECLD/ ROB		4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	3T20 x 4T20	4T19 x 4T20	2020	2019	Var.	Limite Regulatório
 COELBA	ROB	3.111	2.806	2.356	2.555	2.744	7,40%	(11,80%)	10.461	11.199	(6,59 p.p.)	
	PECLD	46	32	67	33	15	(54,55%)	(67,39%)	148	127	16,48 p.p.	
	Inadimplência	1,47%	1,15%	2,84%	1,30%	0,56%	(0,75 p.p.)	(0,92 p.p.)	1,41%	1,13%	0,28 p.p.	1,16%
 CELPE	ROB	2.006	1.894	1.629	1.714	1.883	9,86%	(6,13%)	7.120	7.310	(2,60 p.p.)	
	PECLD	40	46	85	32	16	(50,00%)	(60,00%)	180	134	33,95 p.p.	
	Inadimplência	1,98%	2,42%	5,23%	1,89%	0,87%	(1,03 p.p.)	(1,11 p.p.)	2,53%	1,84%	0,69 p.p.	1,40%
 COSERN	ROB	805	758	639	687	740	7,71%	(8,07%)	2.824	2.919	(3,26 p.p.)	–
	PECLD	(2)	(0)	7	(1)	- 2	100,00%	–	4	5	(32,56 p.p.)	–
	Inadimplência	(0,24%)	(0,04%)	1,11%	(0,22%)	(0,21%)	0,00 p.p.	0,02 p.p.	0,13%	0,19%	(0,06 p.p.)	0,40%
 ELEKTRO	ROB	1.912	1.872	1.609	1.706	1.998	17,12%	4,50%	7.185	7.895	(8,99 p.p.)	–
	PECLD	30	31	56	44	9	(79,55%)	(70,00%)	139	95	46,35 p.p.	–
	Inadimplência	1,54%	1,65%	3,47%	2,57%	0,45%	(2,12 p.p.)	(1,10 p.p.)	1,94%	1,21%	0,73 p.p.	0,39%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária
Vale destacar no 4T20 o sucesso das diversas ações de cobrança listada abaixo, que diminuiram o índice de inadimplência via melhorias na arrecadação e permitiram um baixo patamar de PECLD, em virtude de reversões de valores provisionados.
i. Realização de 631 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georeferenciadas;
ii. Acompanhamentos de 102 mil instalações de clientes que sofreram a suspensão do fornecimento e não solicitaram a taxa de religação, no intuito de evitar perdas no processo com fraudes ou desligamentos;
iii. Negativações de 3.658 mil consumidores;
iv. Intensificação da cobrança e das negociações;
v. Cobranças telefônicas totalizando 22,6 milhões contatos através de SMS e URA;
vi. Cobrança por e-mail totalizando 1.515 mil acionamentos;
vii. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.1.1.6. DEC e FEC (12 meses)

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição. Todas as distribuidoras do Grupo estão abaixo do limite regulatório tanto para o DEC quanto para o FEC, conforme ilustrado nos gráficos abaixo, reflexo da boa gestão operacional do grupo:



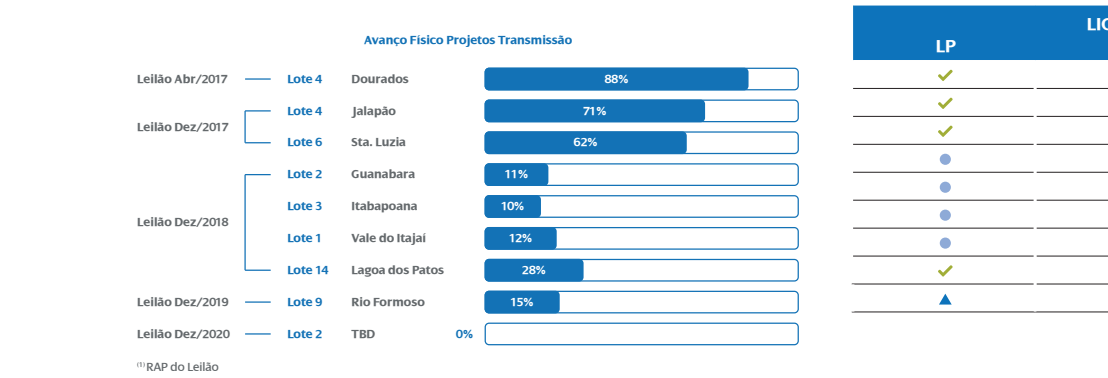
NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2020 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2019 foram ajustados para a apuração definitiva.

4.1.2. Transmissoras

4.1.2.1. Ativos de Transmissão em operação

No 4T20, estavam em operação seis ativos de transmissão (Afluente T, Naranidiba, Potiguar Sul, Atibaia, Biguaçu e Sobral), além dos três trechos percentuais ao lote 4 do Leilão de abr/17 (Dourados), já entregues ao sistema: Nova Porto Primavera - Rio Brilhante entregue em jul/20,

4.1.2.2. Licenças Ambientais e Evolução da Construção dos Ativos de Transmissão



NOTA: Evolução em 31 de dezembro de 2020. Os projetos de construção dos lotes de transmissão obtidos nos leilões de abr/17, dez/17, dez/18 e dez/19 seguem com avanços significativos, confirmando o cronograma previsto pela Neoenergia.

Leilão de Abril/2017
• Lote 4 (Dourados) – conforme mencionado acima já foram entregues 3 de 5 trechos, de modo que o empreendimento já conta com 52% da RAP do projeto e 361 km de extensão de linha (equivalente a 63% do total das linhas do lote): LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante (147 km), com 25 meses de antecedência em relação ao prazo Aneel (agosto de 2022), LT Rio Brilhante – Campo Grande (149 km), com antecipação de 20 meses em relação ao prazo Aneel e LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema (65 km), com antecipação de 19 meses em relação ao prazo Aneel.
Leilão de Dezembro/2017
• Lote 4 (Jalapão) – Obras em andamento com expectativa de antecipação em relação ao Business Plan;
• Lote 6 (Santa Luzia) – Obras em andamento com expectativa de antecipação em relação ao Business Plan.

Rio Brilhante – Campo Grande entregue em dez/20 e Nova Porto Primavera – Ivinhema também em dez/20.

Leilão de Abril/2017

- Lote 20 (Atibaia) – Concluído com antecedência de 14 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 38% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.
- Lote 27 (Sobral) – Concluído com antecedência de 13 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 33% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.
- Lote 22 (Biguaçu) – Concluído com antecedência de 7 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 27% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.

Leilão	Lote	Nome	Localização	Extensão (Km)	Subestação	RAP¹ (R\$ MM)	Entrada em Operação	Taxa de Disponibilidade da Linha (%)		
								2018	2019	2020
–	–	Afluente T	BA	489 km	3 subestações	45	1990	99,72	99,88	99,97
Leilão Jun/08	E	Naranidiba¹	BA	–	1 subestação	10	Jun/11	99,93	99,94	99,97
Leilão Jun/11	G	Extremoz II¹	–	–	1 subestação	3	Set/14	100,00	100,00	100,00
Leilão Mai/12	D	Brumado II¹	RN	–	1 subestação	2	Jul/15	99,93	99,94	99,97
Leilão Abr/17		Dourados	MS	578 km	1 subestação					
		Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	MS / SP	147 km	–	13	Jul/20	n/a	n/a	100,00
	4	Nova Porto Primavera - Ivinhema	MS / SP	64 km	–	8	Dez/20	n/a	n/a	n/a
		Rio Brilhante - Campo Grande	MS / SP	149 km	–	14	Dez/20	n/a	n/a	n/a
	20	Atibaia	MS	–	1 subestação	15	Dez/19	n/a	n/a	99,99
	22	Biguaçu	SC	–	1 subestação	15	Jul/20	n/a	n/a	100,00
	27	Sobral	CE	–	1 subestação	14	Jan/20	n/a	n/a	100,00

NOTA 1: Afluente T foi oriunda do processo de desverticalização da Coelba
¹ Naranidiba é formada por 3 subestações: SE Naranidiba, SE Extremoz II e SE Brumado II
² RAP homologada (2020-21), exceto para os trechos de Dourados, cuja RAP é a efetivamente liberada a partir da entrada em operação. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pelo ONS.

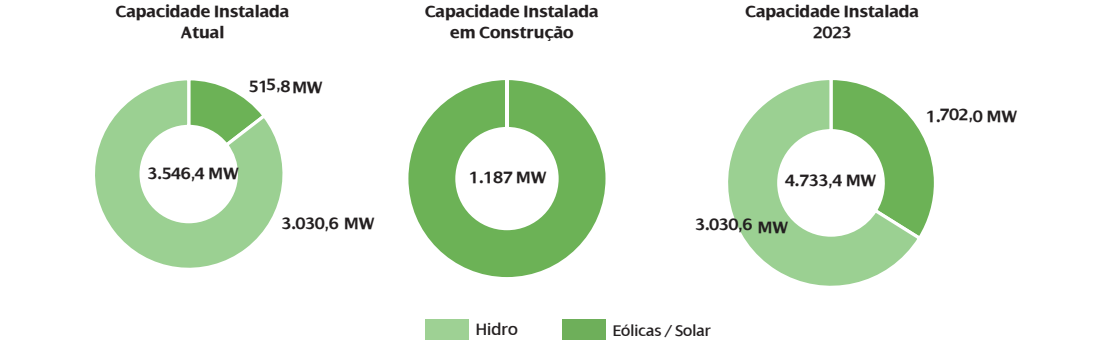
Concluído	✓	LP	Licença Prévia
Em andamento	●	LI	Licença de Instalação
A iniciar	▲	LO	Licença de Operação

Leilão de Dezembro/2018:

- Lote 1 (Vale do Itajaí) – LP's obtidas para as 5 subestações 230kV: Gaspar 2, Indaial, Rio do Sul, Jaguará do Sul e Itajaí;
- Lote 2 (Guanabara) e Lote 3 (Itabapoana) – LPs em andamento;
- Lote 14 (Lagoa dos Patos) – Licença de Instalação obtida para as duas subestações (SE Marmeleiros-2 e SE Livramento-3) e para o trecho LT Sta. Maria – Livramento.

Leilão de Dezembro/2019:
• Lote 9 (Rio Formoso) – LP obtida.
Leilão de Dezembro/2020:
A Neoenergia arrematou o lote 2, que compreende 3 linhas de transmissão de 500 kV, 1 linha de transmissão de 230 kV, uma nova subestação Medeiros Neto de 500 kV com compensação síncrona na Bahia, totalizando 1.091 km de extensão percorrendo majoritariamente a Bahia, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O Capex Aneel estimado é de R\$ 2 bilhões com RAP de R\$ 160 milhões (atualizada anualmente por IPCA).

4.2. Renováveis
O Grupo Neoenergia atua no setor de energia renovável por meio de duas frentes: a eólica e a hídrica. Os ativos em operação e em construção totalizam 44 parques eólicos e 7 usinas hidrelétricas.



4.2.1. Parques Eólicos

Em 2020, a Companhia atuou no segmento de geração renovável por meio de 17 parques eólicos em operação, com uma capacidade instalada de 515,8 MW: Arizona I; Caetité I, II e III; Calango I, II, III, IV, V e VI; Mel II; Santana I e II; Canoas; Lagoa I e II; e Rio do Fogo. A Companhia possui três complexos em processo de construção: Chafariz, localizado na Paraíba (15 parques com 471,2 MW), Oitis, no Piauí e na Bahia (12 parques com 566,5 MW) e Luiza (projeto solar de 149 MW dc). O portfólio de ativos eólicos totalizará 1,6 GW em 2022, dos quais 51% estará destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 49% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), alinhado com a estratégia de posicionamento na liberalização do mercado de energia brasileiro.

Eólicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Fim da Concessão
EOL Caetité 1	100%	BA	Caetité	30,0	13,0	28/10/42
EOL Caetité 2	100%	BA	Caetité	30,0	14,7	06/02/46
EOL Caetité 3	100%	BA	Caetité	30,0	11,2	23/02/46
EOL Calango 1	100%	RN	Bodó e Santana do Mato	30,0	13,9	27/04/46
EOL Calango 3	100%	RN	Bodó, Santana do Mato e Lagoa Nova	30,0	13,9	29/05/46
EOL Rio do Fogo (ENERBRASIL)	100%	RN	Rio do Fogo	49,3	17,9	18/12/31
EOL Arizona 1	100%	RN	Rio do Fogo	28,0	12,9	03/03/46
EOL Mel 2	100%	RN	Areia Branca	20,0	8,8	27/02/46
EOL Calango 6	100%	RN	Bodó e Cerro Corá	30,0	18,5	19/11/49
EOL Santana 1	100%	RN	Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá	30,0	17,3	13/11/49
EOL Santana 2	100%	RN	Bodó e Lagoa Nova	24,0	13,1	13/11/49
EOL Calango 2	100%	RN	Bodó	30,0	12,8	08/05/46
EOL Calango 4	100%	RN	Bodó	30,0	12,8	18/05/46
EOL Calango 5	100%	RN	Bodó	30,0	13,7	01/06/46
EOL Canoas	100%	PB	São José do Sabugi e Junco do Seridó	31,5	17,7	03/08/50
EOL Lagoa 2	100%	PB	São José do Sabugi	31,5	17,5	03/08/50
EOL Lagoa 1	100%	PB	e Santa Luzia	31,5	18,7	03/08/50

No 4T20 a energia eólica gerada foi de 560 GWh (-2,83% vs. 4T19) e de 1.878 GWh no 2020 (- 5,77% vs. 2019) devido a menores ventos em relação aos mesmos períodos de 2019. A disponibilidade no 4T20 foi acima de 97%, conforme programado.

4.2.1.1. Evolução da construção dos parques eólicos

Avanço Físico Eólicas	LICENÇAS		
	LP	LI	LO
Complexo Chafariz	✓	✓	▲
Complexo Oitis	✓	✓	▲
Concluído	✓	LP	Licença Prévia
Em andamento	●	LI	Licença de Instalação
A iniciar	▲	LO	Licença de Operação

Todos os parques eólicos do Complexo Chafariz já obtiveram licença de instalação e outorga; as obras foram iniciadas em outubro de 2019, três meses antes do previsto, e já contam com 100% do CAPEX contratado.

Todos os parques do Complexo Oitis obtiveram licença de instalação entre novembro e dezembro de 2020, permitindo assim iniciar os procedimentos de mobilização das obras do Complexo, com 3 meses de antecipação em relação ao *Business Plan*, uma vez que tinha data prevista para mobilização em fevereiro de 2021.

4.2.2. Hidrelétricas

A Neoenergia tem participação em 7 usinas hidrelétricas (com participação direta e indireta): Itapebi, Corumbá, Baguari, Dardanelos, Teles Pires, Baixo Iguaçu e Belo Monte.

Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Fim da Concessão
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462,0	209,1	31/08/35
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96,5	49,3	14/02/37
UHE Baguari I	51%	MG	Rio Doce	140,0	84,7	14/08/41
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	51%	MT	Rio Aripuanã	261,0	154,9	02/01/43
Teles Pires	51%	MT / PA	Rio Teles Pires	1.819,8	930,7	06/06/46
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11.233,1	4.571,0	25/08/45
Baixo Iguaçu - Geração Céu Azul	70%	PR	Rio Iguaçu	350,2	172,4	30/10/49

4.3. Liberalizado

4.3.1. Termopernambuco

A Termopernambuco é uma térmica inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas). Possui PPAs com Coelba (65MW) e Celpe (390MW) com duração até 2024, que garantem a receita da usina. Tem capacidade instalada de 533 MW e energia assegurada de 504 MW, sua autorização vence em 2030.

No 4T20 houve uma geração de energia 12,28% inferior ao mesmo período de 2019, atingindo 1.029 GWh. Essa variação é explicada pela menor quantidade de dias de operação no período. No 4T20 foram 9 dias de parada por restrição de gás, ao passo que no 4T19 foi apenas 1 dia. Em 2020 houve uma geração de energia de 27,90% inferior à registrada em 2019, chegando a 2.385 GWh. Essa redução se deve à menor quantidade de dias em operação em 2020, já que a planta ficou parada 174 dias, sendo 18 dias para manutenção, 14 dias por falta de fornecimento de gás e 142 por não ter sido despachada, enquanto em 2019 a planta ficou 104 dias sem operar. Importante frisar que o efeito das paradas no resultado da Termopernambuco é minimizado pela compra de energia a preços inferiores ao custo variável unitário, para suprir seus contratos de venda.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida ⁽¹⁾	10.002	7.215	2.787	39%	31.138	27.622	3.516	13%
Custos Com Energia ⁽²⁾	(7.243)	(4.862)	(2.381)	49%	(21.454)	(19.015)	(2.439)	13%
Margem Bruta s/VNR	2.759	2.353	406	17%	9.684	8.607	1.077	13%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	404	156	248	159%	549	556	(7)	(1%)
MARGEM BRUTA	3.163	2.509	654	26%	10.233	9.163	1.070	12%
Despesa Operacional	(999)	(894)	(105)	12%	(3.225)	(3.180)	(45)	1%
PECLD	(35)	(108)	73	(68%)	(456)	(332)	(124)	37%
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	6	(34)	(567%)	(56)	68	(124)	(182%)
EBITDA	2.101	1.513	588	39%	6.496	5.719	777	14%
Depreciação	(430)	(359)	(71)	20%	(1.618)	(1.446)	(172)	12%
Resultado Financeiro	(350)	(368)	18	(5%)	(1.030)	(1.341)	311	(23%)
IR/CS	(292)	(144)	(148)	103%	(943)	(623)	(320)	51%
Minoritário	(33)	(24)	(9)	38%	(96)	(80)	(16)	20%
LUCRO LÍQUIDO	996	618	378	61%	2.809	2.229	580	26%

⁽¹⁾ Considera Receita de Construção

⁽²⁾ Considera Custos de Construção

Conforme expresso na Orientação Técnica CPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/ Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Bruta.

A Neoenergia apresentou Margem Bruta de R\$ 3.163 milhões no 4T20, +R\$ 654 milhões vs. 4T19 explicados, pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das 4 distribuidoras e pelo maior VNR (+R\$ 248 milhões vs. 4T19), devido ao maior IPCA no período (+1,34 p.p.), além da aplicação do IFRS15 na transmissão de R\$ 360 milhões (+R\$ 162 milhões vs. 4T19).

Em 2020, a Margem Bruta foi de R\$ 10.233 milhões, R\$ 1.070 milhões acima de 2019 também impactado pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das distribuidoras em 2019 e 2020 e pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Elektro em agosto de 2019, além da aplicação de R\$ 758 milhões de IFRS15 na transmissão (+R\$ 415 milhões vs. 2019).

As Despesas Operacionais da Neoenergia totalizaram R\$ 999 milhões no trimestre (+12% vs. 4T19) explicada, principalmente, pela aceleração de despesas de ações de cobrança nas 4 distribuidoras visando a recuperação dos valores não pagos durante os primeiros meses da pandemia nos quais as distribuidoras estão proibidas pela ANEEL de efetuar cortes, baixa não recorrente de alguns ativos na Celpe (R\$ 26 milhões) em função da aceleração do volume de investimentos para otimizar a Base de Remuneração de Ativos, gasto também não recorrente com os estudos do leilão da CEB (R\$ 25 milhões) e crescimento do segmento de transmissão (R\$ 8 milhões). Já no ano as Despesas Operacionais foram de R\$ 3.225 milhões, em linha com 2019, absorvendo tanto a inflação quanto o crescimento da base de clientes das distribuidoras e o aumento de *headcount* em função dos processos de primarização de atividades operacionais das distribuidoras.

A PECLD foi de R\$ 35 milhões significativamente menor que os R\$ 108 milhões registrados no 4T19, o que demonstra o êxito das ações da cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas e a recuperação de contas em aberto. No ano, a PECLD foi de R\$ 456 milhões, sendo R\$114 milhões ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 2.101 milhões no 4T20 (+39% vs.4T19) e de R\$ R\$ 6.496 milhões (+14% vs. 2019), confirmando a retomada da economia, a manutenção da eficiência e o avanço na construção dos projetos de transmissão. Vale destacar que o Ebitda em 2020 foi impactado negativamente em cerca de R\$ 262 milhões em razão dos efeitos da Covid-19, principalmente, pela queda de mercado e maior inadimplência Esse impacto se concentrou nas Distribuidoras e ocorreu da seguinte maneira: Coelba (R\$ 140 milhões), Elektro (R\$ 69 milhões), Celpe (R\$ 30 milhões) e Cosern (R\$ 24 milhões).

A Neoenergia registrou Lucro Líquido no trimestre de R\$ 996 milhões (+61% vs. 4T19) e em 2020 foi de R\$ 2.809 milhões (+26% vs. 2019), em virtude do melhor resultado financeiro no período além das razões supracitadas.

5.2. Redes

O resultado do segmento de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão.

DRE REDES (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	9.613	6.772	2.841	42%	29.896	25.901	3.995	15%
Custos Com Energia	(7.240)	(4.721)	(2.519)	53%	(21.596)	(18.460)	(3.136)	17%
Margem Bruta s/ VNR	2.373	2.051	322	16%	8.300	7.441	859	12%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	404	156	248	159%	549	556	(7)	(1%)
Margem Bruta	2.777	2.207	570	26%	8.849	7.997	852	11%
Despesa Operacional	(780)	(703)	(77)	11%	(2.608)	(2.624)	16	(1%)
PECLD	(33)	(109)	76	(70%)	(454)	(348)	(106)	30%
EBITDA	1.964	1.395	569	41%	5.787	5.025	762	15%
Depreciação	(314)	(276)	(38)	14%	(1.189)	(1.062)	(127)	12%
Resultado Financeiro	(266)	(287)	21	(7%)	(806)	(1.149)	343	(30%)
IR CS	(257)	(147)	(110)	75%	(864)	(573)	(291)	51%
LUCRO LÍQUIDO	1.127	685	442	65%	2.928	2.241	687	31%

O segmento de Redes encerrou o trimestre com Margem Bruta de R\$ 2.777 milhões, R\$ 570 milhões acima do 4T19, pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das 4 distribuidoras e pelo maior VNR (+R\$ 248 milhões vs. 4T19), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.), além da aplicação do IFRS15 na transmissão (+R\$ 162 milhões vs. 4T19).

Em 2020, a Margem Bruta foi de R\$ 8.849 milhões, R\$ 852 milhões acima de 2019 também impactado pelos efeitos dos Reajustes Tarifários de 2019 e 2020 das distribuidoras e pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Elektro em agosto de 2019, além da aplicação de R\$ 758 milhões de IFRS15 na transmissão (+R\$ 415 milhões vs. 2019).

No que tange as despesas operacionais foram registrados R\$ 780 milhões no 4T20 (+ 11% vs. 4T19) relacionado à aceleração das ações de cobrança, baixa não recorrente de alguns ativos na Celpe (R\$ 26 milhões) em função da aceleração do volume de investimentos e crescimento do segmento de transmissão (R\$ 8 milhões). No ano, as despesas operacionais foram de R\$ 2.608 milhões no ano (-1% vs. 2019), absorvendo tanto o crescimento da base de clientes das distribuidoras quanto a inflação do período e o aumento de *headcount* em função dos processos de primarização de suas distribuidoras, comprovando sua disciplina de custos.

A PECLD foi de R\$ 33 milhões, R\$ 76 milhões menor que no 4T19, o que demonstra o êxito das ações da cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas e a recuperação das contas em aberto. No ano, a PECLD foi de R\$ 454 milhões, sendo R\$106 milhões ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Ainda sobre a PECLD, é importante lembrar que desde o 3T19, a Neoenergia adota uma postura mais objetiva no provisionamento baseado no histórico do comportamento de pagamento, por classe de cliente (*aging*) dos últimos 60 meses, estruturado em 4 carteiras: (i) carteira não parcelada, (ii) carteira parcelada, (iii) carteira Fraude (faturamento retroativo resultante das ações de inspeção de combate às perdas) e (iv) carteira Jurídica (dívidas vencidas que passam a ser tratadas judicialmente).

O EBITDA de Redes encerrou o 4T20 em R\$ 1.964 milhões (+41% vs. 4T19) e o ano em R\$ 5.787 milhões (+15% vs. 2019), confirmando a retomada da economia, a manutenção da eficiência e o avanço na construção dos projetos de transmissão.

Vale destacar que o Ebitda de Redes em 2020 foi impactado negativamente em cerca de R\$ 262 milhões em razão dos efeitos da Covid-19. O Lucro Líquido no trimestre foi de R\$ 1.127 milhões (+65% vs. 4T19) e de R\$ 2.928 milhões em 2020 (+31% vs. 2019), em virtude do melhor resultado financeiro no período além das razões supracitadas.

5.2.1.1. COELBA

DRE COELBA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	3.411	2.444	967	40%	10.909	9.922	987	10%
Custos com Energia	(2.500)	(1.634)	(866)	53%	(7.557)	(6.710)	(847)	13%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	204	82	122	149%	280	210	70	33%
Margem Bruta	1.115	892	223	25%	3.632	3.422	210	6%
Despesa Operacional	(323)	(316)	(7)	2%	(1.117)	(1.159)	42	(4%)
PECLD	(14)	(45)	31	(69%)	(144)	(125)	(19)	15%
EBITDA	778	531	247	47%	2.371	2.138	233	11%
Depreciação	(148)	(131)	(17)	13%	(560)	(493)	(67)	14%
Resultado Financeiro	(104)	(111)	7	(6%)	(353)	(482)	129	(27%)
IR CS	(56)	(14)	(42)	300%	(239)	(154)	(85)	55%
LUCRO LÍQUIDO	470	275	195	71%	1.219	1.009	210	21%

A Coelba encerrou 4T20 com Margem Bruta de R\$ 1.115 milhões, (+ 25% vs. 4T19), devido ao aumento médio de 5% do reajuste tarifário de abril/20 e pelo maior VNR (+R\$ 122 milhões vs. 4T20), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.). Em 2020, a Margem Bruta ficou 6% acima em relação a 2019 explicado pelos mesmos motivos citados anteriormente

O PMSO foi de R\$ 323 milhões no 4T20, crescimento de 2% em relação ao 4T19. No ano, o PMSO foi de R\$ 1,1 bilhão, eficiência de 4% vs. 2019. A Coelba continua absorvendo tanto o crescimento da base de clientes (+1,6% vs. 2019) quanto a inflação do período e segue seu plano de primarização de processos operacionais.

No 4T20, a PECLD totalizou R\$ 14 milhões, queda de R\$ 31 milhões vs. 4T19, o que demonstra o êxito das ações da cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas anteriormente. Já no ano, a PECLD foi de R\$ 144 milhões, R\$ 19 milhões acima de 2019 ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 778 milhões, incremento de 47% vs. 4T19. Em 2020, o EBITDA foi de R\$ 2,4 bilhões, + 11% vs. 2019.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 470 milhões (+71% vs. 4T19) e de R\$ 1,2 bilhão (+21% vs. 2019).

5.2.1.2. CELPE

DRE CELPE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.138	1.533	605	39%	6.689	5.947	742	12%
Custos com Energia	(1.721)	(1.139)	(582)	51%	(5.107)	(4.415)	(692)	16%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	77	24	53	221%	104	70	34	49%
Margem Bruta	494	418	76	18%	1.686	1.602	84	5%
Despesa Operacional	(207)	(149)	(58)	39%	(693)	(650)	(43)	7%
PECLD	(14)	(37)	23	(62%)	(171)	(125)	(46)	37%
EBITDA	273	232	41	18%	822	827	(5)	(1%)
Depreciação	(77)	(65)	(12)	18%	(288)	(257)	(31)	12%
Resultado Financeiro	(96)	(80)	(16)	20%	(251)	(338)	87	(26%)
IR CS	(21)	(16)	(5)	31%	(66)	(51)	(15)	29%
LUCRO LÍQUIDO	79	71	8	11%	217	181	36	20%

em virtude da restrição do sistema de transmissão, que tem limitado a empresa a liquidar a sua energia do ACL apenas ao PLD do Norte. O EBITDA do segmento Renováveis encerrou o 4T20 em R\$ 162 milhões (+29% vs. 4T19), boa performance tanto das hidros quanto das eólicas. No ano, o EBITDA chegou a R\$ 595 milhões (-6% vs. 2019). O Lucro Líquido do trimestre foi de R\$50 milhões (-3% vs. 4T19) e do ano foi de R\$ 202 milhões (-25% vs. 2019).

5.4. Liberalizado

DRE LIBERALIZADO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	648	726	(78)	(11%)	2.273	2.680	(407)	(15%)
Custos Com Energia	(510)	(596)	86	(14%)	(1.738)	(2.273)	535	(24%)
Margem Bruta	138	130	8	6%	535	407	128	31%
Despesa Operacional	(68)	(55)	(13)	24%	(186)	(138)	(48)	35%
PECLD	(2)	(1)	(1)	100%	(2)	(1)	(1)	100%
EBITDA	68	74	(6)	(8%)	347	268	79	29%
Depreciação	(17)	(7)	(10)	143%	(63)	(45)	(18)	40%
Resultado Financeiro	(9)	(25)	16	(64%)	(65)	(105)	40	(38%)
IR CS	(1)	(2)	1	(50%)	(25)	1	(26)	(2600%)
LUCRO LÍQUIDO	41	40	1	2%	194	119	75	63%

DRE TERMOPERNAMBUCO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	317	302	15	5%	1.140	1.039	101	10%
Custos Com Energia	(187)	(166)	(21)	13%	(638)	(581)	(57)	10%
Margem Bruta	130	136	(6)	(4%)	502	458	44	10%
Despesa Operacional	(51)	(50)	(1)	2%	(133)	(115)	(18)	16%
EBITDA	79	86	(7)	(8%)	369	343	26	8%
Depreciação	(17)	(7)	(10)	143%	(59)	(44)	(15)	34%
Resultado Financeiro	(9)	(21)	12	(57%)	(58)	(97)	39	(40%)
IR CS	(5)	(7)	2	(29%)	(37)	(26)	(11)	42%
LUCRO LÍQUIDO	48	51	(3)	(6%)	215	176	39	22%

DRE NC (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	331	424	(93)	(22%)	1.132	1.640	(508)	(31%)
Custos Com Energia	(324)	(430)	106	(25%)	(1.100)	(1.692)	592	(35%)
Margem Bruta	7	(6)	13	(217%)	32	(52)	84	(162%)
Despesa Operacional	(16)	(5)	(11)	220%	(53)	(23)	(30)	130%
PECLD	(2)	(1)	(1)	100%	(2)	(1)	(1)	100%
EBITDA	(11)	(12)	1	(8%)	(23)	(76)	53	(70%)
Depreciação	-	-	-	-	(4)	(1)	(3)	300%
Resultado Financeiro	-	(5)	5	(100%)	(7)	(8)	1	(13%)
IR CS	4	5	(1)	(20%)	12	27	(15)	(56%)
LUCRO LÍQUIDO	(7)	(12)	5	(42%)	(22)	(58)	36	(62%)

O segmento Liberalizado consolidou margem bruta de R\$ 138 milhões no 4T20, crescimento de R\$ 8 milhões vs. 4T19 influenciado pelo novo posicionamento comercial da NC (+R\$ 13 milhões vs. 4T19). No ano, a margem bruta foi de R\$ 535 milhões (+R\$ 128 milhões vs. 2019), impactada pelo novo posicionamento comercial da NC (+R\$ 84 milhões) e pelo resultado da Termopernambuco (+R\$ 44 milhões), influenciado pelo impacto do reajuste tarifário dolarizado e pela compra de energia a um menor PLD. O PMSO foi de R\$ 68 milhões no 4T20 (+R\$13 milhões vs. 4T19) e de R\$ 186 milhões no ano (+R\$ 48 milhões vs. 2019), explicado, principalmente, pelo reajuste dos contratos de O&M de Termopernambuco, bem como pelo novo posicionamento comercial da NC. O EBITDA de Liberalizado foi de R\$ 68 milhões no trimestre (-R\$ 6 milhões vs. 4T19) e de R\$ 347 milhões no ano de 2020 (+R\$ 79 milhões vs. 2019). O Lucro Líquido foi de R\$ 41 milhões no 4T20 (+R\$ 1 milhão vs. 4T19) e de -R\$ 194 milhões em 2020 (+R\$ 75 milhões vs. 2019).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	996	618	378	61%	2.809	2.229	580	26%
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(33)	(24)	(9)	38%	(96)	(80)	(16)	20%
Despesas financeiras (C)	(584)	(474)	(110)	23%	(1.755)	(1.768)	13	(1%)
Receitas financeiras (D)	176	124	52	42%	597	518	79	15%
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	58	(18)	76	(422%)	128	(91)	219	(241%)
Imposto de renda e contribuição social (F)	(292)	(144)	(148)	103%	(943)	(623)	(320)	51%
Depreciação e Amortização (G)	(430)	(359)	(71)	20%	(1.618)	(1.446)	(172)	12%
EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)	2.101	1.513	588	39%	6.496	5.719	777	14%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	29	52	(23)	(44%)	135	199	(64)	(32%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de divida	(305)	(304)	(1)	0%	(1.058)	(1.323)	265	(20%)
Outros resultados financeiros não relacionados a divida	(74)	(116)	42	(36%)	(107)	(217)	110	(51%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	148	43	105	244%	440	188	252	134%
Variações monetárias e cambiais - outros	(10)	1	(11)	(1100%)	(54)	(28)	(26)	93%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(37)	(56)	19	(34%)	(167)	(135)	(32)	24%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(6)	11	(17)	(155%)	(4)	48	(52)	(108%)
Obrigações pós emprego	(15)	(20)	5	(25%)	(60)	(81)	21	(26%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(154)	(95)	(59)	62%	(262)	(209)	(53)	25%
Total	(350)	(368)	18	(5%)	(1.030)	(1.341)	311	(23%)

O Resultado Financeiro da Neoenergia foi de -R\$ 350 milhões no 4T20 (+R\$ 18 milhões vs. 4T19) e de -R\$ 1.030 milhões no 2020 (+R\$ 311 milhões vs. 2019). No trimestre, a variação é explicada, principalmente, pela rubrica de acréscimo moratório, reajustado por maior IGPM quando comparado ao 4T20. No ano, a variação é explicada por menor despesa com encargos de divida (+R\$ 265 milhões 2020) devido, principalmente, à redução de 3,20 p.p. do CDI, principal indexador da divida do grupo (58% do endividamento do grupo está atrelado ao indexador). Na tabela abaixo apresentamos os principais indexadores:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
TJLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA²	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

8. INVESTIMENTOS

O Grupo Neoenergia fez investimento total de R\$ 2,1 bilhões no 4T20 e de R\$ 6,3 bilhões no ano de 2020 nas companhias que consolida, conforme visão gerencial abaixo:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Redes	1.714	1.156	48%	5.335	3.923	36%
Distribuidoras	835	983	(15%)	3.339	3.327	0%
Transmissoras	879	172	410%	1.995	596	235%
Renováveis	397	221	80%	898	321	180%
Liberalizado	15	46	(67%)	101	142	(29%)
Holding	2	3	(26%)	3	4	(25%)
TOTAL	2.129	1.426	49%	6.337	4.390	44%

8.1. Controladas e Coligadas

Os investimentos realizados pelas coligadas corresponderam aos montantes de R\$ 14 milhões no 4T20 e R\$ 61 milhões em 2020.

Controladas e Coligadas¹	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
EAPSA	2	2	20%	3	2	61%
Teles Pires	7	25	(74%)	8	48	(84%)
Belo Monte	6	64	(90%)	50	133	(63%)
Total	14	90	(84%)	61	183	(67%)

¹Empresas não consolidadas pela Neoenergia.

Valores equivalentes aos percentuais de participação da Neoenergia nas respectivas empresas

8.2. Redes

8.2.1. Distribuição

Em 2020, o Capex das distribuidoras foi de R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 2.072 milhões foram destinados à expansão de redes, R\$ 501 milhões à renovação de ativos, R\$ 393 milhões à melhoria de redes e R\$ 717 milhões a projetos de combate a perdas, inadimplência e outros.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	 COELBA	 CELPE	 COSERN	 ELEKTRO	CONSOLIDADO	
					4T20	2020
Expansão de Rede	(286)	(72)	(58)	(104)	(520)	(2.072)
Programa Luz para Todos	(85)	-	-	-	(85)	(464)
Novas Ligações	(109)	(52)	(27)	(52)	(239)	(910)
Novas SE's e RD's	(92)	(20)	(32)	(52)	(196)	(698)
Renovação de Ativos	(54)	(28)	(16)	(35)	(134)	(501)
Melhoria da Rede	(74)	(15)	(16)	(24)	(130)	(393)
Perdas e Inadimplência	(29)	(11)	(1)	(6)	(48)	(217)
Outros	(137)	(57)	(23)	(44)	(261)	(500)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(22)	8	12	43	41	(307)
(=) Investimento Bruto	(602)	(176)	(102)	(171)	(1.051)	(3.991)
SUBVENÇÕES	219	6	5	28	257	344
(=) Investimento Líquido	(383)	(170)	(98)	(143)	(794)	(3.647)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	22	(8)	(12)	(43)	(41)	307
(=) CAPEX	(361)	(179)	(110)	(185)	(835)	(3.339)
BAR	(137)	(57)	(23)	(44)	(261)	(500)
BRR	(443)	(127)	(92)	(170)	(832)	(3.183)

8.2.2. Transmissão

Em 2020, o Capex das transmissoras foi de R\$ 1.995 milhões, R\$ 1.399 milhões acima de 2019.

Em relação aos lotes do leilão de abril de 2017, 100% do Capex previsto está contratado. Destaque para a entrada em operação do segundo e terceiro trechos de Dourados (lote 04), entregues em dezembro de 2020, com início de recebimento da RAP. Para os lotes arrematados em dezembro de 2017, 100% do Capex previsto já está contratado, as empreiteiras já se encontram mobilizadas, com as entregas em conforme cronograma da obra. Os lotes arrematados no Leilão de dezembro de 2018 estão com 100% dos equipamentos principais, cabos e torres já contratados e em processo de licenciamento ambiental. O lote arrematado no leilão de dezembro de 2019 está com 97% do Capex contratado, e em andamento com a obtenção das licenças ambientais. O lote arrematado no Leilão de dezembro de 2020, está nas contratações iniciais.

8.3. Renováveis

8.3.1. Parques Eólicos

Os investimentos realizados nos parques eólicos somaram R\$ 840 milhões em 2020, destinados (i) às obras do Complexo Chafariz, que já estão com 100% do Capex estimado contratado, com hedge de moeda e contratos de conexão com a empresa de transmissão já celebrado; e (ii) às obras do Complexo Oitis, cujos parques eólicos obtiveram licença de instalação entre novembro de dezembro de 2020, permitindo o início das mobilizações para construção.

8.3.2. Usinas Hidrelétricas

Os investimentos em plantas hidrelétricas, de R\$ 59 milhões em 2020, essencialmente *sustaining* CAPEX, foram R\$ 136 milhões menores que em 2019, majoritariamente em função da execução das obras de Baixo Iguaçu em 2019.

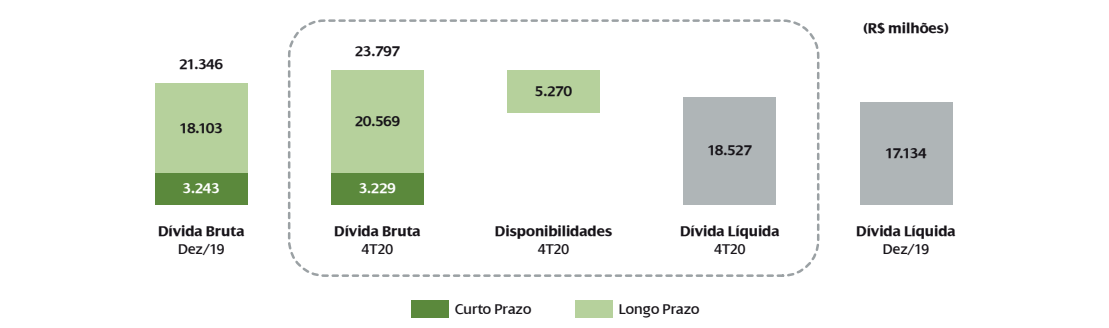
8.4. Liberalizado

A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 14 milhões em 4T20, 65% inferior ao realizado no 4T19, devido à aquisição de materiais em 2019. No ano a usina apresentou R\$ 100 milhões em investimentos, 26% inferior ao apresentado em 2019, devido à compra do rotor de baixa pressão da turbina a vapor em 2019.

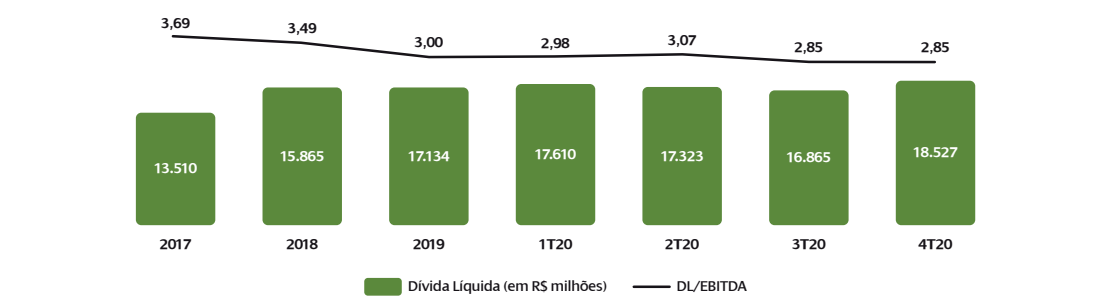
9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira

Em dezembro de 2020, a dívida bruta consolidada da Neoenergia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, atingiu R\$ 23.797 milhões (dívida líquida R\$ 18.527 milhões), apresentando um aumento de 11% (R\$ 2.451 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 84% da dívida contabilizada no longo prazo e 16% no curto prazo.

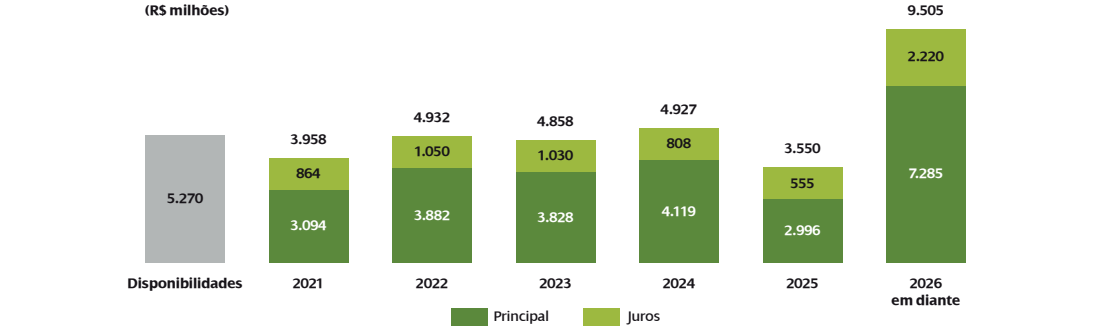


O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,0 em dezembro de 2019 para 2,85 em dezembro de 2020.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida (em milhões de reais), utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020. O prazo médio do endividamento da Neoenergia em dezembro de 2020 foi de 4,66 anos, representando um alongamento do perfil da dívida do grupo em relação a dezembro de 2019, que foi de 4,03 anos.



12.5.2. Governança Corporativa

O Sistema de Governança Corporativa da Neoenergia reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo, atendendo os mais altos níveis de Governança Corporativa de empresas brasileiras, o que qualifica a Neoenergia para listagem de suas ações no Novo Mercado da B3. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Neoenergia. Configurado sempre em conformidade com o Acordo de Acionistas e com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

Conselho de Administração

É integrado por treze representantes titulares e dez membros suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros, sete são indicados pela Iberdrola, três pela Previ e três são membros independentes. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente, 8 vezes ao ano para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou, na sua falta, pelo seu suplente ou conselheiro eleito em sua substituição ou, ainda, por quaisquer 2 conselheiros em conjunto.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por quatro membros titulares e quatro suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria Executiva

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por nove membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão, e Partes Relacionadas. Cada Comitê é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 5 membros titulares e seus respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 3 membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho de Administração.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

12.5.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como *lives*, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricitas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricitas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Premio Corresponsables da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

13. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

13.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito “continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível”, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

13.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro). O projeto “Conexão Digital” entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolveu três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto “Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha” visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto “Corredor Verde”, uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de *self healing* semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

13.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais inciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

13.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicá-las em cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

13.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020 contou com investimento de cerca de R\$ 61 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades com troca de 233 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais e mais de 140 mil lâmpadas em 714 instituições dessas comunidades.
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 419 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 107 mil na conta de 5.388 consumidores.
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD, capacitando 3.104 professores e 137.736 alunos das áreas de concessão das distribuidoras sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica.
- Execução de projetos de Eficientização de 300 prédios públicos e assistenciais na área de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 53 unidades na Bahia, 22 em Pernambuco, 6 no Rio Grande do Norte e 219 em São Paulo, totalizando mais de 190 mil lâmpadas substituídas.
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu em 2020 desconto de 50% para instalação de energia solar em 435 residências na Bahia, Pernambuco e São Paulo, totalizando 1.780 kWp instalado.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional, líquida	5	31.989	28.461	4	4
Custos dos serviços		(24.615)	(22.087)	–	–
Custos com energia elétrica	6	(15.280)	(14.519)	–	–
Custos de construção	7	(5.726)	(4.054)	–	–
Custos de operação	8	(3.609)	(3.514)	–	–
Lucro bruto		7.374	6.374	4	4
Perdas de crédito esperadas	12.2	(456)	(332)	–	16
Despesas com vendas	8	(288)	(270)	–	–
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(1.530)	(1.397)	(242)	(231)
Amortização de mais-valia	15	(166)	(170)	(164)	(168)
Equivalência Patrimonial	15	(56)	68	3.227	2.549
Lucro Operacional		4.878	4.273	2.825	2.170
Resultado Financeiro		(1.030)	(1.341)	(21)	59
Receitas Financeiras		597	518	185	208
Despesas Financeiras		(1.755)	(1.768)	(178)	(137)
Outros resultados financeiros, líquidos		128	(91)	(28)	(12)
Lucro antes dos tributos		3.848	2.932	2.804	2.229
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(943)	(623)	(8)	–
Corrente		(511)	(288)	(8)	–
Diferido		(432)	(335)	–	–
Lucro líquido do exercício		2.905	2.309	2.796	2.229
Atribuível à:					
Acionistas da Neoenergia S.A.		2.809	2.229	2.796	2.229
Acionistas não controladores		96	80	–	–
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	23.2	2,39	1,90	2,30	1,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Execução de projeto prioritário Hospitais Covid-19 para equipar os hospitais de campanha da pandemia na Bahia e Pernambuco, sendo beneficiadas 78 unidades com a substituição de 7.935 lâmpadas, 182 geladeiras/freezers e 99 aparelhos de ar condicionado.

- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública e diversos municípios das áreas de concessão das distribuidoras, com a substituição de mais de 18 mil pontos de IP por tecnologia LED.

13.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto “Sistema Inteligente de Armazenamento Energia ” que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de ion lítio o excedente de energia; (ii) o projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto “Conexão Digital” cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminho elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto “Sensor Inteligente para 69 kV” cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de “Transformador Inteligente e Qualímetro com oscilografia contínua”, que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

14. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020.

(i) Índice de Sustentabilidade Empresarial B3: Neoenergia passa a integrar a 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A nova carteira reúne 46 ações de 39 companhias de 15 setores que, juntas, somam R\$ 1,8 trilhão em valor de mercado e representam as melhores práticas de sustentabilidade corporativa. | **(ii) XI Premio Corresponsables da Iberoamérica:** A Neoenergia foi um dos destaques no XI Premio Corresponsables da Iberoamérica, ao ser reconhecida na categoria Grandes Empresas com o projeto Escola de Eletricitas. Com o total de 205 inscrições e 19 finalistas de diversos países, a companhia foi reconhecida nessa premiação que é voltada a valorizar as melhores iniciativas e boas práticas em responsabilidade social, sustentabilidade e comunicação na região da Ibero-América.

| **(iii) ONU Mulheres:** O projeto Escola de Eletricistas da Neoenergia, que possui turmas exclusivas para mulheres, teve um estudo de caso publicado noWeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à União Europeia para estimular boas práticas das empresas. O documento aponta o projeto da companhia brasileira como exemplo mundial de boa prática em promoção da igualdade de gênero no setor elétrico. | **(iv) Valor 100:** No ranking Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico para mostrar o desempenho das mil maiores empresas do Brasil, a Neoenergia foi a mais bem colocada no setor elétrico em crescimento sustentável, conceito que representa a melhor gestão dos recursos próprios na geração de receita. A companhia também se destacou como o 26º maior grupo privado do Brasil, considerando empresas de todos os setores da economia. | **(v) Certificação ISO 37001 de Gestão Antissuborno:** A Neoenergia conquistou a Certificação ISO 37001 pelas práticas de combate à corrupção e suborno. A norma ISO 37001 tem como principal objetivo apoiar o combate ao suborno por meio de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis, regulamentos, diretrizes nacionais e internacionais, aplicáveis aos negócios das organizações. | **(vi) Prêmio Latam 2020:** A Neoenergia conquistou a categoria ouro de Melhor Estratégia de Operação Direcionada ao Cidadão da premiação da Aliança Latino-Americana de Organizações para Interação com Clientes (ALOIC). A premiação está em sua 9ª edição e reconhece as melhores práticas das empresas no quesito relacionamento com o cliente, na América Latina.

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 29/06/2020, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 7.244.893,40, dos quais R\$ 4.111.151,43 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 3.133.741,97 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de Covenants, fluxo de caixa de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

16. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

17. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia s.a., apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	
(+) Receita líquida	10.487	31.989	7.453	28.461	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(404)	(549)	(156)	(556)	Nota 5
(-) Outras receitas	(95)	(335)	(60)	(311)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	(4)	(18)	(3)	(5)	Nota 5.4
(+) Receita de operação e manutenção	5	33	(9)	23	Nota 5.4
(+) Operações fotovoltaiças	3	8	(1)	0	Nota 5.4
(+) Outras receitas - Outras receitas	10	10	(9)	10	Nota 5.4
= RECEITA Operacional Líquida	10.002	31.138	7.215	27.622	
(+) Custos com energia elétrica	(5.419)	(15.280)	(3.640)	(14.519)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(142)	(448)	(140)	(442)	Nota 6
(+) Custos de construção	(1.682)	(5.726)	(1.082)	(4.054)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(7.243)	(21.454)	(4.862)	(19.015)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	404	549	156	556	Nota 5
= MARGEM BRUTA	3.163	10.233	2.509	9.163	
(+) Custos de operação	(1.030)	(3.609)	(981)	(3.514)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(80)	(288)	(66)	(270)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(500)	(1.530)	(386)	(1.397)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	142	448	140	442	Nota 8
(-) Depreciação	388	1.452	317	1.276	Nota 8
(+) Outras receitas	95	335	60	311	Nota 5
(-) Ganho/perda na RAP	4	18	3	5	Nota 5.4
(-) Receita de operação e manutenção	(5)	(33)	9	(23)	Nota 5.4
(-) Operações fotovoltaiças	(3)	(8)	1	0	Nota 5.4
(-) Outras receitas - Outras receitas	(10)	(10)	9	(10)	Nota 5.4
= Despesa Operacional (PM SO)	(999)	(3.225)	(894)	(3.180)	
(+) PECLD	(35)	(456)	(108)	(332)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	(56)	6	68	Demonstrações de resultado
EBITDA	2.101	6.496	1.513	5.719	
(+) Depreciação e Amortização	(430)	(1.618)	(359)	(1.446)	Demonstrações de resultado e Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(350)	(1.030)	(368)	(1.341)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(292)	(943)	(144)	(623)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(33)	(96)	(24)	(80)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	996	2.809	618	2.229	Demonstrações de resultado

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	(304)	80	–	–
Hedge de fluxo de caixa	209	(36)	(3)	–
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	102	(27)	–	–
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à empregados das investidas	–	–	13	16
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	7	17	10	16
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	166	51	(14)	–
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(47)	(14)	–	–
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à empregados das investidas	–	–	130	35
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	119	37	116	35
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	126	54	126	51
Resultado abrangente do exercício	3.031	2.363	2.922	2.280
Atribuível à:				
Acionistas controladores	2.935	2.280	2.922	2.280
Acionistas não controladores	96	83	–	–

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Ajustado por:				
Depreciação e amortização*	1.473	1.299	5	3
Baixa de ativos não circulantes	135	148	1	-
Amortização de mais-valia	166	170	164	168
Resultado de equivalência patrimonial	56	(68)	(3.227)	(2.549)
Tributos sobre o lucro	943	623	8	-
Resultado financeiro, líquido	1.030	1.341	21	59
Outros	(549)	(481)	-	(3)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(73)	(500)	-	12
Concessão Serviço Público (Ativo contratual)	(3.198)	(847)	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	956	441	32	30
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(4)	(47)	6	3
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	652	765	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	338	(377)	77	(158)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(138)	(144)	-	4
Outros ativos e passivos, líquidos	(60)	345	(33)	125
Caixa líquidos proveniente das operações	4.632	4.977	(150)	(77)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	44	40	634	1.818
Encargos de dívidas pagos	(935)	(1.186)	(49)	(38)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	236	(44)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	135	170	16	-
Pagamento de juros – Arrendamentos	(13)	(11)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(556)	(534)	(6)	21
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.543	3.412	445	1.724
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(994)	(427)	(3)	(4)
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(3.738)	(3.881)	-	-
Aumento de capital em investidas	(27)	(57)	(1.460)	(892)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(179)	(180)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	135	150	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.803)	(4.395)	(1.463)	(896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	5.764	6.558	836	1.294
Pagamento dos custos de captação	(39)	(76)	-	(49)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(4.816)	(5.346)	-	(693)
Depósitos em garantias	30	(26)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	315	574	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(30)	(25)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.522	129	-	-
Dividendos e JSCP pagos aos acionistas da Neoenergia	(450)	(635)	(450)	(635)
Dividendos e JSCP pagos aos acionistas não controladores	(17)	(63)	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	2.279	1.090	386	(83)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.019	107	(632)	745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.041	3.934	999	254
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.060	4.041	367	999
Transações que não envolveram caixa:				
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros (Investimentos)	557	-	-	-
Aumento de capital com instrumentos patrimoniais	-	-	-	-
Adições de obrigações especiais – incorporadas por meio de doação de bens	48	80	-	80
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	46	139	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	71	4	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11	5.060	4.041	367
Contas a receber de clientes e outros	12	6.187	5.718	-
Títulos e valores mobiliários	-	16	25	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	722	509	12
Tributos sobre o lucro	10.1.3	635	456	213
Outros tributos a recuperar	10.3.1	1.629	1.299	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	16	15	659
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	92	395	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	133	90	-
Outros ativos circulantes	-	487	383	79
Total do circulante		14.977	12.931	1.330
Não circulante				
Contas a receber de clientes e outros	12	342	298	-
Títulos e valores mobiliários	-	194	146	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	1.998	861	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	1	3	-
Outros tributos a recuperar	10.3.1	5.065	2.785	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	-	25
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	656	752	-
Depósitos judiciais	20.1	1.008	920	52
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	14.403	11.743	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	8.741	5.543	-
Outros ativos não circulantes	-	114	115	157
Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures	15	2.427	2.501	22.777
Direito de uso	-	89	91	-
Imobilizado	16	6.821	6.160	27
Intangível	17	9.461	9.366	1
Total do não circulante		51.320	41.284	23.039
Total do ativo		66.297	54.215	21.014
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	4.300	3.049	138
Empréstimos e financiamentos	19.2	3.936	3.706	29
Passivo de arrendamento	-	28	27	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	14	47	3
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	525	379	25
Tributos sobre o lucro	10.1.3	16	9	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	1.148	903	120
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	149	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	6	6	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.2	476	214	442
Provisões	20	221	188	-
Outros passivos circulantes	21	1.181	1.024	221
Total do circulante		12.000	9.552	978
Não circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	128	136	-
Empréstimos e financiamentos	19.2	22.444	18.958	2.099
Passivo de arrendamento	-	67	70	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	123	5	103
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	1.009	791	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	26	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	503	222	3
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	764	291	7
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	516	313	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	5.749	3.276	-
Provisões	20.1	1.206	1.104	2
Outros passivos não circulantes	21	253	238	23
Total do não circulante		32.788	25.404	2.237
Patrimônio Líquido				
Atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A.	23	21.167	18.975	21.154
Atribuído aos acionistas não controladores	-	342	284	-
Total do patrimônio líquido		21.509	19.259	21.154
Total do passivo e do patrimônio líquido		66.297	54.215	21.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

Consolidado	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas da Neoenergia S.A	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.809	2.809	96	2.905
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	126	-	-	-	-	126	-	126
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	(38)
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	(140)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(545)	(545)	-	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(201)	(201)	-	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.910	(1.910)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar (nota 23.6.2)	-	-	-	-	-	13	-	(13)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	247	8.492	-	21.167	342	21.509
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254	323	17.577
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.229	2.229	80	2.309
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	49	-	-	-	2	51	3	54
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	(54)	(57)
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(556)	(556)	-	(556)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

Controladora	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.796
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	126	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	-	(140)
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.910	(1.910)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	234	8.492	-	21.154
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.229
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	49	-	-	-	-	2
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	-	(112)
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(556)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Receitas					Benefícios	302	4	-	-
Vendas de energia, serviços e outros	44.270	41.205	4	4	Administradores	59	58	40	41
Receita de construção de ativos próprios	709	-	-	-	Outros	(56)	236	4	5
Perdas de crédito esperadas	(456)	(332)	-	16	Subtotal	1.304	1.229	44	46
	44.523	40.873	4	20	Impostos, taxas e contribuições				
Insumos adquiridos de terceiros					INSS (sobre folha de pagamento)	198	186	5	5
Energia elétrica comprada para revenda	(13.414)	(13.673)	-	-	ICMS	6.637	6.888	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(3.357)	(2.503)	-	-	PIS e COFINS	2.175	1.815	10	11
Matérias-primas consumidas	(448)	(442)	-	-	Tributos sobre o lucro	943	623	8	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(8.368)	(6.056)	(187)	(175)	Obrigações intra-setoriais	1.974	2.396	-	-
	(25.587)	(22.674)	(187)	(175)	Outros	56	40	1	-
Valor adicionado bruto	18.936	18.199	(183)	(155)	Subtotal	11.983	11.948	24	18
Depreciação e amortização (*)	(1.640)	(1.469)	(169)	(171)	Financiamentos				
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17.296	16.730	(352)	(326)	Juros e variações cambiais	8.080	5.393	294	184
Valor adicionado recebido em transferência					Aluguéis	3	12	-	-
Receitas financeiras	7.035	4.093	283	254	Subtotal	8.083	5.405	294	184
Resultado de equivalência patrimonial	(56)	68	3.227	2.549	Remuneração de capitais próprios				
	6.979	4.161	3.510	2.803	Dividendos e juros sobre capital próprio	746	556	746	556
Valor adicionado total a distribuir	24.275	20.891	3.158	2.477	Lucros retidos	1.923	1.673	1.910	1.673
Distribuição do valor adicionado					Reserva legal	140	-	140	-
Pessoal					Participação dos não controladores	96	80	-	-
Remunerações	734	675	-	-		2.905	2.309	2.796	2.229
Férias e 13º salário	164	155	-	-	Valor adicionado distribuído	24.275	20.891	3.158	2.477
Encargos sociais (exceto INSS)	101	101	-	-	Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS				

Em 04 de dezembro de 2020, a Neoenergia através da sua controlada Bahia Geração de Energia S.A. (“Bahia PCH III”)sagrou-se vencedora na Sessão Publicado Leilão nº 01/2020-CEB-D (“Leilão”), realizada na forma do Edital do Leilão (“Edital”), cujo objeto é a desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB Distribuição S.A.(“CEB-D”), tendo apresentado o lance vencedor no valor de R\$ 2.515 que representa o preço de aquisição de 100% das ações de emissão da CEB-D(“Ações CEB-D”). As aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL foram obtidas em janeiro de 2021, conforme descrito na nota 27.

Transmissão em operação

Empresa	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
Afluentes T	Estado da Bahia	08/08/1997	08/08/2027	5 anos	2020
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Naranidiba)	Estado da Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2017
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2018
Potiguar Sul	Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043	5 anos	2019
Sobral	Estado do Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	–
Atibaia	Estado de São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	–
Biguacu	Estado de Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	–

As transmissoras Sobral, localizada no Estado do Ceará, e Atibaia, localizada no Estado de São Paulo, entraram em operação comercial em 22 de janeiro e 7 de março de 2020, com antecedência de 13 meses e 11 meses, respectivamente. A Companhia venceu a licitação dessas concessões no Leilão nº 05/2016 realizado em abril de 2017 e os prazos estipulados pela ANEEL em contrato para entrada em operação estavam previstos para fevereiro de 2021.

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a solicitação do Termo de Liberação com Pendência (TLP) do lote 22 do Leilão 05/2016 de abril de 2017, referente à instalação de transmissão composta por um compensador estático de reativos na Subestação de Biguacu, localizada no estado de Santa Catarina.

Transmissão em construção

Empresa	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
Jalapão	Estados do Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048
Santa Luzia	Estados da Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048
Guanabara	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Itabapoana	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Lagos dos Patos	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Vale do Itajaí	Paraná e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Dourados	Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 6A	Estado da Bahia	20/03/2020	20/03/2050

Em 20 de março de 2020 foi realizada a assinatura do Contrato de Concessão referente ao Lote 09 (EKTT6) arrematado pelo Grupo no Leilão nº 2/2019. O referido lote está localizado na Bahia e compreende 1 linha de transmissão de 210 km de extensão e 2 subestações. O prazo para a construção das obras é de 48 meses contados da assinatura do respectivo contrato.

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a solicitação do Termo de Liberação Definitivo (TLD) do primeiro trecho do lote 04, da Transmissora Dourados, referente ao Leilão 05/2016 de abril de 2017, em razão da conclusão da Função Transmissão LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante que atravessa os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em 27 de dezembro de 2020, entrou em operação comercial o terceiro dos cinco trechos que compõem a linha de transmissão do lote de Dourados. O referido trecho, LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema tem extensão de 64,5 km de linha. Esta entrega foi feita com antecipação de 19 meses em relação ao prazo contratual da Aneel. Com os três trechos do lote de Dourados que entraram em operação ao longo de 2020, o empreendimento já conta 52% da RAP do projeto e 63% do total das linhas do Lote entregues ao sistema.

Em 17 de dezembro de 2020, no Leilão de Transmissão nº 01/2020 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a Neoenergia arrematou o lote 02, que compreende 03 linhas de transmissão de 500 kV, 01 linhas de transmissão de 230 kV, uma nova subestação Medeiros Neto de 500 kV com compensação síncrona na Bahia, totalizando 1.091km de extensão percorrendo majoritariamente a Bahia, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O lote arrematado apresenta sinergias durante o período de construção uma vez que a Neoenergia possui outros ativos na Bahia e Espírito Santo (90% do Capex se encontra nesses estados, sendo 70% na Bahia) o que contribuiu no estudo detalhado de engenharia executado previamente ao leilão. Além disso, o lote também apresentará sinergias durante a operação, aproveitando a infraestrutura existente nessa região de mais de 479 kms de LTs em 230 kV

Comercialização

Empresa	Localidade	Data de autorização
NC Energia	Rio de Janeiro - RJ	22/11/2000
Elektro Comercializadora	Campinas - SP	26/05/2003

Geradoras em operação

Empresa	Tipo de Usina	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Itapebi	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	28/05/1999	31/08/2035	462,011 MW	209,1 MW
Termopernambuco	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	18/12/2000	18/12/2030	532,756 MW	504,12 MW
Celpe - Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	21/12/1989	29/03/2030	4,8 MW	1,9 MW
Baguari I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	15/08/2006	14/08/2041	140,0 MW	84,7 MW
Geração CILI - Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	07/11/2001	14/02/2037	96,447 MW	49,3 MW
Energética Águas da Pedra - Dardanelos	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	03/07/2007	02/01/2043	261,0 MW	154,9 MW
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	07/06/2011	06/06/2046	1.819,8 MW	930,7 MW
Geração Céu Azul - Baixo Iguaçu	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	20/08/2012	30/10/2049	350,2 MW	172,4 MW
Belo Monte - Norte Energia	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	26/08/2010	25/08/2045	11.233,1MW	4.571,0 MW

Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Arizona 01	Rio do Fogo - RN	04/03/2011	03/03/2046	28,0 MW	12,9 MW
Mel 2	Areia Branca - RN	28/02/2011	27/02/2046	20,0 MW	8,8 MW
Caetité 1	Caetité - BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0 MW
Caetité 2	Caetité - BA	07/02/2011	06/02/2046	30,0 MW	14,7 MW
Caetité 3	Caetité - BA	24/02/2011	23/02/2046	30,0 MW	11,2 MW
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	28/04/2011	27/04/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	09/05/2011	08/05/2046	30,0 MW	12,8 MW
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30/05/2011	29/05/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	19/05/2011	18/05/2046	30,0 MW	13,5 MW
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	02/06/2011	01/06/2046	30,0 MW	13,7 MW
Calango 6	Bodó - RN	20/11/2014	19/11/2049	30,0 MW	18,5 MW
Santana 1	Bodó - RN	14/11/2014	13/11/2049	30,0 MW	17,3 MW
Santana 2	Lagoa Nova - RN	14/11/2014	13/11/2049	24,0 MW	13,1 MW
Canoas	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,7 MW
Lagoa 1	Santa Luzia/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	18,7 MW
Lagoa 2	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,5 MW
Enerbrasil	Rio do Fogo - RN	20/12/2001	20/12/2031	49,3 MW	20,74 MW

Parques eólicos em construção

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Chafariz 1	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 2	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	17,4 MW
Chafariz 3	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 4	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	–
Chafariz 5	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	–
Chafariz 6	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	31,185 MW	15,2 MW
Chafariz 7	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,3 MW
Lagoa 3	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	17,2 MW
Lagoa 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	20,79 MW	10,2 MW
Canoas 2	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,3 MW
Canoas 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	–
Canoas 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,5 MW
Oitís 1	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	26,1 MW
Oitís 2	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	27,50 MW	–
Oitís 3	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 4	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 5	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 6	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 7	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 8	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	25,5 MW
Oitís 9	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 10	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Oitís 21	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	44,00 MW	–
Oitís 22	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	–
Ventos de Arapuá 1	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	24,255 MW	–
Ventos de Arapuá 2	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	–
Ventos de Arapuá 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	13,86 MW	–

A controlada Neoenergia Renováveis S.A. firmou em 18 de setembro de 2020 Contrato de Compra e Venda de Ativos com a PEC Energia S.A., para aquisição de projetos de pipeline de geração eólica, com potencial a ser instalado de aproximadamente 400MW. Os projetos estão localizados na Serra da Gameleira, Estado da Bahia, e compreendem área total de 7.800 hectares.

O valor total da aquisição pode chegar a R\$ 80 milhões, até dezembro de 2020 R\$ 53 milhões já haviam sido pagos, correspondente as condições já cumpridas, inclusive a aprovação do CADE.

Parques solares fotovoltaicos

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)
Luzia 2	Paraiba - PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW
Luzia 3	Paraiba - PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW

Em 09 de dezembro de 2020 foi aprovada construção dos Parques de Luzia II e III de geração de energia solar pelo Conselho de Administração da Neoenergia Renováveis S.A., sociedade controlada da Neoenergia. Primeiros parques fotovoltaicos de geração centralizada do grupo Neoenergia, foram desenvolvidos internamente dentro do pipeline da Neoenergia Renováveis S.A., e está localizado no município de Santa Luzia, na Paraíba. O Projeto apresenta sinergias com o Complexo Eólico de Chafariz e com alinha de Transmissão de Santa Luzia, lote 6 do leilão nº 02/2017 realizado em dezembro de 2017, em virtude da sua localização. Quando concluído, o Projeto terá capacidade de 149,3 MWdc. A energia gerada será destinada à comercialização no mercado livre e já está 100% vendida até 2026 e 20% até o fim de sua vida útil, com destaque para um contrato de longo prazo firmado com a Claro S.A. por 12 anos. O Projeto tem Capex estimado da ordem de R\$ 457 (R\$3,1mil/kWdc) e tem previsão de entrada em operação para o segundo semestre de 2022.

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos, incluindo medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2. Corona virus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas:

(i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado;

(ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março até 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permanecerá até 31 de dezembro de 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*.

Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutida a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes.

(i) **Redes:** As receitas desse segmento estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição e de transmissão. Na distribuição, o efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia como segue:

Retração da demanda de mercado	2020
Perdas de crédito esperadas	(148)
Lucro operacional	(114)
Tributos sobre o lucro	(262)
	72
Efeito líquido	(190)

Na transmissão, seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance do grupo para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

(ii) **Renováveis:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (“GSF”) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). Até o momento não foi percebida alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. Observamos, a manutenção aproximada de 81% do GSF *flat* em relação ao mesmo período de 2019. O PLD acumulado até dezembro de 2020 reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior, em 22% no submercado sudeste, 19% no Sul e 20% no submercado Nordeste. As variações desses itens são consequência da redução da demanda do Sistema Interligado Nacional e não apresentam impactos significativos nos resultados desse segmento de negócio.

(iii) **Liberalizados:** As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeétrica bem como a valor do PLD e dos contratos de compra e venda de energia com outros agentes e com consumidores finais no mercado livre. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19. Observamos, apenas, uma queda no acumulado até dezembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor do PLD em, 22% no submercado sudeste e de 20% no submercado Nordeste. Entretanto, pode-se observar uma diminuição do consumo ocorrida no mercado livre, fruto da redução da atividade econômica, gerando uma redução de R\$10,7 na margem bruta da comercializadora para o exercício de 2020.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

(i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R\$450), FGTS (R\$11) e isenção temporária do IOF (R\$15), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$476. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

(ii) adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro contratados junto ao BNDES e ao BNB (*stand still*), que proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$413 (base nominal) no exercício de 2020.

(iii) liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$203 para as distribuidoras do Grupo Neoenergia recebido em abril de 2020.

(iv) a publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que as distribuidoras sejam ressarcidas integralmente por este desconto pela CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo.

(v) diferimento do reajuste tarifário das Distribuidoras de energia do Nordeste para julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no total de R\$122.

(vi) Adesão à Conta Covid: A Resolução Aneel nº 885, dispõe sobre a Conta Covid 19, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$1.664, os quais foram utilizados para efetuar realização do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE, vide nota 13.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretiz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros:

(i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 das Distribuidoras de energia para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário).

(ii) Antecipação de captação de recursos junto a instituições financeiras, no montante de R\$560 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$3.388.

(iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:

a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site das distribuidoras, permitindo aos clientes negociar as suas dívidas sem sair de casa.

b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020).

c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes das Distribuidoras através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para as distribuidoras.

d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, E-mail e WhatsApp), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações.

e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial).

f. Campanha de mídia (TV e Rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para a Companhia.

(iv) Medidas para reduzir a Sobrecontratação:

O art. 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da covid-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade.

Durante o ano de 2020 as distribuidoras da Neoenergia estão utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19 tais mecanismos têm tido baixa efetividade.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

(i) vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além de as principais indústrias das nossas áreas de concessão.

(ii) fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha.

1.3.1.3. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bank of América			
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	

¹¹ Bank of America, JP Morgan e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

1.3.2 Seguros

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado	Importância Segurada (R\$)
	Data da vigência	
Terrorismo	31/05/2020 a 31/05/2021	585.034
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Distribuição Nordeste	08/10/2020 a 08/10/2021	22.000
Responsabilidade Civil Geral - Transmissão/Geração	31/05/2020 a 31/05/2021	144.000
Responsabilidade Civil Geral - EKT	31/05/2020 a 31/05/2021	44.000
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/2020 a 16/06/2021	561
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	700
Transporte	08/10/2020 a 08/10/2021	2.000
Transporte - Óleo Diesel	08/10/2020 a 08/10/2021	500
D&O	23/08/2020 a 23/08/2021	150.000
Empresarial	31/05/2020 a 31/05/2021	60.500
Cibersegurança	31/05/2020 a 31/05/2021	58.503
Equipamentos Portáteis de Medição	30/06/2020 a 30/06/2021	Valor Equipamento

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 09 de fevereiro de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
10.1	Tributos sobre o lucro diferidos
12.2	Perdas de crédito esperadas
13	Ativo e passivos financeiro setorial
14	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
17	Intangível (vinculado à concessão)
20.1	Provisão para processos judiciais
22.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
25.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido	Patrimônio Líquido
Capitalização encargos financeiros	2.796	21.154
Tributos sobre o lucro	20	20
Consolidado	(7)	(7)
	2.809	21.167

Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços de geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades suportes às operações.

4.1. Resultado por segmento

A informação segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2020										
Redes			Renováveis			Liberalizados			Outros	
Distri- buição	Trans- são	Total redes	Geração eólica	Geração hidráulica	Total Reno- váveis	Geração a gás	Comercia- lização e serviços	Total liberali- zados	Total	Resul- tado
39.024	3.235	42.259	436	303	739	66	1.206	1.272	–	44.270
10	34	44	60	338	398	1.471	128	1.599	4	2.045
(11.259)	(297)	(11.556)	(48)	(79)	(127)	(396)	(202)	(598)	–	(12.281)
(20.799)	(2.138)	(22.937)	(135)	(152)	(287)	(694)	(826)	(1.520)	(237)	(24.981)
	(1.564)	(5)	(1.569)	(15)	(57)	(72)	(327)	(404)	–	(2.045)
	(454)	–	(454)	–	–	–	(2)	(2)	–	(456)
	–	–	–	–	(56)	(56)	–	–	–	(56)
	4.958	829	5.787	298	297	370	(23)	347	(233)	6.496
	(1.189)	–	(1.189)	(113)	(83)	(196)	(59)	(4)	(63)	(170)
	(1.189)	–	(1.189)	(113)	(83)	(196)	(59)	(4)	(63)	(170)
	3.769	829	4.598	185	214	399	311	(27)	284	4.878
	(781)	(25)	(806)	(83)	(74)	(157)	(58)	(7)	(65)	(2)
	(618)	(246)	(864)	25	(65)	(40)	(37)	12	(25)	(14)
	2.370	558	2.928	127	75	202	216	(22)	194	(419)
	2.370	558	2.928	127	75	202	216	(22)	194	(419)

(¹) não inclui depreciação e amortização.

(²) inclui a amortização de mais valia

Consolidado 2019										
Redes			Renováveis			Liberalizados			Outros	
Distri- buição	Trans- missão	Total redes	Geração eólica	Geração hidráulica	Total Reno- váveis	Geração a gás	Comercia- lização e serviços	Total liberali- zados	Total	Resul- tado
37.681	1.016	38.697	410	272	682	96	1.730	1.826	–	41.205
28	30	58	51	323	374	1.295	182	1.477	4	1.913
(12.009)	(6)	(12.015)	(37)	(69)	(106)	(351)	(272)	(623)	–	(12.744)
(19.329)	(641)	(19.970)	(130)	(129)	(259)	(619)	(1.402)	(2.021)	(228)	(22.478)
	(1.390)	(7)	(1.397)	(16)	(110)	(126)	(77)	(313)	(390)	–
	(348)	–	(348)	–	1	1	–	(1)	(1)	16
	–	–	–	–	68	68	–	–	–	68
	4.633	392	5.025	278	356	634	344	(76)	268	(208)
	(1.062)	–	(1.062)	(105)	(63)	(168)	(44)	(1)	(45)	(171)
	3.571	392	3.963	173	293	466	300	(77)	223	(379)
	(1.148)	(1)	(1.149)	(92)	(54)	(146)	(97)	(8)	(105)	59
	(463)	(110)	(573)	(16)	(35)	(51)	(26)	27	1	–
	1.960	281	2.241	65	204	269	177	(58)	119	(320)

(¹) não inclui depreciação e amortização.

(²) inclui a amortização de mais valia

4.2. Ativos por segmento alocados

Consolidado 2020					
Contas a receber financeiro setorial	Ativo (passivo)	Concessão de serviços públicos¹	Investimentos em participações societárias	Direito de uso, imobilizado e intangível	
6.107	(573)	18.253	2	9.269	
14	–	5.024	–	8	
6.121	(573)	23.277	2	9.277	
	148	–	–	3.227	
	45	–	2.425	2.824	
	193	–	2.425	6.051	
	36	–	–	989	
	179	–	–	8	
	215	–	–	997	
	–	–	–	46	
6.529	(573)	23.277	2.427	16.371	

Consolidado 2019					
Contas a receber financeiro setorial	Ativo (passivo)	Concessão de serviços públicos¹	Investimentos em participações societárias	Direito de uso, imobilizado e intangível	
5.592	82	15.620	2	9.168	
6	–	1.756	–	62	
5.598	82	17.376	2	9.230	
	130	–	–	2.508	
	39	–	2.499	2.865	
	169	–	2.499	5.373	
	37	–	–	947	
	212	–	–	16	
	249	–	–	963	
	–	–	–	51	
6.016	82	17.376	2.501	15.617	

(¹) inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

4.3. Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

Consolidado 2020					
Redes	Concessão de serviços públicos¹	Investimentos, direito de uso imobilizado e intangível	Concessão de serviços públicos¹	Investimentos, direito de uso imobilizado e intangível	
Distribuição	3.625	18	3.495	76	
Transmissão	3.064	6	880	56	
	6.689	24	4.375	132	
	–	822	–	88	
	–	58	–	181	
	–	880	–	269	
	–	100	–	135	
	–	5	–	8	
	–	105	–	143	
	–	35	–	64	
	6.689	1.044	4.375	608	

(¹) inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado 2020				
Redes	Renováveis	Liberalizados	Total	
Fornecimento de energia (nota 5.1)	15.584	671	1.166	17.421
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.462	–	–	16.462
Construção de infraestrutura da concessão¹	6.567	–	–	6.567
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.359	50	89	1.498
Mecanismo de venda excedente - MVE	96	–	–	96
Valor de reposição estimado da concessão²	549	–	–	549
Remuneração do ativo contratual	291	–	–	291
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	1.051	–	–	1.051
Outras receitas (nota 5.4)	300	18	17	335
Receita operacional bruta	42.259	739	1.272	44.270
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(11.556)	(127)	(598)	(12.281)
Receita operacional líquida	30.703	612	674	31.989

	2019			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia (nota 5.1)	16.754	634	1.671	19.059
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.086	–	–	16.086
Construção de infraestrutura da concessão¹	4.314	–	–	4.314
Câmara de Comercialização de Energia - CC EE	1.148	30	140	1.318
Mecanismo de venda excedente - MVE	179	–	–	179
Valor de reposição estimado da concessão²	556	–	–	556
Remuneração do ativo contratual	123	–	–	123
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	(741)	–	–	(741)
Outras receitas (nota 5.4)	278	18	15	311
Receita operacional bruta	38.697	682	1.826	41.205
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(12.015)	(106)	(623)	(12.744)
Receita operacional líquida	26.682	576	1.203	28.461

10.1.3. Tributos correntes ativos e passivos

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ	558	393
CSLL	78	66
Ativo	636	459
Circulante	635	456
Não circulante	1	3
	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ	38	6
CSLL	4	3
Passivo	42	9
Circulante	16	9
Não circulante	26	—

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía R\$ 26 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 3.146 referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

(i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.851 (R\$ 1.829 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.295 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro de 2019).

10.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia , preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

10.2. Benefício fiscal – Mais-Valia e PMIPL

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	5.294
Provisão Constituída	(3.489)
Benefício fiscal	1.805
Amortização acumulada	(2.777)
Reversão acumulada	1.679
Saldos em 31 de dezembro de 2018	707
Amortização	(153)
Reversão	68
Saldos em 31 de dezembro de 2019	622
Amortização	(144)
Reversão	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	540

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Consolidado					
	2021	2022	2023	2024	Entre 2026 e 2030	Entre 2031 e 2035
						em diante
Coelba	0,0328	0,0313	0,0297	0,0282	0,0268	0,0254
Celpe	0,0224	0,0214	0,0205	0,0186	0,0177	0,0478
Cosern	0,0278	0,0267	0,0255	0,0244	0,0234	0,0438
Termope	0,0138	0,0122	0,0101	0,0083	—	—
Itapebi	0,0115	0,0099	0,0085	0,0073	0,0066	0,0054
Elektro Redes	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	—
FEB	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310
FEB 2	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350
EnerBrasil	0,1130	0,1130	0,1130	0,1130	—	—
EKCE	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	—

10.3. Outros tributos

10.3.1. Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	685	625
Programa de Integração Social - PIS (a)	1.063	608
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a)	4.907	2.812
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	27	26
Outros	12	13
Outros tributos a recuperar	6.694	4.084
Circulante	1.629	1.299
Não circulante	5.065	2.785

(a) Vido nota explicativa nº 10.4

10.3.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	356	383
Programa de integração social - PIS ⁽ⁱ⁾	127	38
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽ⁱⁱ⁾	583	173
Impostos e contribuições retidos na fonte	160	104
Outros	57	50
Outros tributos a recolher	1.283	748
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	204	197
Programa de Eficiência Energética - PEE	240	212
Outros	185	37
Encargos Setoriais	629	446
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.912	1.194
Circulante	1.148	903
Não circulante	764	291

10.4. Ressarcimento a consumidores - Tributos Federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em agosto e setembro de 2019, transitaram em julgado decisões favoráveis às controladas COSERN e COELBA e, em dezembro de 2020, transitou em julgado decisão favorável à CELPE, ações estas ajuizadas em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 5.755, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, passivo pelo mesmo montante, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 6 devidos aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 5.749. Esses valores estão atualizados pela taxa SELIC. A constituição do passivo decorre da adoção de cautela necessária e devida prudência frente o possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência dos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data.

A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. O eventual repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a serem ainda editadas pela ANEEL.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

	Consolidado	
	2020	2019
Constituição	2.159	—
Atualização	1.123	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.282	—
Constituição	1.638	—
Atualização	838	—
Pagamento (*)	(3)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.755	—
Circulante	6	—
Não Circulante	5.749	—

(*) Pagamento de honorários de êxito.

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	227	323	—	—
Certificados de depósito bancário ("CDB")	1.598	671	275	341
Fundos de investimentos	3.235	3.047	92	658
	5.060	4.041	367	999

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado			
	2020		2019	
	Perdas de	Contas a receber,	Perdas de	Contas a receber,
	Receível	créditos esperadas	Receível	créditos esperadas
Fornecimento de energia (nota 12.1)	6.126	(1.216)	4.910	5.688
Comercialização de energia - CCEE	352	—	352	337
Disponibilidade da rede elétrica	551	(4)	547	575
Subvencões e subsídios governamentais	425	—	425	291
Outros recebíveis	346	(51)	295	247
	7.800	(1.271)	6.529	7.138
Ativo circulante			6.187	5.718
Ativo não circulante			342	298

12.1. Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Perdas de	Contas a receber,	Perdas de	Contas a receber,
	Receível	créditos esperadas	Receível	créditos esperadas
Residencial	2.078	(651)	1.944	(550)
Comercial	603	(181)	826	(154)
Industrial	805	(157)	710	(145)
Rural	331	(115)	358	(100)
Poder publico	386	(63)	459	(64)
Iluminação pública	259	(23)	239	(32)
Serviços públicos	204	(17)	208	(15)
Não faturado	1.460	(9)	944	(3)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Perdas de	Contas a receber,	Perdas de	Contas a receber,
	Receível	créditos esperadas	Receível	créditos esperadas
A vencer	3.263	(66)	3.119	(56)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.088	(84)	1.081	(68)
entre 91 e 180 dias	262	(85)	246	(75)
entre 181 e 360 dias	433	(173)	358	(155)
Acima de 361 dias	1.080	(808)	884	(709)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 293 (R\$ 150 líquido da baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

12.2. Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado	
	2020	2019
	(1.122)	(985)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(456)	(332)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	307	195
Saldo final do exercício	(1.271)	(1.122)

Em 31 de dezembro de 2020, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 456 (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos do COVID-19 de R\$ 114.

12.3. Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 25.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

As distribuidoras do grupo utilizam a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

As geradoras do grupo não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

As transmissoras do grupo não possuem histórico de perdas materiais e, portanto, utilizam uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pela ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

A comercializadora e as empresas de serviços reconhecem a perda de crédito esperada com base no rating de seus clientes para os saldos a vencer e no pior rating de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
CVA e Neutralidade						
Energia	782	(88)	694	1.715	(8)	1.707
Encargos do serviço do sistema	75	(117)	(42)	—	(580)	(580)
Conta de desenvolvimento energético	5	(52)	(47)	118	(6)	112
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão	305	(20)	285	187	(4)	183
Outros	17	(57)	(40)	28	(66)	(38)
Componentes financeiros e subsídios						
Repassé de sobre contratação	129	(170)	(41)	—	(396)	(396)
Risco hidrológico	—	(660)	(660)	—	(503)	(503)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	—	(666)	(666)	—	(504)	(504)
Compensação Acordos Bilaterais de CCEAR	65	—	65	74	—	74
Outros	68	(189)	(121)	65	(38)	27
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Valores homologados pela Aneel	175	(643)	(468)	2.187	(2.105)	82
Valores a serem homologados pela Aneel	1.271	(1.376)	(105)	—	—	—
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Ativo (passivo) circulante				92		395
Passivo circulante				(149)		(503)
Passivo não circulante				(516)		(313)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Consolidado		
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.013	(2.165)	848
Constituição	1.855	(1.457)	398
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(2.865)	1.725	(1.140)
Atualização monetária	145	(97)	48
Transferências	39	(111)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.187	(2.105)	82
Constituição	5.166	(3.876)	1.290
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(3.892)	3.653	(239)
Atualização monetária	60	(64)	(4)
Antecipação conta COVID (i)	(1.811)	147	(1.664)
Transferências	(264)	226	(38)

14.1. Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 25.6). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	11.743	9.256
Adições	–	3
Baixas	(28)	(24)
Reversão	1	6
Transferência ativo contratual ⁽¹⁾	2.108	1.932
Transferência ativo intangível	27	13
Transferência outros	3	1
Ajustes a valor justo	549	556
Saldo final do exercício	14.403	11.743

(1) Transferência do ativo financeiro das distribuidoras, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. A revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos na Celpe e Elektro Redes, e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.

14.2. Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Consolidado	
	2020	2019
	Transmissão	Distribuição
Circulante	133	–
Não circulante	4.892	3.849
Total	5.025	3.849

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
	Transmissão	Distribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.756	3.877
Adições ⁽¹⁾	3.065	3.625
Baixas	(2)	(28)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	–	(1.546)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	–	(2.108)
Transferências - outros	–	29
Amortização de ativo contratual	(85)	–
Atualização monetária	291	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.025	3.849
Custo	5.025	4.182
Obrigações especiais	–	(333)

Saldos em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado	
	2018	2017
	Transmissão	Distribuição
Adições ⁽¹⁾	797	3.568
Baixas	893	3.495
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	(3)	(30)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	–	(1.313)
Transferências - outros	–	(1.932)
Amortização de ativo contratual	3	89
Atualização monetária	(57)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	123	–
Custo	1.756	3.877
Obrigações especiais	89	–
	1.667	3.877

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

14.3. Política contábil

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas companhias e estabelecem que:

a) Distribuidoras;

De acordo com os contratos de concessão:

(i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

(ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

(i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

(ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (veja nota 17) em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Transmissoras:

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

15.1. Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* são as seguintes:

	Total		Total	
	Joint ventures	Coligadas	Consolidado	Controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.018	1.483	2.501	16.627
Aumento de capital	27	–	27	1.433
Participações societárias no resultado	24	(80)	(56)	3.283
Amortização da mais-valia	–	–	–	(164)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	–	–	–	143
Dividendos declarados	(43)	(2)	(45)	(972)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.026	1.401	2.427	20.350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	994	1.422	2.416	15.071
Aumento de capital	57	–	57	913
Participações societárias no resultado	(33)	101	68	2.481
Amortização da mais-valia	–	–	–	(168)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	–	–	–	51
Dividendos declarados	(38)	(4)	(42)	(1.719)
Outros	–	2	2	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	980	1.521	2.501	16.627

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	15	13	389	553
Declarados	45	42	929	1.723
Recebidos	(44)	(40)	(634)	(1.818)
Reversão	–	–	–	(57)
Integralização	–	–	–	(12)
Saldo final do exercício	16	15	684	389
Circulante	16	15	659	312
Não circulante	–	–	25	77

15.2. Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

	Participação e capital		Saldo dos investimentos em		Resultado de participação		Dividendos recebidos	
	Segmento	voteante (%)	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controladas								
Subsidiárias integrais								
Redes	100,00%	2.355	1.040	516	227	1	–	93
Liberalizado	100,00%	1.355	1.195	219	148	130	93	–
Renováveis	100,00%	4.138	3.234	225	201	125	214	–
Outros	100,00%	14	15	(1)	–	–	–	–
Outras subsidiárias								
Coelba	Redes	96,65%	6.041	5.209	1.179	977	115	1.034
Elektro Redes	Redes	99,68%	3.697	3.476	590	493	57	180
Celpe	Redes	89,65%	1.721	1.678	195	163	103	76
Cosern	Redes	91,50%	1.285	1.043	312	250	19	175
Afluentes T	Redes	87,84%	165	188	16	22	40	6
			20.771	17.078	3.251	2.481	590	1.778
Coligadas e joint ventures								
Teles Pires Participações	Renováveis	50,56%	765	772	(36)	(32)	–	–
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Renováveis	51,00%	25	26	–	–	–	–
Águas da Pedra	Renováveis	51,00%	260	243	61	58	44	40
Norte Energia S.A. (NESA) ⁽¹⁾	Renováveis	10,00%	1.322	1.406	(86)	37	–	–
Energética Corumbá III	Renováveis	25,00%	55	54	5	5	–	–
			2.427	2.501	(56)	68	44	40
			(421)	(451)	32	–	–	–
			22.777	19.128	3.227	2.549	634	1.818

Transação entre os sócios

(1) Riscos relacionados às conformidades legais na NESA: Em 2014, o Ministério Público Federal – MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso.

Em 2015, a NESA contratou escritórios de advocacia e auditoria especializadas, em conexão com o processo de investigação interna conduzido pela Comissão Independente aprovada no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, cujos trabalhos foram concluídos em 2016, nos quais se concluiu que certos contratos continham sobre-preço estimado em 1% dos preços de contratos. Como consequência, a NESA reconheceu *impairment* dos ativos na proporção de sua participação. Considerando que a investigação ainda está em curso por parte do MPF e que não houve a divulgação de fatos novos, não há como prever se ocorrerão impactos na investida.

15.3. Informações selecionadas de joint ventures e coligadas.

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia:

	2020		2019	
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Teles Pires Participações
Balanco patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	992	159	96	194
Contas a receber de clientes	523	95	38	602
Imobilizado e intangível	42.084	4.496	632	43.280
Outros ativos	895	441	33	1.100
Total de ativos	44.494	5.191	799	45.176
Empréstimos e financiamentos	28.931	3.026	212	28.079
Contas a pagar a fornecedores	605	60	7	511
Outros passivos	1.784	578	69	2.560
Total de passivos	31.320	3.664	288	31.150
Patrimônio líquido	13.174	1.527	511	14.026

	2020		2019	
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Teles Pires Participações
Receita operacional, líquida	4.403	793	266	4.214
Lucro operacional antes do resultado financeiro	850	105	159	1.850
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(860)	(72)	121	205

Outras informações

Capital circulante líquido (128) (43) 45 (3.361) (164) 16

Fluxo de caixa operacional - - 153 - - 146

15.4. Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores

materiais são apresentadas a seguir.

(a) Informações selecionadas do balanço patrimonial.

	2020		2019	
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern
Balanco patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	474	912	728	209
Contas a receber de clientes	2.234	1.829	1.464	581
Instrumentos derivativos	839	830	553	264
Imobilizado e intangível	3.351	1.581	2.461	686
Outros ativos	14.023	4.126	6.217	2.877
Total de ativos	20.921	9.278	11.423	4.617
Empréstimos e financiamentos	7.817	4.001	5.464	1.702
Contas a pagar a fornecedores	1.333	888	883	360
Instrumentos derivativos	11	2	11	2
Benefícios a empregados	821	168	135	–
Outros passivos	4.807	1.218	3.228	1.216
Total de passivos	14.789	6.277	9.721	3.280
Patrimônio líquido	6.132	3.001	1.702	1.337

	2020		2019	
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern
Balanco patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	852	614	261	242
Contas a receber de clientes	2.017	1.702	1.332	542
Instrumentos derivativos	507	394	257	108
Imobilizado e intangível	3.296	1.523	2.336	668
Outros ativos	12.273	3.649	3.804	2.502
Total de ativos	18.945	7.882	7.990	4.062
Empréstimos e financiamentos	7.715	3.648	4.667	1.682
Contas a pagar a fornecedores	1.081	773	692	259
Instrumentos derivativos	1	3	4	–
Benefícios a empregados	691	–	309	–
Outros passivos	4.238	791	783	1.069
Total de passivos	13.726	5.215	6.455	3.010
Patrimônio líquido	5.219	2.667	1.535	1.052

(b) Informações selecionadas do resultado abrangente e outras informações

	2020		2019	
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern
Resultado abrangente				
Receita operacional, líquida	11.285	6.833	6.862	2.794
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.811	950	534	468
Lucro líquido do exercício	1.219	592	217	342
Resultado abrangente total	69	19	(6)	14
Outras informações				
Capital circulante líquido	691	124	112	357
Fluxo de caixa operacional	1.793	1.111	851	491

	2019		2019	
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern
Resultado				
Receita operacional, líquida	10.219	6.773	6.085	2.623
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.645	928	570	421
Lucro líquido do exercício	1.009	495	181	273
Resultado abrangente total	69	19	(6)	14
Outras informações				
Capital circulante líquido	684	866	2	406
Fluxo de caixa operacional	1.179	901	568	478

15.5. Redução ao valor recuperável dos investimentos - Impairment

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

15.6. Política contábil

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de renováveis, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e subsidiária. Apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade

Empresas	Atividade	Percentual de participação (%)			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A. - Canoas 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A. - Canoas 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 1 Energia Renovável S.A. – Bonito 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 2 Energia Renovável S.A. – Bonito 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 3 Energia Renovável S.A. – Bonito 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango Solar 1 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango Solar 2 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Luzia 2 Energia Renovável S.A. – Luzia 2	Geração solar	-	100,00%	-	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. – Luzia 3	Geração solar	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 1 Energia Renovável S.A. – Oitis 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 2 Energia Renovável S.A. – Oitis 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 3 Energia Renovável S.A. – Oitis 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 4 Energia Renovável S.A. – Oitis 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 5 Energia Renovável S.A. – Oitis 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 6 Energia Renovável S.A. – Oitis 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 7 Energia Renovável S.A. – Oitis 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 8 Energia Renovável S.A. – Oitis 8	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 9 Energia Renovável S.A. – Oitis 9	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 10 Energia Renovável S.A. – Oitis 10	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 21 Energia Renovável S.A. – Oitis 21	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 22 Energia Renovável S.A. – Oitis 22	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 23 Energia Renovável S.A. – Oitis 23	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 24 Energia Renovável S.A. – Oitis 24	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Serviços Ltda – Neoserv	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. - Neoenergia O&M	Serviços	100,00%	-	100,00%	-
Bahia Geração de Energia S.A. - Bahia III	Outros	-	100,00%	-	100,00%
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Neoenergia investimentos S.A. - Neoinvest	Outros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

As empresas coligadas e joint ventures estão abaixo relacionadas:

As empresas coligadas e joint ventures estão abaixo relacionadas.					
Empresas	Atividade	Percentual de participação (%)			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Coligadas					
Norte Energia S.A. – NESA	Geração Hidráulica	-	10,00%	-	10,00%
Energética Corumbá III S.A. – ECIII	Geração Hidráulica	-	25,00%	-	25,00%
Joint ventures					
Teles Pires Participações S.A. – Teles Pires	Geração Hidráulica	50,56%	-	50,56%	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A – CHTP	Geração Hidráulica	00,90%	50,10%	00,90%	50,10%

16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

Consolidado	Parques eólicos		Centrais de ciclo combinado		Centrais hidroelétricas		Construções e terrenos		Outros		Ativos em construção		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Taxa de depreciação a.a.	3,24% - 16,7%	2,5% - 20%	2,0% - 20%	0% - 6,67%	2,5% - 25%	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160	945	59	59	59	59	945
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(1)	-	(3)	(1)	(1)	(10)	(16)	(84)	(51)	(56)	(35)	(7)	(233)
Depreciação	2	208	18	7	7	(242)	-	6	10	(1.892)	751	6.160	945
Transferências entre classes	(16)	6	-	(5)	(3)	(76)	(94)	2	208	18	7	(242)	-
Transferências - Outros ativos	1.699	776	1.806	1.074	39	1.427	6.821	2.331	1.323	2.216	1.287	59	1.427
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160	945	59	59	59	59	945
Custo	(632)	(547)	(410)	(213)	(20)	-	(1.822)	(632)	(547)	(410)	(213)	(20)	-
Depreciação acumulada	1.889	568	741	507	29	2.145	5.879	1.889	568	741	507	29	2.145
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.889	568	741	507	29	2.145	5.879	1.889	568	741	507	29	2.145
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(86)	(44)	(46)	(29)	(4)	-	(209)	(86)	(44)	(46)	(29)	(4)	-
Transferências entre classes	1	99	1.152	630	10	(1.892)	751	1	99	1.152	630	10	(1.892)
Transferências - Outros ativos	(6)	-	-	-	8	(5)	(3)	(6)	(32)	(20)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160	1.798	613	1.847	1.108	43	751
Custo	2.340	1.107	2.202	1.293	59	751	7.752	2.340	1.107	2.202	1.293	59	751
Depreciação acumulada	(542)	(494)	(355)	(185)	(16)	-	(1.592)	(542)	(494)	(355)	(185)	(16)	-

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

16.1. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *(impairment)*.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação *(impairment)* destes ativos, quando aplicáveis.

17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

Consolidado	Concessão		Software		Outros		Ativos em Construção		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Taxa de amortização a.a.	2,86% - 3,96%	5% - 20%	4,74% - 10%	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	6	9.366	29	29	9.366
Adições	-	25	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(61)	-	-	-	-	(61)	-	-	(61)
Amortização	(1.367)	(8)	(5)	-	-	(1.380)	-	-	(1.380)
Transferências entre intangíveis	-	6	(3)	-	-	-	(3)	-	-
Transferências - Ativo financeiro ⁽¹⁾	(27)	-	-	-	-	(27)	-	-	(27)
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	1.546	-	-	-	-	1.546	-	-	1.546
Transferências - Outros ativos	(10)	(23)	23	(2)	-	(12)	(2)	-	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.366	6	84	5	6	9.461	5	5	9.461
Custo	25.521	18	101	5	5	25.645	5	5	25.645
Amortização acumulada	(14.311)	(12)	(17)	-	-	(14.340)	-	-	(14.340)
Obrigações especiais	(1.844)	-	-	-	-	(1.844)	-	-	(1.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.212	44	68	6	6	9.330	29	29	9.330
Adições	4	-	-	-	-	4	-	-	4
Baixas	(66)	-	-	-	-	(66)	-	-	(66)
Amortização	(1.233)	(2)	(3)	-	-	(1.238)	-	-	(1.238)
Transferências - intangíveis	-	3	28	(31)	-	-	(31)	-	-
Transferências - Ativo financeiro ⁽¹⁾	(13)	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	1.313	-	-	-	-	1.313	-	-	1.313
Transferências - Outros ativos	68	(39)	(24)	6	-	11	6	-	11
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	6	9.366	29	29	9.366
Custo	24.167	10	81	6	6	24.264	6	6	24.264
Amortização acumulada	(12.944)	(4)	(12)	-	-	(12.960)	-	-	(12.960)
Obrigações especiais	(1.938)	-	-	-	-	(1.938)	-	-	(1.938)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

(2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e reconhecida contabilmente como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. A Companhia está aguardando a apuração final dos valores envolvidos para consequentemente proceder ao reconhecimento contábil.

17.1. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *(impairment)*.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

Consolidado	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Energia elétrica	1.937	1.634	1.937	1.634
Encargos de uso da rede	519	203	519	203
Materiais e serviços	1.846	1.229	1.846	1.229
Energia livre	126	119	126	119
Total	4.428	3.185	4.428	3.185
Circulante	4.300	3.049	4.300	3.049
Não circulante	128	136	128	136

Em 2020, a Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 102 dias. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 3,01% a.a.

Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 557. Os juros incorridos são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício ou como custo de construção do ativo imobilizado ou ativo intangível.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

19.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

Consolidado		Controladora	
2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos bancários	6.839	6.017	-
Agências de fomento	9.069	6.718	772
Mercado de capitais (debêntures)	10.472	9.929	1.356
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	26.380	22.664	2.128
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3)	(2.583)	(1.318)	94
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 11)	(5.060)	(4.041)	(367)
(-) Títulos e valores mobiliários	(210)	(171)	-
Dívida líquida	18.527	17.134	1.855

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

19.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

Consolidado		Controladora	
2020	2019	2020	2019
Denominados em R\$	18.511	15.945	1.399
Indexados a taxas flutuantes	18.011	15.305	1.399
Indexados a taxas fixas	500	640	-
Denominados em US\$	6.902	6.262	772
Indexados a taxas flutuantes	1.542	2.514	-
Indexados a taxas fixas	5.360	3.748	772
Denominados em outras moedas	1.209	720	-
Indexados a taxas fixas	1.209	720	-
	26.622	22.927	2.171
(-) Depósitos em garantia	(102)	(131)	-
(-) Custo de transação	(140)	(132)	(43)
	26.380	22.664	2.128
	26.380	22.664	2.128
	3.936	3.706	29
	22.444	18.958	2.099

||
||
||

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2020			2019		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	1.340	(22)	1.318	1.100	26	1.126
Ganho (perda) reconhecido no resultado	2.544	309	2.853	248	33	281
Ganho (perda) reconhecido no Capex	–	1	1	–	(1)	(1)
Ganho (perda) reconhecido no ORA	99	70	169	72	(50)	22
Liquidação financeira entradas (saídas)	(1.437)	(321)	(1.758)	(80)	(30)	(110)
Saldo final	2.546	37	2.583	1.340	(22)	1.318
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	–	315	315	–	28	28
Resultado financeiro, líquido	2.544	(6)	2.538	248	6	257
	Controladora					
	2020			2019		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	–	–	–	27	–	27
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(68)	(12)	(80)	1	–	1
Ganho (perda) reconhecido no Capex	–	–	–	–	–	–
Ganho (perda) reconhecido no ORA	(20)	6	(14)	–	–	–
Liquidação financeira entradas (saídas)	–	–	–	(28)	–	(28)
Saldo final	(88)	(6)	(94)	–	–	–
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	–	–	–	–	–	–
Resultado financeiro, líquido	(68)	(12)	(80)	1	–	1

c) Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/ venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui uma obrigação de compra participação– PREVI referente a participação societária adicional em ativos pertencentes ao segmento de redes (veja nota 21).

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 25.3 e 25.8 , respectivamente.

20. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão para processos judiciais (nota 20.1.a)	1.189	1.067
Provisão para obrigações ambientais	115	110
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	40	69
Provisão para ressarcimento	83	46
	1.427	1.292
Passivo circulante	221	188
Passivo não circulante	1.206	1.104

20.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067
Adições e reversões, líquidas	149	31	13	(2)	191
Pagamentos	(162)	(78)	(7)	(1)	(248)
Atualizações monetárias	122	49	16	2	189
Transferências	–	–	(10)	–	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	623	405	149	12	1.189
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415	360	131	10	916
Adições e reversões, líquidas	157	51	2	3	213
Pagamentos	(169)	(58)	(1)	(1)	(229)
Atualizações monetárias	111	50	5	1	167
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

- (i) **Processos cíveis:** Do total de R\$ 623 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destaca-se: Ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos moral e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$ 159 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) **Processos trabalhistas:** Do total de R\$ 405 (R\$ 403 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destaca-se: Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 80 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.
- (iii) **Processos fiscais:** Do total de R\$ 149 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se: Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. O valor provisionado é de R\$ 15 (Ação recebida em 2020); e Mandado de Segurança contra a Elektro visando à não incidência de PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio que, após decisões desfavoráveis, transitou em julgado em 2019. O montante provisionado é de R\$ 38 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2019).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Processos fiscais (i)	2.643	2.277
Processos cíveis (ii)	2.241	1.766
Processos trabalhistas (iii)	645	673
Processos regulatórios (iv)	202	221
	5.731	4.937

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no “Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente” (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 342 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 278 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 129 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 279 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 92 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019).
- Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.
- (ii) **Processos cíveis:** Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir: Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Elektro e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Elektro interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. O montante estimado da demanda é de R\$ 177 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019).
- Mandado de segurança visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL nº 2517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 81 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 58 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, contra Coelba em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 53 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019).
- Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica na Celpe. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 62 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2019).
- Ações de indenização por danos morais e materiais na Celpe, em fase de instrução, com valor estimado de R\$ 105.
- A Itapebi está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 192 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 170 em 31 de dezembro de 2019).
- Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.
- (iii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.
- (iv) **Processos regulatórios:** As ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2020	2019
Processos cíveis	391	298
Processos trabalhistas	369	379
Processos fiscais	237	231
Processos regulatórios	11	12
	1.008	920

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a pro-

babilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

21. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2020	2019
Caução em garantia ⁽¹⁾	666	570
Obrigação de compra participação– PREVI ⁽²⁾	209	209
Devoluções a consumidores	162	152
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	66	61
Uso do Bem Público - UBP	67	60
Outros	264	210
	1.434	1.262

(1) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que em marco de 2021 a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente T.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Benefício definido”); (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Contribuição definida”) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	2020	2019
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	409	280
Benefícios de curto prazo	115	98
Benefícios de longo prazo	975	759
	1.499	1.137
Ativo não circulante ⁽¹⁾	(35)	(33)
Passivo circulante	525	379
Passivo não circulante	1.009	791

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de Outros ativos não circulante.

22.1. Benefícios de longo prazo - Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

Em dezembro de 2018 e fevereiro de 2020, a Companhia contratou junto à seguradora a cobertura dos riscos atuariais relacionados aos benefícios de invalidez ou morte dos empregados alocados nas operações de distribuição de energia elétrica. A apólice de seguro cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática e será constantemente renovada anualmente nos períodos subsequentes, de acordo com a política de gestão de riscos atuariais da Companhia. A contratação desta apólice eximiu a Companhia da responsabilidade de liquidação das obrigações atuariais desses benefícios, resultando na reversão do passivo e no respectivo reconhecimento de um ganho de R\$24 no resultado de 2020. Vale ressaltar que os impactos no resultado da Companhia, advindos da contratação da apólice de seguros se deram de forma única (one-off), ou seja, não serão recorrentes em períodos subsequentes.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia (“Curadores”). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Consolidado			
	Posição em 31/12/2020			
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BA (antigo Plano FAELBA) ⁽¹⁾	2	905	Fechado	Superavitário
Néos - Plano RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	–	294	Fechado	Superavitário
Néos - Plano PE (antigo Plano CELPOS) ⁽¹⁾	83	3.359	Fechado	Deficitário
Fundação CESP - PSAP/Elektro ⁽²⁾	3.069	2.179	Aberto	Deficitário
	3.154	6.737		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA (antigo Plano FAELBA) ⁽¹⁾	4.040	1.940	Fechado	N/A
Néos - Plano RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	781	253	Fechado	N/A
Néos - Plano PE (antigo Plano CELPOS) ⁽¹⁾	2.321	180	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	1.010	–	Aberto	N/A
	8.152	2.373		
Total	11.306	9.110		

(1) Em junho de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) autorizou a incorporação da Fundação COELBA de Previdência Complementar (“FAELBA”), Fundação CELPE de Seguridade Social (“CELPOS”) e Fundação COSERN de Previdência Complementar (“FASERN”) pela NÉOS Previdência Complementar (“NÉOS”) e a partir de outubro de 2020 ocorreu a efetiva incorporação à NÉOS dos bens, direitos e obrigações dos recursos dos planos de benefícios definidos e contribuições definidas geridos por essas entidades.

(2) O plano possui uma submassa estruturada na modalidade de contribuição definida, na qual a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2020, o plano possui 7.112 beneficiários (beneficiários ativos – 1.038 e beneficiários assistidos – 6.074).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

(i) Benefício definido e saúde pós emprego

	Consolidado				
	Benefício definido		Saúde		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivos) líquido	Ativo (passivos) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.735)	2.964	(377)	(148)	(762)
Custo do serviço	(6)	–	–	(6)	(1)
Efeitos dos juros	(247)	271	(35)	(11)	(70)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	–	–	–
Contribuições pagas pelo patrocinador	–	46	–	46	47
Benefícios pagos pelo plano	233	(233)	–	–	–
Efeitos de reduções/ liquidações	–	–	–	–	–
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(463)	–	146	(317)	95
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	–	302	–	303	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.223)	3.355	(266)	(134)	(691)
Custo do serviço	15	–	–	15	(1)
Efeitos dos juros	(240)	252	(20)	(8)	(52)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	–	–	–
Contribuições pagas pelo patrocinador	–	44	–	44	43
Benefícios pagos pelo plano	231	(231)	–	–	–
Efeitos de reduções/ liquidações	–	–	–	–	–
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(284)	–	34	(250)	(119)
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	–	64	–	64	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.506)	3.489	(252)	(269)	(820)
Planos superavitários	(471)	757	(252)	34	–
Planos deficitários	(3.035)	2.732	–	(303)	(820)

Em 2020, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 317 no plano PSAP/ Elektro, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 22% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI. A Companhia também apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 134 no plano de saúde pós-emprego, originado substancialmente pelos seguintes fatores: (a) reajuste da tabela de custeio do plano em 11%, e (b) movimentação da massa de participantes do plano.

Os ativos (passivos) líquidos, por plano de benefício definido, está apresentado como segue

	Consolidado			
	Ativos (passivos), líquidos			
	Néos - Plano BA	Néos - Plano RN	Néos - Plano PE	PSAP/Elektro
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24	7	(179)	–
Custo do serviço	–	–	1	(7)
Efeitos dos juros	2	1	(14)	–
Contribuições pagas pelos participantes	–	–	–	–
Contribuições pagas pelo patrocinador	–	–	43	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(46)	(25)	(151)	(95)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	41	28	134	95
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21	11	(166)	–
Custo do serviço	–	–	1	14
Efeitos dos juros	2	1	(11)	–
Contribuições pagas pelo patrocinador	–	–	41	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	17	4	(3)	(269)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(21)	(2)	3	84
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19	14	(135)	(168)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado			
	2020		2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(3.506)	(820)	(3.223)	(691)
Valor justo dos ativos	3.489	–	3.355	–
Efeito do limite do ativo (teto)	(252)	–	(266)	–
Total passivo (ativo) líquido	(269)	(820)	(134)	(691)
Ativo não circulante	34	–	32	–
Passivo circulante	(66)	(4)	(19)	(47)
Passivo não circulante	(237)	(816)	(147)	(644)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos – Plano PE, nos montantes de R\$60 e R\$76, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com vencimento dezembro de 2023.

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

	Consolidado					
	2020		2019			
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Aplicação direta:						
Título de dívida - Governos/ Corporativa	–	–	–	–	–	–
Ações/ Quotas	–	–	–	–	–	–
Investimentos imobiliários	–	84	84	–	80	80
Outros	1	90	91	–	85	85
Aplicação através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações/Quotas	349	1	350	326	1	327
Fundo de investimento - Multimercado	1.324	–	1.324	1.228	–	1.228
Fundo de investimento - Renda fixa	1.595	–	1.595	1.594	–	1.594
Fundo de investimento - Imobiliário	44	–	44	41	–	41
	3.345	175	3.489	3.189	166	3.355

(ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Consolidado			
	Benefício definido		Saúde pós emprego	
2021			234	
2022			232	
2023			231	
2024			228	
2025			223	
2026 a 2030			1.052	
			2.200	

Para fins de capitalização dos planos de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$46 no exercício de 2021.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/ econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	1.688	867	1.342	729
Valor presente da obrigação atuarial	6,48%	5,60%	6,18%	5,36%
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	15,18	14,73	12,72	11,64
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	1.497	779	1.185	658
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(6,18%)	(5,08%)	(5,57%)	(4,89%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	14,00	13,63	11,72	10,84

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Taxa média nominal de desconto	7,14%	6,98%	7,70%	7,79%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,62%	N/A	5,11%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	13,40	14,16	12,21	11,23

As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como segue:

	2020							
	Néos - Plano BA	Néos - Plano RN	Néos - Plano PE	PSAP/ Elektro	Néos - Plano BA	Néos - Plano RN	Néos - Plano PE	PSAP/ Elektro
Taxa média nominal de desconto	6,98%	6,80%	7,04%	7,25%	7,53%	7,41%	7,61%	7,81%
Taxa média nominal de custo salarial	N/A	N/A	4,28%	5,94%	N/A	N/A	5,04%	6,65%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	9,25	8,64	9,57	16,60	9,66	8,86	9,96	14,53

Tábua de mortalidade	BR - EMSsb v2015 (M) e desagravada 15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M) suavizada em 10%	AT2000 (M) <i>Light</i> Fraca suavizada 30%	BR - EMSsb v2015 (M) e desagravada 15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M) suavizada 10%	AT2000 (M) <i>Light</i> Fraca suavizada 30%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A	<i>Light</i> média	30%	N/A	N/A	<i>Light</i> média	30%
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT1983 (M)	AT49 (M)	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 (M)	AT49 (M)	

Para o plano de saúde pós emprego a Companhia utilizou as seguintes tabuas biométricas: (i) Mortalidade – AT2000 Basic, e (ii) entrada em invalidez - *Light* média.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não ser suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("Previc"). Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará à um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazo de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

22.2. Benefícios de longo prazo - Remuneração baseada em ações (Plano de ações)

Em 20 de abril de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o programa de incentivos de longo prazo – Ciclos de 2020/2022 ("Plano de ações") para os executivos e empregados que estão em posição gerencial. As diretrizes do programa estabelecem o limite máximo de: (i) 125 beneficiários, e (ii) concessão de 3.650.000 ações ordinárias.

O plano de remuneração baseado em ações ("Plano de ações"), com entrega física das próprias ações da Companhia (NEOE3), visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. O Plano de ações possui o período de avaliação estipulado entre 2020 até 2022, enquanto a entrega das ações para os beneficiários será realizada anualmente, em partes iguais, nos exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. A outorga do plano para os 113 beneficiários eleitos ocorreu em 01 de dezembro de 2020, com o preço ajustado de R\$16,09 por ação.

Em 31 de dezembro de 2020, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a administração estima que valor total do programa será de R\$ 90 (equivalente à 113 beneficiários e 3.545.170 ações). A despesa reconhecida no resultado do exercício em 2020 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 3 (incluindo R\$ 0,6 de encargos).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social

O capital social está representado integralmente por ações ordinárias ("ON"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui autorização do Conselho de Administração para recomprar 3.650.000 ações ordinárias, entre 2021 a 2025, a serem destinadas para o programa de remuneração de baseado em ações (veja nota 23.2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social é de R\$12.920 correspondendo a 1.213.797.248 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S.A. ("Iberdrola")	606.898.625	50,00%	6.460
Iberdrola S.A.	12.618.700	1,04%	134
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil ("Previ")	367.647.583	30,29%	3.914
Demais acionistas - <i>Free float</i>	226.095.383	18,63%	2.407
Conselheiros e diretores	536.957	0,04%	5
Total de ações em circulação	1.213.797.248	100,0%	12.920

23.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A			
Consolidado		Controladora	
2020	2019	2020	2019
2.905	2.309	2.796	2.229
1.214	1.214	1.214	1.214
2,39	1,90	2,30	1,84

Lucro líquido do exercício

Média ponderada de ações em circulação

Lucro básico e diluído por ação

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Neoenergia S/A foi calculada da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	2020
Reserva legal	2.796
Lucro líquido ajustado	(140)
Destinação para reserva de lucros a realizar/ retenção de lucros	2.656
Lucro líquido a distribuir	(1.910)
Remuneração	746
Mínima obrigatória	201
Remuneração adicional	545
Natureza da remuneração	746
Dividendos	20
JCP	545
Remuneração total por ação	746
Os valores pagos aos acionistas da Neoenergia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:	0,55

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação ON
2020			
RCA de 15 de junho de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	278	0,2293645
RCA de 09 de dezembro de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	267	0,2196808
		545	
2019			
RCA de 26 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	338	0,2784645
RCA de 12 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	218	0,1793503
		556	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

Consolidado			
2020	2019	2020	2019
213	343	198	329
784	624	746	556
(54)	(55)	(52)	(52)
(467)	(698)	(450)	(635)
476	214	442	198

23.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa; (iii) efeitos de equivalências patrimonial em JV e coligadas similares aos itens citados anteriormente

23.4. Reserva de Capital

A reserva especial de ágio foi constituída pela reestruturação societária da Companhia, decorrentes aos aportes de capital efetuados na Elektro e Coelba, ambas controladas da Companhia. Ademais do impacto da remuneração baseada em ações (plano de ações), vide nota 22.2.

23.5. Reserva de transação com os sócios

Os valores são resultantes: (i) das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações societárias em que não houve alteração do controle acionário das investidas; (ii) e valor justo de instrumentos financeiros derivativos vinculado a obrigação de compra participação adicional nas investidas.

Os valores reconhecidos nesta reserva são oriundos das seguintes transações:

Compra de participação na Itapebi pela Termope (ii)/(iii)	658
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia (iii)	333
Obrigação de compra participação Previ (vide nota 20)	68
Valor justo incorporação (iv)	530
Ganho participação relativa Coelba (v)	8
Total	1.597

(i) Aquisição da parcela remanescente da Itapebi 58% entre 2013 e 2014. Pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$829.

(ii) Efeito do valor justo dos ativos da Elektro Holding incorporados na Neoenergia S/A e o valor da contraprestação utilizado como aporte de capital realizado em 2017. O montante utilizado como base para o aporte de capital foi de R\$4.694.

(iii) Aquisição da parcela adicional na Coelba e na Cosern de 8,5% e 7,0%, respectivamente. Esta operação ocorreu no ano de 2015 e pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$639.

(iv) Este ajuste refere-se à diferença entre o valor justo revisado utilizado pela Incorporação da Elektro Holding de R\$ 4.191 e o valor utilizado como base para aumento de capital da Neoenergia de R\$ 4.694, além de ajustes de consolidação em função da obtenção do controle de FEB e FEB 2 no valor de R\$ 27.

(v) Nos meses de março e julho de 2018 foram homologados aumentos no capital social da Coelba, onde alguns acionistas não controladores não realizaram a subscrição de suas ações, acarretando em alterações no percentual de participação da Neoenergia na controlada.

23.6. Reservas de lucros

23.6.1. Reserva legal:

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absolver prejuízos ou para aumento de capital.

23.6.2. Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

23.6.3. Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

23.7. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e Outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

24.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2020				Consolidado 2019			
	<i>Joint ventures</i>	Coligadas	Acionistas e outros¹	Total	<i>Joint ventures</i>	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (c)	–	1	–	1	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (d)	15	1	–	16	14	1	–	15
Outros ativos (e)/(g)	–	–	21	21	–	–	23	23
	15	2	21	38	14	1	23	38

24.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 24.1 e 24.2 referem-se a:

- (a) Serviços prestados pela Neoenergia O&M à Águas da Pedra, relacionados a serviços de operação e manutenção, de 2020 a 2024, com preços ajustados pela inflação.
- (b) Serviços prestados pela Neoenergia Serviços à Teles Pires: serviços transacionais e contábeis, elaboração de relatórios periódicos aos órgãos reguladores, acompanhamento de auditorias externas, elaboração de demonstrações financeiras trimestrais e anuais, além de serviços tributários, de 2020 a 2022, sendo os preços ajustado pela inflação.
- (c) Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo. Os principais contratos estão detalhados abaixo:
- i. Norte Energia S.A. : contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044.
- ii. Águas da Pedra: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2011 e 2040.
- iii. Teles Pires: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044. Adicionalmente, existem contratos de compra de energia firmados pela NC Comercializadora no mercado livre, com início do fornecimento em 2018 e atingindo 2036.
- (d) Dividendos e/ou Juros sobre capital próprio a serem pagos a Neoenergia em 2021.
- (e) Contribuições das controladas Coelba, Celpe e Cosern para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, conforme detalhado na nota 22.
- (f) Contrato de Prestação de serviço de Engenharia entre a Neoenergia e Iberdrola Generacion por prazo indeterminado.
- (g) Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção (em moeda estrangeira) engenharia entre a Termope e Iberdrola Generacion, com reajuste anual com base na variação do IGP-M. O contrato possui prazo indeterminado.
- (h) Contrato de serviços administrativos, ambos os contratos seguem a mesma metodologia de precificação (custo mais margem) e os contratos são automaticamente renovados:
- i. Serviços prestados pela Iberdrola Energia relacionados a recursos humanos, informática (hardware e softwares), compras, financeiro, regulatório, controle, infraestrutura, entre outros, com o objetivo de maximizar a eficiência operacional das unidades da Iberdrola em diferentes locais, compartilhando as melhores práticas por meio da prestação de serviços o contrato possui prazo indeterminado.
- ii. Iberdrola Renovables: Serviços prestados pela Iberdrola Renovables relacionados à gestão, promoção, construção e operação dos parques eólicos no Brasil.
- (i) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia, Afluente T, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro Redes em 2021.
- (j) Obrigação com a PREVI a ser liquidado em 2021, conforme descrito na nota 21.
- (k) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPm com vencimentos até 2021.
- (l) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia com vencimento em 2021.
- (m) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Serviços Ltda com vencimento em 2022.
- (n) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia em 2021.
- (o) Contrato celebrado com as controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi, Termope, Afluente T, NC e Elektro Redes para prestação de garantia corporativa onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval com vencimento até 2021.

24.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	37	49	26	31
Remuneração Variável de Curto Prazo	17	15	11	16
Benefícios de longo prazo	12	4	9	2
Rescisões contratuais	-	2	-	-
	66	70	46	49

24.5. Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 4.573.

25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado					
	2020			2019		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.825	-	3.235	994	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	116	-	94	6	-	165
Contas a receber de clientes e outros	7.800	-	-	7.138	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.757	963	-	394	976
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	92	-	-	395	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	14.403	-	-	11.743
	9.833	1.757	18.695	8.533	394	15.931
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	4.428	-	-	3.185	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.973	-	2.407	18.606	-	4.058
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	665	-	-	313	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	126	11	-	52	-
Passivo de arrendamento	95	-	-	97	-	-
Uso do bem público	67	-	-	60	-	-
Outros passivos financeiros*	6	-	-	-	-	-
	29.234	126	2.418	22.261	52	4.058

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 25.8, (análise de sensibilidade).

25.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.235	-	3.235	3.047	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	94	-	94	165	-	165
Instrumentos financeiros derivativos	2.720	-	2.720	1.370	-	1.370
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	14.403	14.403	-	11.743	11.743
	6.049	14.403	20.452	4.582	11.743	16.325
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	2.407	-	2.407	4.058	-	4.058
Instrumentos financeiros derivativos	137	-	137	52	-	52
	2.544	-	2.544	4.110	-	4.110

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2020 e 2019, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 549 e R\$ 556, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 14.1.

25.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado					
	2020			2019		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	23.973	24.207	18.606	18.830		

Em dezembro de 2020, para fins de comparabilidade com o saldo contábil, as debentures passaram a ser mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debentures não negociadas em mercado secundário, assim como os demais empréstimos bilaterais, são mensuradas mediante o uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

25.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

25.6. Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas com um padrão de mercado, que refleitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

25.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Empresa						
Ativo	US\$ 182	US\$ 501	2021 - 2029	952	2.025	
Passivo	R\$ 583	R\$ 1.596		(570)	(1.579)	
Exposição líquida				382	446	(64)

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Empresa						
Ativo	US\$ 137	US\$ 332	2020 - 2027	748	1.352	
Passivo	R\$ 373	R\$ 1.007		(370)	(1.006)	
Exposição líquida				378	346	32

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Empresa						
Ativo	US\$ 114	US\$ 122	2021-2030	594	491	
Passivo	R\$ 367	R\$ 396		(369)	(398)	
Exposição líquida				225	93	132

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Empresa						
Ativo	US\$ 889	US\$ 593	2021-2035	4.831	2.462	
Passivo	R\$ 3.698	R\$ 2.187		(3.790)	(2.215)	
Exposição líquida				1.041	247	794

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós						
Empresa						
Ativo	€ 159	€ 178	2022-2024	1.042	742	
Passivo	R\$ 703	R\$ 715		(710)	(721)	
Exposição líquida				332	21	311

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ 768	R\$ 747	2021 - 2025	841	904	
Passivo	R\$ 662	R\$ 732		(661)	(731)	
Exposição líquida				180	173	7

Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
NDF						
Desembolso USD						
Termo	US\$ 110	US\$ 217	2020-2024	29	(5)	
Exposição líquida				29	(5)	34
O Programa de Opções designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020, não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia:						

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
Opção						
Desembolso USD						
Compra de Call	-	US\$ 3	2020	-	2	
Exposição líquida				-	2	(2)

Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020
NDF						
Desembolso EUR						
Termo	€ 53	€ 44	2020-2022	16	(16)	
Exposição líquida				16	(16)	32

Programa de hedge para desembolsos em Reais

Com

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício (Saldo/Nocional)	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	5.136	97	(24)	(48)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.078)	(166)	(42)	(82)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.042)	(151)	(39)	(76)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(8.451)	(764)	(95)	(190)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Queda do IPCA	4,31%	841	86	9	20
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	0,24%	(294)	(5)	–	–
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 3M	0,24%	294	6	–	–
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,26%	(1.251)	(14)	(1)	(1)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 6M	0,26%	1.251	16	1	2
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(512)	(21)	(2)	(5)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(1.970)	(126)	(21)	(44)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) na operação de *equity swap*, causada pela variação do preço da ação da Neoenergia (NEOE3), sob determinados cenários de mercado. Esta perda (ganho), se materializada, será reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte:

Operação	Indexador	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Outros Ativos Financeiros							
Swap Ponta Ativa em Ações	NEOE3	Queda da Ação	17,62	45	3	11	23

26. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (a)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2022	13.393	5.421
2023	13.868	3.764
2024	14.218	3.785
2025	14.440	4.027
2026	14.990	4.547
Entre 2027 e 2036	66.830	22.228

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações. A Neoenergia é avalista e garantidora de empréstimos, financiamentos e debêntures de suas controladas e coligadas.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) **Aprovações leilão de privatização CEB Distribuição S.A.**

Em 14 de janeiro de 2021 a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer pela aprovação da aquisição das ações representativas de 100% do capital social da CEB Distribuição S.A. pela Bahia Geração de Energia S.A, controlada da Neoenergia.

Em 22 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de despacho, decidiu aprovar previamente a transferência do controle societário direto da CEB Distribuição S.A., que passará a ser controlada pela Bahia Geração de Energia S.A (“Bahia PCH III”), uma subsidiária da Neoenergia.

(ii) **7ª emissão debêntures**

Em 27 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$ 2.000 da Companhia (“Debêntures”), a ser distribuída por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

(iii) **Captação de dívidas**

As controladas da Neoenergia contrataram as operações financeiras via 4131 com Swap, conforme características abaixo:

Empresa	Credor	Montante (R\$)	Vencimento	Data da contratação	Data do desembolso	Amortização	Juros
Coelba	MUFG	200	1 ano	07/01/2021	13/01/2021	<i>Bullet</i>	<i>Bullet</i>
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	02/12/2012	08/01/2021	<i>Bullet</i>	Semestral
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	23/12/2021	26/01/2021	<i>Bullet</i>	Semestral
Cosern	Scotiabank	100	3 anos	30/12/2021	06/01/2021	<i>Bullet</i>	Semestral

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração		
José Ignacio Sánchez Galán		
<i>Presidente</i>		
Titulares		
José Sainz Armada	Santiago Matías Martínez Garrido	Alexandre Alves de Souza
Daniel Alcain López	José Angel Marra	Juan Manuel Eguíagaray Ucelay
Mário José Ruiz-Tagle Larrain	Marcus Moreira de Almeida	Isabel García-Tejerina
Pedro Azagra Blazquez	Márcio Hamilton Ferreira	Cristiano Frederico Ruschmann
Suplentes		
Jesús Martínez Perez	Miguel Gallardo Corrales	João Ernesto de Lima Mesquita
Alejandro Román Arroyo	Justo Garzón	Aíres Hypolito
Tomas Enrique Guijarro Rojas	Ives Cezar Fulber	
Conselho Fiscal		
Francesco Gaudio		
<i>Presidente</i>		
Titulares		
Eduardo Valdés Sanchez	João Guilherme Lamenza	Iara Pasian
Suplentes		
Antonio Carlos Lopes	GlauCIA Janice Nitsche	José Antonio Lamenza
Paulo Maurício Mantuano de Lima		
Diretoria Executiva		
Mário José Ruiz-Tagle Larrain		
<i>Diretor-Presidente</i>		
Solange Maria Pinto Ribeiro		
<i>Diretora Presidente Adjunta</i>		
Eduardo Capelastegui Saiz		
<i>Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento</i>		
Leonardo Pimenta Gadelha		
<i>Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores</i>		
Simone Aparecida Borsatto		
<i>Diretora Executiva de Desenvolvimento</i>		
Fulvio da Silva Marcondes Machado		
<i>Diretor Executivo de Distribuição</i>		
Laura Cristina da Fonseca Porto		
<i>Diretora Executiva de Renováveis</i>		
Rogério Aschermann Martins		
<i>Diretor Executivo de Recursos</i>		
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques		
<i>Diretora Executiva Jurídica</i>		
Contadora		
Michelle de Frias Braz		
CRC RJ - Nº 114819/O-2		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **NEOENERGIA S.A.**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião nesta data: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas bem, como ii) a proposta de destinação do lucro, e considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, o relatório dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes) e seu parecer. O Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua submissão para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.		
Francesco Gaudio		
<i>Presidente do Conselho Fiscal</i>		
Eduardo Valdés Sanchez	João Guilherme Lamenza	Iara Pasian

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Neoenergia S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021.		
Jose Ignacio Sánchez Galán		
<i>Presidente do Conselho de Administração</i>		
Daniel Alcain	Santiago Martínez Garrido	Alexandre Alves de Souza
José Sainz Armada	José Ángel Marra Rodríguez	Isabel García-Tejerina
Mario Ruiz-Tagle Larrain	Marcus Moreira de Almeida	Cristiano Frederico Ruschmann
Pedro Azagra Blazquez	Márcio Hamilton Ferreira	Juan Manuel Eguíagaray Ucelay

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 - 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA alusivas ao exercício social findo em 31.12.2020; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31.12.2020.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2021.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain	
<i>Diretor Presidente</i>	
Solange Ribeiro	Laura Porto
<i>Diretora Presidente Adjunta</i>	<i>Diretora Executiva de Renováveis</i>
Eduardo Capelastegui	Leonardo Gadelha
<i>Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento</i>	<i>Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores</i>
Fulvio da Silva Marcondes Machado	Rogério Martins
<i>Diretor Executivo de Distribuição</i>	<i>Diretor Executivo de Recursos</i>
Lara Piau	Simone Borsato
<i>Diretora Executiva Jurídica</i>	<i>Diretora Executiva de Desenvolvimento</i>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas da

Neoenergia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a Notas Explicativas 10.1.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As controladas da Companhia são parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na aquisição das subsidiárias Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a avaliação e divulgação do passivo contingente relacionados à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.	

Mensuração dos Ativos de Contratos, Ativo Financeiro e Intangível no contrato de concessão de distribuição de energia	
Veja a Notas Explicativas n.º 14 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As controladas da Companhia, devem atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte das controladas da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativo de Contrato, Ativo Financeiro e Intangível, como significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao processo de análise e alocação dos gastos da concessão reconhecidos como ativo de contrato e da bifurcação entre ativo financeiro da concessão ou intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com o contrato de concessão. Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização definidos pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação do Ativo de Contrato, Ativo Financeiro e Intangível são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes	
Veja a Notas Explicativas n.º 5 e 14.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Durante o exercício corrente, a Companhia constituiu subsidiárias no segmento de transmissão de energia, para atuarem em concessões, prestando serviços de construção, operação e manutenção durante o período de concessão. Dessa forma, foi necessário avaliar o modelo de negócio a fim de suportar o reconhecimento do ativo contratual e da receita de contrato com clientes dessas controladas, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS)15 – Revenue from contract with customer), que requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes por parte das controladas da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato. Inspecionamos o contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Avaliamos, com o envolvimento de especialistas de Finanças Corporativas, as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem de contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo. Realizamos inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício e analisamos a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Por fim, para as transmissoras em construção, realizamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato por parte das controladas da Companhia, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014228/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2020 e 2019:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	-3,20 p.p.
TJLP	4,87%	6,20%	-1,33 p.p.
IPCD ¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: Considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

Em 2020, a Coelba realizou Capex de R\$ 1.623 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos.

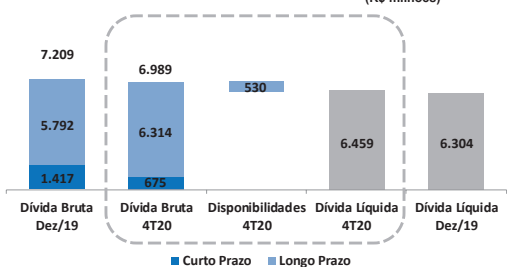
INVESTIMENTOS REALIZADOS			
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)			
	4T20	2020	
Expansão de Rede	(286)	(1.179)	56%
Programa Luz para Todos	(85)	(464)	
Novas Ligações	(109)	(405)	
Novas SE's e RD's	(92)	(310)	
Compromisso ECV	-	-	
Renovação de Ativos	(54)	(185)	11%
Melhoria da Rede	(74)	(189)	12%
Perdas e Inadimplência	(29)	(103)	6%
Outros	(137)	(242)	15%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(22)	(226)	
(=) Investimento Bruto	(602)	(2.124)	
SUBVENÇÕES	219	274	
(=) Investimento Líquido	(383)	(1.849)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	22	226	
(=) CAPEX	(361)	(1.623)	
BAR	(137)	(242)	13%
BRR	(443)	(1.656)	87%

Os investimentos realizados em 2020 foram aderentes ao planejado pela Companhia para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Coelba para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

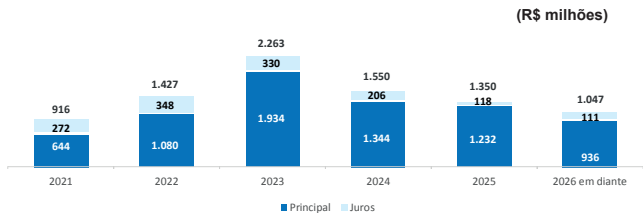
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Coelba, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 6.989 milhões (divida líquida R\$ 6.459 milhões), apresentando uma redução de 3% (R\$ 220 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação a segregação do saldo devedor, a Coelba possui 90,3% da dívida contabilizada no longo prazo e 9,7% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020.



8. RATING

Em 06/04/20, a agência de ratings Standard & Poor´s – S&P confirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil. Vale dizer que em função da pandemia da Covid-19, a agência alterou a perspectiva do rating soberano de positiva para estável, o que fez com que a perspectiva global da Neoenergia e suas subsidiárias também tenham sido alteradas para estável.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Conta-Covid-19

Em 03/07/20, a Coelba aderiu à operação financeira Conta-Covid-19, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020, no montante de R\$ 499,6 milhões, os quais estão lastreados, integralmente, em ativos tarifários constituídos (CVA e demais financeiros). O cronograma de desembolso ocorreu da seguinte maneira:

Data do desembolso	Montante (R\$ mil)
31/07/20	407.730
12/08/20	47.668
14/09/20	44.208
Total	499.607

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2020	2019	2020 / 2019	
			Dif.	%
Convencional	3.944	4.286	(341)	(8,0%)
Baixa Renda	1.545	1.100	446	40,6%
Total	5.490	5.385	105	1,9%

9.3. Programa Luz para todos

O Programa Luz para Todos – PLPT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para dezembro de 2022. Atualmente, a Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 6,0 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo a marca de 669.124 ligações. Em 2020 foram realizadas 17.644 ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	
até 2009	353.209
de 2010 a 2015	209.453
em 2016	21.629
em 2017	19.439
em 2018	21.716
em 2019	26.034
em 2020	17.644
Total Ligações executadas	669.124

9.4. Práticas de Gestão

9.4.1. Remuneração de Acionistas

A Coelba possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

(i) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 262.764 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2020. O montante de Juros sobre Capital Próprio limitado a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2020 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do referido exercício será pago aos acionistas até 31/12/2021 e o saldo remanescente, referente ao montante excedente a 25% do *payout*, será pago aos acionistas em janeiro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

9.4.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Coelba reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Coelba.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares, e um suplente com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou extraordinariamente sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.4.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como *lives*, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricistas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Prêmio Corresponsáveis da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito “continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível”, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relaciona-

mento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICOE).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

10.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro).

O projeto “Conexão Digital” entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto “Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha” visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto “Corredor Verde”, um das maiores eletroviás do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais iniciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de marco, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quinzenhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicar cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Eeloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Coelba tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020, contou com investimento de R\$ 20,4 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 85 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 19 mil lâmpadas em 107 instituições dessas comunidades.
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta, sendo recicladas 226 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 54 mil na conta de 3.399 consumidores.
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 1.700 professores e 87.376 alunos da área de concessão da Coelba sobre o tema de uso eficiente da energia.
- Execução de projetos de Eficientização de prédios públicos e comerciais assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc), sendo beneficiadas 53 unidades na Bahia, totalizando mais de 52 mil lâmpadas substituídas.
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu em 2020 desconto de 50% para instalação de energia solar em 259 residências da Bahia, totalizando 1.082,40 kWp instalado.
- Execução de projeto prioritário para equipar os hospitais de campanha da pandemia na Bahia, sendo beneficiadas 53 unidades com a substituição de 4.471 lâmpadas, 132 geladeiras/freszers e 72 aparelhos de ar condicionado.
- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública nos municípios de Salvador, Aramarí e Irará, com a substituição de 1.291 pontos de IP por tecnologia LED.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto “Sistema Inteligente de Armazenamento Energia” que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de íon lítio o excedente de energia; (ii) o projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto “Conexão Digital” cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (i) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto “Sensor Inteligente para 69 kV” cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de “Transformador Inteligente e Qualímetro com oscilografia contínua”, que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020.

(i) Selo Empresa Irmã 2020: A Neoenergia, por meio da Coelba, recebeu o Selo Empresa Irmã 2020, na categoria Diamante, um reconhecimento por ter contribuído com a doação financeira de R\$4567.000,00 direcionada para o projeto de Eficientização Energética da Instituição Obras Sociais Irmã Dulce.

(ii) Ranking Aneel: As distribuidoras da Neoenergia (Celpe, Coelba, Cosern e Elektro) ficaram entre as 15 melhores do país na continuidade do fornecimento de energia elétrica, avaliado a partir do desempenho do DEC e FEC (Duração e Frequência das Interrupções). O ranking publicado, anualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou os níveis históricos atingidos pela qualidade dos serviços de distribuição no Brasil em 2019.

(iii) Prêmio Cliente SA 2020: Pelo segundo ano consecutivo, as distribuidoras da Neoenergia, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro conquistaram o Prêmio Cliente SA. As empresas foram reconhecidas com o case: Central da Experiência do Cliente.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira – DF da Companhia, relativa ao exercício de 2020, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2020, no montante de R\$ 925 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A Coelba ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2020.

13. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Coelba apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T20	2020	4T19	2019	
(+) Receita líquida	3.644	11.285	2.551	10.219	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(204)	(280)	(82)	(210)	Nota 3
(-) Outras receitas	(31)	(99)	(26)	(90)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	2	3	1	3	
= RECEITA Operacional Líquida	3.411	10.909	2.444	9.922	
(+) Custos com energia elétrica	(2.125)	(5.702)	(1.282)	(4.989)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(375)	(1.855)	(352)	(1.721)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.500)	(7.557)	(1.634)	(6.710)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	204	280	82	210	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.115	3.632	892	3.422	
(+) Custos de operação	(331)	(1.175)	(317)	(1.183)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(33)	(112)	(32)	(120)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(136)	(486)	(123)	(436)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	148	560	131	493	Nota 6
(+) Outras receitas	31	99	26	90	Nota 3
(-) Outras receitas - Outras receitas	(2)	(3,0)	(1)	(3)	
= Despesa Operacional (PMSO)	(323)	(1.117)	(316)	(1.159)	
(+) PECLD	(14)	(144)	(45)	(125)	Demonstrações de resultado
EBITDA	778	2.371	531	2.138	
(+) Depreciação e Amortização	(148)	(560)	(131)	(493)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(104)	(353)	(111)	(482)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(56)	(239)	(14)	(154)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	470	1.219	275	1.009	Demonstrações de resultado

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	11.285	10.219
Custos dos serviços		(8.732)	(7.893)
Custos com energia elétrica	4	(5.702)	(4.989)
Custos de construção	5	(1.855)	(1.721)
Custos de operação	6	(1.175)	(1.183)
Lucro bruto		2.553	2.326
Perdas de créditos esperadas	10	(144)	(125)
Despesas com vendas	6	(112)	(120)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(486)	(436)
Lucro operacional		1.811	1.645
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		224	159
Despesas financeiras		(613)	(615)
Outros resultados financeiros, líquidos		36	(26)
		(353)	(482)
Lucro antes dos tributos		1.458	1.163
Tributos sobre o lucro	8	(239)	(154)
Corrente		(161)	(68)
Diferido		(78)	(86)
Lucro líquido do exercício		1.219	1.009
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2		
Ordinária		4,51	3,73
Preferencial A		4,51	3,73
Preferencial B		4,96	4,11

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.219	1.009
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(123)	90
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	42	(30)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(81)	60
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	56	14
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	1	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(19)	(5)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	38	9
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(43)	69
Resultado abrangente do exercício	1.176	1.078

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Proposta de distribuição de		Total
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal		Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.988	356	(242)	140	896	801	-	5.205
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.009	- 1.009
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(266) 2.009
Outros resultados abrangentes	-	-	69	-	-	-	-	- 69
Destinação:								
Reserva legal	-	-	-	50	-	-	(50)	- -
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	520	(520)	- -
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	141	-	(141)	- -
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(298)	- (298)
Dividendos declarados (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(500)	-	- (500)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.988	356	(173)	190	1.037	821	-	5.219
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.219	- 1.219
Outros resultados abrangentes	-	-	(43)	-	-	-	-	- (43)
Destinação:								
Reserva legal	-	-	-	61	-	-	(61)	- -
Reserva de retenção de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	700	(700)	- -
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	172	-	(172)	- -
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(263)	- (263)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(23)	- (23)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.988	356	(216)	251	1.209	1.521	-	6.109

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002. 1.1. **Coronavírus (“COVID-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do contas a receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*. Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutida a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia, como segue:

Retração da demanda de mercado	2020
Perdas de créditos esperadas	(113)
Lucro operacional	(140)
Tributos sobre o lucro	30
Efeito líquido	(110)

c) Medidas para resiliência operacional e financeira: Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: (i) Postergação do recolhimento de tributos relativos às competências de abril e maio de 2020, tais como PIS e COFINS (RS 170) e FGTS (RS 4) resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de RS 174. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerados por essas medidas durante o 2º semestre de 2020; (ii) Adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro, contratados junto ao BNDES e ao BNB (*stand still*), proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$ 172 (base nominal), no exercício de 2020; (iii) Liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$ 81 para a Companhia, recebido em abril de 2020; (iv) A publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que a Companhia seja ressarcida integralmente por este desconto pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo; (v) Diferimento do reajuste tarifário da Companhia para 1º de julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no montante de R\$ 67; e (vi) Adesão à CONTRA-COVID: A Resolução ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020 dispõe sobre a CONTRA-COVID, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses. No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 500, os quais foram utilizados para efetuar a baixa contábil do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE (nota 11). Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros: (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário); (ii) Antecipação de captação de recursos junto às instituições financeiras, no montante de R\$ 200, e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$ 1.597; (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento do conta a receber vencidos, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de créditos esperadas, dentre as quais destacamos: a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site da Companhia, permitindo aos clientes negociar as suas dividas sem sair de casa; b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020); c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes da Companhia através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para a Companhia; d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, *e-mail e Whatsapp*), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações; e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Energencial); e f. Campanha de mídia (TV e rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$ 35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para a Companhia. (iv) Medidas para reduzir a Sobrecontratação: O art 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da COVID-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade. Durante o ano de 2020 a Companhia está utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, evitando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19, tais mecanismos têm tido baixa efetividade. **d) Medidas**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.219	1.009
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	574	505
Baixa de ativos não circulantes	30	40
Tributos sobre o lucro	239	154
Resultado financeiro, líquido	353	482
Valor de reposição estimado da concessão	(280)	(210)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(35)	(257)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	114	130
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(9)	(18)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	211	205
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(180)	24
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(71)	(101)
Outros ativos e passivos, líquidos	(70)	(44)
Caixa líquido proveniente das operações	2.095	1.919
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(298)	(356)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	42	35
Rendimento de aplicação financeira	27	40
Juros pagos – Arrendamentos	(2)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(186)	(112)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.678	1.454

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.961)	(2.141)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(35)	(56)
Resgate de títulos e valores mobiliários	31	16
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.965)	(2.181)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.391	2.437
Pagamento dos custos de captação	-	(6)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(2.352)	(1.167)
Depósitos em garantias	15	(3)
Obrigações especiais	260	474
Pagamento de principal – Arrendamentos	(8)	(7)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	715	36
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(112)	(1.069)
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(91)	695

Redução de caixa e equivalentes de caixa do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	24	78
Arrendamentos capitalizados	8	24
Adições de obrigações especiais – incorporadas por meio de doação de bens	23	35
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	115	-

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	474	852
Contas a receber de clientes e outros	10	2.141	1.957
Títulos e valores mobiliários		4	7
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	134	270
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	195	106
Outros tributos a recuperar	8.3.1	940	889
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	67	211
Outros ativos circulantes		189	214
Total do circulante		4.144	4.506
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	93	60
Títulos e valores mobiliários		52	46
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	705	237
Outros tributos a recuperar	8.3.1	2.435	2.114
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	9	64
Depósitos judiciais	16	536	507
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	7.425	6.087
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	2.124	1.981
Outros ativos não circulantes		32	31
Direito de uso		15	17
Intangível	13	3.346	3.296
Imobilizado		5	-
Total do não circulante		16.777	14.439
Total do ativo		20.921	18.945

Passivo Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	1.280	1.037
Empréstimos e financiamentos	15	798	1.686
Passivo de arrendamento		6	5
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	11	1
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	196	161
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	354	292
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	8.4	1	3
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	253	118
Provisões	16	72	69
Outros passivos circulantes	17	504	456
Total do circulante		3.475	3.822
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	53	50
Empréstimos e financiamentos	15	7.019	6.029
Passivo de arrendamento		9	12
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	99	87
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	8.4	2.872	2.617
Provisões	16	286	275
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	772	644
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	179	114
Outros passivos não circulantes	17	48	76
Total do não circulante		11.337	9.904
Patrimônio líquido	19	6.109	5.219
Total do passivo e do patrimônio líquido		20.921	18.945

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	15.369	14.577
Perdas de créditos esperadas	(144)	(125)
	15.225	14.452
Insunso adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(5.086)	(4.729)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.079)	(750)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.526)	(2.449)
	(8.691)	(7.928)
Valor adicionado bruto	6.534	6.524
Depreciação e amortização	(574)	(505)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	5.960	6.019
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.767	1.587
Valor adicionado total a distribuir	8.727	7.606
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	312	297
Encargos sociais (exceto INSS)	42	41
Benefícios	209	181
Outros	(104)	(79)
	459	440
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	67	64
ICMS	2.443	2.555
PIS/COFINS sobre faturamento	679	689
Tributos sobre o lucro	239	154
Obrigações intrasetoriais	491	618
Outros	20	17
	3.939	4.097
Financiamentos		
Juros, variações cambiais e aluguéis	3.110	2.060
	3.110	2.060
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e Juros sobre capital próprio	286	298
Reserva de incentivo fiscal	172	141
Reserva legal	61	50
Reserva de retenção de lucro	700	500
	1.219	1.089
Valor adicionado distribuído	8.727	7.606

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados a operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.364	5.635
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	6.761	6.863
Construção de infraestrutura da concessão	1.855	1.721
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	705	262
Valor de reposição estimado da concessão ⁽ⁱ⁾	280	210
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	305	(204)
Outras receitas	99	90
Receita operacional bruta	15.369	14.577
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(4.084)	(4.358)
Receita operacional líquida	11.285	10.219

⁽ⁱ⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão. A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia (nota 1.1 b (ii)).

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2020: Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.675) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de abril de 2020. Entretanto em função do cenário de calamidade pública causado pela pandemia do vírus COVID-19, foi aplicado a partir de 1º de julho de 2020, O reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 5,38% e 4,85%, respectivamente. Como resultado, o reajuste médio na tarifa foi de 5,00%.

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	2020	2019	GWh	R\$
Residencial	7.446	7.326	5.475	5.483
Comercial	2.768	3.404	2.280	2.658
Industrial	1.096	1.435	733	836
Rural	1.913	2.212	785	855
Poder público	608	774	432	508
Iluminação pública	1.135	1.177	384	390
Serviços públicos	684	821	266	315
Consumo próprio	16	17	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	166	34
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(6.288)	(6.389)
Subvenção à tarifa social	-	-	1.131	945
Total	15.666	17.166	5.364	5.635

O fornecimento não faturado apresenta o efeito do remanejamento do calendário de leitura de clientes do Grupo A, iniciado em novembro de 2020, com o objetivo de garantir a adequação à Resolução Normativa ANEEL nº 863 de 10 de dezembro de 2019, com vigência a partir de janeiro de 2021, de forma que as leituras e os faturamentos desses clientes ocorram de acordo com o ciclo do mês civil. O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020 (nota 1.1 c (iv)).

3.2. Disponibilidade da rede elétrica: A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2020	2019
Consumidor livre	473	474
Consumidor cativo ⁽ⁱ⁾	6.288	6.389
Total	6.761	6.863

⁽ⁱ⁾ Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme resolução da ANEEL do reajuste tarifário.

3.3. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2020	2019
CVA e neutralidade		
Energia (i)	(163)	(272)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS (ii)	105	90
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	(45)	51
TUST (iv)	189	9
Neutralidade dos encargos setoriais	58	(18)
PROINFA	(6)	1
Total	138	(139)

Componentes financeiros e subsídios

Repasse de sobrecontratação (v)

Risco hidrológico

Ultrapassagem de demanda/excedente reativo

Ressarcimento P&D

Diferimento de reajuste (vi)

Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR

Passivo conta COVID (vii)

Outros

	2020	2019
Total	305	(204)

(i) **Energia:** Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação a cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e principalmente pela amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (ii) **Encargos do Serviço do Sistema - ESS:** Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iii) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iv) **TUST - Rede Básica:** Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020. (v) **Repasse de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa ocorreu em função do resultado das sobras de 6,69% acima do requisito registrada no exercício, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade integral dos montantes que superaram os 5%, conforme previsto na REN nº 453/2011, no total de R\$ 30, sendo R\$ 1 decorrente da migração de clientes para o ambiente livre e R\$ 29 decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19. (vi) **Diferimento do reajuste:** Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 22 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020. (vii) **Passivo conta COVID:** Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020.

	2020	2019
3.4. Deduções da receita bruta:		
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.443)	(2.555)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.139)	(1.176)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(11)	(9)
Total	(3.593)	(3.740)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽ⁱ⁾

Programa de Eficiência Energética - PEE

Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT

Outros encargos

⁽ⁱ⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) **Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que a premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no

contante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020	2019	GWh	R\$
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	13.279	13.399	(2.430)	(2.282)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(595)	(664)
Energia curto prazo - PLD ⁽ⁱ⁾ e MRE ⁽ⁱⁱ⁾	93	220	(679)	(479)
Contratos por cotas de garantia física	5.158	5.330	(564)	(550)
Energia adquirida contrato bilateral	2.178	2.155	(548)	(481)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	642	629	(178)	(159)
Outros	402	399	(92)	(114)
Subtotal	21.752	22.132	(5.086)	(4.729)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	373	423
Total da compra para revenda de energia	21.752	22.132	(4.713)	(4.306)
Encargos de uso dos sistemas				
Encargos de rede básica (iii)	-	-	(877)	(651)
Encargos de conexão	-	-	(56)	(58)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (iv)	-	-	(133)	6
Outros encargos	-	-	(13)	(47)
Subtotal	(1.079)	(750)		
Créditos de PIS e COFINS	-	-	90	67
Total dos encargos de uso dos sistemas	(989)	(683)		
Total	(5.702)	(4.989)		

⁽ⁱ⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. ⁽ⁱⁱ⁾ MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores e do início de novos contratos; (ii) Impacto do excedente financeiro e da sobra de energia; (iii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrente do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 2.726/2020, de 14 de julho de 2020; e (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal	(101)	(87)
Material	(968)	(989)
Serviços de terceiros	(1.004)	(1.023)
Juros sobre obras em andamento	(23)	(27)
Obrigações especiais	263	445
Outros	(22)	(40)
Total	(1.855)	(1.721)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Custos de operação com vendas		
Pessoal (nota 6.1)	(276)	(53)
Administradores	-	-
Serviços de terceiros	(334)	(58)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(511)	-
Provisão para processos judiciais	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(53)	(1)
Total	(1.175)	(112)

	2020	2019
Outras receitas		
Custos de operação com vendas e administrativas	(272)	(56)
Administradores	-	-
Serviços de terceiros	(407)	(61)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(450)	-
Provisão para processos judiciais	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(54)	(3)
Total	(1.183)	(120)

6.1. Custo e despesa de pessoal

Remunerações

Encargos sociais

Auxílio alimentação

Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios

Férias e 13º salário

Plano de saúde

Participação nos resultados

(-) Transferências para ordens

Outros

6.2. Depreciação e amortização

Quota de depreciação e amortização no exercício

(-) Crédito PIS/COFINS

Depreciação e amortização residual no resultado

	2020	2019
6.3. Outras (despesas)/receitas operacionais		
Seguros	(13)	(4)
Despesas de viagem	(13)	(16)
Multa contratual	100	90
Perdas / alienação / desativação	(92)	(84)
Material	(62)	(45)
Outros	(8)	-
Total	(79)	(50)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	27	40
(-) Tributos sobre receita financeira	(12)	(10)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	182	55
Atualização de depósitos judiciais	1	9
Atualização do ativo financeiro setorial	2	24
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	2	2
Outras receitas financeiras	22	39
Total	224	159
Despesa financeira		
Encargos brutos sobre instrumentos de dívida (i)	(376)	(360)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(52)	(70)
Atualização de provisões para processos judiciais	(57)	(54)
Outras despesas financeiras (ii)	(128)	(131)
Total	(613)	(615)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Divida (nota 15.2(c)) (iii)

Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Divida (nota 15.2(c))

Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))

Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (iii)

Perdas com variações cambiais e monetárias

Ganhos com variações cambiais e monetárias

Resultado financeiro, líquido

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (ii) Refere-se, principalmente, à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e (iii) Aumento do euro e do dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa dos derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.458	1.163
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(496)	(395)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	89	101
Incentivos fiscais (nota 8.1.4 (a))	178	128
Outras adições (reversões) permanentes	(10)	12
Tributos sobre o lucro	(239)	(154)
Alíquota efetiva	16%	13%
Corrente	(161)	(68)
Diferido	(78)	(86)

8.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2020	2019
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPL)	67	80
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	273	229
Provisão para processos judiciais	117	111
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	41	35
Direito de uso da concessão - receita de ultrapassagem	57	60
PLR	23	17
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	39	33
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(509)	(414)
Capitalização de juros de dívida	(110)	(96)
Outros	11	9
Total ativo não circulante	9	64

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019		
Efeitos reconhecidos no resultado	-	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		
Efeitos reconhecidos no resultado	(86)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(35)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	64	64
A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 9 em 2021.		
8.1.3. Tributos correntes ativos e passivos		
IRPJ	158	74
CSLL	37	32
Total ativo circulante	195	106

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Companhia possui o montante de R\$ 983 (R\$ 983 em 31 de dezembro de 2019) referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada abaixo, como segue: (i) Não adição da despesa de amortização do ativo nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 764 (R\$ 750 em 31 de dezembro de 2019). **8.1.4. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2. Benefício fiscal - Mais-valia e PMPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	1.127
Provisão constituída	(744)
Benefício fiscal	383
Amortização acumulada	(891)
Reversão acumulada	588
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80
Amortização	(39)
Reversão	26

das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável ou ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	Obri- gacões	Efeito líquido	Obri- gacões	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia	230	- 230	641	- 641
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	- (55)	(55)	- (214)	(214)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	- (17)	(17)	44	- 44
TUST	149	- 149	50	- 50
Neutralidade de encargos setoriais	8	(4)	- (28)	(28)
Outros	-	-	2	- 2
Componentes financeiros e subsídios				
Repasso de sobrecontratação	117	(47)	70	- (100)
Risco hidrológico	- (217)	(217)	- (164)	(164)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	- (229)	(229)	- (155)	(155)
Diferimento de reajuste	- (10)	(10)	-	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	19	- 19	19	- 19
Passivo conta COVID	- (40)	(40)	-	-
Crédito consumidor reversão para modicidade	- (17)	(17)	-	-
Outros	1	- 1	2	- 2
Total	524	(636)	(112)	758
Valores homologados pela ANEEL	24	(107)	(83)	239
Valores a serem homologados pela ANEEL	500	(529)	(29)	519
Total	524	(636)	(112)	758
Ativo circulante		67		211
Passivo não circulante		(179)		(114)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	963	(686)	277
Constituição	429	(419)	10
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	- (868)	-	5
Atualização monetária	51	(27)	24
Transferências	- 183	(183)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	758	(661)	97
Constituição	2.069	(1.620)	449
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	- (1.899)	-	169
Atualização monetária	19	(17)	2
Antecipação conta COVID (i)	- (490)	-	490
Transferências	- 67	(83)	16
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524	(636)	(112)

(i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 500 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais. Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpsó recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo, que foram aplicados sem previsão normativa expressa. Até a presente data, não houve decisão por parte da agência sobre o mérito da questão. A Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório, correspondente à sobrecontratação voluntária, no montante de R\$ 85, será recuperada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores. **11.1. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1. Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6.(ii)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	6.087	4.758
Baixas	- (8)	- (8)
Transferência - ativo contratual ⁽¹⁾	1.054	1.118
Transferência - ativo intangível	12	9
Ajustes a valor justo	280	210
Saldo final do exercício	7.425	6.087

⁽¹⁾ Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

12.2. Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à sobreproteção está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.980	2.001
Adições ⁽¹⁾	1.840	1.745
Baixas	- (9)	- (10)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	- (648)	- (686)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	- (1.054)	- (1.118)
Transferências - outros	15	48
Saldo final do exercício	2.124	1.980
Custo	2.375	2.311
Obrigações especiais	- (251)	- (331)

⁽¹⁾ Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. **12.3. Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	3,60%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.296
Baixas	- (13)
Amortização	- (567)
Transferências - Ativo financeiro ⁽¹⁾	- (12)
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	- (6)
Transferências - outros	- (6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.246
Custo	11.246
Amortização acumulada	- (6.539)
Obrigações especiais	- (1.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.138
Baixas	- (22)
Amortização	- (497)
Transferências - Ativo financeiro ⁽¹⁾	- (9)
Transferências - Ativo contratual ⁽²⁾	- (68)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.296
Custo	10.584
Amortização acumulada	- (5.862)
Obrigações especiais	- (1.426)

⁽¹⁾ Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica,

quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração. ⁽²⁾ Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. **13.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Energia elétrica	634	571
Encargos de uso da rede	205	73
Materiais e serviços	441	387
Energia livre	53	50
Total	1.333	1.081
Circulante	1.280	1.031
Non circulante	53	50

Em 2020, a Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração no prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 65 dias. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 3,45% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e portanto, os saldos continuam a ser classificados como fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no balanço patrimonial, no montante de R\$ 115 e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 115. Os juros incorridos são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício ou como custo de construção do ativo imobilizado ou ativo intangível.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários	2.618	2.309
Agências de fomento	2.291	2.529
Mercado de capitais	2.908	2.877
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	7.817	7.715
(-) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (a))	- (828)	- (506)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	- (474)	- (852)
(-) Títulos e valores mobiliários	- (56)	- (53)
Dívida líquida	6.459	6.304

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas.

15.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real Brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Dominados em R\$	5.212	5.004
Indexados às taxas flutuantes	4.803	4.543
Indexados às taxas fixas	409	461
Dominados em US\$	2.226	2.611
Indexados às taxas flutuantes	1.070	1.560
Indexados às taxas fixas	1.156	1.051
Dominados em outras moedas	413	154
Indexados às taxas fixas	413	154
7.851	7.769	
(-) Depósitos em garantia	- (14)	- (28)
(-) Custo de transação	- (20)	- (26)
Total	7.817	7.715
Passivo circulante	798	1.686
Passivo não circulante	7.019	6.029

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	160,3%	95,3%
Custo médio em taxa Pré	4,3%	5,6%
Saldo da dívida	7.817	7.715
Instrumentos financeiros derivativos	- (828)	- (506)
Dívida total líquida de derivativos	6.989	7.209

⁽²⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses. **b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ^(a)	Juros ^(b)	Instrumentos derivativos ^(c)	Total
2021	758	292	-	1.050
2022	1.128	317	-	1.445
2023	1.988	275	-	2.263
2024	1.697	158	-	1.855
2025	1.519	94	-	1.613
Entre 2026 e 2030	1.290	95	-	1.385
Total	8.380	1.231	(1.058)	8.553

^(a) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

	2020	2019
c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações	7.715	6.287
Saldo inicial do exercício	7.715	6.287
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	1.391	2.437
Amortização de principal	- (2.352)	- (1.167)
Custo de captação	-	- (6)
Pagamento de encargo de dívida	- (298)	- (356)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	15	(3)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	384	426
Variação cambial (nota 7)	967	104
Marcação a valor justo (nota 7)	- (5)	- (7)
Saldo final do exercício	7.817	7.715

Em 2020, as operações relevantes captadas pela Companhia foram US\$ 115 (R\$ 500) com prazo de vencimento 5 anos captados junto a *Scotiabank* e JPY 3.858 (R\$ 200) com prazo de vencimento de 1 ano junto ao MUFG. Para ambas as captações foram contratados *swaps* cambiais mitigando do efeito da exposição cambial em USD de 100% dos fluxos.

d) Linhas de crédito				
Tipo	Moeda	Período do contrato	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/06/2022	2.142	193
Total			2.142	193

e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. Companhia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **f) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 6,0% e 17,8%, respectivamente.

15.3. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

	2020	2019
a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial		
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	719	468
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	60	4
Swap de taxas de juros - R\$	48	33
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	- 1	- 1
Exposição líquida	- 828	- 506
Ativo circulante	134	270
Ativo não circulante	705	237
Passivo circulante	- (11)	- (1)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	23	11
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	468	102
Contratados para proteção de outras operações	1	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	336	392
Total	828	506

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2020	2019
Proteção de dívidas		
Proteção de dívidas	1.021	2
Proteção de dívidas	- 1.021	-
Total	-	-

c) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge*

econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, anparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Provisões regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	131	182	24	-	7
Adições e reversões, líquidas	55	9	(3)	-	64
Pagamentos	(74)	(30)	-	-	(104)
Atualizações monetárias	35	25	(4)	1	57
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147	186	17	8	358
Circulante					72
- circulante					202

aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2020, o plano possui 7.112 beneficiários (beneficiários ativos - 1.038 e beneficiários assistidos - 6.074).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Benefício definido				Saúde			
	Obriga- ções atuariais	Valor justo ativos	Efeito do teto	Ativo líquido	Obriga- ções atuariais	Valor justo ativos	Efeito do teto	Ativo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(336)	557	(197)	24	(762)	-	-	(1)
Custo do serviço	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Efeitos dos juros	(30)	50	(18)	2	(70)	-	-	47
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	39	(39)	-	-	-	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(58)	-	12	(46)	95	-	-	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	41	-	41	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(385)	609	(203)	21	(691)	-	-	(1)
Custo do serviço	-	-	-	-	-	-	-	(61)
Efeitos dos juros	(28)	45	(15)	2	(52)	-	-	39
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	33	(33)	-	-	-	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (i)	2	-	15	17	(119)	-	-	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(21)	-	(21)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(378)	600	(203)	19	(820)	-	-	-
Planos supervitatórios	(378)	600	(203)	19	-	-	-	-
Planos deficitários	-	-	-	-	(820)	-	-	-

(i) Em 2020, para o Plano de Saúde, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência no valor de R\$ 134, ocasionada substancialmente pelos seguintes fatores: (a) reajuste da tabela de custeio do plano em 11%, e (b) movimentação da massa de participantes do plano. b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(1)	(14)	(15)
Despesa com juros de passivos	(28)	(52)	-	(80)
Receita com juros de ativos	30	-	-	30
Total	2	(53)	(14)	(65)
Alocação dos custos do serviço:	-	(1)	(14)	(15)
Resultado do exercício	-	-	-	-

	2019			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(1)	(13)	(14)
Despesa com juros de passivos	(30)	(70)	-	(100)
Receita com juros de ativos	32	-	-	32
Total	2	(71)	(13)	(82)
Alocação do custo do serviço:	-	-	(13)	(14)
Resultado do exercício	-	-	-	-

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida	Total
Saldo inicial	14	(188)	(174)	(148)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	2	(119)	(117)	(214)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(21)	-	(21)	(42)
Mudança de teto de ativo	15	-	15	30
Efeito bruto	(4)	(119)	(123)	(246)
Tributos sobre o lucro	1	41	42	84
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(3)	(78)	(81)	(162)
Saldo final	11	(266)	(255)	(210)

	2019			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida	Total
Saldo inicial	17	(251)	(234)	(268)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(58)	95	37	(26)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	41	-	41	82
Mudança de teto de ativo	12	-	12	24
Efeito bruto	(5)	95	90	180
Tributos sobre o lucro	2	(32)	(30)	(60)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(3)	63	60	120
Saldo final	14	(188)	(174)	(148)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(378)	(820)	(385)	(691)
Valor justo dos ativos	600	-	609	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(203)	-	(203)	-
Total ativo (passivo) líquido	19	(820)	21	(691)
Ativo não circulante	19	-	21	-
Passivo circulante	-	(4)	-	(47)
Passivo não circulante	-	(816)	-	(644)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego: (i) Ativos dos planos por categoria: Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2020			
	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado
Investimento direto:				
Investimentos imobiliários	-	13	13	-
Outros	(25)	(25)	-	(25)
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - ações/quotas	-	1	1	-
Fundo de investimento - renda fixa	611	-	611	-
Total	611	(11)	600	620

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2021	31	49	31	49
2022	30	49	30	49
2023	30	49	30	49
2024	29	49	29	49
2025	28	49	28	49
Entre 2026 e 2030	128	235	128	235
Total	276	480	276	480

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima. (iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas: Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	395	867	403	729
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,62%	5,60%	4,84%	5,36%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,54	14,73	9,99	11,64
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	361	779	368	658
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-4,27%	-5,08%	-4,46%	-4,89%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,98	13,63	9,36	10,84

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não serem necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2020			
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	6,98%	7,23%	7,53%	7,79%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	9,25	14,16	9,66	11,23
Tábua de mortalidade	BR - EMSsb v2015 (masculina) desagravada em 15%	AT-2000 (masculina) desagravada em 15%	BR - EMSsb v2015 (masculina) desagravada em 15%	AT-2000 (masculina) desagravada em 15%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Light Média	N/A	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMSsb v2010 (masc.)	N/A	BR EMSsb v2010 (masc.)	N/A

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de juros - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. Investimentos e volatilidade - O Conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. f) Política contábil e julgamentos críticos: Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de

benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. (i) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2019). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidades de ações):

	Ordinárias		R\$		Pref. A		R\$		Pref. B		R\$		Total	
Neoenergia S.A.	144.923.027	1.652	25.510.670	291	82.878.409	945	253.312.106	2.888	-	-	-	-	8.783.981	100
Outros	7.074.582	81	1.709.399	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988						

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) as ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) as ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. 19.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020		2019	
	Lucro básico	Lucro diluído	Lucro básico	Lucro diluído
Lucro disponível aos acionistas ordinários	685	567	123	102
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	411	340	-	-
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	-	-	-	-
Total	1.219	1.009	123	102

Em unidades de ações Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias 151.997.609 Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A 27.220.069 Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B 82.878.409

	2020		2019	
	Lucro básico	Lucro diluído	Lucro básico	Lucro diluído
Ação ordinária (R\$)	4,51	3,73	4,51	3,73
Ação preferencial A (R\$)	4,51	3,73	4,51	3,73
Ação preferencial B (R\$)	4,96	4,11	4,96	4,11

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2020		2019	
	Lucro líquido	Dividendos	Lucro líquido	Dividendos
Reserva legal	1.219	685	123	102
Reserva de incentivo fiscal	(61)	411	(172)	340
Lucro líquido ajustado	986	1.096	61	442
Reserva de retenção de lucros	(700)	596	(200)	102
Remuneração a distribuir	286	499	(139)	340
Remuneração	247	40	247	40
Mínima obrigatória	40	247	40	247
Remuneração adicional	286	499	286	340

	2020		2019	
	Natureza da remuneração	Dividendos	Natureza da remuneração	Dividendos
JCP	1.064	23	JCP	263
Dividendos	1.064	23	Dividendos	263
Total	1.064	23	Total	263

Remuneração total por ação Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

	Valor por ação			
	Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	ON
2020	RCA 22 de dezembro de 2020	JCP	263	0,9718181
2019	RCA 14 de fevereiro de 2019	Dividendos sobre Reservas de Lucros existentes em Dezembro 2017	500	1,8492223
	ACO 16 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	266	0,9855636
	RCA 28 de junho de 2019	JCP	163	0,6028465
	RCA 13 de dezembro de 2019	JCP	135	0,4990866
			1.064	0,4990866

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2020		2019	
	Saldo em 01 de janeiro	Declarada no exercício	Saldo em 01 de janeiro	Declarada no exercício
Imposto de renda retido na fonte	118	166	263	1.065
Pagos no exercício	(39)	(44)	(112)	(1.069)
Saldo em 31 de dezembro	230	118	230	118

19.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa. 19.4. Reserva de Capital: (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio: Reserva no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. (ii) Reserva especial de ação: Reserva no montante de R\$ 339 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ação foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ação já realizada é de R\$ 316 (R\$ 303 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 272 (R\$ 259 em 31 de dezembro de 2019). (iii) Gastos com emissão de ações: Valor de custo incremental (R\$ 2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32). 19.5. Reserva de Lucros: (i) Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 251 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2019). (ii) Reserva de incentivo fiscal: Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.209 (R\$ 1.037 em 31 de dezembro de 2019). (iii) Reserva de retenção de lucro: Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuído até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.521 (R\$ 821 em 31 de dezembro de 2019). 19.6. Política contábil: O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhec

Programa de *hedgedos* empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelada a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>Swap</i> EUR\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Ativo	€ 34	€ 34	2024	223	157	
Passivo	R\$ 150	R\$ 151		(152)	(154)	
Líquido				71	3	

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

<i>Swap</i> IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Ativo	R\$ 118	R\$ 112	2021	126	124	
Passivo	R\$ 100	R\$ 101		(100)	(101)	
Líquido				26	23	

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via Opções e *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Desembolso USD Empresa			2021 - 2025	1	-	
Termo	US\$ 7	-		-	-	
Líquido				1	-	

Opções: O programa designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2019), não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia. **Programa de *hedge* para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Termo	€ 1	€ 0	2021 - 2023	-	-	
Líquido				-	-	

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

<i>Swap</i> R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Ativo	R\$ 336	R\$ 336	2022	352	347	
Passivo	R\$ 328	R\$ 334		(329)	(338)	
Líquido				23	9	

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em Iene: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

<i>Swap</i> JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
				2020	2019	
Ativo	JPY 3.887	-	2021	196	-	
Passivo	R\$ 204	-		(206)	-	
Líquido				(10)	-	

21.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(2.226)	(557)	(1.113)
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		2.304	576	1.152
Exposição Líquida				78	19	39
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(217)	(54)	(108)
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		223	56	111
Exposição Líquida				6	2	3
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0504	(196)	(49)	(98)
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Iene		Queda do Iene		196	49	98
Exposição Líquida				-	-	-

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(38)	9	(18)
NDF		Queda do Dólar		38	(9)	18
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(5)	1	3
NDF		Queda do Euro		5	(1)	(3)
Exposição				-	-	-

Em relação às NDFs, a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90 %	462	9	(2)	(4)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90 %	(2.529)	(61)	(15)	(30)
<i>Swaps</i> CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90 %	(2.374)	(52)	(13)	(26)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31 %	(2.028)	(187)	(23)	(46)
<i>Swaps</i> IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,31 %	126	14	1	3
Dívida em <i>LIBOR</i> 3M	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	0,24 %	(52)	(1)	-	-
<i>Swaps</i> <i>LIBOR</i> 3M x CDI (Ponta Ativa)	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	0,24 %	52	1	-	-
Dívida em <i>LIBOR</i> 6M	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 6M	0,26 %	(1.021)	(11)	(1)	(1)
<i>Swaps</i> <i>LIBOR</i> 6M x CDI (Ponta Ativa)	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 6M	0,26 %	1.021	13	1	2
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90 %	(243)	(10)	(1)	(2)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39 %	(2)	-	-	-

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	4.225	2.151
2023	4.480	1.750
2024	4.651	1.738
2025	4.964	1.769
2026	5.227	2.024
Entre 2027 e 2030	23.957	9.965

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que eventualmente excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Captação de Dívida: Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia contratou uma operação financeira através da 4131 com *swap*, com o banco MUFG no valor de R\$ 200. A operação tem prazo de 1 ano e pagamento de principal e juros no vencimento.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Armando Martínez Martínez Presidente Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Dailton Pedreira Cerqueira Titulares Iane de Jesus Suplente	Francesco Gaudio Presidente Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Luiz Oswaldo Sant'Iago Moreira de Souza Luiz Carlos Faria Ribeiro Titulares José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Marcella Selbach Garcia Wolff Suplentes
DIRETORIA	CONTADORA
Luiz Antonio Ciarlini de Souza Diretor-Presidente Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas Eduardo Capelastegui Saiz Diretor de Planejamento e Controle José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação	Carla Suelly Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE	
Luciana Maximino Maia	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.
Armando Martínez Martínez - Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Dailton Pedreira Cerqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da COELBA, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2020, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.
Francesco Gaudio
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Luiz Oswaldo Sant'Iago Moreira de Souza
Luiz Carlos Faria Ribeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Nandimba, CEP: 41181-900, Salvador-BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da COELBA alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COELBA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Salvador, 01 de fevereiro de 2021.
Luiz Antonio Ciarlini de Souza - Diretor Presidente
Leonardo Pimenta Gadelha; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor de Gestão de Pessoas
Eduardo Capelastegui Saiz - Diretor de Planejamento e Controle
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - Diretor de Regulação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
Salvador- BA
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível	
Veja as notas 12 e 13 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica IPCP 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Como auditoria endereçou esse assunto Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com contrato de concessão. Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato, entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização requerido pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a nota 8 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 763.607 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, e divulgações relacionadas do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes à dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos	
Veja as notas 7, 15 e 21 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvemos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos hedges e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstr



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2020 certamente está entre os anos mais desafiadores que já enfrentamos. O novo Coronavírus colocou diante de nós um cenário que nos obrigou a realizar adaptações muito rapidamente: o teletrabalho se consolidou como realidade para os times administrativos e nossas equipes da linha de frente seguiram garantindo a prestação do serviço de distribuição de energia com todos os cuidados necessários para o enfrentamento da pandemia, atendendo a sociedade de forma geral e com atenção especial para unidades essenciais como hospitais e postos de saúde.

Analisando o nosso desempenho, temos muitos motivos para nos orgulhar. Consolidamos em 2020 excelentes resultados financeiros e operacionais. Mesmo com a redução de 2,6% do mercado neste ano, em função da crise econômica global, atingimos R\$ 573 milhões de EBITDA (crescimento de 11%) e R\$ 342 milhões de Lucro Líquido (crescimento de 25%).

Apesar de todas as adversidades, e na contramão do que aconteceu em muitos setores no país, aumentamos nossos investimentos em 10%, atingindo a marca de R\$ 359 milhões no Capex líquido de subvenções com foco na geração de receita e na melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes, buscando continuar honrando também os contratos com nossos parceiros e fornecedores neste momento difícil.

Com a manutenção dos investimentos, fruto de nossa resiliência e visão de longo prazo, atingimos patamares históricos de qualidade do fornecimento, fechando o ano com um DEC (indicador de duração de interrupção de fornecimento) de 9,21 horas, menor valor histórico da Companhia e abaixo do limite regulatório. Mesmo inseridos num cenário econômico extremamente desafiador e com restrições para atuação, reconfiguramos os nossos planos de ação e conseguimos manter os indicadores de Perdas e Inadimplência sob controle e abaixo das referências regulatórias.

Resultados e Saúde/Segurança são indissociáveis e temos muito orgulho de termos passado mais um ano sem acidente com afastamento com nosso pessoal próprio, completando o terceiro ano consecutivo e dando uma prova definitiva de que o acidente zero é possível.

Meu profundo reconhecimento para todo time da COSERN! Vamos seguir em 2021 a construção de nossa história priorizando a saúde e segurança, colocando acima de tudo a vida, e trabalhando com integridade e eficiência na busca contínua de resultados cada vez melhores para a nossa companhia, acionistas e sociedade. Os desafios sempre se renovam!

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor-presidente da Cosern

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2020, a Estrutura Acionária da Companhia era a seguinte: 91,5% Neoenergia e 8,5% *free float*.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2020 se iniciou desafiador, porém promissor. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em janeiro, a projeção inicial era de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de 2,3%. Pautas liberais (como as privatizações e outras reformas estruturantes) estavam previstas no calendário.

Entretanto, com a pandemia do novo Coronavírus, o cenário global sofreu mudanças drásticas.

Em meados de maio, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, porém, ao final do ano a expectativa do Relatório Focus do Banco Central já era de uma retração de 4,4%.

Na parte cambial, o dólar fecha 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$ 5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar mais alto do que os 7,32% registrados no ano anterior. A maior parte desse indicador é composta por commodities ligadas ao setor industrial (minério de ferro, cobre e alumínio), e também do agronegócio (milho e trigo). Com a desvalorização cambial, esses produtos, cotados em dólar, aumentaram muito de preço, pressionando o IGP-M para cima. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (vs. 4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de 1,5% em relação a 2019. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19 que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em reunião pública ocorrida em 14 de abril de 2020, a Diretoria da Aneel aprovou seu reajuste, a ser válido a partir de 22 de abril de 2020. No entanto, considerando o momento de crise devido à pandemia do COVID-19, essa empresa propôs o diferimento do início da aplicação dos reajustes para o dia 1º de julho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE dos três meses em equivalentes montantes financeiros, as quais foram pagas em cinco parcelas entre os meses de agosto a dezembro de 2020. Em relação ao diferimento do reajuste, a ANEEL reconheceu direito referente à receita tarifária adicional no período devido à suspensão da aplicação das novas tarifas homologadas até 30 de junho de 2020, o qual será compensando no reajuste 2021 da Companhia.

A variação nos custos da Parcela A foi de 3,38%, impactada principalmente pelos aumentos de 5,44% nos custos com compra de energia. A variação da Parcela B foi de 6,02%, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 6,81%, deduzida do Fator X, de 0,79%.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Após a decisão de manutenção do custo de capital regulatório (WACC) em 8,09% em 2018 e 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de atualizar a metodologia de cálculo desse parâmetro para os segmentos de geração (usinas cotistas), transmissão e distribuição. O segmento de distribuição tem valor diferente, pois considera prêmio de risco adicional da atividade (risco de mercado).

Em março de 2020, a Agência aprovou nova metodologia para cálculo do WACC cujas principais mudanças foram: (i) a utilização, sempre que possível, de parâmetros locais, como Títulos do Tesouro Brasileiro para Taxa Livre de Risco (NTN-B), média de debêntures para o setor elétrico para Capital de Terceiros e Estrutura Ótima de Capital Teórica; e (ii) a atualização anual do WACC considerando a média dos últimos cinco anos para Custo de Capital Próprio e os indicadores mais recentes para Custo de Capital de Terceiros e Estrutura de Capital.

O valor vigente em 2020 aplicável às Revisões Tarifárias das distribuidoras foi de 7,32%.

Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em novembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 62/2020 com o intuito revisar a metodologia de definição dos custos operacionais com periodicidade de 4 anos, a partir da definição do método, das variáveis que serão usadas, premissas do cálculo, tratamento dos dados e regra de aplicação em todos os seus detalhes.

A Metodologia é baseada em Benchmark e a cada revisão, a ANEEL compara o nível de eficiência dos custos operacionais das distribuidoras para definir qual o montante de custos será reconhecido em sua tarifa. Na metodologia é construído um ranking de eficiência entre as empresas. Considera como variáveis principais a extensão de rede, o nº de UC's e o mercado ponderado de energia. Tais variáveis são utilizadas como produtos e o custo operacional contábil da empresa como insumo no modelo de otimização do DEA (Data Envelopment Analysis). O resultado depende da evolução da eficiência das demais distribuidoras.

A proposta da ANEEL neste novo ciclo de discussão é manter o DEA para estimar os custos operacionais eficientes. Atualmente utiliza-se o Opex para as variáveis de insumo e neste ponto a ANEEL propõe adicionalmente a consideração das dimensões de qualidade e de perdas nas técnicas (diferença monetária entre a perda real versus a perda regulatória) ao modelo, considerando como insumo os custos com condenações trabalhistas.

Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em março de 2020 a Diretoria da ANEEL deliberou o resultado da Consulta Pública ANEEL no 23/2019, a revisão metodológica para o componente do Fator X relativo aos ganhos de produtividade da atividade de distribuição (Pd). A nova metodologia considera os efeitos dos ganhos de produtividade e as variações de mercado dos seis anos antecedentes ao processo tarifário em processamento. Os resultados representaram perspectivas de diminuição do "Pd" para todas as distribuidoras do Grupo (RTP 2021 Celpe e RTP 2023 demais distribuidoras), o que significou menor apropriação dos ganhos de produtividade para os consumidores.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a comparação dos índices de 2019 e 2020 da Cosern.

 COSERN	Perdas totais 12 meses (%)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total						
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
	8,45%	8,39%	8,50%	8,43%	8,44%	1,54%	1,90%	1,40%	1,42%	2,86%	9,99%	10,72%	10,29%	9,90%	9,85%	11,29%	10,77%
 COSERN	Perdas totais 12 meses (GWh)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total						
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
	542,7	541,5	534,5	532,7	535,7	98,9	122,7	92,7	89,6	181,4	641,6	694,3	664,3	627,1	622,3	717,1	676,8

As Perdas Totais na visão 12 meses da Cosern no 4T20 foram de 11,29% acima do limite regulatório de 10,77%. Com relação à quantidade de energia perdida em 12 meses, esta fechou em 717,1 GWh no 4T20, 95 GWh acima do 3T20. Esse aumento no trimestre é explicado pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2020, que empurrou o faturamento para janeiro/21, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 863/2019. Essa adequação fez com que o volume do não faturado aumentasse no 4T20 afetando,

consequentemente, o indicador de perdas. Se essa energia tivesse sido normalmente faturada em 2020 o indicador teria ficado em 9,83%, inferior ao observado no 3T20.

Vale destacar que o efeito é temporário e será carregado até o 4T21 em virtude de o indicador ser acompanhado na visão 12 meses. Ademais não há nenhum impacto no Resultado Econômico da Companhia, haja vista que não houve aumentos significativos na energia efetivamente perdida, como podemos demonstrar na próxima tabela.

12 Meses (GWh)	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863
Distribuída	5.782	5.695	5.633	5.725
Energia Perdida	642	625	618	618
Não Faturado	-0	-3	99	6
Perdas Totais (a)	642	622	717	624
Injetada (b)	6.424	6.317	6.350	6.350
% Perdas Totais a/b	9,99%	9,85%	11,29%	9,83%

No 4T20 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- Realização de 63 mil inspeções recuperando mais de 8 GWh;
- Substituição de 56 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
- Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em mais de 126 mil pontos do parque de IP, totalizando uma energia recuperada de 18 GWh;
- Foram realizadas 23 ações policiais de combate ao furto de energia, recuperando mais de 2 GWh.

Observamos um aumento na inadimplência no 4T20 (+1,56 p.p. em relação ao 4T19), chegando a um patamar de 101,00%, fruto do sucesso das ações de cobrança.

PECLD/ ROB	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	3T20 x 4T20	4T19 x 4T20	2020	2019	Var.	Limite Regulatório
COSERN	ROB	805	758	639	687	740	7,71%	2.824	2.919	(3,26p.p.)	-
	PECLD	(2)	(0)	7	(1)	(2)	100,00%	4	5	(32,56p.p.)	-
	Inadimplência	(0,24%)	(0,04%)	1,11%	(0,22%)	(0,21%)	0,00p.p.	0,13%	0,19%	(0,06p.p.)	0,40%

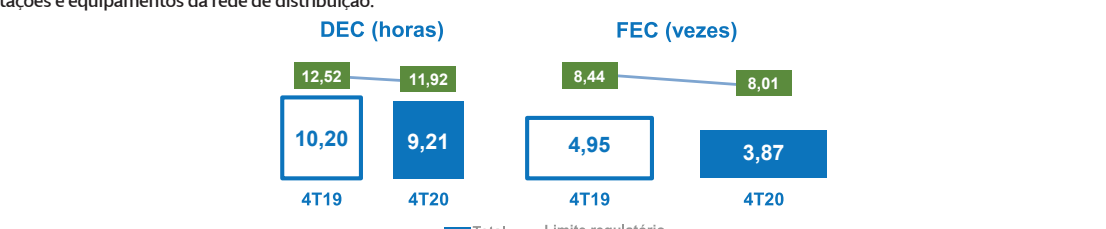
NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária

No 4T20 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação, dentre elas podemos destacar:

- Realização de 89 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas;
- Acompanhamentos de 3 mil instalações de clientes que sofreram a suspensão do fornecimento e não solicitaram a taxa de religação, no intuito de evitar perdas no processo com fraudes ou desligamentos;
- Negativações de 396 mil consumidores;
- Cobrança terceirizadas através das assessorias;
- 2,6 milhões de contatos de cobranças telefônicas através de SMS e URA;
- 58 mil acionamentos de cobrança por e-mail;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
- Utilização de novas tecnologias com o objetivo de facilitar a opção de pagamento das faturas de energia;
- 5 mil negociações através de plataforma digital.

4.6. DEC e FEC

As melhorias nos resultados do DEC e FEC que permitiram a Cosern superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão, com revisão de processos, como em investimentos, no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2020 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2019 foram ajustados para a apuração definitiva.

3.3. Conta Covid

Em 18 de maio de 2020, foi publicado o Decreto 10.350 que autorizou a criação e deu diretrizes sobre a gestão da Conta Covid. A Conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela CCEE e que foram repassados às distribuidoras, com o objetivo de mitigar os efeitos financeiros da perda de arrecadação, em virtude da redução de mercado e ampliação da inadimplência, relacionados à pandemia do Covid-19.

A operação foi lastreada por adiantamento de ativos tarifários num formato off-balance para não comprometer os covenants das empresas. A devolução dos valores adiantados será realizada por meio de passivos tarifários correspondentes atualizados pela Selic até 2022.

De modo a alongar o pagamento do empréstimo pelos consumidores evitando aumentos tarifários relevantes nos próximos meses, o empréstimo será pago pelos consumidores nos próximos cinco anos por meio de encargo adicional na CDE, a partir de 2021. Caso o consumidor opte por migrar para o mercado livre, ele continuará responsável por arcar com sua quota correspondente ao pagamento do empréstimo.

Os custos acessórios ao empréstimo (custos administrativos, financeiros e tributários), proporcionais ao benefício auferido pelas distribuidoras, poderão ser ressarcidos por estas aos consumidores, caso a ANEEL considere que a distribuidora foi o beneficiário de parte da operação. Os critérios para esta definição serão discutidos em consulta pública posterior.

No dia 03 de julho, as quatro distribuidoras da Neoenergia assinaram o termo de adesão ao empréstimo da Conta Covid com seus respectivos valores teto, totalizando: R\$ 1,6 bilhão. A operação contou com a adesão de 61 das 64 distribuidoras e atingiu o valor de R\$ 14,8 bilhões, que corresponde a 92% do valor-teto possível pela Resolução 855 (R\$ 16,1 bilhões). No caso da Cosern o montante total recebido foi de R\$ 95,5 milhões.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2020 com 1.494 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 1,2%, equivalente a 18 mil novos consumidores em relação a 2019.

Número de Consumidores (Em milhares)	COSERN		Participação no Total %		2020 x 2019	
	2020	2019	2020	2019	Dif.	%
Residencial	1.308	1.297	87,6%	87,9%	11	0,8%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	103	103	6,9%	7,0%	-	-
Rural	56	50	3,7%	3,4%	6	12,0%
Outros	26	25	1,7%	1,7%	1	4,0%
Total	1.494	1.476	100%	100%	18	1,2%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (cativo + livre) pela Cosern no 4T20 foi de 1.458 GWh, -4,1% vs. 4T19, explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2020, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 863/2019, que fez com que o faturamento destes clientes fosse deslocado para janeiro de 2021 e, portanto, contabilizada como energia não faturada no 4T20, de modo que não houve impacto econômico no trimestre. Assim sendo, desconsiderando o efeito desta Resolução, o volume total distribuído (cativo + livre) seria de 1.550 GWh no 4T20 (+1,9% vs. 4T19).

Em 2020, a energia distribuída foi de 5.633 GWh, 2,6% menor que 2019 e sem o impacto da REN 863, o volume seria de 5.725 GWh, 1,0% menor que 2019, ainda refletindo os impactos da pandemia, sobretudo dos efeitos no 2T20.

Os valores de energia distribuída por cliente são apresentados na tabela abaixo:

Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)	COSERN		Participação no Total %		4T20 x 4T19		COSERN		Participação no Total %		2020 / 2019	
	4T20	4T19	4T20	4T19	Dif.	%	2020	2019	2020	2019	Dif.	%
Residencial	602	573	53,3%	45,8%	29	5,1%	2.365	2.229	52,6%	47,4%	135	6,1%
Industrial	56	77	5,0%	6,2%	(21)	(27,3%)	246	297	5,5%	6,3%	(51)	(17,3%)
Comercial	194	253	17,2%	20,2%	(59)	(23,3%)	803	987	17,9%	21,0%	(184)	(18,6%)
Rural	126	148	11,2%	11,8%	(22)	(14,9%)	406	432	9,0%	9,2%	(26)	(6,1%)
Outros	153	198	13,5%	15,8%	(45)	(22,7%)	679	758	15,1%	16,1%	(79)	(10,5%)
Energia Distribuída - Mercado Cativo Total	1.130	1.250	100%	100%	(120)	(9,6%)	4.499	4.704	100%	100%	(205)	(4,4%)
Mercado Livre	328	271			57	21,0%	1.134	1.078			55	5,1%
TOTAL (Cativo + Livre)	1.458	1.521	100%	100%	(63)	(4,1%)	5.633	5.782	100%	100%	(149)	(2,6%)
TOTAL ex-REN 863	1.550	1.521	100%	100%	29	1,9%	5.725	5.782	100%	100%	(57)	(1,0%)

O consumo residencial apresentou aumento de 5,1% (4T20 vs. 4T19) de 6,1% (2020 vs. 2019). Esses resultados são explicados principalmente pelas altas temperaturas registradas nos últimos meses, crescimento da base de clientes e pelo aumento do home-office (nova prática em razão do isolamento social imposta pela Covid-19).

O industrial cativo registrou queda de 27,3% no 4T20 em relação ao trimestre do ano anterior em razão, principalmente, da redução do ciclo de leitura do Grupo A, nos meses de novembro e dezembro. Já a classe industrial somada ao mercado livre apresentou aumento de 10,3% (4T20 vs. 4T19) e ficou em linha na comparação anual. Já o mercado livre registrou aumento de 21% no 4T20, se comparado ao mesmo período do ano anterior, que pode ser explicado pelo retorno das atividades econômicas, principalmente, pelos setores de construção civil, têxtil, petróleo e gás.

A classe comercial cativa apresentou queda de 23,3% (4T20 vs. 4T19) e de 18,6% (2020 vs. 2019), explicado, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A e pelas medidas de isolamento social.

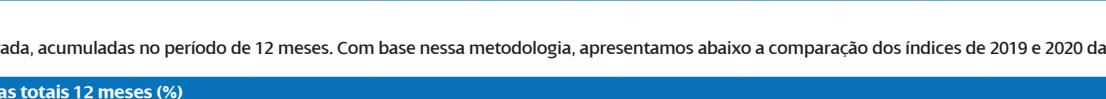
Na classe rural, observou-se queda de 14,9% (4T20 vs. 4T19) e de 6,0% (2020 vs. 2019) em razão da redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido em novembro e dezembro de 2020 e pela menor demanda de irrigação (aumento das chuvas em relação ao ano anterior).

As outras classes apresentaram uma redução de 22,7% (4T20 vs. 4T19) e 10,4% (2020 vs. 2019), devido, principalmente, à redução do ciclo de leitura do Grupo A e à queda de consumo do Poder Público em função do isolamento social, com fechamento de escolas e disseminação do trabalho em home office.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 1.750 GWh no 4T20, volume 1,9% superior ao 4T19. No ano, a energia injetada foi de 6.350 GWh, volume de 1,2% inferior a 2019, ainda impactada pelos efeitos da Covid-19 na atividade econômica, sobretudo no 2T20.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T20	4T19	4T20 x 4T19		2020	2019	2020 x 2019	
			Dif	%			Dif	%
COSERN								
Mercado Cativo	1.130	1.250	(120)	(9,60%)	4.499	4.704	(205)	(4,36%)
Mercado Livre + Suprimento	328	271	57	21,03%	1.134	1.078	55	5,19%
Energia Distribuída (A)	1.458	1.521	(63)	(4,14%)	5.633	5.782	(149)	(2,58%)
Energia Perdida (B)	181	188	(7)	(3,72%)	618	642	(24)	(3,74%)
Não Faturado (C)	110	8	102	1275,00%	99	0	99	-
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	1.750	1.718	32	1,86%	6.350	6.424	(74)	(1,15%)



5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	99	80	19	24%	342	273	69	25%
Despesas financeiras (B)	(52)	(37)	(15)	41%	(150)	(141)	(9)	6%
Receitas financeiras (C)	17	11	6	55%	60	46	14	30%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	17	1	16	1600%	35	(1)	36	(3600%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(14)	(13)	(1)	8%	(71)	(52)	(19)	37%
Depreciação e Amortização (F)	(28)	(24)	(4)	17%	(105)	(93)	(12)	13%
EBITDA = (A)-(B)+C+(D+E-F)	159	142	17	12%	573	514	59	11%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1	3	(2)	(67%)	7	10	(3)	(30%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(22)	(24)	2	(8%)	(71)	(101)	30	(30%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	3	(4)	7	(175%)	9	(5)	14	(280%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	16	6	10	167%	52	23	29	126%
Variações monetárias e cambiais - outros	(1)	(2)	1	(50%)	(2)	(3)	1	(33%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(3)	(5)	2	(40%)	(21)	(11)	(10)	91%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(1)	2	(3)	(150%)	(1)	6	(7)	(117%)
Obrigações pós emprego	-	-	-	-	1	1	-	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(8)	(5)	(3)	60%	(20)	(21)	1	(5%)
Total	(18)	(25)	7	(28%)	(55)	(96)	41	(43%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 18 milhões no 4T20 (+R\$ 7 milhões vs. 4T19) e de -R\$ 55 milhões em 2020 (+R\$ 41 milhões vs. 2019). As variações, tanto no trimestre quanto no ano, são explicadas pelo aumento do acréscimo moratório, reajustado por maior IGPm e por menor despesa com encargos de dívida, devido, principalmente, a redução de 3,20 p.p. do CDI, principal indexador da dívida da Cosern (66% do seu endividamento está atrelado ao CDI).

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2019 e 2020:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
T JLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA²	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

No 4T20, a Cosern realizou Capex de R\$ 110 milhões já em 2020 foi de R\$ 359 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

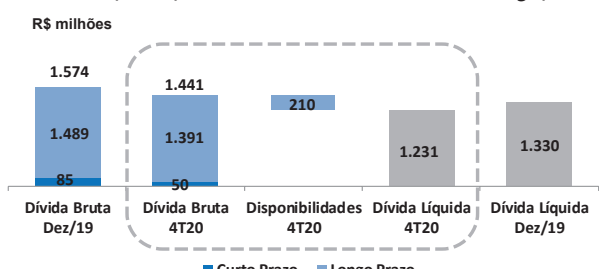
INVESTIMENTOS REALIZADOS	COSERN	
	4T20	2020
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)		
Expansão de Rede	(58)	(189)
Novas Ligações	(27)	(91)
Novas SE's e RD's	(32)	(97)
Renovação de Ativos	(16)	(57)
Melhoria da Rede	(16)	(44)
Perdas e Inadimplência	(1)	(17)
Outros	(23)	(58)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	12	(20)
(-) Investimento Bruto	(102)	(385)
SUBVENÇÕES	5	6
(-) Investimento Líquido	(98)	(379)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(12)	20
(-) CAPEX	(110)	(359)
BAR	(23)	(58)
BRR	(92)	(307)

O CAPEX realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de CAPEX reflete a política da Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

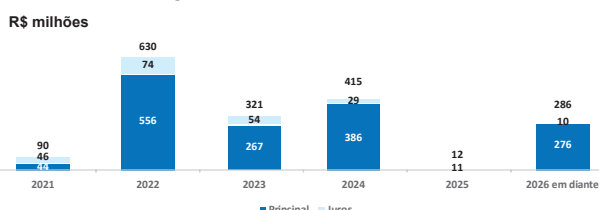
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Cosern, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 1.441 milhões (dívida líquida R\$ 1.231 milhões), apresentando uma redução de 8,4% (R\$ 133 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 96,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 3,5% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2020.



8. RATING

Em 06 de Abril de 2020, a agência de ratings Standard & Poor’s – S&P confirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em ‘BB-’ na Escala Global e ‘b’rAAA’ na Escala Nacional Brasil. Vale dizer que em função da pandemia do covid-19, a agência alterou a perspectiva do rating soberano de positiva para estável, o que fez com que a perspectiva global da Neoenergia e suas subsidiárias também tenham sido alteradas para estável.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Conta-Covid

Em 03 de julho de 2020, a Cosern aderiu à operação financeira Conta-Covid, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020, no montante de R\$ 95,5 milhões, os quais estão lastreados, integralmente, em ativos tarifários constituídos (CVA e demais financeiros). O cronograma de desembolso ocorreu do seguinte modo:

Data do Reembolso	Montante (R\$ mil)
31/07/20	66.278
12/08/20	11.928
14/09/20	17.272
Total	95.478

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2020	2019	2020 x 2019	
			Dif.	%
Convencional	960	1.007	(47)	(4,7%)
Baixa Renda	347	290	57	19,7%
Total	1.308	1.297	11	0,8%

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.435 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 31 de julho de 2020 e pagos em 10 de dezembro de 2020;

(ii) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 50.753 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2020. O montante de Juros sobre Capital Próprio limitado a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2020 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do referido exercício será pago aos acionistas até 31 de dezembro de 2021 e o saldo remanescente, referente ao montante excedente a 25% do *payout*, será pago aos acionistas em janeiro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Cosern.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares e dois suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos quais 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como: *lives*, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Elettricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricitistas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Elettricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Prêmio Corresponsáveis da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito “continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais sustentável e acessível”, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

10.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro). O projeto “Conexão Digital” entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto “Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha” visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto “Corredor Verde”, uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais iniciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quinientas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020 contou com investimento total de R\$ 60,6 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque da Cosern em 2020, estas estão:

- Troca de mais de 41 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 19 mil lâmpadas em 102 instituições nessas comunidades;
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 89 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 24 mil na conta de energia elétrica de 1.333 consumidores;
- Programa de eficiência energética, beneficiando 6 unidades filantrópicas no Rio Grande do Norte, totalizando mais de 37 mil lâmpadas substituídas.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto “Sistema Inteligente de Armazenamento Energia” que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de ion lítio o excedente de energia; (ii) o projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto “Conexão Digital” cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto “Sensor Inteligente para 69 kV” cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de “Transformador Inteligente e Qualimetro com oscilografia contínua”, que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020.

(i) Ranking Aneel: As distribuidoras da Neoenergia (Celpe, Coelba, Cosern e Elektro) ficaram entre as 15 melhores do país na continuidade do fornecimento de energia elétrica, avaliado a partir do desempenho do DEC e FEC (Duração e Frequência das Interrupções). O ranking publicado, anualmente, pela Aneel divulga os níveis históricos atingidos pela qualidade dos serviços de distribuição no Brasil em 2019.

(ii) Prêmio Aneel de Ouvidoria: Na 3ª edição do prêmio Aneel de Ouvidoria, que considera os resultados equivalentes ao ano de 2019, a Cosern foi classificada, mais uma vez como uma das melhores do Brasil, alcançando o 3º lugar. A premiação é concedida anualmente pela Aneel para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos clientes.

(iii) Prêmio Cliente SA 2020: Pelo segundo ano consecutivo, as distribuidoras da Neoenergia, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro conquistaram o Prêmio Cliente SA. As empresas foram reconhecidas com o case: Central da Experiência do Cliente.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira – DF da Companhia, relativa ao exercício de 2020, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2020, no montante de R\$ 603 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A COSERN ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2020.

13. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual		Ano anterior			
Memória de Cálculo	4T20	2020	4T19	2019	Correspondência nas Notas Explicativas (*)	
(+) Receita líquida	847	2.794	669	2.623	Demonstrações de resultado	
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(43)	(57)	(17)	(45)		Nota 3
(-) Outras receitas	(12)	(41)	(10)	(35)		Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	2	2		
= RECEITA Operacional Líquida	792	2.697	644	2.545		
(+) Custos com energia elétrica	(515)	(1.553)	(364)	(1.502)	Demonstrações de resultado	
(+) Custos de construção	(91)	(373)	(90)	(329)	Demonstrações de resultado	
= Custo com Energia	(606)	(1.926)	(454)	(1.831)		
(+) Valor de reposição estimado da concessão	43	57	17	45	Nota 3	
= MARGEM BRUTA	229	828	207	759		
(+) Custos de operação	(63)	(228)	(60)	(220)	Demonstrações de resultado	
(+) Despesas com vendas	(12)	(40)	(10)	(41)	Demonstrações de resultado	
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(37)	(129)	(29)	(105)	Demonstrações de resultado	
(-) Depreciação e Amortização	28	105	24	93	Nota 6	
(+) Outras receitas	12	41	10	35	Nota 3	
(-) Outras receitas - Outras receitas	-	(1,0)	(2)	(2)		
= Despesa Operacional (PMO)	(72)	(252)	(67)	(240)		
(+) PECLD	2	(3)	2	(5)	Demonstrações de resultado	
EBITDA	159	573	142	514		
(+) Depreciação e Amortização	(28)	(105)	(24)	(93)	Nota 6	
(+) Resultado Financeiro	(18)	(55)	(25)	(96)	Demonstrações de resultado	
(+) IR/CS	(14)	(71)	(13)	(52)	Demonstrações de resultado	
LUCRO LÍQUIDO	99	342	80	273	Demonstrações de resultado	

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	2.794	2.623
Custos dos serviços		(2.154)	(2.051)
Custos com energia elétrica	4	(1.553)	(1.502)
Custos de construção	5	(373)	(329)
Custos de operação	6	(228)	(220)
Lucro bruto		640	572
Perdas de créditos esperadas	10	(3)	(5)
Despesas com vendas	6	(40)	(41)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(129)	(105)
Lucro operacional		468	421
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		60	46
Despesas financeiras		(150)	(141)
Outros resultados financeiros, líquidos		35	(1)
		(55)	(96)
		413	325
Lucro antes dos tributos	8	(71)	(52)
Tributos sobre o lucro			
Corrente		(48)	(28)
Diferido		(23)	(24)
Lucro líquido do exercício		342	273
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2		
Ordinária		1,99	1,59
Preferencial A		2,19	1,75
Preferencial B		2,19	1,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	342	273
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	2	3
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1)	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	1	2
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	21	18
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(7)	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	14	12
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	15	14
Resultado abrangente do exercício	357	287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	342	273
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	106	94
Baixa de ativos não circulantes	15	17
Tributos sobre o lucro	71	52
Resultado financeiro, líquido	55	96
Valor de reposição estimado da concessão	(57)	(45)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	13	14
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	87	13
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	7	2
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	21	72
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(51)	25
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(12)	3
Outros ativos e passivos, líquidos	(12)	(15)
Caixa líquido proveniente das operações	585	601
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(73)	(89)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	19	(17)
Rendimento de aplicação financeira	7	10
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(59)	(28)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	479	477
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(364)	(330)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(5)	(1)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6	1
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(363)	(330)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	-	500
Pagamento dos custos de captação	-	(6)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(136)	(529)
Depósitos em garantias	3	-
Obrigações especiais	8	1
Pagamento de principal - Arrendamentos	(1)	(1)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	-	27
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(23)	(191)
Caixa (consumido) nas atividades de financiamentos	(149)	(199)
Redução de caixa e equivalentes de caixa do exercício	(33)	(52)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242	294
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	209	242
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	6	10
Arrendamentos capitalizados	1	2
Adições obrigações especiais - incorporadas por meio de doação de bens	3	1
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	12	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 8 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003. 1.1. **Coronavírus (“COVID-19”):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*. Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutido a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia como segue:

	2020
Retração da demanda de mercado	(14)
Perdas de crédito esperadas	(10)
Lucro operacional	(24)
Tributos sobre o lucro	6
Efeito líquido	(18)

c) **Medidas para resiliência operacional e financeira:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: (i) Postergação do recolhimento de tributos relativos às competências de abril e maio de 2020, tais como PIS e COFINS (RS 40) e FGTS (RS1), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$ 41. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerados por essas medidas durante o 2º semestre de 2020; (ii) Adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorriam até dezembro, contratados junto ao BNDES (*stand still*), com vigência limitada até outubro, que proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$ 28 (base nominal) no exercício 2020; (iii) Liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$ 21 para a Companhia, recebido em abril de 2020; (iv) A publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que a Companhia seja ressarcida integralmente por este desconto pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo; (v) Diferimento do reajuste tarifário da Companhia para 01 de julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no montante de R\$ 13; e (vi) Adesão à CONTA-COVID: A Resolução ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020 dispõe sobre a CONTA-COVID, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses. No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 96, os quais foram utilizados para efetuar a baixa contábil do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE (nota 11). Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	209	242	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	340	239
Contas a receber de clientes e outros	10	495	419	Empréstimos e financiamentos	15	54	86
Títulos e valores mobiliários		1	2	Passivo de arrendamento		1	-
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	4	1	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	37	29
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	31	21	Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	-	1
Outros tributos a recuperar	8.3.1	222	193	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	66	98
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	24	35	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	2	3
Outros ativos circulantes		29	30	Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	76	26
Total do circulante		1.015	943	Provisões	16	19	6
Não circulante				Outros passivos circulantes	17	71	48
Contas a receber de clientes e outros	10	86	123	Total do circulante		666	536
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	260	107	Não circulante			
Outros tributos a recuperar	8.3.1	575	527	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	20	20
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	-	1	Empréstimos e financiamentos	15	1.649	1.596
Depósitos judiciais	16	20	21	Passivo de arrendamento		1	1
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	1.525	1.276	Instrumentos financeiros derivativos	15.3	2	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	434	384	Tributos sobre o lucro	8.1.3	1	-
Outros ativos não circulantes		15	11	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	30	21
Direito de uso		1	1	Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	30	-
Intangível	13	686	668	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	723	659
Total do não circulante		3.602	3.119	Provisões	16	106	112
Total do ativo		4.617	4.062	Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	56	45
				Outros passivos não circulantes	17	4	20
				Total do não circulante		2.622	2.474
				Patrimônio Líquido	19	1.329	1.052
				Total do passivo e do patrimônio líquido		4.617	4.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	542	185	(4)	28	72	-	144	967
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	273	-	273
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Outros resultados abrangentes	-	-	14	-	-	-	-	14
Destinação:								
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	175	(175)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	40	-	(40)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(54)	-	(54)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	542	185	10	28	112	175	-	1.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	342	-	342
Outros resultados abrangentes	-	-	15	-	-	-	-	15
Destinação:								
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	54	-	(54)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(51)	-	(51)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(208)	208	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	542	185	25	28	166	175	208	1.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019		2020	2019
Receitas			Outros	(24)	(13)
Vendas de energia, serviços e outros	3.851	3.751		107	105
Perdas de créditos esperadas	(3)	(5)			
	3.848	3.746	Impostos, taxas e contribuições		
Insumos adquiridos de terceiros			INSS (sobre folha de pagamento)	16	15
Energia elétrica comprada para revenda	(1.422)	(1.466)	ICMS	622	650
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(269)	(187)	PIS/COFINS sobre faturamento	169	165
Materiais, serviços de terceiros e outros	(539)	(479)	Tributos sobre o lucro	71	52
	(2.230)	(2.132)	Obrigações intrasetoriais	129	164
	1.618	1.614	Outros	4	3
Valor adicionado bruto	1.618	1.614		1.011	1.049
Depreciação e amortização	(106)	(94)	Financiamentos		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.512	1.520	Juros e variações cambiais e alugueis	513	430
Valor adicionado recebido em transferência				513	430
Receitas financeiras	461	337	Remuneração de capitais próprios		
Valor adicionado total a distribuir	1.973	1.857	Dividendos e juros sobre capital próprio	80	58
Distribuição do valor adicionado			Reserva de incentivo fiscal	54	40
Pessoal			Dividendos adicionais propostos	208	-
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	73	68	Reserva de retenção de lucro	-	175
Encargos sociais (exceto INSS)	9	9		342	273
Benefícios	49	41	Valor adicionado distribuído	1.973	1.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em adição as medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros: (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário); (ii) Contratação de nova linha de fomento no montante de R\$ 388; (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento do contas a receber vencidos, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de créditos esperadas, dentre as quais destacamos: a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site da Companhia, permitindo aos clientes negociar as suas dívidas sem sair de casa; b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020); c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes da Companhia através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para a Companhia; d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, e-mail e whatsapp), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações; e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial); e f. Campanha de mídia (TV e Rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$ 35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para Companhia. (iv) Medidas para reduzir a Sobrecontratação: O art. 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da COVID-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade. Durante o ano de 2020 a Companhia está utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19, tais mecanismos têm tido baixa efetividade. d) **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além das principais indústrias das nossas áreas de concessão; (ii) Fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha; (iii) Doação de aparelhos respiratórios e máscaras; (iv) De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar a nova realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitária, com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da Companhia, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (auto-declaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19; e (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do Setor Elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção da COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1. **Gestão de riscos financeiros - Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatutos da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente

do indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira; são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.601	1.715
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	1.561	1.468
Construção de infraestrutura da concessão	373	329
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	89	218
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	50	12
Valor de reposição estimado da concessão ⁽ⁱ⁾	57	45
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	79	(71)
Outras receitas	41	35
Receita operacional bruta	3.851	3.751
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.057)	(1.128)
Receita operacional líquida	2.794	2.623

⁽ⁱ⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão.

A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia (nota 1.1 b (ii)). **Reajuste tarifário anual – IRT 2020:** Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.677) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 29 de abril de 2020. Entretanto em função do cenário de calamidade pública causado pela pandemia do vírus COVID-19, foi aplicado a partir de 1º de julho de 2020, o reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 4,72% e 2,92%, respectivamente. Como resultado, o reajuste médio na tarifa foi de 3,40%, 3.1.

Fornecimento de energia elétrica:

	2020	2019
	GWh	R\$
	2020	2019
Residencial	2.365	2.229
Comercial	803	987
Industrial	246	297
Rural	406	432
Poder público	214	286
Iluminação pública	212	209
Serviços públicos	247	258
Consumo próprio	6	6
Fornecimento não faturado	-	-
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-
Subvenção à tarifa social	-	-
Total	4.499	4.704

O fornecimento não faturado apresenta o efeito do remanejamento do calendário de leitura de clientes do Grupo A, iniciado em novembro de 2020, com o objetivo de garantir a adequação a Resolução Normativa ANEEL nº 863 de 10 de dezembro 2019, com vigência a partir de janeiro de 2021 de forma que as leituras e os faturamentos dos clientes ocorram de acordo com ciclo do mês civil. O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020, (nota 1.1 c (iv)). 3.2. **Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2020	2019
Consumidor livre	102	107
Consumidor cativo ⁽ⁱ⁾	1.459	1.361
Total	1.561	1.468

⁽ⁱ⁾ Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme a resolução ANEEL do reajuste tarifário.

3.3. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2020	2019
CVA e neutralidade		
Energia (i)	(50)	(76)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	37	23
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	(13)	14
TUST (iv)	36	9
Neutralidade dos encargos setoriais	7	(3)
PROINFA	(1)	-
	16	(33)

Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (v)	80	(29)
Risco hidrológico	(16)	(1)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(15)	(15)
Ressarcimento P&D	-	3
Diferimento de reajuste (vi)	13	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	6
Outros	1	(2)
Total	63	(38)
	79	(71)

(i) Energia: Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e principalmente pela amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (ii) **Encargos de Serviços do Sistema – ESS:** Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iii) **TUST – Rede Básica:** Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020. (v) **Repasso de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa decorre do resultado de sobras de 10,77% acima do requisito, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade em parte dos montantes que superaram os 5%, conforme previsto na REN nº 453/2011. Do total do custo de R\$ 43 relativo às sobras acima dos 5%, R\$ 16 foi registrado como involuntariedade decorrente da migração dos clientes para o ambiente livre. R\$ 9 como involuntariedade decorrente da pandemia da COVID-19; e remanescente R\$ 18 registrado como passivo da exposição financeira ao mercado de curto prazo. (vi) Diferimento do reajuste: Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 22 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020.

3.4. Deduções da receita bruta:

Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(622)	(650)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(304)	(313)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2)	(2)
	(928)	(965)

Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽ⁱ⁾	(95)	(134)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(12)	(11)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(8)	(5)
Outros encargos	(14)	(13)
	(129)	(163)
	(1.057)	(1.128)

⁽ⁱ⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das Quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5. **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) **Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	3.481	3.461	(736)	(623)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(202)	(223)
Energia curto prazo - PLD ⁽ⁱ⁾ e MRE ⁽ⁱⁱ⁾ (ii)	51	-	(76)	(243)
Contratos por cotas de garantia física	1.378	1.348	(150)	(138)
Energia adquirida contrato bilateral	773	762	(184)	(161)
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra II	186	185	(52)	(47)
Outros	112	113	(22)	(31)
Subtotal	5.981	5.869	(1.422)	(1.466)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	116	134
Total da compra para revenda de energia	5.981	5.869	(1.306)	(1.332)
Encargos de uso dos sistemas				
Encargos de rede básica (iii)	-	-	(205)	(153)
Encargos de conexão	-	-	(26)	(26)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (iv)	-	-	(36)	2
Outros	-	-	(2)	(10)
Subtotal	-	-	(269)	(187)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	22	17
Total dos encargos de uso dos sistemas	-	-	(247)	(170)
Total	-	-	(1.553)	(1.502)

⁽ⁱ⁾ PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

⁽ⁱⁱ⁾ MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores e do início de novos contratos; (ii) Impacto do excedente financeiro e do déficit de energia; (iii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrência do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 2.726/2020, de 14 de julho de 2020; e (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal (nota 6.1)	(22)	(14)
Material	(196)	(182)
Serviços de terceiros	(157)	(126)
Juros sobre obras em andamento	(6)	(3)
Obrigações especiais	(3)	3
Outros	11	(7)
Total	(373)	(329)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas Total
Pessoal (nota 6.1)	(57)	(12)	(51)
Administradores	-	-	(4)
Serviços de terceiros	(65)	(26)	(39)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(90)	-	(130)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(16)	(2)	(10)
Total	(228)	(40)	(129)

	2019		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas Total
Pessoal (nota 6.1)	(58)	(15)	(44)
Administradores	-	-	(3)
Serviços de terceiros	(69)	(26)	(38)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(79)	-	(14)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(13)	-	3
Total	(220)	(41)	(105)

6.1. Custo e despesa de pessoal

	2020	2019
Remunerações	(58)	(55)
Encargos sociais	(25)	(23)
Auxílio alimentação	(10)	(8)
Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios	(8)	(9)
Férias e 13º salário	(12)	(11)
Plano de saúde	(9)	(7)
Participação nos resultados	(22)	(16)
(-) Transferências para ordens	27	16
Outros	3	(4)
Total	(120)	(117)

6.2. Depreciação e amortização

	2020	2019
Quota de depreciação e amortização no exercício	(106)	(94)
(-) Crédito PIS/COFINS	1	1
Depreciação e amortização residual no resultado	(105)	(93)

6.3. Outras (despesas)/receitas operacionais

	2020	2019
Recuperação de despesa	4	4
Despesas de viagem	(2)	(3)
Consumo próprio e energia elétrica	(4)	(4)
Multa contratual	24	25
Perdas / alienação / desativação	(22)	(14)
Material	(18)	(14)
Outros	(10)	(4)
Total	(28)	(10)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	7	10
(-) Tributos sobre receita financeira	(3)	(3)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	52	23
Atualização de depósitos judiciais	-	6
Atualização do ativo financeiro setorial	1	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	3	4
Outras receitas financeiras	60	48

Despesa financeira		
Encargos brutos sobre instrumentos de dívida (i)	(108)	(103)
Atualização do passivo financeiro setorial	(1)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(21)	(12)
Outras despesas financeiras (ii)	(20)	(26)
	(150)	(141)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c) (iii)	(238)	(158)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c)	122	117
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(122)	(127)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (iii)	275	170
Perdas com variações cambiais e monetárias	1	4
Ganhos com variações cambiais e monetárias	35	(1)
	(55)	(96)

Resultado financeiro, líquido

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (ii) Refere-se, princí-

palmente, à amortização da cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e (iii) Aumento do Euro e do Dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa dos derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%). 8.1.2. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	413	325
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(140)	(111)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	17	18
Incentivos fiscais (nota 8.1.4 (a))	56	42
Outras adições (reversões) permanentes	(4)	(1)
Tributos sobre o lucro	(71)	(52)
Alíquota efetiva	17%	16%
Corrente	(48)	(28)
Diferido	(23)	(24)

8.1.3. **Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2020	2019
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	37	44
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(6)	(4)
Provisão para processos judiciais	43	40
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	12	14
Direito de uso da concessão - receita de ultrapassagem	15	15
PLR	7	5
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(42)	(22)
Capitalização de juros de dívida	(101)	(95)
Outros	5	4
Total	(30)	1
Ativo não circulante	-	1
Passivo não circulante	(30)	-

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:		
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	-
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(23)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(8)
Transferências entre ativos e passivos	(1)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	32	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(24)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(7)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	-

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Constituição	445
Atualização	217
Saldo em 31 de dezembro de 2019	662
Constituição	49
Atualização	15
Pagamentos (*)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	725

(*) Pagamento de honorários de êxito.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	22	32
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55	-
Fundos de investimentos	132	210
Total	209	242

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020				2019	
	Rece- bível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos	Rece- bível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	548	(83)	465	567	(93)	474
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41	-	41	25	-	25
Disponibilidade da rede elétrica	11	-	11	14	-	14
Subvenções e subsídios governamentais	40	-	40	14	-	14
Outros créditos	27	(3)	24	17	(2)	15
Total	667	(86)	581	637	(95)	542
Circulante			495			419
Não circulante			86			123

10.1. Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2020		2019		
	Recebe- ível	Perdas de crédi- tos esperadas	Recebe- ível	Perdas de crédi- tos esperadas	
Residencial	144	(18)	141	(20)	(20)
Comercial	52	(8)	67	(7)	(7)
Industrial	34	(18)	39	(19)	(19)
Rural	24	(8)	30	(8)	(8)
Poder público	137	(28)	174	(36)	(36)
Iluminação pública	14	(1)	11	(2)	(2)
Serviços públicos	16	(1)	18	(1)	(1)
Não faturado	127	(1)	87	-	-
Total	548	(83)	567	(93)	(93)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2020		2019		
	Recebe- ível	Perdas de crédi- tos esperadas	Recebe- ível	Perdas de crédi- tos esperadas	
A vencer	335	(7)	369	(11)	(11)
Saldos vencidos:	213	(76)	198	(82)	(82)
90 dias	115	(3)	111	(6)	(6)
entre 91 e 180 dias	16	(4)	10	(4)	(4)
entre 181 e 360 dias	23	(6)	11	(7)	(7)
acima de 361 dias	59	(63)	66	(65)	(65)
Total	548	(83)	567	(93)	(93)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 27 (R\$ 15 líquido de baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo. **10.2. Variação das Perdas de Créditos Esperadas – PCE.**

	2020		2019		
Saldo inicial do exercício			(95)	(99)	(99)
Efeito reconhecido no resultado do exercício			(3)	(5)	(5)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis			12	9	9
Saldo final do exercício			(86)	(95)	(95)

Em 31 de dezembro de 2020, as Provisões para Perdas de Créditos Esperadas (PCE) totalizaram R\$ 3 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos da COVID-19 de R\$ 10. 10.3. **Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	Direi- tos	Obri- gacões	Efeito líquido	Direi- tos	Obri- gacões	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	72	(8)	64	137	(8)	129
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	(21)	(21)	-	(60)	(60)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3	(5)	(2)	12	-	12
TUST	41	(4)	37	19	(4)	15
Neutralidade de encargos setoriais	-	(1)	(1)	1	(1)	-
Outros	-	(1)	(1)	1	-	1
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação	12	(11)	1	-	(38)	(38)
Risco hídrológico	-	(60)	(60)	-	(43)	(43)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(51)	(51)	-	(35)	(35)
Diferimento de reajuste	-	(1)	(1)	-	-	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	7	-	7	7	-	7
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	(5)	(5)	-	-	-
Outros	2	(1)	1	3	(1)	2
Total	137	(169)	(32)	180	(190)	(10)
Valores homologados pela ANEEL	42	(38)	4	63	(32)	31
Valores a serem homologados pela ANEEL	95	(131)	(36)	117	(158)	(41)
Total	137	(169)	(32)	180	(190)	(10)
Ativo circulante			24			35
Passivo não circulante			(56)			(45)
A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados						

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	228	(173)	55
Constituição	155	(144)	11
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(224)	142	(82)
Atualização monetária	11	(5)	6
Transferências	10	(10)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	180	(190)	(10)
Constituição	246	(99)	147
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	117	(185)	(68)
Atualização monetária	6	(7)	(1)
Antecipação conta COVID (i)	(80)	(15)	95
Transferências	(332)	327	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	137	(169)	(32)

(i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 95 captados pela CCEE e repassados pela Conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais. **11.1. Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóte-

ses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1. Ativo financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(ii)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.276	1.072
Baixa	(1)	(1)
Reversão	-	2
Transferência - ativo contratual ⁽¹⁾	191	156
Transferência - ativo intangível	3	1
Transferência - outros	(1)	1
Ajustes a valor justo	57	45
Saldo final do exercício	1.525	1.276

⁽¹⁾ Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

12.2. Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos de contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	384	296
Adições ⁽¹⁾	374	337
Baixas	(7)	(10)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	(132)	(99)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	(191)	(156)
Transferências - outros	6	16
Saldo final do exercício	434	384

⁽¹⁾ Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3. Política contábil: Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo financeiro (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	3,64%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668
Baixas	(7)
Amortização	(105)
Transferências - ativo financeiro ⁽¹⁾	(3)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	132
Transferências - outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686
Custo	1.843
Amortização acumulada	(1.065)
Obrigações especiais	(92)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	668
Baixas	(6)
Amortização	(93)
Transferências - ativo financeiro ⁽¹⁾	(1)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	99
Transferências - outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668
Custo	1.732
Amortização acumulada	(964)
Obrigações especiais	(100)

⁽¹⁾ Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração. ⁽²⁾ Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Energia elétrica	220	150
Encargos de uso da rede	50	18
Materiais e serviços	70	71
Energia livre	20	20
Total	360	259
Circulante	340	239
Não circulante	20	20

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários	519	428
Agências de fomento	60	169
Mercado de capitais	1.124	1.085
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	1.703	1.682
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (a))	(262)	(108)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(209)	(242)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1)	(2)
Dívida líquida	1.231	1.330

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas.

15.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"), Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	2020	2019
Dominados em R\$	1.214	1.310
Indexados a taxas flutuantes	1.200	1.277
Indexados a taxas fixas	14	33
Dominados em US\$	496	384
Indexados a taxas fixas	496	384
(-) Depósitos em garantia	1.710	1.694
(-) Custo de transação	(2)	(6)
Total	1.703	1.682
Passivo circulante	54	86
Passivo não circulante	1.649	1.596

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	170,6%	108,6%
Custo médio em taxa Pré	4,6%	6,4%
Saldo da dívida	1.703	1.682
Instrumentos financeiros derivativos	(262)	(108)
Dívida total líquida de derivativos	1.441	1.574

⁽²⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽³⁾	Juros ⁽³⁾	Instrumentos derivativos	Total
2021	44	70	(24)	90
2022	689	79	(138)	630
2023	368	53	(100)	321
2024	411	28	(24)	415
2025	1	11	-	12
Entre 2026 e 2030	276	10	-	286
Total	1.789	251	(286)	1.754

⁽³⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.682	1.656
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	500
Amortização de principal	(136)	(529)
Custo de captação	(6)	(6)
Pagamento de encargo de dívida	(73)	(89)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	3	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	111	109
Variação cambial (nota 7)	112	18
Marcação a valor justo (nota 7)	4	23
Saldo final do exercício	1.703	1.682

d) Linhas de crédito

	Tipo	Moeda	Período do contrato	Montante total
Linhas de financiamento		R\$	15/06/2022	388
Linhas de financiamento		US\$	06/01/2021	100
				488

e) Condições restritivas financeiras (*Covenants*): Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: **Consolidado da controladora Neoenergia:** • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2. **Companhia:** • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **f) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 5,3% e 8,8%, respectivamente. **15.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
Salários, férias, 13º salário e encargos a pagar	37	29
Benefícios de longo prazo	(14)	(11)
Total	23	18
Ativo não circulante - outros ⁽¹⁾	(14)	(11)
Passivo não circulante	37	29

⁽¹⁾ A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulante.

18.1. Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2020		
	Quantidade beneficiários Ativos	Quantidade beneficiários Assistidos	Condição financeira
Néos - Plano BD RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	-	294	Fechado
Néos - Plano CD RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	781	253	Fechado
Néos - Plano CD Néos	265	-	Aberto
Total	1.046	547	

⁽¹⁾ Em junho de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") autorizou a incorporação da Fundação COSERN de Previdência Complementar ("FASERN"), pela NÉOS Previdência Complementar ("NÉOS") e a partir de outubro de 2020 ocorreu a efetiva incorporação à NÉOS dos bens, direitos e obrigações dos recursos dos planos de benefícios definidos e contribuições definidas geridos por essas entidades.

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Benefício definido			
	Obri- gações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(85)	133	(41)	7
Efeitos dos juros	(7)	12	(4)	1
Benefícios pagos pelo plano	14	(14)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(16)	-	(9)	(25)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	28	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(94)	159	(54)	11
Efeitos dos juros	(7)	12	(4)	1
Benefícios pagos pelo plano	12	(12)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(4)	-	8	4
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(93)	157	(50)	14
Planos superavitários	(93)	157	(50)	14

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	2020	
	Benefício definido	Contribuição definida
Custo do serviço	-	(3)
Despesa com juros de passivos	(7)	-
Receita com juros de ativos	8	(7)
Total	1	(3)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	(3)
------------------------	---	-----

	2019	
	Benefício definido	Contribuição definida
Custo do serviço	-	(4)
Despesa com juros de passivos	(7)	-
Receita com juros de ativos	8	(7)
Total	1	(4)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	(4)
------------------------	---	-----

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Saldo inicial	7	5
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(4)	(16)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(2)	28
Mudança de teto de ativo	8	(3)
Efeito bruto	2	9
Tributos sobre o lucro	(1)	(1)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	1	2
Saldo final	8	7

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(93)	(94)
Valor justo dos ativos	157	159
Efeito do limite do ativo (teto)	(50)	(54)
Total (passivo) ativo líquido	14	11
Ativo não circulante	14	11

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria

	2020	2019
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo
Investimento direto:	-	1
Investimentos imobiliários	-	1
Investimento através de fundos:		
Fundo de investimento - Ações/Quotas	10	-
Fundo de investimento - Renda fixa	146	-
Total	156	1

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
2021	8	8
2022	8	8
2023	8	8
2024	8	8
2025	8	8
Entre 2026 e 2030	32	32
Total	71	71

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. **(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	97	98
Valor presente da obrigação atuarial	4,31%	4,43%
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	8,90	9,13
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	89	90
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,00%)	(4,10%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,40	8,60

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2020	2019
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	6,80%	7,41%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	8,64	8,86

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. **Mudanças na taxa de juros** – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. **Investimentos e volatilidade** – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("Previc"). **Hipóteses atuariais e econômicas** – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usan-

do o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON"), e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 542. A composição do capital social realizada por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidades de ações):

	Total							
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	Acções	R\$
Neoenergia S.A.	118.992.436	384	18.739.271	60	16.062.793	52	153.794.500	496
Outros	10.753.783	35	1.866.857	6	1.658.888	5	14.279.528	46
Total	129.746.219	419	20.606.128	66	17.721.681	57	168.074.028	542

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas:

a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	258	206
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	45	36
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	39	31
Total	342	273

Em unidade de ações

Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	129.746.219	129.746.219
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	20.606.128	20.606.128
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	17.721.681	17.721.681
Total	168.074.028	168.074.028

Lucro básico e diluído por ação

Ação ordinária (R\$)	1,99	1,59
Ação preferencial A (R\$)	2,19	1,75
Ação preferencial B (R\$)	2,19	1,75

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2020	
	Lucro líquido do exercício	
Reserva de incentivo fiscal	342	
Remuneração a distribuir	(54)	
Mínima obrigatória	288	
Remuneração adicional	72	
	216	
	288	

Natureza da remuneração

Dividendos	237
JCP	51
	288
	171

Remuneração total por ação

A Administração propôs ao Conselho de Administração referente ao exercício de 2020 o montante de R\$ 288, dos quais R\$ 208 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

	Valor por ação				
	Natureza da remuneração	Delib- erado	ON	PNA	PNB
2020					

AGO de 31 de julho de 2020	Dividendos Mínimos Obrigatórios	4	0,0257980	0,0283778	0,0283778
----------------------------	---------------------------------	---	-----------	-----------	-----------

RCA de 22 de dezembro de 2020	JCP	51	0,2952355	0,3247591	0,3247591
-------------------------------	-----	----	-----------	-----------	-----------

		55			
--	--	----	--	--	--

2019					
-------------	--	--	--	--	--

AGO de 12 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	144	0,8363749	0,9200124	0,9200124
----------------------------	-----------------------	-----	-----------	-----------	-----------

RCA de 28 de junho de 2019	JCP - 1519	30	0,1739314	0,1913246	0,1913246
----------------------------	------------	----	-----------	-----------	-----------

RCA de 13 de dezembro de 2019	JCP	24	0,1389706	0,1528677	0,1528677
-------------------------------	-----	----	-----------	-----------	-----------

		198			
--	--	-----	--	--	--

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro	26	24
Declarada no exercício	80	202
Imposto de renda retido na fonte	(7)	(8)
Pagos no exercício	(23)	(192)
Saldo em 31 de dezembro	76	26

19.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. **19.4. Reserva de Capital: (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com o capital próprio:** Reserva no montante de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **(ii) Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 179 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 180 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 142 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2019). **19.5. Reserva de Lucros:** **(i) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 28. **(ii) Reserva de incentivo fiscal:** Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 166 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2019). **(iii) Reserva de retenção de lucro:** Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 175. **19.6. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subversão serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como "Acionistas e Outros" nesta nota explicativa. O Despacho ANEEL de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. A Companhia aderiu somente ao compartilhamento de recursos humanos, reconhecendo no resultado um custo incremental de R\$ 2. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	2020							
	Subsidi- árias da Neo- energia	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora
Ativo								
Outros ativos (b)/(c)/(d)	1	-	-	1	-	8	3	11
	1	-	-	1	-	8	3	11

Passivo

Fornecedores e contas a pagar (a)	1	-	8	9	1	-	8	9
-----------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	66	10	76	-	23	3	26
--	---	----	----	----	---	----	---	----

Outros passivos (b)/(c)/(d)/(f)	2	2	-	4	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

	3	68	18	89	1	23	11	35
--	---	----	----	----	---	----	----	----

20.2. Transações com partes relacionadas

	2020							
	Subsidi- árias da Neo- energia	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora	Acio- nistas e To- outros	Con- trola- dora
Resultado do exercício								

Receita operacional, líquida (a)	4	-	-	4	4	-	-	4
----------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Custos dos serviços (a)	(11)	-	(64)	(75)	(10)	-	(61)	(71)
-------------------------	------	---	------	------	------	---	------	------

Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(2)	-	(5)	(7)	-	-	(4)	(4)
---	-----	---	-----	-----	---	---	-----	-----

Resultado financeiro líquido (c)	-	(11)	-	(11)	-	(17)	-	(17)
----------------------------------	---	------	---	------	---	------	---	------

	(9)	(11)	(69)	(89)	(6)	(17)	(65)	(88)
--	-----	------	------	------	-----	------	------	------

20.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Venci-mento	Valor justo		Efeito acumulado
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	2020
Ativo	US\$ 95	US\$ 95		537	405	
Passivo	R\$ 351	R\$ 352	2023	(358)	(358)	-
Líquido				179	47	132

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

<i>Swap</i> IPCA vs CDI	Valor de referência		Venci-mento	Valor justo		Efeito acumulado
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	2020
Ativo	R\$ 424	R\$ 406	2022-	466	444	
Passivo	R\$ 385	R\$ 387	2024	(383)	(383)	-
Líquido				83	61	22

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via Opções e NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>NDF</i>	Valor de referência		Venci-mento	Valor justo		Efeito acumulado
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	2019	(Ano)	2020	2019	2020
Termo	US\$ 1	-	2022	-	-	-
Líquido				-	-	-

Opções: O programa designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020, (R\$ 0,3 em 31 de dezembro de 2019), não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia. **Programa de *hedge* para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via opções e NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O programa, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,01 (R\$ 0,01 em 31 de dezembro de 2019) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Impacto	Impacto
				(Saldo/Nocional)	Cenário (II)	Cenário (III)
Divida em Dólar		Alta do Dólar		(496)	(124)	(248)
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Dólar	Dólar(US\$)	Queda do Dólar	5,1967	537	134	268
Exposição Líquida				41	10	20

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Impacto	Impacto
				(Saldo/Nocional)	Cenário (II)	Cenário (III)
Item protegido: parte de desem-bolsos em USD		Alta do Dólar		(3)	1	2
<i>NDF</i>	Dólar(US\$)	Queda do Dólar	5,1967	3	(1)	(2)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR		Alta do Euro		(2)	-	1
<i>NDF</i>	Euro(€)	Queda do Euro	6,3779	2	-	(1)
Exposição				-	-	-

Em relação as NDFs, a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	189	4	(1)	(2)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dividas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(302)	(6)	(2)	(3)
<i>Swaps</i> Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(738)	(14)	(4)	(7)
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(844)	(77)	(10)	(19)
<i>Swaps</i> IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	466	43	5	11
Divida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(52)	(2)	-	(1)
Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(1)	-	-	-

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	1.215	377
2023	1.251	355
2024	1.332	431
2025	1.385	460
2026	1.432	494
Entre 2027 e 2036	6.278	2.415

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de Dívidas: Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia contratou junto a *Scotiabank* uma linha de 4131 com *Swap* considerando desembolso *forward* para 06/01/2021, no valor de R\$ 100. A operação contratada possui prazo de 3 anos com pagamento de principal no vencimento e juros semestrais.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Armando Martínez Martínez Fulvio da Silva Marcondes Machado Helder Rocha Falcão Leonardo Pimenta Gadelha Pedro Damásio Costa Neto Rogério Aschermann Martins Solange Maria Pinto Ribeiro Titulares José Carlos dos Santos Souza Liane Câmara Matoso Chacon Suplentes	Francesco Gaudio Presidente Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Haroldo do Rosário Vieira Luiz Carlos Faria Ribeiro Titulares Antonio Carlos Lopes Glúcia Janice Nitsche José Antonio Lamenza Telma Suzana Mezia Suplentes
DIRETORIA	CONTADORA
Márcio Caires Vasconcelos Diretor-Presidente Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Eduardo Capelastegui Saiz Diretor de Planejamento e Controle José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas	Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE	
Luciana Maximino Maia	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Armando Martínez Martínez
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Helder Rocha Falcão
Leonardo Pimenta Gadelha
Pedro Damásio Costa Neto
Solange Maria Pinto Ribeiro
Rogério Aschermann Martins

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da COSERN, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2020, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Francesco Gaudio
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Haroldo do Rosário Vieira
Luiz Carlos Faria Ribeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da COSERN alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COSERN relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2021.
Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente
Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas
Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação
Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Natal- RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível	
<i>Veja as notas 12 e 13 das demonstrações financeiras</i>	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia e que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Avallamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com contrato de concessão. Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato, entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização requerido pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ativo	
<i>Veja a nota 8 das demonstrações financeiras</i>	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes a dedutibilidade da amortização do ativo sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 311.742 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e divulgações relacionadas do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ativo nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ativo durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvermos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos	
<i>Veja as notas 7, 15 e 21 das demonstrações financeiras</i>	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvermos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos hedges e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 08 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 15P259468/O-7



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Saulo Cabral e Silva
Diretor-presidente da Celpe

1.1. Estrutura Societária
Em 31 de dezembro de 2020, a Estrutura Acionária da Celpe era composta da seguinte forma: Neoenergia com 89,65% e um *free float* de 10,35%.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de 1,5% em relação a 2019. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19 que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

qual o montante de custos será reconhecido em sua tarifa. Na metodologia é construído um ranking de eficiência entre as empresas. Considera como variáveis principais a extensão de rede, o nº de UC's e o mercado ponderado de energia. Tais variáveis são utilizadas como produtos e o custo operacional contábil da empresa como insumo no modelo de otimização do DEA (Data Envelopment Analysis). O resultado depende da evolução da eficiência das demais distribuidoras.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 79 milhões (+11% vs. 4T19) e de R\$ 217 milhões (+20% vs. 2019).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	79	71	8	11%	217	181	36	20%
Despesas financeiras (B)	(138)	(94)	(44)	47%	(398)	(400)	2	(1%)
Receitas financeiras (C)	36	18	18	100%	129	88	41	47%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	6	(4)	10	(250%)	18	(26)	44	(169%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(21)	(16)	(5)	31%	(66)	(51)	(15)	29%
Depreciação e Amortização (F)	(77)	(65)	(12)	18%	(288)	(257)	(31)	12%
EBITDA = (A)-(B+C-D-E+F)	273	232	41	18%	822	827	(5)	(1%)

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	4	4	-	-	18	25	(7)	(28%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(67)	(67)	-	-	(229)	(301)	72	(24%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(33)	(17)	(16)	94%	(40)	(62)	22	(35%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	32	11	21	191%	112	39	73	187%
Variações monetárias e cambiais - outros	(3)	(2)	(1)	50%	(10)	(12)	2	(17%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(21)	(5)	(16)	320%	(46)	(23)	(23)	100%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(3)	-	(3)	-	(7)	7	(14)	(200%)
Obrigações pós emprego	(3)	(3)	-	-	(11)	(14)	3	(21%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(35)	(18)	(17)	94%	(78)	(59)	(19)	32%
Total	(96)	(80)	(16)	20%	(251)	(338)	87	(26%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 96 milhões no 4T20 (-R\$ 16 milhões vs. 4T19) e de -R\$ 251 milhões em 2020 (+ R\$ 87 milhões vs. 2019). No trimestre, a variação é explicada, principalmente, pela rubrica de acréscimo moratório, reajustado por maior IGPm quando comparado ao 4T20. No ano, a variação é explicada por menor despesa com encargos de dívida (+ R\$ 72 milhões) devido, sobretudo, a redução de 3,20 p.p. do CDI, principal indexador da dívida da Celpe (71% do seu endividamento está atrelado ao CDI).

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2019 e 2020:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
T.JLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA²	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

A Celpe realizou Capex de R\$ 179 milhões no 4T20 e R\$ 722 milhões em 2020, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

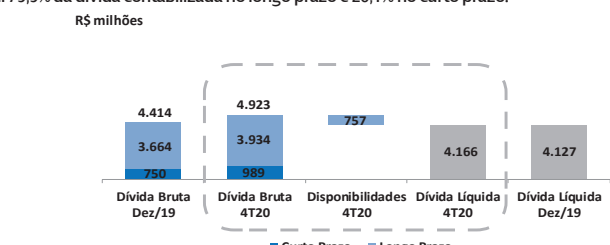
INVESTIMENTOS REALIZADOS		CELPE	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4T20	2020	
Expansão de Rede	(72)	(343)	45%
Novas Ligações	(52)	(228)	
Novas SE's e RD's	(20)	(114)	
Renovação de Ativos	(28)	(121)	17%
Melhoria da Rede	(15)	(81)	11%
Perdas e Inadimplência	(11)	(73)	10%
Outros	(57)	(121)	17%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	8	(22)	
(=) Investimento Bruto	(176)	(760)	
SUBVENÇÕES	6	15	
(=) Investimento Líquido	(170)	(745)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(8)	22	
(=) CAPEX	(179)	(722)	
BAR	(57)	(121)	16%
BRR	(127)	(617)	84%

Os investimentos realizados no ano foram aderentes ao planejado pela Companhia para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Celpe para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

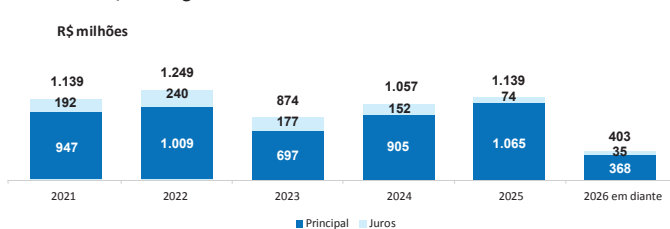
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Celpe, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 4.923 milhões (dívida líquida R\$ 4.166 milhões), apresentando um aumento de 11,5% (R\$ 509 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 79,9% da dívida contabilizada no longo prazo e 20,1% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020.



8. RATING

Em 06 de Abril de 2020, a agência de ratings Standard & Poor's - S&P confirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil. Vale dizer que em função da pandemia do covid-19, a agência alterou a perspectiva do rating soberano de positiva para estável, o que fez com que a perspectiva global da Neoenergia e suas subsidiárias também tenham sido alteradas para estável.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Conta-Covid

Em 03 de julho de 2020, a Celpe aderiu à operação financeira Conta-Covid, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020, no montante de R\$ 454,7 milhões, os quais estão lastreados, integralmente, em ativos tarifários constituídos (CVA e demais financeiros). O cronograma de desembolso ocorreu da seguinte maneira:

Data do Reembolso	Montante (R\$ mil)
31/07/20	345.147
12/08/20	52.403
14/09/20	57.169
Total	454.719

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2020	2019	2020 x 2019	
			Dif.	%
Convencional	2.385	2.475	(90)	(3,64%)
Baixa Renda	1.028	862	166	19,3%
Total	3.414	3.337	77	2,3%

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Celpe possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos adicionais no valor de R\$ 74.945 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 30 de julho de 2020 e pagos em 10 de dezembro de 2020; (ii) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 75.787 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2020. O montante de Juros sobre Capital Próprio limitado a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2020 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do referido exercício será pago aos acionistas até 31 de dezembro de 2021 e o saldo remanescente, referente ao montante excedente a 25% do *payout*, será pago aos acionistas em janeiro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Celpe reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Celpe. O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e, também, no XI Prêmio Corresponsáveis da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximada-

mente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito "continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível", capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2 . A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (IC02).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

10.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro).

O projeto "Conexão Digital" entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto "Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha" visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto "Corredor Verde", uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto "Energia do Futuro" caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lancou também a página "Educação em tempos de pandemia", um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais iniciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de marco, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020 contou com investimento total de R\$ 60,6 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque em 2020 na Celpe, estas estão:

- Projetos Educativos em escolas públicas sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, capacitando 5.991 professores e 111.728 alunos das áreas de concessão das distribuidoras;
- Projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 68 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 46 mil lâmpadas em 117 instituições;
- Ações voltadas à eficiência energética, gerando mais de 55 mil lâmpadas substituídas, além de 1 sistema solar fotovoltaico de 59,4 kWp;
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu em 2020 desconto de 50% para instalação de energia solar em 116 residências em Pernambuco, totalizando 457,6 kWp instalado.
- Projeto prioritário para equipar os hospitais de campanha da pandemia em Pernambuco, sendo beneficiadas 25 unidades com a substituição de 3.464 lâmpadas, 50 geladeiras e 27 aparelhos de ar condicionado.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto "Sistema Inteligente de Armazenamento Energia" que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de íon lítio o excedente de energia; (ii) o projeto "Microrredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto "Conexão Digital" cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminho elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN. Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto "Sensor Inteligente para 69 kV" cujo equipamento de sensoramento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de "Transformador inteligente e Qualmetro com oscilografia continua", que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020.

(i) Ranking Aneel: As distribuidoras da Neoenergia (Celpe, Coelba, Cosern e Elektro) ficaram entre as 15 melhores do país na continuidade do fornecimento de energia elétrica, avaliado a partir do desempenho do DEC e FEC (Duração e Frequência das Interrupções). O ranking publicado, anualmente, pela Aneel divulgou os níveis históricos atingidos pela qualidade dos serviços de distribuição no Brasil em 2019.

(ii) Prêmio Cliente SA 2020: Pelo segundo ano consecutivo, as distribuidoras da Neoenergia, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro conquistaram o Prêmio Cliente SA. As empresas foram reconhecidas com o case: Central da Experiência do Cliente.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira - DF da Companhia, relativa ao exercício de 2020, foram revisadas pela KPMG. A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2020, no montante de R\$ 661 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A CELPE ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2020.

13. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Celpe apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual		Ano anterior		
Memória de Cálculo	4T20	2020	4T19	2019	Correspondência nas Notas Explicativas ()
(+) Receita líquida	2.234	6.862	1.576	6.085	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(77)	(104)	(24)	(70)	Nota 3
(-) Outras receitas	(19)	(70)	(20)	(71)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	1	3	
= RECEITA Operacional Líquida	2.138	6.689	1.533	5.947	
(+) Custos com energia elétrica	(1.558)	(4.364)	(917)	(3.666)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(4)	(11)	(2)	(9)	Nota 5
(+) Custos de construção	(159)	(732)	(220)	(740)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.721)	(5.107)	(1.139)	(4.415)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	77	104	24	70	Nota 3
= MARGEM BRUTA	494	1.686	418	1.602	
(+) Custos de operação	(189)	(684)	(160)	(653)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(17)	(70)	(16)	(71)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(101)	(307)	(59)	(260)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	4	11	2	9	Nota 5
(-) Depreciação e Amortização	77	288	65	257	Nota 6
(+) Outras receitas	19	70	20	71	Nota 3
(-) Outras receitas - Outras receitas	-	(1,0)	(1)	(3)	
= Despesa Operacional (PMSO)	(207)	(693)	(149)	(650)	
(+) PECLD	(14)	(171)	(37)	(125)	Demonstrações de resultado
EBITDA	273	822	232	827	
(+) Depreciação e Amortização	(77)	(288)	(65)	(257)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(96)	(251)	(80)	(338)	Demonstrações de resultado
(+) IIR/CS	(21)	(66)	(16)	(51)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	79	217	71	181	Demonstrações de resultado

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	6.862	6.085
Custos dos serviços		(5.780)	(5.059)
Custos com energia elétrica	4	(4.364)	(3.666)
Custos de construção	5	(732)	(740)
Custos de operação	6	(684)	(653)
Lucro bruto		1.082	1.026
Perdas de créditos esperadas	10	(171)	(125)
Despesas com vendas	6	(70)	(71)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(307)	(260)
Lucro operacional		534	570
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		129	88
Despesas financeiras		(398)	(400)
Outros resultados financeiros, líquidos		18	(26)
		(251)	(338)
Lucro antes dos tributos		283	232
Tributos sobre o lucro	8	(66)	(51)
Corrente		(17)	(3)
Diferido		(49)	(48)
Lucro líquido do exercício		217	181
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19.2		
Ordinária		2,91	2,43
Preferencial A		2,91	2,43
Preferencial B		3,20	2,67

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	728	261
Contas a receber de clientes e outros	10	1.352	1.252
Títulos e valores mobiliários		3	6
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	255	124
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	82	24
Outros tributos a recuperar	8.3.1	367	102
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	112
Outros ativos circulantes		92	123
Total do circulante		2.879	2.004
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	112	80
Títulos e valores mobiliários		26	20
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	297	133
Outros tributos a recuperar	8.3.1	1.962	39
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	116	168
Depósitos judiciais	16	145	131
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	2.680	2.130
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	731	886
Outros ativos não circulantes		2	2
Direito de uso		12	12
Intangível	13	2.461	2.336
Total do não circulante		8.544	5.937
Total do ativo		11.423	7.941
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	830	642
Empréstimos e financiamentos	15	1.244	870
Passivo de arrendamento		3	2
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	-	4
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	126	64
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	196	151
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	54	-
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	3	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	67	41
Provisões	16	57	49
Outros passivos circulantes	17	188	179
Total do circulante		2.768	2.002
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	53	50
Empréstimos e financiamentos	15	4.220	3.797
Passivo de arrendamento		9	11
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	11	-
Tributos sobre o lucro	8.1.3	2	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	79	50
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	2.153	-
Provisões	16	100	95
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	72	147
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	165	107
Outros passivos não circulantes	17	89	53
Total do não circulante		6.953	4.310
Patrimônio líquido	19	1.702	1.629
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.423	7.941

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de lucro				Proposta de distribuição de dividendos		
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	663	485	44	68	288	-	1.593
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	181	181
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(45)
Outros resultados abrangentes	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Destinação:							
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	12	(12)	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(94)	(94)
Dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(75)	75
Saldo em 31 de dezembro de 2019	663	485	38	68	300	-	1.629
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	217	217
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(75)
Outros resultados abrangentes	-	-	7	-	-	-	7
Destinação:							
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	32	(32)	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(76)	(76)
Dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(109)	109
Saldo em 31 de dezembro de 2020	663	485	45	68	332	-	1.09

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019		2020	2019
Receitas			Pessoal		
Vendas de energia, serviços e outros	9.655	8.990	Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	173	164
Perdas de créditos esperadas	(171)	(125)	Encargos sociais (exceto INSS)	23	22
	9.484	8.865	Benefícios	115	84
			Outros	(50)	(39)
				261	231
Insumos adquiridos de terceiros			Impostos, taxas e contribuições		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.094)	(3.579)	INSS (sobre folha de pagamento)	38	36
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(640)	(474)	ICMS	1.680	1.719
Matérias-primas consumidas	(9)	(6)	PIS/COFINS sobre faturamento	418	367
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.189)	(1.185)	Tributos sobre o lucro	66	51
	(5.932)	(5.244)	Obrigações intrasetoriais	326	429
	3.552	3.621	Outros	6	7
Valor adicionado bruto				2.534	2.609
Depreciação e amortização	(295)	(267)	Financiamentos		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.257	3.354	Juros, variações cambiais e alugueis	1.714	1.122
Valor adicionado recebido em transferência				1.714	1.122
Receitas financeiras	1.469	789	Remuneração de capitais próprios		
Valor adicionado total a distribuir	4.726	4.143	Juros sobre capital próprio	76	94
Distribuição do valor adicionado			Dividendos adicionais propostos	109	75
			Reserva de incentivo fiscal	32	12
				217	181
			Valor adicionado distribuído	4.726	4.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030. 1.1. **Coronavírus (“COVID-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do contas a receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro de 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*. Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutida a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE -

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	217	181
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	1	(16)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1)	5
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	(11)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	8	7
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	1	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(2)	(2)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	7	5
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	7	6
Resultado abrangente do exercício	224	175

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	217	181
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	295	267
Baixa de ativos não circulantes	33	27
Tributos sobre o lucro	66	51
Resultado financeiro, líquido	251	338
Valor de reposição estimado da concessão	(104)	(70)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(21)	(44)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	163	41
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(24)	(46)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	217	163
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(33)	(18)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(13)	(43)
Outros ativos e passivos, líquidos	(26)	(14)
Caixa líquido proveniente das operações	1.021	833
Encargos de dividas pagos (nota 15.2 (c))	(181)	(254)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	7	(29)
Rendimento de aplicação financeira	18	25
Juros pagos - Arrendamentos	(1)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(31)	(7)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	833	567
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(730)	(739)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(14)	(29)
Resgate de títulos e valores mobiliários	11	10
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(733)	(758)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.336	955
Pagamento dos custos de captação	(2)	(5)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.214)	(1.093)
Depósitos em garantias	9	(2)
Obrigações especiais	18	9
Pagamento de principal - Arrendamentos	(2)	(3)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	335	18
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2)	(113)	(85)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	367	(206)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa do exercício	467	(397)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	261	658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	728	261
Transações que não envolvem caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	7	30
Arrendamentos capitalizados	2	15
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doação de bens	5	6
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	18	-

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros: (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário); (ii) Antecipação de captação de recursos junto às instituições financeiras, no montante de R\$ 100 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$ 716; (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento do contas a receber vencidos, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de créditos esperadas, dentre as quais destacamos: a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o portal de negociações plugado ao site da Companhia, permitindo aos clientes negociar as suas dividas sem sair de casa; b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020); c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes da Companhia através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para a Companhia; d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, e-mail e whatsapp), direcionando os nossos clientes para o portal de negociações; e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial); e f. Campanha de mídia (TV e rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$ 35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para Companhia. (iv) Medidas para reduzir a sobrecontratação: O art 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da COVID-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade. Durante o ano de 2020 a Companhia está utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, enviando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente de COVID-19, tais mecanismos têm tido baixa efetividade. **d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além das principais indústrias das nossas áreas de concessão; (ii) Fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha; (iii) Doação de aparelhos respiratórios e máscaras; (iv) De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias, com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da Companhia, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19; e (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do setor elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção da COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alcadas e Estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*. • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dividas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dividas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1. **Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dividas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7. 1.2.1.2 **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dividas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação

nanceiro. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	3.801	3.807
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	4.144	4.123
Construção de infraestrutura da concessão	732	740
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	534	338
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	21	6
Valor de reposição estimado da concessão ⁽¹⁾	104	70
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	249	(165)
Outras receitas	70	71
Receita operacional bruta	9.655	8.990
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(2.793)	(2.905)
Receita operacional líquida	6.862	6.085

⁽¹⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2020: Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.683) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 29 de abril de 2020. Entretanto em função do cenário de calamidade pública causado pela pandemia do vírus COVID-19, foi aplicado a partir de 1º de julho de 2020. O reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 5,93% e 4,88%, respectivamente. Como resultado, o reajuste médio na tarifa foi de 5,16%.

3.1. Fornecimento de energia elétrica:

	2020	2019	2020	2019
Residencial	5.413	5.164	3.769	3.608
Comercial	2.062	2.526	1.584	1.831
Industrial	502	785	423	472
Rural	618	686	306	303
Poder público	521	653	351	422
Iluminação pública	553	535	247	239
Serviços públicos	623	642	269	266
Consumo próprio	15	18	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	105	17
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(3.833)	(3.775)
Subvenção à tarifa social	-	-	580	424
Total	10.307	11.009	3.801	3.807

O fornecimento não faturado apresenta o efeito do remanejamento do calendário de leitura de clientes do Grupo A, iniciado em novembro de 2020, com o objetivo de garantir a adequação à Resolução Normativa ANEEL nº 863 de 10 de dezembro de 2019, com vigência a partir de janeiro de 2021, de forma que as leituras e os faturamentos desses clientes ocorram de acordo com o ciclo do mês civil. O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020 (nota 1.1 c (iv)). 3.2. **Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2020	2019
Consumidor livre	311	348
Consumidor cativo ⁽¹⁾	3.833	3.775
Total	4.144	4.123

⁽¹⁾ Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme resolução ANEEL do reajuste tarifário.

3.3. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2020	2019
CVA e neutralidade		
Energia (i)	(38)	(217)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	56	47
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	(30)	37
TUST (iv)	93	6
Neutralidade dos encargos setoriais	28	(8)
PROINFA	(5)	1
Total	104	(134)

Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (v)	243	(8)
Risco hidrológico	(41)	3
Ultrapassagem de demanda / excedente reativo	(42)	(35)
Ressarcimento P&D	-	12
Diferimento do reajuste (vi)	42	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	5
Passivo conta COVID (vii)	(57)	-
Outros	-	(8)
Total	145	(31)
	249	(165)

(i) **Energia:** Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e principalmente pela amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (ii) **Encargos de Serviços do Sistema - ESS:** Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iii) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iv) **TUST - Rede Básica:** Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020. (v) **Repasse de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa decorre do resultado de sobras de 12,83% acima do requisito, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade em parte dos montantes que superaram os 5%, conforme previsto na REN nº 453/2011. Do total de R\$ 114 relativo ao custo das sobras acima dos 5%, R\$ 82 foi registrado como involuntariedade decorrente da migração dos clientes para o ambiente livre, R\$ 11 como involuntariedade decorrente da pandemia da COVID-19, remanesecendo R\$ 21 registrado como passivo da exposição financeira ao mercado de curto prazo. (vi) **Diferimento do reajuste:** Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 29 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020. (vii) **Passivo conta COVID:** Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020.

3.4. Deduções da receita bruta:

	2020	2019
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS	(1.680)	(1.719)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(784)	(754)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3)	(3)
Total	(2.467)	(2.476)

Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	(228)	(340)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(30)	(27)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(31)	(29)
Outros encargos	(37)	(33)
Total	(326)	(429)
	(2.793)	(2.905)

⁽¹⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica

ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	8.504	7.723	(1.693)	(1.303)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(477)	(494)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾	-	14	(407)	(392)
Contratos por cotas de garantia física	3.237	3.221	(358)	(344)
Energia adquirida contrato bilateral	3.426	3.417	(980)	(863)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	439	433	(122)	(110)
Outros	266	259	(57)	(73)
Subtotal	15.872	15.067	(4.094)	(3.579)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	318	342
Total da compra para revenda de energia	15.872	15.067	(3.776)	(3.237)

Encargos de uso dos sistemas

Encargos de rede básica (iii)	(500)	(407)
Encargos de conexão	(35)	(32)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (iii)	(93)	4
Outros encargos	(12)	(39)
Subtotal	(640)	(474)
Créditos de PIS e COFINS	52	45
Total dos encargos de uso dos sistemas	(588)	(429)
Total	(4.364)	(3.666)

⁽¹⁾ PLD – Preço de Liquidação de Diferenças; ⁽²⁾ MRE – Mecanismo de Realocação de Energia; (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores e do início de novos contratos; (ii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrente do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 2.726/2020, de 14 de julho de 2020; e (iii) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal	(51)	(45)
Material	(328)	(356)
Serviços de terceiros	(359)	(333)
Juros sobre obras em andamento	(7)	(9)
Obrigações especiais	23	13
Outros	(10)	(10)
Total	(732)	(740)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas com vendas		Outras receitas e despesas administrativas		Total
Pessoal (nota 6.1)	(168)	(22)	(104)	(294)	
Administradores	-	-	(5)	(5)	
Serviços de terceiros	(200)	(48)	(89)	(337)	
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(249)	-	(39)	(288)	
Combustível para produção de energia	(11)	-	-	(11)	
Provisão para processos judiciais	-	-	(40)	(40)	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)	
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(56)	-	(27)	(83)	
Total	(684)	(70)	(307)	(1.061)	

	Despesas com vendas		Outras receitas e despesas administrativas		Total
Pessoal (nota 6.1)	(151)	(21)	(91)	(263)	
Administradores	-	-	(4)	(4)	
Serviços de terceiros	(243)	(49)	(84)	(376)	
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(221)	-	(36)	(257)	
Combustível para produção de energia	(9)	-	-	(9)	
Provisão para processos judiciais	-	-	(39)	(39)	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)	
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(29)	(1)	(2)	(32)	
Total	(653)	(71)	(260)	(984)	

6.1. Custo e despesa de pessoal:

	2020	2019
Remunerações	(140)	(134)
Encargos sociais	(60)	(57)
Auxílio alimentação	(29)	(25)
Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios	(19)	(18)
Férias e 13º salário	(29)	(27)
Plano de saúde	(24)	(24)
Participação nos resultados	(43)	(17)
(-) Transferências para ordens	59	48
Outros	(9)	(9)
Total	(294)	(263)

6.2. Depreciação e amortização:

	2020	2019
Quota de depreciação e amortização no exercício	(295)	(267)
(-) Crédito PIS/COFINS	7	10
Depreciação e amortização residual no resultado	(288)	(257)

6.3. Outras (despesas)/receitas operacionais

	2020	2019
Despesas de viagem	(5)	(6)
Multa contratual	56	57
Perdas / alienação / desativação	(60)	(40)
Material	(44)	(33)
Multas regulatórias	(22)	(6)
Outros	(8)	(4)
Total	(83)	(32)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	18	25
(-) Tributos sobre receita financeira	(7)	(6)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	112	39
Atualização de depósitos judiciais	1	2
Atualização do ativo financeiro setorial	-	7
Outras receitas financeiras	5	21
Total	129	88

Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(257)	(287)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(11)	(14)
Atualização do passivo financeiro setorial	(7)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(47)	(25)
Outras despesas financeiras (ii)	(76)	(74)
Total	(398)	(400)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c) (iii)	(945)	(361)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c)	351	318
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3.b)	(359)	(346)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3.b) (iii)	981	375
Perdas com variações cambiais e monetárias	(11)	(14)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1	2
Total	18	(26)
	(251)	(338)

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (ii) Refere-se principalmente, à amortização da cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e (iii) Aumento do euro e do dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa do derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	283	232
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(96)	(79)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	26	32
Incentivos fiscais (nota 8.1.4 (a))	31	12
Excesso de previdência privada	(12)	(12)
Outras adições (reversões) permanentes	(15)	(4)
Tributos sobre o lucro	(66)	(51)
Alíquota efetiva	23%	22%
Corrente	(17)	(3)
Diferido	(49)	(48)

8.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2020	2019
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	44	63

10.1. Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrado como segue:

	2020		2019	
	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível
Residencial	664	(316)	616	(273)
Comercial	211	(64)	251	(52)
Industrial	109	(61)	117	(53)
Rural	97	(40)	100	(43)
Poder público	126	(27)	137	(20)
Iluminação pública	125	(14)	110	(17)
Serviços públicos	65	(8)	68	(9)
Não faturado	325	(4)	183	(2)
Total	1.722	(534)	1.582	(469)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2020		2019	
	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível
A vencer	679	(20)	658	(16)
Saldos vencidos:	1.043	(514)	924	(453)
90 dias	295	(37)	293	(27)
entre 91 e 180 dias	84	(30)	84	(27)
entre 181 e 360 dias	165	(65)	129	(54)
acima de 361 dias	499	(382)	418	(345)
Total	1.722	(534)	1.582	(469)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 228 (R\$ 119 líquido de baixa efetiva dos recebíveis incorríveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

10.2. Variação das Perdas de Créditos Esperadas – PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(487)	(449)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(172)	(126)
Baixa efetiva dos recebíveis incorríveis	109	88
Saldo final do exercício	(550)	(487)

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para Perdas de Créditos Esperadas (PCE) totalizaram R\$ 172 (R\$ 126 em 31 de dezembro 2019), refletindo principalmente os impactos da COVID-19 de R\$ 33. 10.3.

Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para as grandes consumidoras há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	Obri- gações	Efeito líquido	Obri- gações	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia	133	(41)	133	(370)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	(14)	-	(145)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	59	-	59	27
TUST	4	(2)	2	39
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	-	(10)
Outros	-	-	2	-
Componentes financeiros e subsídios				
Repasses de sobrecontratação	-	(42)	(42)	(125)
Risco hidrológico	-	(146)	-	(105)
Recomposição Energia Termope	57	-	57	57
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(163)	(163)	(116)
Diferimento de reajuste	-	(5)	(5)	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	8	-	8	8
Passivo conta COVID	-	(58)	(58)	-
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	(11)	(11)	-
Outros	2	-	2	-
Total	263	(482)	(219)	506
Valores homologados pela ANEEL	21	(72)	(45)	186
Valores a serem homologados pela ANEEL	236	(410)	(174)	320
Total	263	(482)	(219)	506
Ativo circulante	-	-	-	112
Passivo circulante	-	(54)	-	(107)
Passivo não circulante	-	(165)	-	-

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	684	(521)	163
Constituição	700	(566)	134
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(724)	425	(299)
Atualização monetária	28	(21)	7
Transferências	(182)	182	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	506	(501)	5
Constituição	1.415	(1.068)	347
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(1.243)	1.145	(98)
Atualização monetária	17	(24)	(7)
Antecipação conta COVID (i)	(433)	(22)	(455)
Transferências	1	(12)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263	(482)	(219)

(i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 455 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidora de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais. **11.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1. Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	2.130	1.742
Baixas	(5)	(3)
Reversão	-	4
Transferência - ativo contratual ⁽ⁱ⁾	435	313
Transferência - ativo intangível	12	4
Transferência - outros	4	-
Ajustes a valor justo	104	70
Saldo final do exercício	2.680	2.130

⁽ⁱ⁾ Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

12.2. Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos de contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	886	714
Adições ⁽ⁱ⁾	737	756
Baixas	(12)	(11)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽ⁱⁱ⁾	(453)	(286)
Transferências - ativos financeiros ⁽ⁱⁱ⁾	(435)	(313)
Transferências - outros	8	26
Saldo final do exercício	731	886
Custo	762	913
Obrigações especiais	(31)	(27)

⁽ⁱ⁾ Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. **12.3. Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,13%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.336
Baixas	(16)
Amortização	(294)
Transferências - ativo financeiro ⁽ⁱ⁾	(12)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	453
Transferências - outros	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461
Custo	5.443
Amortização acumulada	(2.804)
Obrigações especiais	(178)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.327
Baixas	(13)
Amortização	(263)
Transferências - ativo financeiro ⁽ⁱ⁾	(4)
Transferências - ativo contratual ⁽²⁾	286
Transferências - outros	3
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.336
Custo	5.074
Amortização acumulada	(2.551)
Obrigações especiais	(187)

⁽ⁱ⁾ Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração. ⁽²⁾ Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. **13.1. Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Energia elétrica	561	461
Encargos de uso da rede	122	43
Materiais e serviços	147	138
Energia livre	53	50
Total	883	692
Circulante	830	642
Não circulante	53	50

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários	2.034	1.586
Agências de fomento	1.272	936
Mercado de capitais	2.158	2.145
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	5.464	4.667
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (a))	(541)	(253)
(+) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(728)	(261)
(+) Títulos e valores mobiliários	(29)	(26)
Dívida líquida	4.166	4.127

⁽ⁱ⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas. **15.2. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos capitais, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro (“R\$”) e Dólar norte-americano (“US\$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Dominados em R\$	3.734	3.280
Indexados às taxas flutuantes	3.696	3.191
Indexados às taxas fixas	38	89
Dominados em US\$	1.250	1.068
Indexados às taxas flutuantes	242	750
Indexados às taxas fixas	1.008	318
Dominados em outras moedas	507	361
Indexados às taxas fixas	507	361
(-) Depósitos em garantia	(9)	(18)
(-) Custo de transação	(18)	(24)
Total	5.464	4.667
Passivo circulante	1.244	870
Passivo não circulante	4.220	3.797

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	174,1%	114,4%
Custo médio em taxa Pré	4,7%	6,7%
Saldo da dívida	5.464	4.667
Instrumentos financeiros derivativos	(541)	(253)
Dívida total líquida de derivativos	4.923	4.414

⁽²⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽³⁾	Juros ⁽³⁾	Instrumentos derivativos	Total
2021	1.168	226	(255)	1.139
2022	1.185	246	(182)	1.249
2023	675	178	21	874
2024	905	128	24	1.057
2025	1.281	61	(203)	1.139
Entre 2026 e 2030	368	35	-	403
Total	5.582	874	(595)	5.861

⁽³⁾ O valor estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	4.667	4.715
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	1.336	955
Amortização de principal	(1.214)	(1.093)
Custo de captação	(2)	(5)
Pagamento de encargo de dívida	(181)	(254)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	9	(2)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	255	308
Variação cambial (nota 7)	601	488
Marcação a valor justo (nota 7)	(7)	(5)
Saldo final do exercício	5.464	4.667

Em 2020, as operações relevantes captadas pela Companhia foram de US\$ 115 (R\$ 500) com prazo de vencimento de 5 anos captados junto ao *Scotiabank* e R\$ 428 com prazo de vencimento de 5 anos captados junto ao EDC. Para a captação junto ao *Scotiabank* foi contratado *swap* cambial mitigando o efeito da exposição cambial de 100% dos fluxos.

d) Linhas de crédito

	Período do contrato	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$ 15/06/2022	1.622	559
Linhas de financiamento	US 26/01/2021	400	-
Total		2.022	559

e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contém cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro 2020 e 2019. **f) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,7% e 9,5%, respectivamente. **15.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo os riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção, a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:		
<i>Swap</i> de moeda - US\$ vs R\$	351	222
<i>Swap</i> de moeda - outras moedas vs R\$	166	13
<i>Swap</i> de taxas de juros - R\$	24	18
Exposição líquida	541	253
Ativo circulante	255	124
Ativo não circulante	297	133

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

			Benefício definido	
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(973)	794	(179)	
Custo do serviço	1	-	1	
Efeitos dos juros	(87)	73	(14)	
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-	
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	42	42	
Benefícios pagos pelo plano	100	(100)	-	
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(151)	-	(151)	
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receita de juros)	-	135	135	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.111)	945	(166)	
Custo do serviço	1	-	1	
Efeitos dos juros	(81)	70	(11)	
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-	
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	41	41	
Benefícios pagos pelo plano	100	(100)	-	
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(3)	-	(3)	
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receita de juros)	-	3	3	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.095)	960	(135)	
Planos deficitários	(1.095)	960	(135)	

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

			Benefício definido	
	Benefício definido	Contribuição definida	Total	
Custo do serviço	1	(7)	(6)	
Despesa com juros de passivos	(81)	-	(81)	
Receita com juros de ativos	70	-	70	
Total	(10)	(7)	(17)	
Alocação do custo do serviço:				
Resultado do exercício	1	(7)	(6)	
			Benefício definido	
	Benefício definido	Contribuição definida	Total	
Custo do serviço	1	(7)	(6)	
Despesa com juros de passivos	(87)	-	(87)	
Receita com juros de ativos	73	-	73	
Total	(13)	(7)	(20)	
Alocação do custo do serviço:				
Resultado do exercício	1	(7)	(6)	

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

			Benefício definido	
	Benefício definido	Benefício definido		
Saldo inicial	32	43		
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(3)	(151)		
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	3	135		
Efeito bruto	-	(16)		
Tributos sobre o lucro	-	5		
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	-	(11)		
Saldo final	32	32		
d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial				
			Benefício definido	
	Benefício definido	Benefício definido		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.095)	(1.111)		
Valor justo dos ativos	960	945		
Total ativo (passivo) líquido	(135)	(166)		
Passivo circulante	(63)	(19)		
Passivo não circulante	(72)	(147)		

Valor presente das obrigações atuariais	
Valor justo dos ativos	
Total ativo (passivo) líquido	
Passivo circulante	
Passivo não circulante	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos, nos montantes de R\$ 60 e R\$ 76, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com amortização mensal e vencimento em dezembro de 2023. e) **Outras informações dos planos de benefício definido**

(i) Ativos dos planos por categoria

			2020		2019	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	17	17	-	17	17
Outros	-	58	58	-	57	57
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - ações/quotas	21	-	21	21	-	21
Fundo de investimento - multimercado	25	-	25	24	-	24
Fundo de investimento - renda fixa	839	-	839	827	-	827
Total	885	75	960	871	74	945

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

			2020		2019	
	Benefício definido	Benefício definido				
2021	89					
2022	87					
2023	86					
2024	84					
2025	81					
Entre 2026 e 2030	365					
Total	792					

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 43 no exercício de 2021.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas: Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

			2020		2019	
	Benefício definido	Benefício definido				
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%						
Valor presente da obrigação atuarial	1.149	1.166				
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,90%	5,00%				
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,88	10,30				
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%						
Valor presente da obrigação atuarial	1.048	1.060				
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-4,30%	-4,58%				
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,27	9,64				

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

			2020		2019	
	Benefício definido	Benefício definido				
Taxa média nominal de desconto	7,04%	7,61%				
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,28%	5,04%				
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A				
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	4,00%				
<i>Duration</i> (em anos)	9,57	9,96				
Tábua de mortalidade	AT - 2000 masculina	AT - 2000 masculina				
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média				
Tábua de mortalidade de invalidos	AT-1983 masculina	AT - 1983 masculina				

(iv) **Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral** – O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *deficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de juros – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. **Investimentos e volatilidade** – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (‘ALM’). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). **Hipóteses atuariais e econômicas** – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) **Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de “Outros resultados abrangentes”. Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. **Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e por preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2019). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidades de ações):

			Total	
	Ordinárias	R\$	Acções	R\$
Neoenergia S.A.	66.022.550	587	400.375	4
Outros	280.143	2	342.066	3
Total	66.302.693	589	742.441	7

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

			2020		2019	
	Lucro básico e diluído por ação					
Lucro disponível aos acionistas ordinários	193	161				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	22	18				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	2	2				
Total	217	181				

			2020		2019	
	Em unidades de ações					
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.302.693	66.302.693				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.567.254	7.567.254				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	742.441	742.441				
Total	74.612.388	74.612.388				
Lucro básico e diluído por ação						
Ação ordinária (R\$)	2,91	2,43				
Ação preferencial A (R\$)	2,91	2,43				
Ação preferencial B (R\$)	3,20	2,67				

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), baseado nos

limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

			2020	
	Lucro líquido do exercício			
Reserva de incentivo fiscal	217			
Remuneração a distribuir	(32)			
Remuneração	185			
Mínima obrigatória	46			
Remuneração adicional	139			
Total	185			

			2020	
	Natureza da remuneração			
Dividendos	109			
JCP	76			
Total	185			

Remuneração total por ação

A Administração propôs ao Conselho de Administração referente ao exercício de 2020 o montante de R\$ 185, dos quais R\$ 109 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

			Valor por ação			
	Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2020						
	AGO de 30 de julho de 2020	Dividendos Adicionais 2019	75	1,0034628	1,0034628	1,1038091
	RCA de 22 de dezembro de 2020	Juros sobre Capital Próprio	76	1,0147331	1,0147331	1,1162064
			<u>151</u>			
2019						
	AGO de 15 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	45	0,6062187	0,6062187	0,6668405
	RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47	0,6292960	0,6292960	0,6922256
	RCA de 13 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47	0,6308626	0,6308626	0,6939488

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

			2020		2019	
	Saldo em 01 de janeiro					
Declarado no exercício	41					
Imposto de renda retido na fonte	151					
Pagos no exercício	(12)					
Total	(113)					
Saldo em 31 de dezembro	67					

19.3. **Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedging accounting* de fluxo de caixa. 19.4. **Reserva de capital: (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio:** Reserva no montante de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. (ii) **Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 455 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 433 (R\$ 421 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 380 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2019). 19.5. **Reserva de lucros: (i) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 68. (ii) **Reserva de incentivo fiscal:** Constitui a parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 332 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019). 19.6. **Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados a reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa. O Despacho ANEEL de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. A Companhia aderiu somente ao compartilhamento de recursos humanos, reconhecendo no resultado um custo incremental de R\$ 2. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1. Saldos em aberto com partes relacionadas:

20.1. Saldos em aberto com partes relacionadas:

	2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Outros ativos (b)/(c)/(d)	2	-	-	2	-	28	-	28
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>28</u>
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)	191	-	36	227	168	-	55	223
Benefícios a empregados (b)	-	-	60	60	-	-	76	76
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	58	9	67	-	36	5	41
Outros passivos (b)/(c)/(d)/(f)	4	16	-	20	-	-	-	-
	<u>195</u>	<u>74</u>	<u>105</u>	<u>374</u>	<u>168</u>	<u>36</u>	<u>136</u>	<u>340</u>

20.2. Transações com partes relacionadas

		2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	
Resultado do exercício									
Receita operacional, líquida (a)	3	-	-	3	2	-	-	2	
Custos dos serviços (a)	(1.321)	-	(290)	(1.611)	(1.169)	-	(260)	(1.429)	
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(2)	(1)	(7)	(10)	-	(1)	(9)	(10)	
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(44)	(7)	(51)	-	(46)	(8)	(54)	

ceiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards (NDF)* e opções. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado às taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	-	US\$ 139	2020	-	562
Ativo	-	US\$ 139	-	-	(439)
Passivo	-	R\$ 439	-	-	-
Líquido	-	-	-	123	(123)

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	US\$ 32	US\$ 33	2021	169	133
Ativo	US\$ 32	US\$ 33	-	(101)	(104)
Passivo	R\$ 101	R\$ 104	-	68	29
Líquido	-	-	-	68	29

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	US\$ 47	US\$ 47	2021	242	191
Ativo	US\$ 47	US\$ 47	-	(151)	(153)
Passivo	R\$ 151	R\$ 153	-	91	38
Líquido	-	-	-	91	38

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	US\$ 162	US\$ 47	2025	879	188
Ativo	US\$ 162	US\$ 47	-	(687)	(156)
Passivo	R\$ 656	R\$ 156	-	192	32
Líquido	-	-	-	192	32

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado às taxas fixas ou flutuantes (Euribor). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> EUR \$ pré vs R\$ pós	€ 80	€ 93	2022	521	375
Ativo	€ 80	€ 93	-	(355)	(362)
Passivo	R\$ 352	R\$ 363	-	166	13
Líquido	-	-	-	166	13

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>Swap</i> IPCA vs CDI	R\$ 108	R\$ 28	2022	117	114
Ativo	R\$ 108	R\$ 28	-	(93)	(96)
Passivo	R\$ 92	R\$ 96	-	24	18
Líquido	-	-	-	24	18

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via Opções e *NDF (Non-deliverable forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	
<i>NDF</i>	US\$ 2	-	2021 - 2023	-	-
Termo	US\$ 2	-	-	-	-
Líquido	-	-	-	-	-

Opções: O programa designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa se encerrou em julho de 2020 (R\$ 0,47 em 31 de dezembro de 2019), não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia. **Programa de *hedge* para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF (Non-Deliverable Forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,01 (R\$ 0,01 em 31 de dezembro de 2019) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **21.8. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nominal)		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
Dívida em Dólar	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(1.250)	(313)	(625)			
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		1.285	321	643			
Exposição Líquida				35	8	18			
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	6,3779	(508)	(127)	(254)			
<i>Swap</i> Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		521	130	260			
Exposição Líquida				13	3	6			

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nominal)		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(9)	2	4			
<i>NDF</i>		Queda do Dólar		9	(2)	(4)			
Exposição				(3)	1	2			
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro	6,3779	(3)	1	2			
<i>NDF</i>		Queda do Euro		3	(1)	(2)			
Exposição				-	-	-			

Em relação às *NDFs* a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nominal)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	714	13	(3)	(7)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(2.178)	(51)	(13)	(25)
<i>Swaps</i> Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(1.371)	(30)	(8)	(15)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(1.363)	(128)	(15)	(31)
<i>Swaps</i> IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	117	13	1	3
Dívida em <i>LIBOR</i> 3M	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	0,24%	(242)	(4)	-	-
<i>Swaps</i> <i>LIBOR</i> 3M x CDI (Ponta Ativa)	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	0,24%	242	5	-	-
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(150)	(6)	(1)	(1)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(5)	-	-	-

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	3.417	877
2023	3.518	883
2024	3.380	733
2025	3.337	848
2026	3.484	977
Entre 2027 e 2036	16.081	4.837

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que eventualmente excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de Dívidas: Em 02 de dezembro de 2020 e 23 de dezembro de 2020, a Companhia contratou junto a *Scotiabank* duas operações financeiras via 4131 com *Swap* considerando desembolso *forward* para 08 e 26 de janeiro de 2021. Cada operação foi contratada no montante de R\$ 200 e possuem prazo de 3 anos com pagamento de principal no vencimento e juros semestrais.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Armando Martínez Martínez Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Titulares	Francesco Gaudio Presidente José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Helder de Azevedo Alexandre Miranda Coelho Suplentes
DIRETORIA	CONTADORA
Saulo Cabral e Silva Diretor Presidente Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas Eduardo Capelastegui Saiz Diretor de Planejamento e Controle José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação	Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE	
Luciana Maximino Maia	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como ainda a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Armando Martínez Martínez
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e ainda a proposta da Administração de destinação dos resultados. Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho durante o exercício de 2020, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão nesse exercício, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal, na unanimidade de seus membros, opina favoravelmente pela aprovação por parte da Assembleia Geral de Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectiva proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Francesco Gaudio
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Luiz Otávio Nunes West
Odali Dias Cardoso

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG, relativamente às demonstrações financeiras da CELPE, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CELPE, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Recife, 01 de fevereiro de 2021.

Saulo Cabral e Silva
Diretor Presidente
Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas
Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
Recife - PE

Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível	
Veja as Notas 12 e 13 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativo de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Availamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível, dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com contrato de concessão. Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato, entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização requerido pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ativo	
Veja a nota 8 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ativo sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 1.294.530 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e divulgações relacionadas do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ativo nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes à dedutibilidade da amortização do ativo durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), conteúdo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvermos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos	
Veja as notas 7, 15 e 21 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvermos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos hedges e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião

o apurado em 2019, chegando a R\$ 1.848 milhões.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 157 milhões no 4T20 e de R\$ 524 milhões em 2020, um desempenho 9% e 10% melhor, respectivamente, que o registrado nos mesmos períodos de 2019. A Elektro continua absorvendo tanto o crescimento da base de clientes (+2,2% vs. 2019) quanto à inflação do período.

No 4T20, a PECLD foi de R\$ 8 milhões, melhor em R\$ 21 milhões em relação ao 4T19, explicada por reversões de valores provisionados, o que demonstra êxito das ações de cobrança. Já em 2020, a PECLD foi de R\$ 136 milhões, R\$ 42 milhões acima de 2019, ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 372 milhões, incremento de 30% vs. 4T19 e em 2020 foi de R\$ 1.188 milhões, R\$ 40 milhões acima de 2019. Este resultado demonstra a retomada da atividade econômica.

Vale destacar que o Ebitda em 2020 foi impactado negativamente em R\$ 69 milhões em razão dos efeitos da Covid-19. O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 225 milhões (+80% vs. 4T19) e R\$ 592 milhões no acumulado (+20% vs. 2019), explicados pela melhora do EBITDA e do resultado financeiro.

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	225	125	100	80%	592	495	97	20%
Despesas financeiras (B)	(84)	(87)	3	(3%)	(272)	(319)	47	(15%)
Receitas financeiras (C)	39	25	14	56%	119	121	(2)	(2%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	9	(7)	16	(229%)	30	(35)	65	(186%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(49)	(36)	(13)	36%	(235)	(200)	(35)	18%
Depreciação e Amortização (F)	(62)	(56)	(6)	11%	(238)	(220)	(18)	8%
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	372	286	86	30%	1.188	1.148	40	3%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	5	7	(2)	(29%)	18	33	(15)	(45%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(37)	(47)	10	(21%)	(137)	(231)	94	(41%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(4)	(29)	25	(86%)	(4)	(35)	31	(89%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	36	9	27	300%	94	70	24	34%
Variações monetárias e cambiais - outros	(1)	-	(1)	-	(1)	-	(1)	-
Atualização provisão para contingências/ depósitos judiciais	-	(28)	28	(100%)	(32)	(44)	12	(27%)
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	(1)	5	(6)	(120%)	2	11	(9)	(82%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(38)	(15)	(23)	153%	(67)	(72)	5	(7%)
Total	(36)	(69)	33	(48%)	(123)	(233)	110	(47%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 36 milhões no 4T20 (+R\$ 33 milhões vs. 4T19) e de -R\$ 123 milhões em 2020 (+R\$ 110 milhões vs. 2019). As variações, tanto no trimestre quanto no ano, são explicadas pelo aumento do acréscimo moratório que é reajustado por IGPm, e por menor despesa com encargos de dívida, devido à redução de 3,20 p.p. do CDI, principal indexador da dívida da Elektro (77% do seu endividamento está atrelado ao CDI).

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2020 e 2019:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
TJLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD*	1,1660	0,1559	1,01
IPCA*	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1)

6. INVESTIMENTOS

No 4T20, a Elektro realizou CAPEX de R\$ 185 milhões, atingindo, em 2020, o montante de R\$ 635 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos.

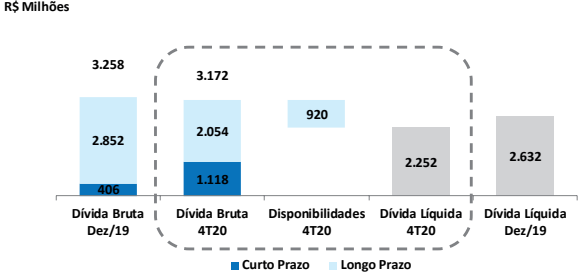
INVESTIMENTOS REALIZADOS		ELEKTRO	
Natureza Investimento (Preço concorrente - valores em R\$ MM)	4T20	2020	
Expansão de Rede	(104)	(361)	49%
Novas Ligações	(52)	(185)	
Novas SE's e RD'S	(52)	(176)	
Renovação de Ativos	(35)	(139)	22%
Melhoria de Rede	(24)	(80)	13%
Perdas e Inadimplência	(6)	(24)	4%
Outros	(44)	(80)	13%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	43	(39)	
(=) Investimento Bruto	(171)	(722)	
SUBVENÇÕES	28	48	
(=) Investimento Líquido	(143)	(674)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(43)	39	
(=) CAPEX	(185)	(635)	
BAR	(44)	(80)	12%
BRR	(170)	(603)	89%

O Capex realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de Capex reflete a política da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

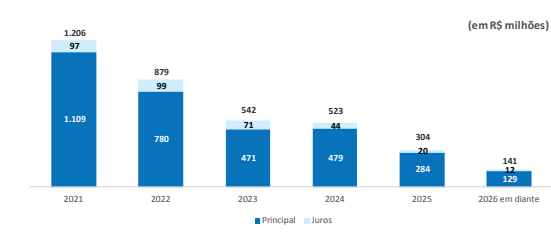
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Elektro, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 3.172 milhões (dívida líquida R\$ 2.252 milhões), apresentando uma redução de 17% (R\$ 462 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação a segregação do saldo devedor, a Elektro possui 65% da dívida contabilizada no longo prazo e 35% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020.



8. RATING

Em 06 de Abril de 2020, a agência de ratings Standard & Poor´s – S&P confirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil. Vale dizer que em função da pandemia do covid-19, a agência alterou a perspectiva do rating soberano de positiva para estável, o que fez com que a perspectiva global da Neoenergia e suas subsidiárias também tenham sido alteradas para estável.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Conta-Covid

Em 03 de julho de 2020, a Elektro aderiu à operação financeira Conta-Covid, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020, no montante de R\$ 614,3 milhões, os quais estão lastreados, integralmente, em ativos tarifários constituídos (CVA e demais financeiros). O cronograma de desembolso ocorreu da seguinte maneira:

Data do Desembolso	Montante (R\$ mil)
31/07/20	470.965
12/08/20	70.782
14/09/20	72.544
Total	614.291

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	2020	2019	2020 x 2019	
			Dif.	%
Convencional	2.180	2.179	1	0,0%
Baixa Renda	211	155	56	36,1%
Total	2.390	2.334	56	2,4%

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Elektro possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 129.616 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2020. O montante de Juros sobre Capital Próprio limitado a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2020 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do referido exercício será pago aos acionistas até 31/12/2021 e o saldo remanescente, referente ao montante excedente a 25% do payout, será pago aos acionistas em janeiro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Elektro Redes reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Elektro Redes.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

Integrado por cinco representantes titulares e um suplente dos acionistas, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem quadrimestralmen-

te para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente duas vezes por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou de dois Diretores Executivos.

Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo

O Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, é formado por três membros do Conselho de Administração efetivos ou suplentes, um dos quais ao menos deverá ser eleito entre os conselheiros independentes, quando existam.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como lives, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletrícistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-a para atuar como eletricitas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletrícistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Prêmio Corresponsáveis da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Nêos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito "continuar construindo, de forma corporativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível", capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

10.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro). O projeto "Conexão Digital" entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto "Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha" visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto "Corredor Verde", uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto "Energia do Futuro" caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página "Educação em tempos de pandemia", um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais inciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quinthenas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020 contou com investimento total de R\$ 21,36 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 47 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 55 mil lâmpadas em 388 instituições dessas comunidades;
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 1.077 professores e 45.940 alunos da área de concessão da Elektro sobre o tema de uso eficiente da energia;
- Execução de projetos de Eficientização de Unidades Residenciais na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 6 unidades com sistema solar fotovoltaicos, totalizando 24,36 kWp instalado;
- Execução de projetos de Eficientização de prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 219 unidades em São Paulo, totalizando mais de 46 mil lâmpadas substituídas;
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu em 2020 desconto de 50% para instalação de energia solar em 60 residências da área de concessão da Elektro, totalizando 222 kWp instalado;
- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 15 municípios da área de concessão da Elektro, com a substituição de 12.883 pontos de IP por tecnologia LED; e
- Execução de projeto de Eficientização de 4 Empresas de Saneamento no interior de São Paulo com a substituição de 894 lâmpadas e 27 refletores e previsão de substituição de bombas em 2021.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto "Sistema Inteligente de Armazenamento Energia " que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de ion lítio o excedente de energia; (ii) o projeto "Microrredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto "Conexão Digital" cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na Ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto "Sensor Inteligente para 69 kV" cujo equipamento de sensoramento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de "Transformador Inteligente e Qualimetro com oscilografia contínua", que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA DISTRIBUIDORA ELEKTRO

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020:

- Ranking Aneel:** As distribuidoras da Neoenergia (Celpe, Coelba, Cosern e Elektro) ficaram entre as 15 melhores do país na continuidade do fornecimento de energia elétrica, avaliado a partir do desempenho do DEC e FEC (Duração e Frequência das Interrupções). O ranking publicado, anualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou os níveis históricos atingidos pela qualidade dos serviços de distribuição no Brasil em 2019.
- Prêmio Cliente S.A. 2020:** Pelo segundo ano consecutivo, as distribuidoras da Neoenergia, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro conquistaram o Primeiro Cliente SA. As empresas foram reconhecidas com o case: Central da Experiência do Cliente.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T20	2020	4T19	2019	
(+) Receita líquida	2.054	6.833	1.827	6.773	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(80)	(108)	(33)	(231)	Nota 3
(-) Outras receitas	(18)	(78)	(14)	(66)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(2)	7	2	9	
= RECEITA Operacional Líquida	1.954	6.654	1.782	6.485	
(+) Custos com energia elétrica	(1.354)	(4.238)	(1.074)	(4.240)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(143)	(676)	(253)	(649)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.497)	(4.914)	(1.327)	(4.889)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	80	108	33	231	Nota 3
= MARGEM BRUTA	537	1.848	488	1.827	
(+) Custos de operação	(149)	(592)	(158)	(613)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(14)	(45)	(3)	(23)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(76)	(196)	(80)	(226)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	62	238	56	220	Nota 6
(+) Outras receitas	18	78	14	66	Nota 3
(-) Outras receitas - Outras receitas	2	(7,0)	(2)	(9)	
= Despesa Operacional (PM50)	(157)	(524)	(173)	(585)	

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	6.833	6.773
Custos dos serviços		(5.506)	(5.502)
Custos com energia elétrica	4	(4.238)	(4.240)
Custos de construção	6	(676)	(649)
Custos de operação	5	(592)	(613)
Lucro bruto		1.327	1.271
Perdas de créditos esperadas	10	(136)	(94)
Despesas com vendas	6	(45)	(23)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(196)	(226)
Lucro operacional		950	928
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		119	121
Despesas financeiras		(272)	(319)
Outros resultados financeiros, líquidos		30	(35)
		(123)	(233)
Lucro antes dos tributos		827	695
Tributos sobre o lucro	8	(235)	(200)
Corrente		(176)	(114)
Diferido		(59)	(86)
Lucro líquido do exercício		592	495
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19.2		
Ordinária		2,90	2,43
Preferencial		3,19	2,67

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	592	495
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(185)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	63	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(122)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	17	22
Transferências de resultados realizados para o lucro líquido	1	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(6)	(4)
Total dos itens que serão reclassificados para o exercício	12	19
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(110)	19
Resultado abrangente do exercício	482	514

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	952	766	(12)	171	417	-	-	2.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	495	-	495
Outros resultados abrangentes	-	-	19	-	-	-	2	21
Destinações:								
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	354	(354)	-	-
Juros Sobre Capital Próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(143)	-	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	952	766	7	171	771	-	-	2.667
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	592	-	592
Outros resultados abrangentes	-	-	(110)	-	-	-	-	(110)
Destinações:								
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Juros sobre Capital Próprio (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(130)	-	(130)
Dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(425)	425	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	-	425	2.982

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. ("Elektro Redes" ou "Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato grosso do Sul, desde 2002. 1.1 **Coronavírus ("COVID-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2020, considerando o impacto atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*. Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutido a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado como segue:

Retração da demanda de mercado	2020
Perdas de créditos esperadas	(24)
Lucro operacional	(68)
Tributos sobre o lucro	23
Efeito líquido	(45)

c) **Medidas para resiliência operacional e financeira:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: (i) Postergação do recolhimento de tributos relativos às competências de abril e maio de 2020, tais como PIS e COFINS (RS 111) e FGTS (RS 3), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$ 114. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerados por essas medidas durante o 2º semestre de 2020; (ii) Adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro, contratados junto ao BNDES (*stand still*), proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$ 51 (base nominal) no exercício de 2020; (iii) Liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$ 49 para a Companhia, recebido em abril de 2020; (iv) A publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que a Companhia seja ressarcida integralmente por este desconto pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo; e (v) Adesão à CONTA-COVID: A Resolução ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020 dispõe sobre a CONTA COVID, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses. No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 614, os quais foram utilizados para efetuar a baixa contábil do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE (nota 11). Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros: (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário); (ii) Antecipação de captação de recursos junto a instituições financeiras, no montante de R\$ 260 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$

Ativo

	Notas	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	912	614
Contas a receber de clientes e outros	10	1.797	1.679
Títulos e valores mobiliários		8	11
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	214	75
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	59	28
Outros tributos a recuperar	8.3.1	51	48
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	36
Outros ativos circulantes		115	69
Total do circulante		3.156	2.560
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	32	23
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	616	319
Outros tributos a recuperar	8.3.1	70	85
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	337	339
Depósitos judiciais	16	87	90
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	2.773	2.250
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	560	627
Outros ativos não circulantes		43	43
Direito de uso		23	23
Intangível	13	1.581	1.523
Total do não circulante		6.122	5.322
Total do ativo		9.278	7.882
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	888	773
Empréstimos e financiamentos	15	1.331	478
Passivo de arrendamento		8	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	1	3
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	91	76
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	341	235
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	96	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	148	57
Provisões	16	30	-
Outros passivos circulantes	17	120	63
Total do circulante		3.054	1.694
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	2.669	3.170
Passivo de arrendamento		17	16
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	1	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	165	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	101	108
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	116	47
Provisões	16	161	174
Outros passivos não circulantes	17	12	6
Total do não circulante		3.242	3.521
Patrimônio líquido	18	2.982	2.667
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.278	7.882

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T20	2020	4T19	2019	
(+) PECLD	(8)	(136)	(29)	(94)	Demonstrações de resultado
EBITDA	372	1.188	286	1.148	
(+) Depreciação e Amortização	(62)	(238)	(56)	(220)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(36)	(123)	(69)	(233)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(49)	(235)	(36)	(200)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	225	592	125	495	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("ELEKTRO"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ELEKTRO e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ELEKTRO. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ELEKTRO sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	592	495
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	238	220
Baixa de ativos não circulantes	39	36
Tributos sobre o lucro	235	200
Resultado financeiro, líquido	123	233
Valor de reposição estimado da concessão	(108)	(231)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(33)	(36)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	104	118
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(5)	5
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	203	374
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	61	(140)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(15)	22
Outros ativos e passivos, líquidos	(33)	(80)
Caixa líquido proveniente das operações	1.401	1.216
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(146)	(191)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	25	(30)
Rendimento de aplicação financeira	18	33
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(194)	(124)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.101	901
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(683)	(667)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(10)	(8)
Resgate de títulos e valores mobiliários	12	6
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(681)	(669)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	260	389
- Pagamento dos custos de captação	(3)	(3)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(533)	(794)
- Obrigações especiais	29	23
Pagamento de principal - Arrendamentos	(8)	(9)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	190	47
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 19.2 (b))	(57)	(180)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(122)	(527)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	298	(295)
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614	909
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	912	614
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	9	21
Arrendamentos capitalizados	9	35
Adição e atualização de provisões capitalizadas	2	5
Adições de obrigações especiais - incorporados por meio de doações de bens	17	38
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	10	-

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	10.158	10.392
Perdas de créditos esperadas	(136)	(94)
	10.022	10.298
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(3.338)	(3.647)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.299)	(1.026)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(938)	(938)
	(5.575)	(5.611)
Valor adicionado bruto	4.447	4.687
Depreciação e amortização	(238)	(220)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.209	4.467
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.748	997
	1.748	997
Valor adicionado total a distribuir	5.957	5.464
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	234	242
Encargos sociais (exceto INSS)	17	23
Benefícios	150	139
Outros	(121)	(104)
Subtotal	280	300
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	46	46
ICMS	1.453	1.558
PIS/COFINS sobre faturamento	492	479
Tributos sobre o lucro	235	200
Obrigações intrasetoriais	987	1.156
Outros	6	5
Subtotal	3.219	3.444
Financiamentos		
Juros, variações cambiais e aluguéis	1.866	1.225
Subtotal	1.866	1.225
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	167	143
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	425	-
Reversão avaliação atuarial - Plano de pensão	-	(2)
Reserva de retenção de lucro	-	354
	592	495
	5.957	5.464

Valor adicionado distribuído

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

vancados'. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1 **Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros estão descritas na nota 21.7. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *h*

qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

<i>Ratings de longo prazo em escala nacional</i> ⁽¹⁾	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs		AAA	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFJ		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

1.2.2 Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância Segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2020 a 31/05/2021	585
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2020 a 31/05/2021	44
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	1.661
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/2020 a 16/06/2021	1
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira; são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
22.1	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9/CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7/CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39/CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requisitos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16/CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9/CPC 48; IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.818	5.599
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	4.004	3.644
Construção de infraestrutura da concessão	676	649
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE	31	330
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	25	175
Valor de reposição estimado da concessão ⁽¹⁾	108	231
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	418	(302)
Outras receitas	78	66
Receita operacional bruta	10.158	10.392
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.325)	(3.619)
Receita operacional líquida	6.833	6.773

⁽¹⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão e efeito da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") em 2019. A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia (nota 1.1 b (ii)). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2020:** Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.762) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 6,00% e 5,02%, respectivamente. Como resultado o reajuste médio na tarifa foi de 5,36%, sendo aplicado a partir de 27 de agosto de 2020.

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	GWh		RS	
	2020	2019	2020	2019
Residencial	5.099	4.773	3.538	3.640
Comercial	2.074	2.272	1.482	1.754
Industrial	1.219	1.480	784	1.036
Rural	1.115	1.080	511	519
Poder público	279	350	178	256
Iluminação pública	529	536	210	238
Serviços públicos	554	564	357	345
Consumo próprio	8	7	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	66	(23)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(2.827)	(2.650)
Subvenção à tarifa social	-	-	519	484
Total	10.877	11.062	4.818	5.599

O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medição provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020 (nota 1.1. c (iv)). **3.2. Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2020	2019
Consumidor livre	1.177	994
Consumidor cativo ⁽¹⁾	2.827	2.650
Total	4.004	3.644

⁽¹⁾ Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme resolução ANEEL de reajuste tarifário.

3.3. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

CVA e Neutralidade

Energia (i)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)
TUST (iv)
Neutralidade dos encargos setoriais
PROINFA

Componentes financeiros e Subsídios

Repasse de sobrecontratação (v)
Risco hidrológico
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo
Ressarcimento P&D
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR
Outros

Total

(i) **Energia:** Amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário e da redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE. (ii) **Encargos de Serviços do Sistema - ESS:** Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iii) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** Redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (iv) **TUST - Rede Básica:** Redução da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020 da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário. (v) **Repasse de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa decorre do resultado de sobras de 5,03% acima do requisito, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade em parte dos montantes que superaram os 5%; conforme previsto na REN nº 453/2011. Do total do custo de RS 8 relativo às sobras acima dos 5%; RS 1 foi registrado como involuntariedade decorrente da migração dos clientes para o ambiente livre, reменsando RS 7 registrado como passivo da exposição financeira ao mercado de curto prazo.

3.4. Deduções da receita bruta

	2020	2019
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.453)	(1.558)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(884)	(904)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
Total	(2.338)	(2.463)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾
Programa de Eficiência Energética - PEE
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT
Outros encargos

Total

⁽¹⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		RS	
	2020	2019	2020	2019
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	6.669	6.727	(1.165)	(1.759)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(336)	(247)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾	109	265	(258)	(342)
Contratos por cotas de garantia física	3.260	3.246	(357)	(333)
Energia adquirida contrato bilateral	-	178	-	(41)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	529	526	(151)	(121)
Energia Itaipu	2.833	2.801	(992)	(708)
Outros	261	264	(79)	(96)
Subtotal	13.661	14.007	(3.338)	(3.647)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	281	338
Total da compra para revenda de energia	13.661	14.007	(3.057)	(3.309)
Encargos de uso dos sistemas				
Encargos de rede básica (ii)	-	-	(1.013)	(833)
Encargos de conexão	-	-	(80)	(76)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(76)	6
Outros encargos	-	-	(130)	(123)
Subtotal	-	-	(1.299)	(1.026)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	118	95
Total dos encargos de uso dos sistemas	-	-	(1.181)	(931)
Total	-	-	(4.238)	(4.240)

⁽¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças

⁽²⁾ MRE - Mecanismo de Realocação de Energia

(i) Redução de geração térmica e volume de energia contratada; (ii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrente do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 7.226/2020, de 14 de julho de 2020; e (iii) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal	(135)	(128)
Material	(333)	(302)
Serviços de terceiros	(139)	(121)
Juros sobre obras em andamento	(10)	(9)
Obrigações especiais	46	22
Outros	(105)	(111)
Total	(676)	(649)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Custos de operação	(245)	(10)
Despesas com vendas	-	(64)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(57)	(15)
Depreciação e amortização	(226)	(12)
Provisão para processos judiciais	2	(25)
Impostos, taxas e contribuições	-	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.2)	(66)	(20)
Total	(592)	(45)

Pessoal (nota 6.1)⁽¹⁾

Administradores

Serviços de terceiros

Depreciação e amortização

Provisão para processos judiciais

Impostos, taxas e contribuições

Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.2)

Total

⁽¹⁾ Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1 Custo e despesa de pessoal

	2020	2019
Remunerações	(184)	(190)
Encargos sociais	(62)	(69)
Auxílio alimentação	(44)	(45)
Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios	(12)	(25)
Férias e 13º salário	(44)	(46)
Plano de saúde	(54)	(39)
Participação nos resultados	(39)	(30)
(-) Transferências para ordens	131	121
Outros	(11)	(17)
Total	(319)	(340)

6.2 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2020	2019
Seguros	(3)	(1)
Multa contratual	54	57
Perdas/alienação/desativação	(58)	(48)
Material	(43)	(37)
Arrendamento e aluguéis	-	(3)
Outros	(54)	(32)
Total	(104)	(64)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	18	33
(-) Tributos sobre receita financeira	(7)	(8)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	94	70
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Atualização do ativo financeiro setorial	2	11
Outras receitas financeiras	10	13
Total	119	121

Despesa financeira

Encargos brutos sobre instrumentos de dívida (i)
Atualização de provisões para processos judiciais
Outras despesas financeiras (ii)

	(168)	(196)
	(34)	(46)
	(70)	(77)
	(272)	(319)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c) (iii)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida (nota 15.2.c)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - (nota 15.3.b)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - (nota 15.3.b) (iii)
Perdas com variações cambiais e monetárias

Resultado financeiro, líquido

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (ii) Refere-se principalmente, à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e (iii) Aumento do euro e do dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa dos derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	827	695
Tributos sobre o lucro as alíquotas da legislação - 34%	(281)	(236)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	44	49
Incentivos fiscais (nota 8.1.4 (a))	3	2
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	(15)
Tributos sobre o lucro	(235)	(200)
Alíquota efetiva	28%	29%
Corrente	(176)	(114)
Diferido	(59)	(86)

2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020		2019	
	Perdas de créditos Contas a Receber esperadas, bivel (nota 10.2)	líquidos	Perdas de créditos Contas a Receber esperadas, bivel (nota 10.2)	líquidos

Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.375	(132)	1.243	1.256	(135)	1.121
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	26	-	26	50	-	50
Disponibilidade da rede elétrica	445	-	445	412	-	412
Subvenções e subsídios governamentais	84	-	84	89	-	89
Outros créditos	36	(5)	31	33	(3)	30
Total	1.966	(137)	1.829	1.840	(138)	1.702
Circulante			1.797			1.679
Não circulante			32			23

10.1. Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrado como segue:

	2020		2019	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas

Residencial	369	(47)	364	(65)
Comercial	113	(22)	128	(21)
Industrial	196	(45)	192	(43)
Rural	44	(5)	43	(5)
Poder público	42	(3)	47	(1)
Iluminação pública	22	-	24	-
Serviços públicos	50	(7)	47	-
Não faturado	539	(3)	411	-
Total	1.375	(132)	1.256	(135)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2020		2019	
	Recebeível	créditos esperadas	Recebeível	créditos esperadas

A vencer	990	(25)	873	(15)
Saldos vencidos:	385	(107)	383	(120)
90 dias	225	(20)	195	(18)
Entre 91 e 180 dias	37	(25)	51	(23)
Entre 181 e 360 dias	67	(47)	71	(47)
Acima de 361 dias	56	(15)	66	(32)
Total	1.375	(132)	1.256	(135)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 139 (R\$ 2 líquido da baixa efetiva dos recebíveis incorbráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(138)	(107)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(136)	(116)
Baixa efetiva dos recebíveis incorbráveis	137	85
Saldo final do exercício	(137)	(138)

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para Perdas de Créditos Esperadas (PCE) totalizam R\$ 136 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos da COVID-19 de R\$ 44.

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	Obri- gações	Efeito líquido	Obri- gações	Efeito líquido

CVA e neutralidade				
Energia	347	(80)	267	567
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	75	-	75	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	(16)	(14)	35
TUST	56	(16)	40	79
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(49)	(49)	-
Outros	5	-	5	21
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação	-	(70)	(70)	-
Risco hidrológico	-	(237)	(237)	-
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(223)	(223)	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	31	-	31	40
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	(6)	(6)	-
Outros	6	(37)	(31)	1
Total	522	(734)	(212)	743
Valores homologados pela ANEEL	82	(428)	(346)	510
Valores a serem homologados pela ANEEL	440	(306)	134	233
Total	522	(734)	(212)	743
Ativo circulante				36
Passivo circulante		(96)		(116)
Passivo não circulante		(116)		(47)

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.137	(785)	352
Constituição	571	(328)	243
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(1.049)	504	(545)
Atualização monetária	55	(44)	11
Transferências	29	(101)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	743	(754)	(11)
Constituição	1.436	(1.089)	347
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(867)	938	71
Atualização monetária	18	(16)	2
Antecipação conta COVID (i)	(808)	194	(614)
Transferências	-	(7)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	522	(734)	(212)

(i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 614 captados pela CCEE e repassados pela Conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais. Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao bimestre 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interps recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo, que foram aplicados sem previsão normativa expressa. Até a presente data, não houve decisão por parte da agência sobre o mérito da questão. A Companhia considera que a parcela abaixo do limite regulatório, equivalente à subcontratação involuntária, no montante de R\$ 14, será homologada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1 Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes à este direito contratual (nota 21.6 (ii)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	2.250	1.683
Baixas	(14)	(12)
Reversão	1	3
Transferência - ativo contratual (i)	428	345
Ajustes a valor justo	108	231
Saldo final do exercício	2.773	2.250

(i) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

A revisão tarifária ocorre a cada quatro anos na Companhia, tendo ocorrido a última em 2019. **12.2. Ativo Contratual:** Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2020	2019
Adições (i)	627	557
Transferências - intangíveis em serviço (ii)	674	657
Transferências - ativos financeiros (i)	(313)	(242)
	(428)	(345)
Saldo final do exercício	560	627

Custo
Obrigações especiais
(i) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil: Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	3.96%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.523
Baixas	(25)
Amortização	(230)
Transferências - Ativo contratual (i)	313
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581
Custo	3.573
Amortização acumulada	(1.779)
Obrigações especiais	(213)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.512
Baixas	(24)
Amortização	(209)
Transferências - Ativo contratual (i)	242
Transferências - outros	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.523
Custo	3.319
Amortização acumulada	(1.570)
Obrigações especiais	(226)

(i) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Energia elétrica	655	498
Encargos de uso de rede	132	60
Materiais e serviços	101	215
Total passivo circulante	888	773

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários	1.207	1.158
Agências de fomento	1.204	1.173
Mercado de capitais	1.589	1.317
Empréstimos e financiamentos (i)	4.000	3.648
(-) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3.a)	(828)	(391)
(i) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(912)	(614)
(i) Títulos e valores mobiliários	(8)	(11)
Dívida líquida	2.252	2.632

(i) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Dominados em R\$	1.996	1.790
Indexados à taxas flutuantes	1.962	1.742
Indexados à taxas fixas	34	48
Dominados em US\$	1.726	1.664
Indexados à taxas flutuantes	230	204
Indexados à taxas fixas	1.496	1.460
Dominados em outras moedas	289	206
Indexados à taxas fixas	289	206
Total	4.011	3.660
(-) Custo de transação	(11)	(12)
Passivo	4.000	3.648
Passivo circulante	1.331	478
Passivo não circulante	2.669	3.170

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI (i)	153,3%	114,0%
Custo médio em taxa pré	4,2%	6,7%
Saldo da dívida	4.000	3.648
Instrumentos financeiros derivativos	(828)	(391)
Dívida total líquida de derivativos	3.172	3.257

(i) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxos de pagamentos futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (i)	Juros (i)	Instrumentos derivativos	Total
2021	1.313	125	(232)	1.206
2022	1.024	96	(241)	879
2023	546	60	(64)	542
2024	705	37	(219)	523
2025	377	19	(92)	304
Entre 2026 e 2030	218	10	(87)	141
Total	4.183	347	(935)	3.595

(i) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	3.648	3.952
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	260	389
Amortização de principal	(533)	(794)
Custo de captação	(3)	(3)
Pagamento de encargo de dívida	(146)	(191)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	170	212
Variação cambial - nota 7	577	75
Transferências	-	(16)
Marcação a valor justo - nota 7	27	24
Saldo final do exercício	4.000	3.648

Em 2020, a Companhia contratou R\$ 260 através da emissão de debêntures.

d) Linhas de crédito

	Tipo	Moeda	Período do contrato	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$		15/06/2022	1.250	189
Total				1.250	189

e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Os principais parâmetros estão listados abaixo: **Consolidado da Controladora Neoenergia** • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2. Companhia; • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4 ou 3; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **f) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 5,1% e 9,7%, respectivamente. **15.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a

uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	1	-
Swap de moeda - US\$ vs R\$	732	386
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	95	5
Exposição líquida	828	391

Ativo circulante	214	75
Ativo não circulante	616	319
Passivo circulante	(1)	(3)
Passivo não circulante	(1)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus colaboradores benefícios de curto e benefícios de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
Salários, férias, 13º salário e encargos a pagar	88	76
Benefícios de curto prazo	3	-
Benefícios de longo prazo	165	-
Total	256	76
Passivo circulante	91	76
Passivo não circulante	165	-

18.1 Benefícios de longo prazo - pós-emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está aberto para novas adesões. O plano possui uma subnossa estruturada na modalidade de contribuição definida, na qual a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("curadores"). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos curadores e outras informações dos planos:

	2020		
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Condição financeira
Planos de benefício definido			
Fundação CESP - PSAP/Elektro	3.069	2.179	Aberto
Total	3.069	2.179	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativos (passivos) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.341)	1.480	(139)	-
Custo do serviço	(7)	-	-	(7)
Efeitos dos juros	(123)	136	(13)	-
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	80	(80)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(238)	-	143	(95)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	99	-	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.633)	1.642	(9)	-
Custo do serviço	14	-	-	14
Efeitos dos juros	(124)	125	(1)	-
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	86	(86)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (i)	(279)	-	10	(269)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	84	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.941)	1.773	-	(168)
Planos deficitários	(1.941)	1.773	-	(168)

(i) Em 2020, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência no valor de R\$ 317, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 22% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2020	2019
Custo do serviço	(6)	(4)
Efeitos de reduções/liquidações/modificações	23	-
Despesa com juros de passivos	(125)	(123)
Receita com juros de ativos	125	123
Total	17	(4)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2020	2019
Saldo inicial	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(279)	(238)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	84	99
Mudança de teto de ativo	10	139
Efeito bruto	(185)	-
Tributos sobre o lucro	63	-
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(122)	-
Saldo final	(122)	-

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	(1.941)	(1.633)
Valor justo dos ativos	1.773	1.642
Efeito do limite do ativo (teto)	-	(9)
Total ativo (passivo) líquido	(168)	-
Passivo circulante	(3)	-
Passivo não circulante	(165)	-

e) Outras informações dos planos de benefício definido:

(i) Ativos dos planos por categoria

	2020		2019	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	1	1
Investimento direto:				
Investimentos imobiliários	-	53	53	49
Outros	-	57	57	53
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - Ações/Quotas	318	-	318	295
Fundo de investimento - Multimercado	1.299	-	1.299	1.203
Fundos de investimento - Imobiliário	45	-	45	41
Total	1.662	111	1.773	1.539

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2020
	Benefício definido
2021	106
2022	107
2023	107
2024	107
2025	107
Entre 2026 e 2030	527
Total	1.061

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 3 no exercício de 2021.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas: Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2020	2019
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	2.075	1.754
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	6,90%	7,40%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	17,36	15,21
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.821	1.526
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(6,18%)	(6,59%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	15,88	13,87

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2020	2019
Taxa média nominal de desconto	7,25%	7,81%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,94%	6,65%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	16,60	14,53
Tábua de mortalidade	AT - 2000 masculina, suavizada em 10%	AT - 2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 Masculina	AT - 49 Masculina

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de juros - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. Investimentos e volatilidade - O conselho de curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. f) Política contábil e julgamentos críticos: Os planos de benefícios de longo prazo pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 952. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidade de ações):

	Ordinárias	R\$	Preferenciais	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Acionistas minoritários	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando

assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. 19.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro disponível aos acionistas ordinários	267	223
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	325	272
Total	592	495
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	2,90	2,43
Ação preferencial (R\$)	3,19	2,67

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2020	
	Remuneração	
Mínima obrigatória	148	
Remuneração adicional	444	
	592	
Natureza da remuneração		
Dividendos	462	
JCP	13	
	592	
Remuneração total por ação	3,06	

A Administração propôs ao Conselho de Administração referente ao exercício de 2020 o montante de R\$ 592, dos quais R\$ 425 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

	Valor por ação	
	ON	PN
Deliberação		
2020		
RCA de 22 de dezembro de 2020	130	0,635537
	130	0,699091
2019		
RCA de 28 de junho de 2019	76	0,372646
RCA de 18 de dezembro de 2019	67	0,328776
	143	0,361654

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro	57	116
Declarada no exercício	167	143
Imposto de renda retido na fonte	(19)	(22)
Pagos no exercício	(57)	(180)
Saldo em 31 de dezembro	148	57

19.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. 19.4. Reserva de capital: (i) Reserva especial de ágio: Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 364 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 325 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2019). (ii) Reserva de incentivo fiscal: Reserva no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. (iii) Outras reservas de capital: Reserva no montante de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. 19.5. Reserva de lucros: (i) Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 171. (ii) Reserva de retenção de lucro: Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é R\$ 771. 19.6. Política contábil: O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia e que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; e (iii) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa. O Despacho ANEEL de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. A Companhia aderiu somente ao compartilhamento de recursos humanos, reconhecendo no resultado uma redução no custo de R\$ 12. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: 20.1. Saldos em aberto com partes relacionadas:

	2020		2019	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total da Neoenergia
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	6	-	-	6
	6	-	-	6
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	2	-	22	24
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	147	1	148
Outros passivos (c)/(d)/(f)	5	20	-	25
	7	167	23	197

20.2 Transações com partes relacionadas

	2020		2019	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total da Neoenergia
Resultado do exercício				
Receita operacional, líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(16)	-	(190)	(206)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	12	-	(4)	8
Resultado financeiro líquido (c)	-	(22)	-	(22)
	(3)	(22)	(194)	(219)

20.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar para NeoSERV; (b) Contribuições ao fundo previdenciário dos funcionários ativos; (c) Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avaliada de instrumentos financeiros com cobrança de Fee por Aval com vencimento até 2020, corrigidos anualmente pela variação do IGP-M; (d) Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo; (e) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas; e (f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGP-M com vencimentos até 2020. 20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave): As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de Administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	5	5
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	1	5
Rescisões contratuais	-	1
Total	7	11

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020		2019	
	CA	VJORA	CA	VJORA
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	364	-	548	205
Títulos e valores mobiliários	-	-	8	-
Contas a receber de clientes e outros	1.966	-	1.840	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	426	404	112
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	36
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	2.773	-
Total	2.330	426	3.733	2.081
Passivos financeiros				
Fornecedores	888	-	773	-
Empréstimos e financiamentos	3.192	-	808	2.696
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	212	-	47	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2	-	3
Passivo de arrendamento	25	-	25	-
Total	4.317	2	808	3.541

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado. 21.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade). 21.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, estão demonstrados como segue:

|--|

todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 21.6. **Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa de valor justo dos instrumentos derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3. 21.7. **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado às taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
Ativo	US\$ 44	US\$ 51	2027	230	204	46
Passivo	R\$ 141	R\$ 164		136	(156)	
Líquido				94	48	

<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
Ativo	US\$ 105	US\$ 184	2020 a 2027	579	748	78
Passivo	R\$ 272	R\$ 520		(269)	(516)	
Líquido				310	232	

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
Ativo	US\$ 177	US\$ 177	2021 a 2022	942	728	224
Passivo	R\$ 612	R\$ 618		(614)	(624)	
Líquido				328	104	

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>Swap</i> EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
Ativo	€ 45	€ 51	2024	298	210	90
Passivo	R\$ 201	R\$ 201		(203)	(205)	
Líquido				95	5	

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, por tanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber recebido ou a pagar/pago
	2020	2019		2020	2019	
Desembolso USD			2020 a 2024			1
Termo	US\$ 9	US\$ 1		1	-	
Líquido				1	-	

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,2 (R\$ 0,5 em 31 de dezembro de 2019) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 21.8. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação (Saldo/Nocional)	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(1.726)	(432)	(863)
Exposição Líquida		Queda do Dólar		25	6	12
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(289)	(72)	(145)
Exposição Líquida		Queda do Euro		298	74	149
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1967	(48)	12	23
Exposição		Queda do Dólar		-	-	(23)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(1)	-	1
Exposição		Queda do Euro		1	-	(1)

Em relação às NDFs, a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	889	17	(4)	(8)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(1.264)	(31)	(8)	(15)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(1.221)	(24)	(6)	(12)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(516)	(52)	(6)	(12)
Dívida em <i>LIBOR</i> 6M	<i>LIBOR</i>	Alta da <i>LIBOR</i> 6M	0,26%	(230)	(3)	-	-
Swaps <i>LIBOR</i> 6M x CDI (Ponta Ativa)	<i>LIBOR</i>	Queda da <i>LIBOR</i> 6M	0,26%	230	3	-	-
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(67)	(3)	-	(1)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(115)	(8)	(1)	(3)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	3.341	703
2023	3.660	776
2024	3.960	883
2025	3.850	950
2026	3.938	1.052
Entre 2027 e 2036	17.087	5.011

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que eventualmente excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Armando Martínez Martínez Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Vicente Donizeti dos Santos Titulares Robson Machado da Silva Suplente	Francesco Gaudio Presidente Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Rafael Zanon Guerra de Araújo Ricardo Magalhães Gomes Titulares José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Helená Kerr do Amaral João Antônio de Oliveira Junior Suplentes
DIRETORIA	CONTADORA
Antonio Sérgio Casanova Diretor-Presidente Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas Eduardo Capelastegui Saiz Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação	Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE Luciana Maximino Maia

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Elektro Redes S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Armando Martínez Martínez – Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Vicente Donizeti dos Santos

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Elektro Redes S.A, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da ELEKTRO, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2020, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. O Conselheiro Fiscal, Sr. Ricardo Magalhães Gomes, apresentou ressalva, na forma da manifestação que ficará anexa à ata da reunião que apreciou as Demonstrações Financeiras 2020.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Francesco Gaudio
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Rafael Zanon Guerra de Araújo
Ricardo Magalhães Gomes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor-Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da ELEKTRO alusivas ao período findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da ELEKTRO relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Campinas, 01 de fevereiro de 2021.

Antonio Sérgio Casanova
Diretor Presidente e Diretor Executivo de Operações
Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores
Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas
Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Elektro Redes S.A.

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível	
Veja as Notas 12 e 13 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativo de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com contrato de concessão. Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato, entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização requerido pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na aquisição das ações da Companhia pela Iberdrola, nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 247.141 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, e divulgações relacionadas do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes à dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvermos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos	
Veja as Notas 7, 15 e 21 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvermos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos hedges e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obt

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em meio a um ano tão desafiador como 2020, que vai ser lembrado pelos efeitos da Pandemia de Covid-19, a Neoenergia manteve sua trajetória de crescimento constante, fruto de uma estratégia estruturada e um modelo de negócios sustentável e diversificado. Com disciplina de custos e constante busca por eficiência, mantivemos nosso OPEX no mesmo patamar de 2017, absorvendo a inflação, aumento do número de clientes e de headcount pela expansão do nosso portfólio de negócios. O EBITDA cresceu 14% em relação a 2019, enquanto o lucro líquido alcançou R\$2,8 bilhões, 26% superior ao verificado no ano anterior.

Após o forte impacto das medidas de restrição de mobilidade e a desaceleração da economia no segundo trimestre no setor elétrico, verificamos durante o resto do ano uma recuperação do mercado ao patamar de 2019, resultando em uma retração de 1,5% da energia injetada do ano. Com inovação e pioneirismo implementamos novos canais de atendimento e pagamento, impactando positivamente a inadimplência. Encerramos o ano com um índice de arrecadação 0,7 p.p. acima de 2019. Importante destacar que mesmo diante dos desafios operacionais impostos pela Pandemia asseguramos a qualidade do serviço atendendo os limites regulatórios.

Ao longo do ano investimos mais de R\$ 6,3 bilhões, aproximadamente 50% na expansão e modernização de redes de distribuição. No segmento de transmissão, energizamos, antes do prazo contratual, 359 km e a subestação Biguaçu, em Santa Catarina, agregando 400 MVA ao sistema elétrico brasileiro. Já nos negócios renováveis, demos prosseguimento a construção do complexo de Chafariz, na Paraíba, que se encontra dentro do cronograma, e iniciamos a mobilização de Oitis, com 95% do CAPEX e dos materiais e serviços contratados.

O ano de 2020 também foi importante na expansão da nossa atuação no País. Alinhados com a estratégia global e com plano de negócios baseado em eficiências, sinergia e na modernização das redes, adquirimos a Companhia Elétrica de Brasília (CEB), num investimento de R\$2,5 bilhões. Também arrematamos mais um lote de transmissão com mais de 80% na Bahia, área de concessão da Coelba, adicionando 1,1 mil km de redes e uma subestação de 400MVA ao portfólio, além de aprovarmos a construção do primeiro parque solar da Neoenergia, com 149 MW, no complexo de Luzia, na Paraíba.

Entendemos que nosso papel vai além dos resultados financeiros e atuamos fortemente no apoio no combate dos efeitos da Covid-19, promovendo ações de Eficiência Energética, doação de recursos hospitalares, insumos de higiene e alimentação aos mais vulneráveis. Por meio do Instituto Neoenergia, investimos mais de R\$ 9 milhões em projetos sociais, culturais e ambientais, sendo 47% com recursos próprios.

Ampliamos ainda nosso projeto de capacitação e desenvolvimento local, com a formação de quase 1,5 mil alunos em Escolas de Eletricistas, que promovem também a inclusão e diversidade com a formação de mulheres como eletricistas. Nossas práticas sustentáveis, compromisso com o meio ambiente e a geração de dividendos sociais são cada vez mais reconhecidas. Ingressamos na 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e na 11ª carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, e figuramos entre as empresas do selo Proética.

Acreditamos na responsabilidade do setor elétrico na recuperação da economia e continuaremos investindo em projetos que promovam a descarbonização, com a expansão de energias renováveis e iniciativas para eletrificação da economia, como o primeiro Corredor Verde do Nordeste, que permitirá a mobilidade elétrica entre seis capitais nordestinas.

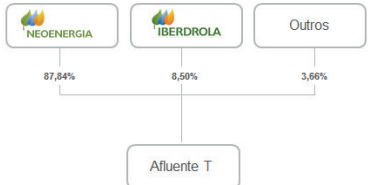
Os Resultados alcançados em 2020 são fruto de um trabalho planejado e do compromisso de um time engajado com os resultados comprometidos. Agradeço ao time da Neoenergia pela coragem, perseverança e responsabilidade e a nossos acionistas pela confiança.

Mario Jose Ruiz Tagle Larrain
Diretor-presidente da Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008. A base acionária atual da Companhia é composta pela controladora Neoenergia S/A (87,84%), Iberdrola Energia S/A (8,50%) e demais acionistas (3,66%).

Em 31de dezembro de 2020, a estrutura societária da Afluente T. era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2020 se iniciou desafiador, porém promissor. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em janeiro, a projeção inicial era de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de 2,3%. Pautas liberais (como as privatizações e outras reformas estruturantes) estavam previstas no calendário.

Entretanto, com a pandemia do novo Coronavírus, o cenário global sofreu mudanças drásticas.

Em meados de maio, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, porém, ao final do ano a expectativa do Relatório Focus do Banco Central já era de uma retração de 4,4%.

Na parte cambial, o dólar fecha 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$ 5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar mais alto do que os 7,32% registrados no ano anterior. A maior parte desse indicador é composta por commodities ligadas ao setor industrial (minério de ferro, cobre e alumínio), e, também, do agronegócio (milho e trigo). Com a desvalorização cambial, esses produtos, cotados em dólar, aumentaram muito de preço, pressionando o IGP-M para cima. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (vs. 4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de 1,5% em relação a 2019. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19 que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Transmissão

Em 30 de junho de 2020, a ANEEL homologou o resultado da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida – RAP da Afluente T. O índice de reposicionamento foi de -6,99 % aplicado a partir de 1º de julho de 2020 sobre a receita vigente conforme definido na Resolução Homologatória nº 2.708/2020-ANEEL. O valor final da RAP da Afluente T, englobando o resultado da Revisão Periódica e a inclusão da receita de ativos resultantes de novos reforços e melhorias, foi divulgado por meio da Resolução Homologatória nº 2.725/2020-ANEEL, em 14/07/2020, sendo posteriormente ajustado pelo Despacho nº 3.219/2020-ANEEL, de 17/11/2020. O valor final apresentou um recuo de 5,73% em relação a RAP do ciclo anterior.

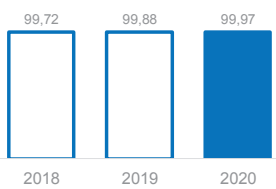
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)				
Linhas de Transmissão				
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1	BA	87,84%	13/09/2009	08/08/2027
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1			13/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2			02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2			19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1			24/11/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1			18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1			31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2			31/12/1990	
LT 138 KV Funil - Poções C-1			01/05/1993	
Subestações Rede Básica				
Tomba	BA	87,84%	31/12/1990	08/08/2027
Brumado II - 230/69kV			11/12/2002	
Itagibá			13/09/2009	

No 4T20, a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,93%, enquanto a disponibilidade em 2020 foi de 99,97%, representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%. As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.

AFLUENTE T – Taxa de Disponibilidade %



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)
Margem Bruta	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)
Despesa Operacional (PMO)	(8,1)	(6,5)	(1,6)	25%	(16,8)	(13,5)	(3,3)	24%
PECLD	-	(0,1)	0,1	(100%)	0,1	(0,1)	0,2	(200%)
EBITDA	0,9	4,0	(3,1)	(78%)	19,2	25,0	(5,8)	(23%)
Depreciação	-	-	-	-	(0,1)	-	(0,1)	-
Resultado Financeiro	0,1	0,7	(0,6)	(86%)	1,3	2,4	(1,1)	(46%)
IR CS	(0,3)	(0,5)	0,2	(40%)	(1,7)	(2,1)	0,4	(19%)
LUCRO LÍQUIDO	0,7	4,2	(3,5)	(83%)	18,7	25,3	(6,6)	(26%)

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

A Margem Bruta da Afluente T no 4T20 foi de R\$ 9 milhões, redução de 15% vs. 4T19 e no ano alcançou R\$ 35,9 milhões, redução de 7% vs. 2019, explicada pela redução de 5,73% da RAP quando comparada com seu ciclo anterior, conforme mencionado no item 3.1.

As Despesas Operacionais (PMO) registraram um incremento de 25% no trimestre e 24% no ano, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. Esta variação é reflexo do aumento de despesas com pessoal.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o 4T20 em R\$ 0,9 milhão e R\$ 19,2 milhões no acumulado do ano, redução de 78% e 23%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2019.

Considerando os fatores acima mencionados e as variações do Resultado Financeiro, que serão explicadas mais adiante, a Afluente T registrou lucro líquido de R\$ 0,7 milhão no 4T20, uma redução de 83% em relação ao 4T19. Já no ano, o lucro líquido foi de R\$ 18,7 milhões, 26% abaixo do ano anterior.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	0,7	4,2	(3,5)	(83,3%)	18,7	25,3	(6,6)	(26,1%)
Despesas financeiras (B)	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,2)	(0,2)	-	-
Receitas financeiras (C)	0,2	0,7	(0,5)	(71%)	1,5	2,6	(1,1)	(42%)
Imposto de renda e contribuição social (D)	(0,3)	(0,5)	0,2	(40%)	(1,7)	(2,1)	0,4	(19%)
Depreciação e Amortização (E)	-	-	-	-	(0,1)	-	(0,1)	-
EBITDA = (A-(B+C+D+E))	0,9	4,0	(3,1)	(77,5%)	19,2	25,0	(5,8)	(23,2%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhares)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	0,1	0,7	(0,6)	(86%)	1,4	2,5	(1,1)	(44%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,1)	(0,1)	-	-
Total	0,1	0,7	(0,6)	(86%)	1,3	2,4	(1,1)	(46%)

O Resultado Financeiro Líquido foi positivo em R\$ 0,1 milhão no 4T20, (redução de 86% vs. 4T19) e R\$ 1,3 milhão em 2020 (redução de 46% vs. 2019) devido à menor receita com aplicações financeiras em razão do menor saldo em caixa e da queda do CDI no período.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores do ano:

Índices	2019	2018	Δ	%
CDI	2,75%	5,96%	-3,21%	-53,86%
TJLP	4,87%	6,20%	-1,33%	-21,44%
USD¹	1,1660	0,1559	1,01	647,92%
IPCA²	4,24%	3,23%	1,01%	31,27%

Nota 1: Variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro

Nota 2: Considera a inflação contabilizada 12 meses (M-21)

8. INVESTIMENTOS

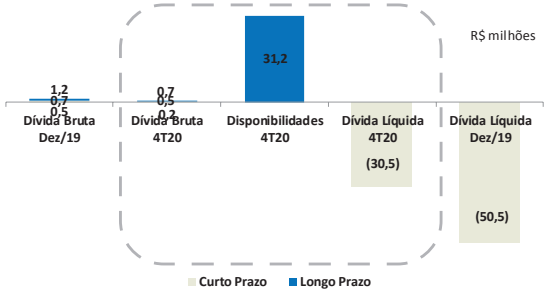
Em 2020 não houve investimentos em projetos de melhorias ou implementações em linhas e subestações de transmissão.

9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 0,7 milhões (dívida líquida negativa de R\$ 30,5 milhões), apresentando uma redução de 40% (R\$ 20 milhões) em relação a dezembro de 2019. Essa redução está atrelada, principalmente, à variação de R\$ 20,5 milhões no saldo de disponibilidades 2020 vs. 2019.

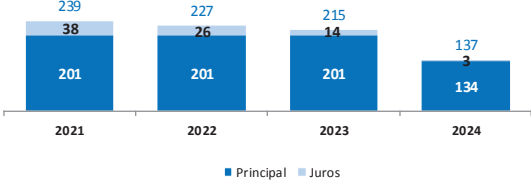
Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 72,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 27,5% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020.

AFLUENTE T (em R\$ mil)



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Afluente T possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- Dividendos adicionais no valor de R\$ 18.592 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de julho de 2020, pagos em 25 de agosto de 2020;
- Dividendos da conta de Reserva de Lucros no valor de R\$ 16.030 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de julho de 2020 e pagos em 25 de agosto de 2020;
- Dividendos intermediários no montante de R\$ 10.974 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2020 e pagos em 22 de outubro de 2020.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Afluente T reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Afluente T.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internamente para suportá-las foram executadas da forma adequada.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como lives, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricistas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Prêmio Corresponsáveis da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito “continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível”, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade>).

11.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro). O projeto “Conexão Digital” entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto “Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha” visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto “Corredor Verde”, uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

11.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lancou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais inciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

11.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de marco, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social. Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2020, a Afluente T destinou R\$ 8,9 mil no projeto de P&D na linha estratégica de Sustentabilidade do Negócio, denominado “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica”, que visa a instalação de uma planta-piloto de geração heliotérmica, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, localizada na região Oeste do Estado da Bahia.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita líquida	3	35.930	38.621
Custos dos serviços		<u>(12.631)</u>	<u>(13.006)</u>
Custos de operação	4	<u>(12.631)</u>	<u>(13.006)</u>
Lucro bruto		23.299	25.615
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		74	(95)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	<u>(4.202)</u>	<u>(559)</u>
Lucro operacional		19.171	24.961
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	1.456	2.585
Despesas financeiras	5	(188)	(184)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	<u>(4)</u>	<u>(8)</u>
		<u>1.264</u>	<u>2.393</u>

Lucro antes dos tributos		20.435	27.354
Tributos sobre o lucro		<u>(1.726)</u>	<u>(2.097)</u>
Corrente	6	(1.859)	(2.199)
Diferido	6	133	102
Lucro líquido do exercício		<u>18.709</u>	<u>25.257</u>
Lucro básico e diluído por ação – R\$:		0,30	0,40
As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>18.709</u>	<u>25.257</u>
As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta de		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	33.085	6.617	156.052	-	-	195.754
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.257	-	25.257
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários (nota 16.2)	-	-	-	(6.665)	-	(6.665)
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	(18.592)	18.592	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.085	6.617	156.052	-	18.592	214.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.709	-	18.709
Distribuição de dividendos (nota 16.2)	-	-	(16.030)	-	(18.592)	(34.622)
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários (nota 16.2)	-	-	-	(10.974)	-	(10.974)
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	(7.735)	7.735	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.085	6.617	140.022	-	7.735	187.459

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itigibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. Através da resolução autorizativa nº 8.949, publicada no dia 9 de junho de 2020, a Companhia foi autorizada a implantar reforços nas instalações da linha de transmissão de Funil – Poções II com alteração da tensão de operação da linha de 138kV para 230kV, com expectativa de conclusão da obra no início de 2022 e Receita Anual Permitida (RAP) adicional, que se inicia a partir da entrada em operação comercial, está prevista no montante de R\$2.310. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$40.283 (R\$42.732 para o ciclo 2019/2020). 1.1. **Corona vírus (“Covid-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia. **c) Medidas para resiliência operacional e financeira:** Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: (i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (RS246) e FGTS (RS179), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$425. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020. Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras; (ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de

ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades dada Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*; O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação 1.2.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos exce-

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 29/06/2020, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$118.191,25, dos quais R\$101.747,25 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$16.444,00 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

DRE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação		Correspondência nas notas explicativas
			R\$	%			R\$	%	
(+) Receita Líquida	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)	Demonstração de Resultado
Margem Bruta	9,0	10,6	(1,6)	(15%)	35,9	38,6	(2,7)	(7%)	
(-) Custos de Operação	(6,0)	(6,7)	0,7	(10%)	(12,6)	(13,0)	0,4	(3%)	Demonstração de Resultado
(-) Outras despesas gerais e administrativas	(2,1)	0,2	(2,3)	(1.150%)	(4,2)	(0,5)	(3,7)	740%	Demonstração de Resultado
= Despesa Operacional	(8,1)	(6,5)	(1,6)	25%	(16,8)	(13,5)	(3,3)	24%	
(+) PECLD	-	(0,1)	0,1	-	0,1	(0,1)	0,2	-	Demonstração de Resultado
EBITDA	0,9	4,0	(3,1)	(78%)	19,2	25,0	(5,8)	(23%)	
(-) Depreciação	-	-	-	-	(0,1)	-	(0,1)	-	Demonstração de Resultado
(+) Resultado Financeiro	0,1	0,7	(0,6)	(86%)	1,3	2,4	(1,1)	(46%)	Demonstração de Resultado
(-) IR CS	(0,3)	(0,5)	0,2	(40%)	(1,7)	(2,1)	0,4	(19%)	Demonstração de Resultado
Lucro Líquido	0,7	4,2	(3,5)	(83%)	18,7	25,3	(6,6)	(26%)	

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela AFLUENTE T, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da AFLUENTE T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da AFLUENTE T.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da AFLUENTE T sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.209	51.746
Contas a receber de clientes e outros	8	4.140	4.706
Outros tributos a recuperar		2	60
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	19.367	18.661
Outros ativos		379	183
Total do circulante		<u>55.097</u>	<u>75.356</u>
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		333	476
Depósitos judiciais	14	1.190	786
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	149.752	148.595
Imobilizado		1.129	93
Intangível		282	349
Total do não circulante		<u>152.686</u>	<u>150.299</u>
Total do ativo		<u>207.783</u>	<u>225.655</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	3.124	2.419
Empréstimos e financiamentos	11	203	511
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	15	563	20
Tributos sobre o lucro a recolher	6.3	317	289
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	12	876	537
Dividendos a pagar	16.2	244	125
Outros passivos	13	1.637	265
Total do circulante		<u>6.964</u>	<u>4.166</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	536	737
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	12	6.845	514
Tributos sobre o lucro diferidos	6.2	5.018	5.151
Provisões	14	796	740
Outros passivos	13	165	1
Total do não circulante		<u>13.360</u>	<u>7.143</u>
Patrimônio líquido	16		
Atribuído aos acionistas da Companhia		187.459	214.346
Total do patrimônio líquido		<u>187.459</u>	<u>214.346</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>207.783</u>	<u>225.655</u>
As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas		
Serviços de transmissão de energia e outros	42.470	41.866
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	74	(95)
	<u>42.544</u>	<u>41.771</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.508)	(13.498)
Valor adicionado líquido produzido	<u>31.036</u>	<u>28.273</u>
Depreciação e amortização	<u>(131)</u>	-
Valor adicionado líquido produzido	<u>30.905</u>	<u>28.273</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.456	2.585
Valor adicionado total a distribuir	<u>32.361</u>	<u>30.858</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações (incluindo férias e 13º salário)	2.650	26
Benefícios	1.339	-
Encargos sociais (exceto INSS)	559	9
	<u>4.548</u>	<u>35</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Tributos sobre o lucro	1.726	2.097
PIS/COFINS sobre faturamento	1.470	1.556
INSS (sobre folha de pagamento)	382	-
Obrigações intra-setoriais	5.055	1.669
Outros	173	(65)
	<u>8.806</u>	<u>5.257</u>
Financiamentos		
Juros e variações monetárias	192	192
Aluguéis	106	117
	<u>298</u>	<u>309</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos intermediários distribuídos	10.974	6.665
Dividendos adicionais propostos	7.735	18.592
	<u>18.709</u>	<u>25.257</u>
Valor adicionado distribuído	<u>32.361</u>	<u>30.858</u>
As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

dentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 11.2). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.2.b). 1.2.4. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody’s, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de

pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 8 de fevereiro de 2021. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.1. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.2	Tributos sobre o lucro diferidos
8	Perdas de crédito esperadas
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
14	Provisão para processos judiciais
18.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.5.1. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidência e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

2.5.2. Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

3. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2020	2019
Receita de operação e manutenção	14.425	14.611
Remuneração do ativo contratual	16.535	16.960
Contrato de conexão ao sistema de transmissão (“CCT”)	6.630	6.188
Outras receitas	4.880	4.107
Total receita bruta	42.470	41.866
(-) Deduções da receita bruta	(6.540)	(3.245)
Total receita operacional líquida	35.930	38.621
As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:	2020	2019

Impostos e contribuições		
PIS e Cofins correntes	(1.633)	(1.556)
PIS e Cofins diferidos	163	-
Imposto sobre Serviços – ISS	(15)	(20)
	(1.485)	(1.576)

Encargos setoriais		
Reserva global de reversão - RGR	(1.134)	(914)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(2.191)	(141)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(380)	(393)
Encargos do consumidor – PROINFA	(1.206)	(60)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(144)	(161)
	(5.055)	(1.669)
	(6.540)	(3.245)

3.1. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acréscidos de margem. A receita de remuneração do ativo contratual é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020		2019
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(2.107)	(2.823)	(4.930)
Material	(1.785)	-	(1.785)
Serviços de terceiros	(5.894)	(843)	(6.737)
Perda na desativação de bens	(2.199)	-	(2.199)
Depreciação e amortização	(59)	(72)	(131)
Outros custos e despesas	(587)	(464)	(1.051)
Total custos / despesas	(12.631)	(4.202)	(16.833)
	2019		
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(35)	-	(35)
Material	(2.438)	-	(2.438)
Serviços de terceiros	(7.234)	(545)	(7.779)
Perda na desativação de bens	(2.572)	-	(2.572)
Provisão para contingências	-	(4)	(4)
Outros custos e despesas	(727)	(10)	(737)
Total custos / despesas	(13.006)	(559)	(13.565)

A partir de dezembro de 2019 a Companhia passou a ter um quadro de funcionários para realização de atividades de operação e manutenção.

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.383	2.507
Outras receitas financeiras	73	78
	1.456	2.585

Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(53)	(86)
Atualização de provisões para processos judiciais	(56)	(47)
Outras despesas financeiras	(79)	(51)
	(188)	(184)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(4)	(8)
	(4)	(8)

Resultado financeiro, líquido

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

6.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020		2019	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	44.493	44.493	42.305	42.305
Presunção do tributo sobre o lucro	8%	12%	8%	12%
	3.559	5.339	3.384	5.076
Receita de serviço	291	291	275	275
Presunção do tributo sobre o lucro	32%	32%	32%	32%
	93	93	88	88
Base de cálculo presumida	3.652	5.432	3.472	5.164
Outras receitas	1.415	1.415	2.616	2.616
Base de cálculo para o tributo sobre o lucro	5.067	6.847	6.088	7.780
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%	25%	9%
Tributo sobre o lucro no exercício	(1.267)	(616)	(1.522)	(700)
Adicional de tributo sobre o lucro	24	-	23	-
Tributo sobre o lucro diferidos - ativo contratual	86	47	66	36
Tributo sobre o lucro no resultado	(1.157)	(569)	(1.433)	(664)
	(1.726)		(2.097)	

6.2. Tributos diferidos passivos: Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	2020		2019	
	Base de cálculo presumida	Tributo diferido	Base de cálculo presumida	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	13.036	3.258	13.380	3.345
Contribuição social	19.554	1.760	20.071	1.806
Total		5.018		5.151

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	5.151	5.253
Efeitos reconhecidos no resultado	(133)	(102)
Saldo final do exercício	5.018	5.151

6.3. Tributos correntes passivos

	2020	2019
Imposto de renda – IR	187	107
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSL	130	182
Tributo sobre o lucro a recolher	317	289
Circulante	317	289

6.4. Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro passivo são reconhecidos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, sendo compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	47	27
Fundos de investimento	31.162	51.719
	31.209	51.746

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020			2019		
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos		Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	
Receber						
Concessionárias	4.422	(282)	4.140	5.683	(977)	4.706
	4.422	(282)	4.140	5.683	(977)	4.706

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

como segue:	2020		2019	
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.110	(21)	4.634	(25)
Saldos vencidos:				
90 dias	55	(11)	85	(17)
entre 91 e 180 dias	7	(3)	28	(5)
entre 181 e 360 dias	8	(5)	7	(1)
acima de 360 dias	242	(242)	929	(929)
	4.422	(282)	5.683	(977)

8.1. Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(977)	(882)
Adições	(30)	(96)
Reversões	104	1
Baixa efetiva dos recebíveis incorbráveis	621	-
Saldo final do exercício	(282)	(977)

8.2. Políticas contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	167.256	170.572
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(18.661)	(17.704)
Remuneração do ativo contratual	16.535	16.960
Adições	6.188	-
Baixas	(2.199)	(2.572)
Saldo final do exercício	169.119	167.256
Circulante	19.367	18.661
Não circulante	149.752	148.595

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebra-dos entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Materiais e serviços	3.124	2.419
Total	3.124	2.419

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Caixa líquido de dívida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Agências de fomento	739	1.248
Empréstimos e financiamentos (nota 11.2(a))	739	1.248
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(31.209)	(51.746)
Caixa líquido de dívida	(30.470)	(50.498)

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro (“R\$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2020	2019
Denominados em R\$		
Indexados a taxas fixas	739	1.248
	739	1.248

Passivo circulante	203	511
Passivo não circulante	536	737

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual da dívida por moeda são as seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	209,3%	99,5%
Custo médio em taxa Pré	5,7%	5,8%
Saldo da dívida	739	1.248

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ²	Juros ³	Total
2021	201	38	239
2022	201	26	227
2023	201	14	215
2024	134	3	137
	737	81	818

(2) O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. **c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.248	1.976
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(508)	(727)
Pagamento de encargo de dívida	(54)	(87)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	53	86
Saldo final do exercício	739	1.248</

15. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	563	20
	563	20
Passivo circulante	563	20

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$33.085, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
Acionistas	Qtde.	%	R\$
Neoenrgia S.A.	55.416	87,84%	29.063
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812
Previ-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	1.446	2,29%	758
Minoritários	862	1,37%	452
Total	63.085	100,00%	33.085

16.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	63.085	63.085
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,30	0,40

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Reserva legal	-	-
Lucro líquido ajustado	18.709	25.257
Remuneração		
Remuneração mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	4.677	6.314
Remuneração adicional	14.032	18.943
	18.709	25.257

Natureza da remuneração

Dividendos intermediários	10.974	6.665
Dividendos adicionais propostos	7.735	18.592
	18.709	25.257
	0,30	0,40

Remuneração total por ação

Os valores pagos aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberado	Dividendos	Valor por ação
Valores pagos em 2019			
Primeira parcela – Dezembro	09/12/19	6.658	0,11
Base líquida paga ao acionista		6.658	0,11
Valores pagos em 2020			
Primeira parcela – Agosto	29/07/20	34.528	0,55
Segunda parcela – Outubro	18/09/20	10.949	0,17
Base líquida paga ao acionista		45.477	0,72

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	125	118
Dividendos distribuídos (¹)	34.622	-
Dividendos intermediários (²)	10.974	6.665
Dividendos pagos no exercício	(45.477)	(6.658)
Saldo em 31 de dezembro	244	125

(1) Em julho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$18.592, e; (ii) a transferência de R\$16.030 da conta de reserva de lucros a realizar para a conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$34.622, pagos no mês de agosto de 2020. (2) Em setembro de 2020 e em dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários nos montantes de R\$10.974 e R\$6.665, respectivamente, pagos nos meses de outubro de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente.

16.3. Reservas de lucros: **a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **16.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenrgia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um custo incremental de R\$2.059. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

a) Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenrgia e suas subsidiárias	
	2020	2019
Ativo		
Contas a receber e outros	1.882	2.090
Outros ativos	197	-
	2.079	2.090
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	7	390
Dividendos a pagar	244	125
Compartilhamento de pessoal	1.418	-
	1.669	515

b) Transações com partes relacionadas

	2020			2019		
	Subsidiárias Neoe-nergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoe-nergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional, líquida	17.826	-	17.826	17.661	-	17.661
Custo dos serviços	(1.283)	-	(1.283)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(2.059)	-	(2.059)	(4.631)	-	(4.631)
Resultado financeiro, líquido	-	(4)	(4)	-	(20)	(20)
	14.484	(4)	14.480	13.030	(20)	13.010

c) Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020		2019	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	47	31.162	27	51.719
Contas a receber de clientes e outros	4.422	-	5.683	-
Outros ativos financeiros	197	-	-	-
	4.666	31.162	5.710	51.719
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	3.124	-	2.419	-
Empréstimos e financiamentos	739	-	1.248	-
Outros passivos financeiros	1.709	12	189	-
	5.572	12	3.856	-

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

18.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7 – análise de sensibilidade. **18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2020	2019
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	31.162	51.719
	31.162	51.719

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

18.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020		2019	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	739	739	1.248	1.248

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **18.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se

todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,9%	31.162	592	(148)	(296)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Martínez Martínez - Presidente Titulares		
Solange Maria Pinto Ribeiro		
Rogério Aschermann Martins		
Leonardo Pimenta Gadelha		
Fulvio da Silva Marcondes Machado		

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Alessandro Alves		
Diretor Presidente		
Bruno Cavalcanti Coelho		
Leonardo Pimenta Gadelha		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure		
Diretor de Regulação		
Diretor de Gestão de Pessoas		
Eduardo Capelastegui Saiz		
Diretor de Planejamento e Controle		

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia - CRC-RJ-091476/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.** Rio de Janeiro- RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Afluente Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

(a) Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes	
Veja a Nota Explicativa nº 3 e 9 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance sifeitada ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo, com envolvimento de especialistas em finanças corporativas; iv) inspeção documental, em base amostral, dos gastos incorridos durante o exercício, e vi) a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito..

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 08 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em meio a um ano tão desafiador como 2020, que vai ser lembrado pelos efeitos da Pandemia de Covid-19, a Neoenergia manteve sua trajetória de crescimento constante, fruto de uma estratégia estruturada e um modelo de negócios sustentável e diversificado. Com disciplina de custos e constante busca por eficiência, mantivemos nosso OPEX no mesmo patamar de 2017, absorvendo a inflação, aumento do número de clientes e de headcount pela expansão do nosso portfólio de negócios. O EBITDA cresceu 14% em relação a 2019, enquanto o lucro líquido alcançou R\$2,8 bilhões, 26% superior ao verificado no ano anterior.

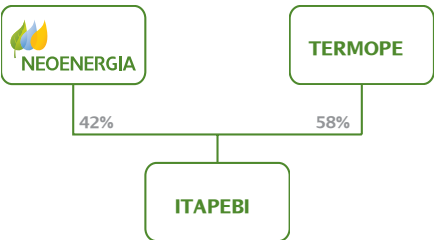
Após o forte impacto das medidas de restrição de mobilidade e a desaceleração da economia no segundo trimestre no setor elétrico, verificamos durante o resto do ano uma recuperação do mercado ao patamar de 2019, resultando em uma retração de 1,5% da energia injetada do ano. Com inovação e pioneirismo implementamos novos canais de atendimento e pagamento, impactando positivamente a inadimplência. Encerramos o ano com um índice de arrecadação 0,7 p.p. acima de 2019. Importante destacar que mesmo diante dos desafios operacionais impostos pela Pandemia asseguramos a qualidade do serviço atendendo os limites regulatórios.

Ao longo do ano investimos mais de R\$ 6,3 bilhões, aproximadamente 50% na expansão e modernização de redes de distribuição. No segmento de transmissão, energizamos, antes do prazo contratual, 359 km e a subestação Biguaçu, em Santa Catarina, agregando 400 MVA ao sistema elétrico brasileiro. Já nos negócios renováveis, demos prosseguimento a construção do complexo de Chafariz, na Paraíba, que se encontra dentro do cronograma, e iniciamos a mobilização de Oitis, com 95% do CAPEX e dos materiais e serviços contratados. O ano de 2020 também foi importante na expansão da nossa atuação no País. Alinhados com a estratégia global e com plano de negócios baseado em eficiências, sinergia e na modernização das redes, adquirimos a Companhia Elétrica de Brasília (CEB), num investimento de R\$2,5 bilhões. Também arrematamos mais um lote de transmissão, adicionando 1,1 mil km de redes e uma subestação de 400MVA ao portfólio, além de aprovarmos a construção do primeiro parque solar da Neoenergia, com 149 MW, no complexo de Luzia, na Paraíba. Entendemos que nosso papel vai além dos resultados financeiros e atuamos fortemente no apoio no combate dos efeitos da Covid-19, promovendo ações de Eficiência Energética, doação de recursos hospitalares, insumos de higiene e alimentação aos mais vulneráveis. Por meio do Instituto Neoenergia, investimos mais de R\$ 9 milhões em projetos sociais, culturais e ambientais, sendo 47% com recursos próprios. Ampliamos ainda nosso projeto de capacitação e desenvolvimento local, com a formação de quase 1,5 mil alunos em Escolas de Eletricistas, que promovem também a inclusão e diversidade com a formação de mulheres como eletricistas. Nossas práticas sustentáveis, compromisso com o meio ambiente e a geração de dividendos sociais são cada vez mais reconhecidas. Ingressamos na 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e na 11ª carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, e figuramos entre as empresas do selo Proética. Acreditamos na responsabilidade do setor elétrico na recuperação da economia e continuaremos investindo em projetos que promovam a descarbonização, com a expansão de energias renováveis e iniciativas para eletrificação da economia, como o primeiro Corredor Verde do Nordeste, que permitirá a mobilidade elétrica entre seis capitais nordestinas.

Os Resultados alcançados em 2020 são fruto de um trabalho planejado e do compromisso de um time engajado com os resultados comprometidos. Agradeço ao time da Neoenergia pela coragem, perseverança e responsabilidade e a nossos acionistas pela confiança.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de ITAPEBI, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG). Sua capacidade instalada é de 462,01 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 209,1 MW, os quais estão destinados ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a NC Energia S.A., cujo vencimento ocorrerá no segundo semestre de 2021. A Neoenergia detém 42% de participação acionária em Itapebi e os outros 58% são detidos por Termopernambuco - empresa do Grupo Neoenergia.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2020 se iniciou desafiador, porém promissor. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em janeiro, a projeção inicial era de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de 2,3%. Pautas liberais (como as privatizações e outras reformas estruturantes) estavam previstas no calendário.

Entretanto, com a pandemia do novo Coronavírus, o cenário global sofreu mudanças drásticas.

Em meados de maio, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, porém, ao final do ano a expectativa do Relatório Focus do Banco Central já era de uma retração de 4,4%.

Na parte cambial, o dólar fecha 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$ 5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar mais alto do que os 7,32% registrados no ano anterior. A maior parte desse indicador é composta por commodities ligadas ao setor industrial (minério de ferro, cobre e alumínio), e também do agronegócio (milho e trigo). Com a desvalorização cambial, esses produtos, cotados em dólar, aumentaram muito de preço, pressionando o IGP-M para cima. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (vs. 4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Em 11 de fevereiro de 2020, foi publicada a Portaria nº 59, definindo os parâmetros que devem ser utilizados na aplicação das métricas do critério geral de garantia de suprimento, para aferição da adequabilidade no atendimento à energia no Sistema, estabelecidas na Resolução CNPE nº 29, de 12 de dezembro de 2019: (i) o valor esperado condicionado da energia não suprida deve ser inferior à 5% e (ii) o valor esperado condicionado do custo marginal de operação deve ser inferior à R\$800/MWh. Já com relação à potência, (i) a probabilidade de perda de carga deve ser inferior à 5% e (ii) o valor esperado condicionado da insuficiência da oferta de potência também deve ser inferior à 5%.

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, sobre a repactuação dos riscos não hidrologicos que têm sido indevidamente assumidos pelos geradores do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. A Lei prevê compensação aos participantes do MRE pelo deslocamento da geração hidrelétrica em razão de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo e dos efeitos causados pelos empreendimentos estruturantes no que se refere a antecipação de garantia física durante a fase de motorização e restrições de escoamento da energia em função de atrasos das instalações de transmissão. A Lei prevê ainda a compensação de forma retroativa para os agentes que não tenham repactuado o risco hidrologico e desistam das ações judiciais que discutam a isenção ou mitigação de riscos hidrologicos. Os cálculos de ressarcimento e publicação dos valores pela ANEEL estão em andamento. A partir de então, os agentes poderão manifestar seu interesse em aderir a essa repactuação. Desta forma, em 2021, após a adesão dos geradores atualmente judicializados, terá início a regularização dos pagamentos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Eventuais pedidos de parcelamento dos pagamentos pelos geradores serão avaliados pela CCEE.

Em 4 de dezembro de 2020, foram publicadas as Resoluções Normativas ANEEL nº 898 e 899/2020, que consolidaram as novas regras de sazonalização da Garantia Física pelos geradores do MRE e do Alívio de Exposições Financeiras de Energia Secundária.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Itapebi apresentou um índice de disponibilidade de 99,72% no 4T20 vs. 95,12% no 4T19, aumento explicado pela diferença entre as penalidades geradas por indisponibilidade da usina, já que no 4T20 as indisponibilidades decorrentes das manutenções e modernizações realizadas foram expurgadas, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 614/2014. A Resolução prevê que as modernizações ocorridas após 120 meses do início da operação comercial e que tragam ganhos para o sistema são passíveis de expurgo. No 4T19, as manutenções ocorridas não se enquadravam nesse critério, penalizando o índice de disponibilidade da usina.

Em 2020, a média da disponibilidade foi de 99,28% vs. 95,97% em 2019, explicado pelo motivo supracitado e pela realização pontual de manutenção programada da usina no 3T19, culminando em uma menor disponibilidade em 2019.

As disponibilidades tanto do 4T20 quanto no ano estiveram acima do valor de referência da Usina, de 94,00%.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	65,3	44,2	21,1	47,7%	221,4	217,5	3,9	1,8%
Custos com Energia	22,1	(15,7)	37,8	(240,8%)	1,0	(54,9)	55,9	(101,8%)
MARGEM BRUTA	87,4	28,5	58,9	206,7%	222,4	162,6	59,8	36,8%
Despesa Operacional (PMSO)	(14,7)	(19,3)	4,6	(23,8%)	(50,6)	(58,8)	8,2	(13,9%)
EBITDA	72,7	9,2	63,5	690,2%	171,8	103,8	68,0	65,5%
Depreciação	(5,4)	(5,8)	0,4	(6,9%)	(21,9)	(20,8)	(1,1)	5,3%
Resultado Financeiro	(2,2)	(5,3)	3,1	(58,5%)	(16,8)	(14,0)	(2,8)	20,0%
IR/CS	(31,7)	3,9	(35,6)	(912,8%)	(53,6)	(17,3)	(36,3)	209,8%
LUCRO LÍQUIDO	33,4	2,0	31,4	1570,0%	79,5	51,7	27,8	53,8%

No 4T20 a Itapebi registrou margem bruta de R\$ 87,4 milhões, aumento de R\$ 58,9 milhões em relação ao 4T19 (+206,7%), fruto, principalmente, da repactuação do risco hidrologico que afetou a rubrica de custo com energia, além de um maior volume de energia alocada ao contrato de venda junto à Neoenergia Comercializadora (NC) (203 MWm 4T20 vs. 140 MWm 4T19), atrelado ao maior preço de venda (167 R\$/MWh 4T20 vs. 160 R\$/MWh 4T19), que foi corrigida pelo IPCA em janeiro de 2020.

Em 2020 a margem bruta foi de R\$ 222,4 milhões, +R\$ 59,8 milhões vs. 2019, explicada pela melhor geração e GSF no acumulado do ano, atrelado ao maior preço de venda do contrato de energia junto à NC.

No que tange às despesas, a usina segue apresentando eficiências em relação ao ano anterior, registrando R\$ 14,7 milhões no 4T20, redução de R\$ 4,6 milhões em relação ao 4T19 (-23,8%). Em 2020, o PMSO foi de R\$ 50,6 milhões, decréscimo de R\$ 8,2 milhões frente 2019 (-13,9%). Essa redução é explicada, principalmente, pela redução dos custos com viagens pela COVID-19 e pela postergação pontual de alguns serviços de engenharia.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o 4T20 em R\$ 72,7 milhões, +R\$ 63,5 milhões vs. 4T19. Já no acumulado do ano, alcançou R\$ 171,8 milhões, R\$ 68,0 milhões acima de 2019.

Considerando os fatores acima mencionados e as variações do Resultado Financeiro que serão explicadas mais adiante, a Itapebi registrou Lucro Líquido de R\$ 33,4 milhões no trimestre, aumento de R\$ 31,4 milhões em relação ao 4T19. Em 2020 o Lucro Líquido foi de R\$ 79,5 milhões, R\$ 27,8 milhões acima de 2019.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

EBITDA (R\$ milhões)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	33,4	2,0	31,4	1570,0%	79,5	51,7	27,8	53,8%
Despesas financeiras (B)	(3,3)	(5,1)	1,8	(35,3%)	(21,8)	(23,2)	1,4	(6,0%)
Receitas financeiras (C)	0,8	0,9	(0,1)	(11,1%)	3,6	10,0	(6,4)	(64,0%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	0,3	(1,1)	1,4	(127,3%)	1,4	(0,8)	2,2	(275,0%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(31,7)	3,9	(35,6)	(912,8%)	(53,6)	(17,3)	(36,3)	209,8%
Depreciação e Amortização (F)	(5,4)	(5,8)	0,4	(6,9%)	(21,9)	(20,8)	(1,1)	5,3%
EBITDA = A - (B+C+D+E+F)	72,7	9,2	63,5	690,2%	171,8	103,8	68,0	65,5%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	0,7	0,9	(0,2)	(22,2%)	3,5	4,5	(1,0)	(22,2%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1,1)	(3,7)	2,6	(70,3%)	(5,6)	(13,0)	7,4	(56,9%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(1,8)	(2,5)	0,7	(28,0%)	(14,7)	(5,5)	(9,2)	167,3%
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,3)	(0,7)	0,4	(57,1%)	(0,5)	(0,1)	(0,4)	400,0%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	4,1	(0,6)	4,7	(783,3%)	(2,2)	(2,6)	0,4	(15,4%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(5,6)	(1,2)	(4,4)	366,7%	(12,0)	(2,8)	(9,2)	328,6%
Total	(2,2)	(5,3)	3,1	(58,5%)	(16,8)	(14,0)	(2,8)	20,0%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 2,2 milhões no 4T20 (+R\$ 3,1 milhões vs. 4T19), melhora explicada pela queda de 0,77 p.p. do CDI, que é o indexador de 100% da dívida da Companhia, resultando em menores encargos de dívida. Em 2020 o Resultado Financeiro foi de -R\$ 16,8 milhões (-R\$ 2,8 milhões vs. 2019).

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
T JLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA²	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

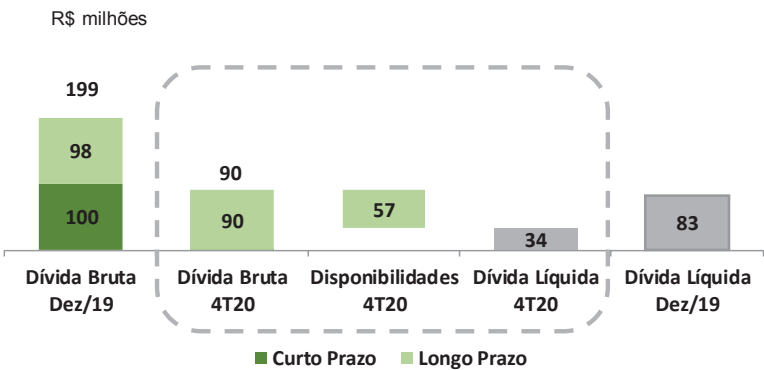
8. INVESTIMENTOS

Na Itapebi foram investidos R\$ 4,0 milhões no 4T20 e R\$ 7,1 milhões em 2020, redução de R\$ 22,1 milhões vs. 4T19 e de R\$ 23 milhões vs. 2019, em virtude de investimentos de caráter socioambiental para a renovação da licença de operação da usina em 2019.

9. ENDIVIDAMENTO

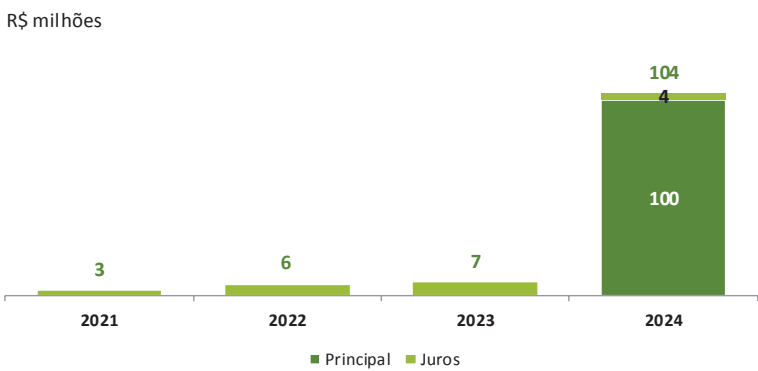
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta, incluindo empréstimos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 90 milhões (dívida líquida de R\$ 34 milhões), apresentando uma redução de 54,6% (R\$ 109 milhões) em relação a dezembro de 2019. Itapebi possui 99,8% da dívida contabilizada no longo prazo e 0,2% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 30 de dezembro de 2020.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 33.683 mil, pagos em 26 de maio de 2020, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2020.

(ii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

- R\$ 7.518 mil, pagos em 25 de agosto de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2020;
- R\$ 6.688 mil, com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2021, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2020.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por três representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como lives, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricistas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Premio Corresponsables da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Nêos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito "continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível", capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO2. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

11.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento,

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Verde”, uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

11.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais inciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

11.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2020, a Itapebi destinou R\$ 1,1 milhão aos projetos de P&D elencados abaixo:

Segurança de Barragens – Desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens (PSB). O desenvolvimento proposto se refere a um sistema de apoio à decisão baseada em análises de risco em tempo real. **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)** – Possibilita que as usinas solares Noronha 1 e 2, em Fernando de Noronha, possam armazenar em baterias de ion lítio o excedente de energia gerado pelos painéis solares, otimizando a participação das usinas e tornando a

matriz energética do arquipélago mais sustentável.

Heliotérmico – Instalação de uma planta-piloto de geração heliotérmica, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, localizada na região Oeste do Estado da Bahia.

Automatização de Campanhas - Desenvolvimento de um veículo autônomo para aquisição de descargas líquidas, sólidas e monitoramento da sedimentação do rio, e outro para a coleta de dados de qualidade da água, além do desenvolvimento de um sistema de análise das amostras das descargas sólidas e sistema inteligente para análise de dados e das curvas-chaves.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 29/06/2020, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 202.300,14 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais).

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. (“ITAPEBI”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019		2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	79.477	51.706	Tributos sobre o lucro pagos	(27.508)	(9.786)
Lucro líquido do exercício	79.477	51.706	Caixa gerado pelas atividades operacionais	95.432	128.753
Ajustado por:			Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(7.148)	(7.720)
Depreciação e amortização	21.871	20.796	Aquisição de imobilizado e intangível	(7.148)	(7.720)
Redução ao valor recuperável ou baixa de ativos não circulantes	-	164	Caixa consumido nas atividades de investimentos	(7.148)	(7.720)
Tributos sobre o lucro	53.637	17.266	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Resultado financeiro, líquido	16.836	14.037	Captação de empréstimos e financiamentos	-	100.000
Repactuação do risco hidrológico – GSF	(35.102)	-	Pagamento dos custos de captação	-	(74)
Alteração no capital de giro:			Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos	(100.000)	(192.000)
Contas a receber de clientes	(14.694)	24.203	Pagamento de principal – Arrendamentos	(611)	(1.171)
Fornecedores	(720)	1.978	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(47.063)	(162.060)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	6.085	1.112	Mútuos com coligadas recebidos	-	117.255
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	12.756	(11.176)	Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(147.674)	(138.050)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.979)	(3.019)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(59.390)	(17.017)
Outros ativos e passivos, líquidos	(10.924)	(6.073)	Caixa e equivalentes no início do exercício	116.050	133.067
Caixa líquido proveniente das operações	125.243	110.994	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.660	116.050
Rendimentos de aplicações financeiras recebidos	3.515	4.527	Transações que não envolvem caixa:		
Encargos de dividas pagos	(7.685)	(12.311)	Provisão licença operacional	2.968	22.058
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	1.882	35.352			
Juros pagos – Arrendamentos	(15)	(23)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	56.660	116.050	Fornecedores	12	10.394	11.556
Contas a receber de clientes	9	29.167	14.473	Empréstimos e financiamentos	13.2	501	100.224
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	326	-	Passivo de arrendamento		5	606
Tributos sobre o lucro	7.1.3	3	7.377	Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	147
Outros tributos a recuperar		434	607	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		12.161	6.076
Outros ativos circulantes		4.470	2.112	Tributos sobre o lucro	7.1.3	962	-
Total do circulante	91.060	140.619		Outros tributos e encargos setoriais	7.3	7.733	4.815
Não circulante				Dividendos e juros sobre capital próprio	17	13.479	6.990
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	41.778	3.852	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	2.521	2.363
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	-	11.781	Outros passivos circulantes		245	1.567
Depósitos Judiciais	15.1	5.935	5.842	Total do circulante	48.001	134.344	
Outros tributos		60	-	Não circulante			
Direito de Uso		5	609	Empréstimos e financiamentos	13.2	131.896	102.302
Imobilizado	10	393.149	401.622	Outros tributos e encargos setoriais	7.3	24.496	5.150
Intangível	11	92.576	66.520	Tributos sobre o lucro	7.1.3	2.018	-
Total do não circulante	533.503	490.226		Provisões	15	52.163	56.787
Total do ativo	624.563	630.845		Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	18.111	14.635
				Outros passivos não circulantes		666	156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva retenção de lucros legal	Proposta de distribuição de dividendos adicional				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	27.600	-	-	310.365
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (Nota 16)	-	-	-	-	-	(27.600)	-	-	(27.600)
Outros resultados abrangentes (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	1.023	-	1.023
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	51.706	51.706
Juros sobre capital próprio (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	-	(18.023)	(18.023)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	33.683	-	(33.683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	33.683	1.023	-	317.471
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (Nota 16)	-	-	-	-	-	(33.683)	-	-	(33.683)
Outros resultados abrangentes (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	5.498	-	5.498
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	79.477	79.477
Juros sobre capital próprio (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	-	(14.206)	(14.206)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(7.794)	(7.794)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	57.477	-	(57.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	57.477	6.521	-	346.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (“ITAPEBI” ou “Companhia”) é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebi, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo com contrato vigente até dezembro de 2021. 1.1. **CORONAVÍRUS (“COVID-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (GSF) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). Até o momento não foi percebida alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. Observamos, a manutenção aproximada de 81% do GSF *flat* em relação ao mesmo período de 2019. O PLD acumulado até dezembro de 2020 reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior, em 22% no submercado Sudeste, 19% no Sul e 20% no submercado Nordeste. As variações desses itens são consequência da redução da demanda do Sistema Interligado Nacional e não apresentam impactos significativos nos resultados desse segmento de negócio. **c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Lets emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda realizada divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacio-

nal de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos “exóticos” nem “alavancados”. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1. **Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 18.2. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas no item 18.2. **Risco de Inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas no item 18.2. 1.2.1.2. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia

acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivo instrumentos derivativos (veja nota 13). 1.2.1.3. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody’s, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

	Moody's	S&P	Fitch
Ratings de longo prazo em escala nacional			
Banco do Brasil	Aa1		AA
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley		AAA	
MUFG		AAA	

1.1.2. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	2020	
Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2020 a 31/05/2021	100.000
Veículos – Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	700
Veículos – Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100%FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	2.100.000
Empresarial	31/05/2020 a 31/05/2021	60.500
Equipamento	31/06/2020 a 30/06/2021	Valor equipamento

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real brasileiro(R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 a. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
15.1	Provisão para processos judiciais
18.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39/ CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia	249.302	243.025
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	4.795	2.225
Receita operacional bruta	254.097	245.250
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(32.755)	(27.718)
Receita operacional líquida	221.342	217.532
3.1 Deduções de receita bruta	2020	2019
Tributos		
PIS e COFINS	(23.250)	(22.561)
Encargos setoriais		
Outros encargos¹	(9.505)	(5.157)
	(9.505)	(5.157)
	(32.755)	(27.718)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH); **3.2. Política contábil e julgamento críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD e do GSF divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações de geração disponibilizadas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020	2019
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação livre - ACL	(6.890)	(26.898)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(6.110)	(12.894)
Repactuação do risco hidrológico – GSF	35.102	-
Outros	(139)	(141)
Subtotal	21.963	(39.933)
Créditos de PIS e COFINS	(2.629)	2.571
Total	19.334	(37.362)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão		
Encargos de rede básica	(20.084)	(20.001)
Subtotal	(20.084)	(20.001)
Créditos de PIS e COFINS	1.794	2.473
Total	(18.290)	(17.528)
Total dos custos com energia elétrica	1.044	(54.890)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2020		2019		
	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(2.466)	(32.728)	(35.194)	(36.981)	(39.655)
Administradores	-	-	-	18	18
Serviços de terceiros	(5.632)	(5.187)	(10.189)	(7.896)	(13.798)
Depreciação e amortização	(18.879)	(2.992)	(21.871)	(3.930)	(20.796)
Provisão para processos judiciais	-	141	141	(212)	(212)
Impostos, taxas e contribuições	-	(2)	(2)	(247)	(247)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(3.574)	(1.117)	(4.691)	(935)	(4.943)
Total	(30.551)	(41.885)	(72.436)	(50.183)	(79.633)

(¹) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	3.515	4.527
(-) Tributos sobre receita financeira	(190)	(533)
Atualização de depósitos judiciais	300	352
Outras receitas financeiras¹	17	5.553
	3.642	9.899
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida²	(7.511)	(12.251)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(2.530)	(1.073)
Uso do bem público (UBP)	(6.076)	(2.925)
Outras despesas financeiras³	(5.697)	(6.886)
	(21.814)	(23.135)

Outros resultados financeiros, líquidos
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida
Perdas com instrumentos financeiros derivativos
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos
Perdas com variações cambiais e monetárias
Ganhos com variações cambiais e monetárias

Resultado financeiro, líquido

(¹). Refere-se a receita de juros do mútuo com a Geração Céu azul liquidado em 2019;
(²). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;
(³). Refere-se a atualização sobre a provisão Fiscal do IRPJ, fee de garantias, tributos, arrendamentos, encargos de P&D e IOF.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro líquido (IRPJ – 25% e CSLL – 9%). **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	133.114	68.972
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(42.259)	(23.450)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	4.830	-
Incentivos fiscais	224	253
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(13.109)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(323)	5.931
Tributos sobre o lucro	(53.637)	(17.266)
Alíquota efetiva	40%	25%
Corrente	(42.671)	(16.594)
Diferido	(10.966)	(672)

7.1.2. Tributos diferidos ativos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2020	2019
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	1.274	1.517
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	3.521	2.728
Provisões ambientais	2.964	2.248
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	2.681	2.884
Arrendamentos capitalizados	(2)	(1)
PLR	2.353	1.646
Depreciação acelerada	(5.978)	(6.230)
Valor justo de instrumentos financeiros	(3.360)	(527)
Provisão de Fornecedores	6.463	7.516
GSF	(11.934)	-
Passivo não circulante	(2.018)	11.781

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.781	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(10.966)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(2.833)	-
Transferências entre ativos e passivos	2.018	(2.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(2.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.980	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(672)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(527)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.781	-

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2020	2019
IRPJ	3	4.246
CSLL	-	3.131
Ativo	3	7.377

IRPJ 726
CSLL 236
Passivo 962

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 15.446 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos. A Companhia possui o montante de R\$ 125.951 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 139.264 em 31 de dezembro de 2019), cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas das principais posições estão relacionadas abaixo, como segue: (i) processo administrativo de não compensação por meio das quais pleiteia compensar débitos de IRPJ e CSLL com o saldo credor de IRPJ, no valor de R\$ 77.886 (R\$ 76.907 em 31 de dezembro de 2019); (ii) atuação da Receita Federal do Brasil relacionada à cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de glosas das despesas de amortização do ágio com relação ao processo de privatização/desverticalização do setor elétrico, no montante de R\$ 48.064. Não obstante o Governo tenha concedido a possibilidade de amortização do ágio sobre o preço mínimo de venda das estatais, para abatimento do IRPJ/CSLL, a Receita Federal considera que as despesas de amortização de ágio não seriam dedutíveis em decorrência das operações societárias praticadas. O período atuado é de 2007 a 2010 (R\$ 47.274 em 31 de dezembro de 2019); **7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.” b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Benefício fiscal – Mais-Valia e PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue: Mais-valia - incorporado 2.143
Benefício fiscal 2.143
Amortização acumulada (1.840)
Reversão acumulada 1.214
Saldos em 31 de dezembro de 2019 1.517
Amortização (715)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 1.274

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal corresponden-

te, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Entre 2021 e 2030	Entre 2031 e 2035
Itapebi	209	179
	154	132
	114	368
	118	

7.3 Outros tributos:

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	97	96
Programa de integração social – PIS	367	129
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.691	598
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.299	668
Outros	890	602
Outros tributos a recolher	4.344	2.093
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.760	7.336
Programa de Eficiência Energética – PEE	7.861	-
Outros	15.466	536
Encargos Setoriais	25.087	7.872
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	32.679	9.965
Circulante	7.733	4.815
Não circulante	24.946	5.150

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	85	77
Fundos de investimentos	56.575	115.973
	56.660	116.050

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020	2019
Fornecimento de energia	25.997	13.950
Comercialização de energia - CCEE	3.170	523
	29.167	14.473

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2020	2019
Recebeível	Recebeível	
A vencer	25.997	13.925
Saldos vencidos:	-	25
90 dias	-	25
	25.997	13.950

9.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: Para determinar as estimativas relacionados as condições atuais e futuras de inadimplências dos recebíveis, a administração considera imputes macroeconômicos e do setor específico de cada carteira de clientes. A companhia não possui histórico de inadimplência e a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroe-létricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
	2% -	6,25%			
Taxa de depreciação a.a.	16,67%	0% - 4%	14,29%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	328.612	56.754	4.855	11.401	401.622
Adições	-	-	-	6.912	6.912
Capitalização de gastos¹	-	-	-	236	236
Depreciação	(12.602)	(1.613)	(964)	-	(15.179)
Transferências entre classes	1.038	160	412	(1.610)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(442)	(442)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	317.048	55.301	4.303	16.497	393.149
Custo	539.722	83.534	7.351	16.497	647.104
Depreciação acumulada	(222.674)	(28.233)	(3.048)	-	(253.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	341.124	58.309	727	9.720	409.880
Adições	-	-	-	7.001	7.001
Capitalização de gastos¹	-	-	-	217	217
Baixas	-	-	(89)	(76)	(165)
Depreciação	(12.607)	(1.555)	(1.075)	-	(15.237)
Transferência entre classes	95	-	5.292	(5.387)	-
Transferência – Outros ativos	-	-	-	(74)	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	328.612	56.754	4.855	11.401	401.622
Custo	538.817	83.374	6.806	11.401	640.398
Depreciação acumulada	(210.205)	(26.620)	(1.951)	-	(238.776)

(¹) Capitalização de gastos com pessoal alocado à operação;
10.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impair*

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários	132.397	102.711
Mercado de capitais (debêntures)	-	99.815
Empréstimos e financiamentos¹	132.397	202.526
(-) Instrumentos financeiros derivativos (nota 13.3)	(42.104)	(3.705)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(56.660)	(116.050)
Dívida líquida	33.633	82.771

(¹). No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas. **13.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ii) valor justo por meio do resultado ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Denominados em R\$	-	100.059
Indexados a taxas flutuantes	-	100.059
Denominados em US\$	132.397	102.711
Indexados a taxas fixas	132.397	102.711
	132.397	202.770
	-	(244)
	132.397	202.526
Passivo circulante	501	100.224
Passivo não circulante	131.896	102.302

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:

	2020	2019
Custo médio em % CDI¹	123,20%	96,90%
Custo médio em taxa pré	3,30%	5,70%
Saldo da dívida	132.397	202.526
Instrumentos financeiros derivativos	(42.104)	(3.705)
Dívida total líquida de derivativos	90.293	198.821

(¹) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal²	Juros²	Instrumentos financeiros	Total
2020	-	4.806	(2.040)	2.765
2021	-	4.959	790	5.749
2022	-	5.258	2.008	7.266
2023	-	2.742	(50.624)	103.914
2024	151.796	-	-	-
	151.796	17.765	(49.866)	119.694

(²) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	202.526	289.254
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	100.000
Amortizações de principal	(100.000)	(192.000)
Custo de captação	-	(74)
Pagamentos de encargos da dívida	(7.685)	(12.311)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	7.511	11.310
Variação cambial	30.045	8.333
Marcação a valor justo	-	(1.986)
Saldo final do exercício	132.397	202.526

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre resultado Financeiro. Os principais parâmetros estão listados abaixo: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **13.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza *swaps*, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 18.

	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	42.104	3.705
Exposição líquida	42.104	3.705
Ativo circulante	326	-
Ativo não circulante	41.778	3.852
Passivo circulante	-	147

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hed-ge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	42.104	3.705
	42.104	3.705

	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	42.104	3.705
Exposição líquida	42.104	3.705
Ativo circulante	326	-
Ativo não circulante	41.778	3.852
Passivo circulante	-	147

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hed-ge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	42.104	3.705
	42.104	3.705

b) Reconciliação dos derivativos com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Proteção de dívidas	Proteção de dívidas	
Saldo inicial	3.705	31.804
Ganho reconhecido no resultado	31.950	5.703
Liquidação financeira entradas (saídas)	(1.882)	(35.352)
Ganho reconhecido no resultado abrangente	8.331	1.550
Saldo final	42.104	3.705

Ganho reconhecido no resultado

Resultado financeiro, líquido	31.950	5.703
-------------------------------	--------	-------

c) Política contábil e julgamentos críticos: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. b) Estimativas e julgamentos críticos: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 28 de maio de 1999, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Itapebi, Estado da Bahia. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6º ao 35º ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto de 18,66% mais IGP-M. A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro de 1999		16.342
Atualização monetária		2.925
Pagamentos		(2.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		16.998
Atualização monetária		6.076
Pagamentos		(2.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		20.632
Circulante		2.521
Não circulante		18.111

15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2020	2019
Provisões para processos judiciais (nota 15.1.a)	7.997	8.020
Provisão para obrigações ambientais (nota 15.2)	44.166	48.767
Passivo não circulante	52.163	56.787

15.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	912	7.108	8.020
Adições e reversões, líquidos	-	(251)	(251)
Atualizações monetárias	112	116	228
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.024	6.973	7.997
Saldo em 31 de dezembro de 2018	823	5.975	6.798
Adições e reversões, líquidos	-	149	149
Atualizações monetárias	89	984	1.073
Saldo em 31 de dezembro de 2019	912	7.108	8.020

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2020	2019
Processos cíveis	191.786	169.617
Processos trabalhistas	4.368	4.000
Processos fiscais	15.419	15.136
	211.573	188.753

Cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 191.786 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 169.617 em 31 de dezembro de 2019), com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. **Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 4.368 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2019) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Fiscais:** A Companhia possui um total estimado em R\$ 15.419 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.136 em 31 de dezembro de 2019) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos: (i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.177 (R\$14.900 em 31 de dezembro de 2019) e **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2020	2019
Processos cíveis	1.717	1.629
Processos trabalhistas	4.218	4.213
	5.935	5.842

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **15.2. Provisões ambientais:** As provisões ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina hidrelétrica Itapebi.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref.	Provisões Ambientais
Saldos em 01 de janeiro de 2019		27.919
Constituição	(a)	22.058
Baixa/Reversão		(709)
Pagamentos/Indenizações		(2.399)
Atualização		1.898
Saldos em 31 de dezembro de 2019		48.767
Baixa/Reversão		(6.591)
Pagamentos/Indenizações		(310)
Atualização		2.302
Saldos em 31 de dezembro de 2020		44.166

a) Em 2019, visando cumprir as condicionantes da 1ª Renovação Licença de Operação da Usina Hidroelétrica Itapebi, foi constituída nova provisão para gastos ambientais no montante de R\$ 22.058. Em 2020, houve uma baixa R\$ 2.968, totalizando o novo valor da licença em R\$ 19.090.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social é de R\$ 202.525, correspondente a 202.524.938 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas	
	ON	ON %
Neoenergia S.A.	85.061	42%
Termopernambuco S.A	117.464	58%
Total de ações em circulação	202.525	100,00%

16.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	Atribuído aos acionistas da Itapebi S/A	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	79.477	51.706
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	202.525	202.525
Lucro do exercício/ Total de ações	0,39	0,26

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2020	
Lucro líquido do exercício	79.477	
Lucro líquido a distribuir	79.477	
Remuneração		
Mínima obrigatória	22.000	
Remuneração adicional	41.709	
	79.477	

Natureza da remuneração		
Dividendo	65.271	
JCP	14.206	
	79.477	
	0,39	

Remuneração total por ação

Os valores pagos aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
Deliberação			
2020			
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos	33.683	0,1663152697
RCA de 22 de junho de 2020	JSCP	7.518	0,0371213430
RCA de 11 de dezembro de 2020	JSCP	6.688	0,0330230835
		47.889	
2019			
AGO de 15 de abril de 2019	Dividendos	27.600	0,1362797740
RCA de 18 de junho de 2019	JSCP	9.800	0,0483891026
RCA de 05 de dezembro de 2019	JSCP	8.223	0,0431040502
		45.623	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro	6.990	126.130

Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	41.477	27.600
Juros sobre capital próprio declarados	14.206	18.023
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(2.131)	(2.703)
Dividendos pagos no exercício	(33.683)	(124.434)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(13.380)	(37.626)
Saldo em 31 de dezembro	13.479	6.990

16.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa; **16.4. Reserva de capital:** **16.4.1. Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7. **16.5. Reservas de lucros:** **16.5.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.5.2. Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.5.3 Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. **16.6 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

17. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%; b) Refere-se ao consumo próprio de energia com a distribuidora Coelba. c) Neoenergia O& M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi vigente até 2021, com preços reajustados anualmente pelo IPCA. d) Refere-se ao aluguel com a Neoenergia S.A, vigente até 2020 corrigido anualmente pela variação do IGP.M. e) Uso de rede – Contrato de uso de rede de transmissão com a Afluente Transmissão, SE Nandimba, Potiguar Sul em vigor até a extinção da concessão/autorização. f) Refere-se a dividendos e JSCP deliberados. g) Cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia e tem vigência até perdurarem as obrigações de fiança dos contratos de financiamento. h) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Geração Céu Azul liquidado em 2019. i) Projeto de Compartilhamento de pessoal aprovado pela Aneel entre as empresas do grupo Neoenergia.

	2020			2019		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber (a)	25.997	-	25.997	13.925	-	13.925
Outros ativos (i)/(g)	1.840	1.099	2.939	-	1.080	1.080
	27.837	1.099	28.936	13.925	1.080	15.005
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)/ (c)/(e)	410	-	410	2.934	-	2.934
Dividendos a pagar (f)	-	13.479	13.479	-	6.990	6.990
Outros passivos (i)/ (d)	29	543	572	-	613	613
	439	14.022	14.461	2.934	7.603	10.537

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020			2019		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	85	-	56.575	77	-	115.973
Contas a receber de clientes	29.167	-	-	14.473	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	42.104	-	-	3.852	-
	29.252	42.104	56.575	14.550	3.852	115.973
Passivos financeiros						
Fornecedores	10.394	-	-	11.556	-	-
Empréstimos e financiamentos	132.397	-	-	202.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	147	-
Passivo de arrendamento	5	-	-	606	-	-
Uso do bem público	20.632	-	-	16.998	-	-
	163.428	-	-	231.686	147	-

CA – Custo amortizado, VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, VJR – Valor justo por meio do resultado

18.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2(g), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:-

	2020		2019	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	56.575	56.575	115.973	115.973
Instrumentos financeiros derivativos	42.104	42.104	3.852	3.852
	98.679	98.679	119.825	119.825
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	147	147
	-	-	147	147

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020		2019	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo Nível 2
Empréstimos e financiamentos	132.397	136.832	202.526	202.526

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **c) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **d) Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (ii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa de valor justo dos instrumentos derivativos está calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3. **e) Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais da Companhia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, conforme processo de revisão previsto. Na Política de Riscos Financeiros, além de demais diretrizes abordadas, estão definidas as diretrizes para proteção do risco cambial, risco de taxa de juros e de utilização de instrumentos derivativos, estabelecendo níveis adequados de risco. A Política de Riscos Operacionais em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O principal instrumento utilizado é swaps. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

			Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2020	2019	Vencimento (Ano)	2020	2019	2020	
Ativo	US\$ 25.494	US\$ 24.826	2024	143.988	106.691	37.297	
Passivo	R\$ 100.263	R\$ 100.624		(101.884)	(102.986)	1.102	
Exposição Líquida				42.104	3.705	38.399	

g) Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31/12/2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos o Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do dólar		(132.412)	(33.103)	(66.206)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar	dólar	5,1967	143.988	35.997	71.994
Exposição líquida				11.576	2.894	5.788

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
		Queda do CDI					
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	1,90%	56.575	1.075	(269)	(537)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
		Alta do CDI					
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(101.884)	(2.129)	(532)	(1.065)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Rodolfo Fernandes da Rocha	
Titulares Fabiano Uchoas Ribeiro Mariane Carvalho Medeiros	
DIRETORIA EXECUTIVA	
Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor Presidente	
Leonardo Pimenta Gadelha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3 Contadora Luciana Maximino Maia Superintendente de Contabilidade	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Itapebi Geração de Energia S.A.**, tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, tomou conhecimento dos referidos documentos e propôs sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2021.

Rodolfo Fernandes da Rocha
Fabiano Uchoas Ribeiro
Mariane Carvalho Medeiros

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Itapebi Geração de Energia S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao exercício findo em 31.12.2020; e (iii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao exercício findo em 31.12.2020.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2021.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Leonardo Pimenta Gadelha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Bruno Cavalcanti Coelho - **Diretor de Gestão de Pessoas**
Eduardo Capelastegui Saiz - **Diretor de Planejamento e Controle**
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S.A., Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a Nota Explicativa nº 7.1.3 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio sobre o processo de privatização/desverticalização do setor elétrico durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os passivos contingentes divulgados relativos à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os passivos contingentes divulgados relativos à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Instrumentos financeiros derivativos	
Veja a Nota Explicativa nº 13.3 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia contratou empréstimos e emitiu debentures, cujas condições acarretam em riscos inerentes a oscilações de moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros e inflação. Os instrumentos financeiros derivativos, contratados com o objetivo de mitigar tais riscos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são mensurados por meio do exercício de julgamento significativo, utilizando premissas e metodologias de valorização. Considerando os valores envolvidos, a complexidade e julgamento envolvidos no processo de avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	- Nossos procedimentos incluíram avaliação e recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, dos modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e analisamos a efetividade do Hedge Accounting. Verificamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Alanco Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de self healing semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

12.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais inciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

12.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social. Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

12.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2020, a Termopernambuco destinou R\$ 1,8 milhão aos projetos de P&D, conforme elencados abaixo:

Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE) – Possibilita que as usinas solares Noronha 1 e 2, em Fernando de Noronha, possam armazenar em baterias de ion lítio o excedente de energia gerado pelos painéis solares, otimizando a participação das usinas e tornando a matriz energética do arquipélago mais sustentável.

Heliotérmico – Instalação de uma planta-piloto de geração heliotérmica, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, localizada na região Oeste do Estado da Bahia.

Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha - O projeto visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Celpe, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e entidades locais.

Corredor Verde - Criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contendo 12 estações de recarga em rodovia (50kw) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico através da operação das estações de carregamento de veículos elétricos, além de trazer uma visão de escalabilidade da utilização dos veiculos elétricos no Brasil.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 29/06/2020, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 207.186,74 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais).

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	1.140.218	1.039.411
Custos dos serviços		(808.631)	(720.566)
Custos com energia elétrica	4	(201.288)	(148.055)
Custos de operação	5	(607.343)	(572.511)
Lucro bruto		331.587	318.845
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(21.247)	(19.192)
Resultado de participação societária	10	2.755	(1.160)
Lucro Operacional		313.095	298.493
Resultado Financeiro	6	(57.573)	(96.876)
Receitas Financeiras		7.622	22.455
Despesas Financeiras		(96.398)	(127.027)
Outros resultados financeiros, líquidos		31.203	7.696
Lucro antes dos tributos		255.522	201.617
Tributos sobre o lucro	7	(37.104)	(26.092)
Corrente		(13.780)	(18.152)
Diferido		(23.324)	(7.940)
Lucro líquido do exercício		218.418	175.525
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	15.2	0,40	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	218.418	175.525
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (perdas) em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	23.745	(8.089)
Custos de <i>hedge</i>	2.481	3.508
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(8.917)	(4.470)
Participação sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa da investida	3.189	593
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	20.498	(8.458)
Resultado abrangente do exercício	238.916	167.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucro						
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	539.570	44.429	60.953	10.946	73.551	36.482	17.729	-	783.660
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	175.525	175.525
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	(8.458)	-	(8.458)
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.482)	-	-	(36.482)
Destinação:									
Reserva legal (nota 15.5.1)	-	-	-	8.776	-	-	-	(8.776)	-
Reserva de incentivo fiscal (nota 15.5.2)	-	-	-	-	28.633	-	-	(28.633)	-
Juros sobre capital próprio (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(45.885)	(45.885)
Dividendos adicionais propostos (nota 15.2)	-	-	-	-	-	92.231	-	(92.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	539.570	44.429	60.953	19.722	102.184	92.231	9.271	-	868.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	218.418	218.418
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	20.498	-	20.498
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(92.230)	-	-	(92.230)
Destinação:									
Reserva legal (nota 15.5.1)	-	-	-	10.921	-	-	-	(10.921)	-
Reserva de incentivo fiscal (nota 15.5.2)	-	-	-	-	38.254	-	-	(38.254)	-
Juros sobre capital próprio (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(38.538)	(38.538)
Dividendos mínimos obrigatórios complementar (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(9.554)	(9.554)
Dividendos adicionais propostos (nota 15.2)	-	-	-	-	-	121.151	-	(121.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	539.570	44.429	60.953	30.643	140.438	121.152	29.769	-	966.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Termopernambuco S.A. (“Termope” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pela Neoenergia S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Usina Termelétrica se localiza na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com as distribuidoras do grupo (vide nota 16).

1.1 **Corona virus (“Covid-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeleétrica bem como ao valor do PLD. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19. Observamos, apenas, uma queda no acumulado até dezembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor do PLD em, 22% no submercado Sudeste e de 20% no submercado Nordeste. **c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** De forma geral, a Neoenergia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19. **1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.2.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira,

Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.2.1.1 Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 17.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas no item 17.7. **Risco de Inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas no item 17.7. **1.2.1.2 Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais insti-

14. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As informações abrangem as empresas controladas e geridas pela Neoenergia.

15. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Termopernambuco apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
Memória de Cálculo (R\$ mil)	4T20	2020	4T19	2019	
(+) Receita líquida	316.455	1.140.218	301.480	1.039.411	Demonstrações de resultado
= RECEITA Operacional Líquida	316.455	1.140.218	301.480	1.039.411	
(+) Custos com energia elétrica	(48.512)	(201.288)	(28.365)	(148.055)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(138.024)	(436.747)	(137.976)	(433.247)	Nota 5
= Custo com Energia	(186.536)	(638.035)	(166.341)	(581.302)	
= MARGEM BRUTA	129.919	502.183	135.139	458.109	
(+) Custos de operação	(199.627)	(607.343)	(187.364)	(572.511)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(6.118)	(21.247)	(6.947)	(19.192)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	138.024	436.747	137.976	433.247	Nota 5
(-) Depreciação	17.035	59.359	6.620	43.946	Nota 5
= Despesa Operacional (PMSO)	(50.686)	(132.484)	(49.715)	(114.510)	
(+) Equivalência Patrimonial	7.179	33.904	1.137	29.989	Demonstrações de resultado
EBITDA	86.412	403.603	86.561	373.588	
(+) Depreciação e amortização	(17.035)	(59.359)	(6.620)	(43.946)	Demonstrações de resultado e Nota 5
(+) Amortização do ágio	(7.787)	(31.149)	(7.787)	(31.149)	Demonstrações de resultado
(+) Resultado Financeiro	(8.626)	(57.573)	(20.659)	(96.876)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(5.368)	(37.104)	(7.064)	(26.092)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	47.596	218.418	44.431	175.525	

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Termopernambuco S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Termopernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Termopernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Termopernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com.br).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	234.196	221.384
Contas a receber de clientes e outros	9	249.518	223.986
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	80.094	29.465
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	9.951	11.391
Outros tributos a recuperar	7.2.1	18.362	36.356
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	4.769	4.054
Despesas pagas antecipadamente		28.247	12.168
Outros ativos circulantes		1.874	2.113
Total do circulante		627.011	540.917
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	68.143	50.673
Outros tributos a recuperar	7.2.1	3.624	548
Tributos sobre o lucro diferido	7.1.2	44.205	76.446
Depósitos judiciais	14	170	233
Investimentos em coligadas	10	620.868	644.171
Direito de uso		13.381	15.788
Imobilizado	11	975.592	930.936
Intangível		8	317
Total do não circulante		1.725.991	1.719.111
Total do ativo		2.353.002	2.260.028
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	12	106.682	105.255
Empréstimos e financiamentos	13.2	291.819	96.801
Passivo de arrendamento		2.928	2.402
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	212
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.839	2.445
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	353	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	20.315	15.115
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.2	24.969	20.125
Outros passivos circulantes		2.733	6.054
Total do circulante		452.638	248.419
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	894.184	1.107.485
Passivo de arrendamento		11.045	14.227
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	22.924	17.844
Provisões	14	2.949	3.145
Outros passivos não circulantes		2.308	548
Total do não circulante		933.410	1.143.249
Patrimônio Líquido	15		
Atribuído aos acionistas da Companhia		966.954	868.360
Total do patrimônio líquido		966.954	868.360
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.353.002	2.260.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	1.536.687	1.390.880
Receita de construção de ativos próprios	100.187	-
	1.636.874	1.390.880
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(161.356)	(121.662)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(39.767)	(38.109)
Matérias-primas consumidas	(436.747)	(433.247)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(210.816)	(94.516)

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Energia elétrica	7.905	10.020
Encargos de uso da rede	3.824	3.616
Materiais e serviços	94.953	91.619
Total	106.682	105.255

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1 **Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos bancários	299.252	232.135
Mercado de capitais (debêntures)	886.751	972.161
Empréstimos e financiamentos⁽¹⁾	1.186.003	1.204.296
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 13.3)	(148.237)	(79.926)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(234.196)	(221.384)
Dívida líquida	803.570	902.986

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dividas. **13.2 Empréstimos e financiamentos:** As dividas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real Brasileiro (“R\$”) e Dólar norte-americano (“US\$”). As dividas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dividas são reconhecidas pelo custo amortizado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dividas denominadas em moeda estrangeira, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2020	2019
Denominados em R\$	892.705	981.350
Indexados a taxas flutuantes	892.705	981.350
Denominados em US\$	299.252	232.135
Indexados a taxas fixas	299.252	232.135

(-) Custo de transação

	2020	2019
Passivo circulante	1.191.957	1.213.485
Passivo não circulante	(5.954)	(9.189)
	1.186.003	1.204.296
	291.819	96.811
	894.184	1.107.485

Em 31 de dezembro o custo médio percentual das dividas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	88,8%	113,6%
Custo médio em taxa pré	2,4%	6,7%
Saldo da dívida	1.186.003	1.204.296
Instrumentos financeiros derivativos	(148.237)	(79.926)
Dívida total líquida de derivativos	1.037.766	1.124.370

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses. **b) Fluxo de pagamento futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ¹⁾	Juros ⁽²⁾	Instrumentos derivativos	Total
2021	289.971	40.633	(94.858)	235.746
2022	305.042	44.855	(57.000)	292.897
2023	100.000	41.825	-	141.825
2024	500.000	19.674	-	519.674
	1.195.013	146.987	(151.858)	1.190.142

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) **Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.204.295	1.343.309
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	500.000
Amortização de principal	(87.074)	(651.466)
Custo de captação	-	(5.340)
Pagamento de encargo de dívida	(59.501)	(92.184)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	60.557	100.932
Variação cambial	67.726	9.045
Saldo final do exercício	1.186.003	1.204.296

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Os principais parâmetros estão listados abaixo: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **13.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza swaps e contratos a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 17. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2020	2019
Contratados para proteção de dividas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	87.037	12.397
Swap de taxas de juros – R\$	34.498	61.422
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio – Produtos e serviços	26.702	6.107
Exposição líquida	148.237	79.926
Ativo circulante	80.094	29.465
Ativo não circulante	68.143	50.673
Passivo circulante	-	212

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge (“*hed-ge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dividas	34.498	61.422
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dividas	87.036	12.397
Contratados para proteção de outras operações	26.703	6.107
	148.237	79.926

b) **Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:**

	2020	2019		2020	2019
	Proteção de dividas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dividas	Proteção de outras operações
Saldo inicial	73.818	6.108	79.926	47.472	15.596
Ganho (perda) reconhecido no resultado	83.898	97.009	180.907	17.430	33.870
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	264	264
Ganho (perda) reconhecido no ORA	5.631	20.595	26.226	8.346	(12.927)
Liquidação financeira (entradas) saídas	(41.813)	(97.009)	(138.822)	570	(30.695)
Saldo final	121.534	26.703	148.237	73.818	6.108
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Custos de operação	-	92.631	92.631	-	27.729
Resultado financeiro, líquido	83.898	4.378	88.276	17.430	6.141

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62	402	2.681	3.145
Adições e reversões, líquidas	-	(140)	-	(140)
Atualizações monetárias	5	(108)	47	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67	154	2.728	2.949
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55	371	2.592	3.018
Adições e reversões, líquidas	-	1	-	1
Atualizações monetárias	7	30	89	126
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62	402	2.681	3.145

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2020	2019
Processos cíveis	52	169
Processos trabalhistas	1.192	1.113
Processos fiscais	87.020	62.945
	88.264	64.227

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos fiscais:** Referem-se a suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 47.649, e outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, PIS e COFINS no montante de R\$ 39.361. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. **c) Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$170 e R\$233, respectivamente. **d) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social é de R\$ 539.570 correspondendo a 539.570.000 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas
	ON
Neoenergia S.A.	539.570
Total de ações em circulação	539.570

15.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	218.418	175.525
Média ponderada de ações em circulação	539.570	539.570
Lucro básico e diluído por ação	0,40	0,33

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (“JCP”), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido do exercício	218.418
Reserva legal	(10.921)
Reserva de incentivo fiscal	(38.254)
Lucro líquido a distribuir	169.243
Remuneração	
Mínimo obrigatório	42.311
Remuneração adicional	126.932
	169.243

Natureza da remuneração

JCP	38.538
Dividendos	130.705
	169.243

Remuneração total por ação

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital próprio e dividendos:

		Valor por ação (R\$)
Natureza da remuneração	Valor deliberado	ON
Deliberação		
2020		
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos	92.230
RCA de 22 de junho de 2020	JSCP	20.402
RCA de 10 de dezembro de 2020	JSCP	18.136
		130.768
2019		
AGO de 15 de abril de 2019	Dividendos	36.482
RCA de 19 de junho de 2019	JSCP	22.208
RCA de 19 de dezembro de 2019	JSCP	23.677
		82.367

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2020	2019
Saldos iniciais	20.125	15.300
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	101.784	36.482
Juros sobre capital próprio declarados	38.538	45.885
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(5.781)	(6.884)
Dividendos pagos no exercício	(92.230)	(36.482)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(37.467)	(34.176)
Saldos finais	24.969	20.125

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. **15.3 Outros resultados abrangentes:** A Companhia tem por política contábil não impactar o lucro líquido do exercício com oscilações do valor justo de hedges de fluxo de caixa, portanto adotando a contabilidade de hedge. Isso implica em reconhecer tais impactos na rubrica “Outros Resultados Abrangentes” o efeito líquido dos impostos diferidos sobre tais itens. **15.4 Reserva de Capital:** **15.4.1 Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido. **15.5 Reservas de lucros:** **15.5.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.5.2 Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 38.254 (R\$ 28.633 em 31 de dezembro de 2019) de incentivo fiscal SUDENE. **15.6 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as coligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos e (iii) compartilhamento de mão de obra. O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um aumento de custo de R\$ 1.784. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Subsidi- árias da Neoenergia	Coliga- das	Acio- nista	Subsidi- árias da Neoenergia	Coliga- das	Acio- nista	Total
Ativo							
Contas a receber e outros (a) / (b)	213.284	-	-	213.284	-	-	187.318
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (c)	-	4.769	-	4.769	4.054	-	4.054
Outros ativos (i) / (d)	250	-	7.389	7.639	-	7.234	7.234
	213.534	4.769	7.389	225.702	4.054	7.234	198.606

Passivo

Fornecedores e contas a pagar (e) / (f)	(7.921)	-	(1.813)	(9.734)	(9.940)	-	(2.470)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (g)	-	-	(24.969)	(24.969)	-	-	(20.125)
Outros passivos (i)	(495)	-	-	(495)	-	-	-
	(8.416)	-	(26.782)	(35.198)	(9.940)	-	(22.595)

16.2 Transações com partes relacionadas:

	Subsidiárias da Neoenergia			Subsidiárias da Coligadas		
	Coligadas	Acionista	Total Neoenergia	Coligadas	Acionista	Total

Resultado do período

Receita operacional líquida (a) / (b) / (h)	1.470.857	-	-	1.470.857	1.295.081	-	1.295.081
Custos dos serviços (e) / (f)	(75.348)	-	(57.240)	(132.588)	(77.442)	(23.945)	(101.387)
Despesas gerais e administrativas (i)	(1.132)	(652)	-	(1.784)	-	-	-
Resultado financeiro líquido (d)	-	-	(14.624)	(14.624)	-	(18.424)	(18.424)
	1.394.377	(652)	(71.864)	1.321.861	1.217.639	(42.369)	1.175.270

16.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.3 referem-se a: (a) Contratação Bilateral (Iniciais) com a COELBA, aprovada pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (b) Contratação Bilateral (Iniciais), com a CELPE aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis. (c) Valor referente a dividendos a receber da investida Itapebi. (d) Contrato de cobrança de fee, com a Neoenergia, pelos avais dados em garantia de operações financeiras. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia e tem vigência até perdurarem as obrigações de fiança dos contratos de financiamento. (e) Montante referente à provisão de contrato de compra de lastro de energia de curto prazo, com a NC Energia, com vencimento em janeiro de 2021. (f) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção, em moeda estrangeira, - “O&M” com a Iberdrola Generacion com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGP-M. (g) Valor referente a dividendos a pagar a Controladora Neoenergia S.A. (h) Contrato de Serviço de Operação e Manutenção (O&M) na base de conexão, corrigidos anualmente pela variação do IGPM, com vigência até 2030. (i) Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre empresas do Grupo NEOENERGIA.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	89	-	234.107	106.098	-	115.286
Contas a receber de clientes e outros	249.518	-	-	223.986	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	113.739	34.498	-	18.716	61.422
	249.607	113.739	268.605	330.084	18.716	176.708
Passivos financeiros						
Fornecedores	106.682	-	-	105.255	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.186.003	-	-	1.204.296	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	212	-
Passivo de arrendamento	13.973	-	-	16.629	-	-
	1.306.658	-	-	1.326.180	212	-

tâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3. **17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Swap US\$ pré vs R\$ pós Empresa	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado receber ou a pagar
	2020	2019		2020	2019	
Ativo	US\$ 57.668	US\$ 57.676	2022	313.563	242.826	-
Passivo	US\$ 225.319	US\$ 227.117		(226.524)	(230.429)	-
Exposição Líquida				87.037	12.397	74.640

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurado a fluxo de caixa por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar		
	2020	2019		(Ano)	2020		2019	2020
Ativo	87.653	167.803	2021	95.208	183.308	-		
Passivo	60.605	121.325		(60.710)	(121.886)	-		
Exposição Líquida				34.498	61.422	(26.924)		

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: (i) Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019		2020	2019	
Desembolso USD						
Termo	US\$ 37.385	US\$ 31.763	2021	26.057	6.107	-
				26.057	6.107	19.950

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurado a fluxo de caixa por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019	2020	2019	2020
	Vencimento (Ano)				
Desembolso EUR					
Termo	€ 1.722	-	2021	645	-
				645	-
					645

17.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar	5,1967	(299.252)	(74.813)	(149.627)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		313.562	78.391	156.781
Exposição Líquida				14.310	3.578	7.154
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
NDF	Dólar (\$)	Queda do Dólar	5,1967			
Item protegido: parte de desembolsos em USD				193.899	(48.334)	(96.667)
Exposição NDF				193.899	(48.334)	(96.667)
Item protegido: parte de desembolsos em Euro				10.985	(2.237)	(5.475)
Exposição				10.985	(2.237)	(5.475)

Em relação as NDFs apresentadas acima a exposição observada refere-se somente aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	234.107	4.452	(1.113)	(2.226)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(804.963)	(17.392)	(4.348)	(8.696)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(287.234)	(6.091)	(1.522)	(3.045)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(87.742)	(10.325)	(1.013)	(2.026)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	95.208	11.204	1.099	2.198

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Hugo Renato Anacleto Nunes
Titulares
Oscar Fortis Pita
Rodolfo Fernandes da Rocha

DIRETORIA EXECUTIVA

David Benavent del Prado	
Diretor Presidente	
Leonardo Pimenta Gadelha	Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor Financeiro e de	Diretor de Planejamento e Controle
Relações com Investidores	
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure	
Diretor de Regulação	

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Contadora
Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Termopernambuco S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2021.

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

OSCAR FORTIS PITA

RODOLFO FERNANDES DA ROCHA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **TERMOPERNAMBUCO S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 7º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Termopernambuco, alusivas ao exercício findo em 31.12.2020; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Termopernambuco relativas ao exercício findo em 31.12.2020.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2021.

David Benavent del Prado - **Diretor Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha - **Diretor Financeiro e de RI**

Eduardo Capelastegui Saiz - **Diretor de Planejamento e Controle**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da

Termopernambuco S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do passivo contingentes relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio	
Veja a Nota 7.1.3 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio sobre o processo de privatização/desverticalização do setor elétrico durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 77.443 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Companhia e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, e divulgações relacionadas aos passivos contingentes realacionados à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os passivos contingentes divulgados relativos à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Veja a Nota 13.3 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia contratou empréstimos e emitiu debentures, cujas condições acarretam em riscos inerentes a oscilações de moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros e inflação. Os instrumentos financeiros derivativos, contratados com o objetivo de mitigar tais riscos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são mensurados através do exercício de julgamento significativo, utilizando premissas e metodologias de valorização. Considerando os valores envolvidos, a complexidade e julgamento envolvidos no processo de avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram avaliação e recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, dos modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e analisamos a efetividade do Hedge Accounting. Verificamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

Mais de R\$ 20 milhões investidos em ações sociais para o combate ao coronavírus.



Mais de **8 mil** equipamentos doados para efficientização de hospitais de campanha e unidades de saúde municipais.



Mais de **50** respiradores doados.



Mais de **700** refrigeradores científicos doados para armazenamento de vacinas.



Mais de **R\$ 9,5 milhões** investidos em projetos sociais, culturais e ambientais, por meio do Instituto Neoenergia.



Cerca de **2 mil** participações de colaboradores e seus familiares em mais de **100** ações de voluntariado em todo o Brasil.



Mais de **90 mil** kits de insumos alimentares doados (cestas básicas e refeições).



Um trabalho que não parou e só faz crescer.

- Garantia de fornecimento de energia de qualidade a todos os clientes.
- Projeto de Capacitação e Desenvolvimento Local ampliado, com a formação de quase 1,5 mil alunos nas Escolas de Eletricistas.
- Formação de mulheres na Escola de Eletricistas reconhecida pela ONU Mulheres por promover educação e desenvolvimento profissional para o gênero.

Reconhecimento do compromisso com a sustentabilidade e com a sociedade.

- Ingresso na 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).
- Ingresso na 11ª carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3.
- Empresa contemplada com o selo Pro-Ética.

www.neoenergia.com



NEOENERGIA